

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE BELAS ARTES E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA – PPGTU

RODRIGO DE PAULA ZARDINI

**DESENVOLVIMENTO URBANO-RURAL INSTITUCIONALIZADO A PARTIR DE
PEQUENAS CIDADES:** a endogenização de macropolíticas nas micropolíticas dos
municípios goianos de Bom Jesus e Mato-Grossense de Querência

CURITIBA-PR

2024

RODRIGO DE PAULA ZARDINI

**DESENVOLVIMENTO URBANO-RURAL INSTITUCIONALIZADO A PARTIR DE
PEQUENAS CIDADES:** a endogenização de macropolíticas nas micropolíticas dos
municípios goianos de Bom Jesus e Mato-Grossense de Querência

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Gestão Urbana – PPGTU da Pontifícia Universidade
Católica do Paraná, como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor em Gestão Urbana.

Orientador: Prof. Dr. Mario Prokopiuk

Curitiba-PR

2024

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Luci Eduarda Wielganczuk – CRB 9/1118

Z36d
2024

Zardini, Rodrigo de Paula
Desenvolvimento urbano-rural institucionalizado a partir de pequenas cidades :
a endogenização de macropolíticas nas micropolíticas dos municípios goianos de
Bom Jesus e Mato-Grossense de Querência / Rodrigo de Paula Zardini ;
orientador: Mario Prokopiuk. – 2024.
285 f. ; il. : 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2024
Bibliografia: f. 263-279

1. Planejamento urbano. 2. Política urbana. 3. Cidades pequenas. 4. Economia
institucional. 5. Desenvolvimento econômico. I. Prokopiuk, Mario. II. Pontifícia
Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão
Urbana. III. Título.

CDD. 20. ed. – 711.4

TERMO DE APROVAÇÃO

DESENVOLVIMENTO URBANO-RURAL INSTITUCIONALIZADO A PARTIR DE PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES: A ENDOGENIZAÇÃO DE MACROPOLÍTICAS NAS MICROPOLÍTICAS DOS MUNICÍPIOS GOIANOS DE BOM JESUS E MATO-GROSSENSE DE QUERÊNCIA

Por

RODRIGO DE PAULA ZARDINI

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, na modalidade Doutorado Institucional – DINTER, em parceria entre a Pontifícia Universidade Católica do Paraná e o Centro Universitário de Goiatuba, área de concentração em Gestão Urbana.


Prof. Dr. Paulo Nascimento Neto
Coordenador do PPGTU/PUCPR
Membro Interno – PPGTU/PUCPR

Documento assinado digitalmente

  **MARIO PROKOPIUK**
Data: 17/06/2024 14:15:48 (UTC-03:00)
Verifique em: <https://portal.ct.gov.br>

Prof. Dr. Mario Prokopiuk
Orientador – PPGTU/PUCPR

Documento assinado digitalmente

  **ALTAIR ROSA**
Data: 17/06/2024 20:07:14 (UTC-03:00)
Verifique em: <https://portal.ct.gov.br>

Prof. Dr. Altair Rosa
Membro Interno – PPGTU/PUCPR

Documento assinado digitalmente

  **HEITOR DE CARVALHO PAGLIARO**
Data: 16/06/2024 09:08:00 (UTC-03:00)
Verifique em: <https://portal.ct.gov.br>

Prof. Dr. Heitor de Carvalho Pagliaro
Membro externo – UFG


Profª. Dra. Marcia Regina Ferreira
~~Membro externo – UFPR~~

Curitiba, 17 de junho de 2024.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me conceder forças e iluminar meu caminho ao longo desta árdua jornada. Sua constante presença e bênçãos foram essenciais para que eu superasse os desafios encontrados e mantivesse a firmeza necessária para concluir esta trajetória acadêmica. Sem Sua orientação e apoio divino, esta conquista não teria sido possível.

Ao meu orientador, Dr. Mario Prokopiuk, manifesto minha profunda gratidão pela orientação e pelo comprometimento em me guiar durante todo o desenvolvimento deste trabalho. Sua disposição em iniciar um novo projeto comigo e sua paciência foram cruciais para que eu alcançasse esta realização. Agradeço especialmente por ter-me recebido com tanta dedicação, compartilhando não apenas seu conhecimento acadêmico, mas também valiosos ensinamentos que transcendem o escopo desta tese e que servirão para toda a minha vida pessoal e profissional. Sem sua expertise e apoio constante, este trabalho não teria sido possível.

À minha esposa, Laila Milene, expresso minha eterna gratidão por seu amor, paciência e apoio incondicional. Sua presença contínua e encorajamento foram essenciais para que eu superasse cada obstáculo. Seu suporte emocional e prático foi a base que sustentou minha determinação e foco. Agradeço especialmente por não ter permitido que eu desistisse nos momentos mais angustiantes, sendo uma fonte constante de força e inspiração.

Às minhas filhas, Valentina Ribeiro Zardini e Sofia Ribeiro Zardini, dedico meu amor e gratidão. Vocês foram a luz que guiou meus passos e a força que me impulsionou a seguir em frente. Seus sorrisos e carinho foram a motivação necessária nos momentos mais difíceis. Agradeço também a todos os meus familiares, cujo apoio foi fundamental durante esta jornada.

Expresso minha profunda gratidão aos membros da banca examinadora, Dr. Paulo Nascimento Neto, Dr. Altair Rosa, Dr. Heitor de Carvalho Pagliaro e Dra. Marcia Regina Ferreira, pelas valiosas contribuições e sugestões que enriqueceram significativamente este trabalho. Suas observações foram cruciais para o desenvolvimento e a conclusão desta tese.

Agradeço à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) pelo suporte e pelas oportunidades oferecidas durante minha formação. Um agradecimento especial à secretária Polyana Schlenker, pela eficiência e dedicação no apoio administrativo, facilitando muitos processos ao longo desta jornada. Expresso minha profunda gratidão aos coordenadores, Dr. Rodrigo Firmino e Dr. Paulo Nascimento, que estiveram à frente do programa durante meu doutoramento. Suas orientações e liderança foram essenciais para o sucesso e desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

A pesquisa parte da premissa de que a interação entre políticas urbano-rurais de diferentes escalas – macropolíticas e micropolíticas – pode ter impactos significativos no desenvolvimento sustentável de regiões urbanas e rurais, especialmente em contextos de municípios de pequeno porte. No entanto, há uma lacuna na literatura quanto à compreensão de como essas políticas são adaptadas e percebidas localmente e de que maneira contribuem para o desenvolvimento econômico, social e ambiental desses territórios. Essa lacuna é particularmente relevante em um cenário cuja integração entre áreas urbanas e rurais é fundamental para promover um desenvolvimento regional endogenizado. Partindo dessa constatação, esta tese busca explorar e esclarecer a dinâmica entre macropolíticas e micropolíticas em contextos urbanos-rurais, enfatizando a importância da endogenização desses efeitos para a promoção do desenvolvimento local. A teoria do institucionalismo econômico fornece bases para essa análise ao destacar como as instituições – entendidas como regras, normas e organizações – influenciam o comportamento econômico e social. Além disso, o conceito de desenvolvimento endógeno, que enfatiza a utilização de recursos locais, capacidades e competências para promover o desenvolvimento sustentável, é central para esta investigação. Empiricamente, investiga-se o desenvolvimento urbano-rural institucionalizado, em municípios de pequeno porte, procurando compreender como a endogenização de efeitos de macropolíticas nas micropolíticas locais pode influenciar o desenvolvimento de Bom Jesus (GO) e Querência (MT). Para investigar essa problemática, a metodologia do estudo incluiu um desenho de pesquisa quantitativo e qualitativo, utilizando um questionário estruturado aplicado a uma amostra representativa desses dois municípios. A análise estatística foi realizada para garantir a representatividade dos dados e a validade dos resultados. Participaram da pesquisa residentes dos dois municípios e as análises incluíram testes de Mann-Whitney e de Kruskal-Wallis, além de comparações múltiplas, para avaliar as percepções sobre políticas públicas e desenvolvimento local. Os resultados indicaram percepções divergentes entre os setores investigados. Por exemplo, a geração de renda, a eficácia das políticas federais e a colaboração para o crescimento urbano foram percebidas de maneira distinta pelos diferentes grupos ocupacionais. Especificamente, os setores público e de serviços apresentaram uma visão crítica em relação à contribuição das empresas para a renda municipal, enquanto o setor agropecuário mostrou uma percepção mais positiva. Essas diferenças destacam a necessidade de políticas públicas sensíveis às particularidades de cada setor, promovendo uma distribuição equitativa de investimentos em infraestrutura, educação e saúde, além de garantir o acesso igualitário às oportunidades de emprego e desenvolvimento profissional. Em Bom Jesus e Querência, a valorização de externalidades da competitividade empresarial revelou-se importante para a inclusão social. Isso evidencia a importância de políticas urbanas que promovam o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, assegurem que os benefícios desse desenvolvimento sejam amplamente distribuídos entre todos os segmentos da sociedade. Conclui-se que a endogenização de macropolíticas nas micropolíticas locais pode efetivamente promover um desenvolvimento mais sustentável, desde que as políticas sejam adaptadas às necessidades específicas de cada segmento da sociedade. Isso implica um processo contínuo de avaliação e ajuste das políticas públicas para adequá-las às realidades locais e promover o bem-estar de toda a população. As limitações do estudo estão mais relacionadas à delimitação do objeto do que a restrições metodológicas ou de obtenção de dados. As contribuições desta investigação podem ser relevantes para políticos regionais, gestores urbanos, empresários e produtores rurais, oferecendo sugestões sobre como adaptar políticas para maximizar seu impacto positivo e promover um desenvolvimento mais sustentável.

Palavras-chave: desenvolvimento endógeno; institucionalismo econômico; políticas urbanas; gestão urbana e regional; municípios de pequeno porte.

ABSTRACT

The research starts from the premise that the interaction between urban-rural policies of different scales — macro policies and micro policies — can significantly impact the sustainable development of urban and rural regions, especially in the context of small municipalities. However, there is a gap in the literature regarding the understanding of how these policies are locally adapted and perceived and how they contribute to these territories' economic, social, and environmental development. This gap is particularly relevant when integrating urban and rural areas, essential to promote endogenous regional development. This thesis aims to explore and clarify the dynamics between macro and micro policies in urban-rural contexts to address this gap, emphasizing the importance of endogenizing these effects to promote local development. The theory of economic institutionalism provides a foundation for this analysis by highlighting how institutions — understood as rules, norms, and organizations — influence economic and social behaviour. Furthermore, endogenous development, which emphasizes using local resources, capacities, and competencies to promote sustainable development, is central to this investigation. Empirically, the study investigates the institutionalized urban-rural development in small municipalities, seeking to understand how the endogenization of macro policy effects into local micro policies can influence the development of Bom Jesus (GO) and Querência (MT) in Brazil. The study's methodology included a quantitative and qualitative research design, using a structured questionnaire applied to a representative sample of these two municipalities to investigate this issue. Statistical analysis ensured the data was representative and the results were valid. Residents of both municipalities participated in the research, and the analyses included Mann-Whitney and Kruskal-Wallis tests and multiple comparisons to evaluate perceptions of public policies and local development. The results indicated divergent perceptions among the investigated sectors. For instance, income generation, the effectiveness of federal policies, and collaboration for urban growth were perceived differently by various occupational groups. Specifically, the public and services sectors had a critical view regarding the contribution of businesses to municipal income, while the agricultural sector showed a more positive perception. These differences highlight the need for public policies sensitive to each sector's specificities, promoting equitable distribution of investments in infrastructure, education, and health and ensuring equal access to employment and professional development opportunities. In Bom Jesus and Querência, the appreciation of externalities of business competitiveness proved to be necessary for social inclusion. These results underscore the importance of urban policies that promote economic development while ensuring that the benefits of this development are widely distributed across all segments of society. It is concluded that the endogenization of macro policies into local micro policies can effectively promote more sustainable development, provided that the policies are adapted to the specific needs of each societal segment. These findings imply an ongoing process of evaluation and adjustment of public policies to adequately align them with local realities and promote the well-being of the entire population. The study's limitations are more related to the object's delimitation than methodological constraints or data acquisition issues. The contributions of this research can be relevant to regional policymakers, urban managers, entrepreneurs, and rural producers, offering insights on how to adapt policies to maximize their positive impact and promote more sustainable development.

Keywords: endogenous development; economic institutionalism; urban policies; urban and regional management; small municipalities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cadeia de relação estabelecida entre as cidades	43
Figura 2 – Mudanças em matrizes institucionais.....	75
Figura 3 – Localização de Bom Jesus de Goiás (GO).....	106
Figura 4 – Comparação entre Querência e Bom Jesus de Goiás	120
Figura 5 – Nível de concordância e discordância dos respondentes em Bom Jesus	125
Figura 6 – Nível de concordância e discordância dos respondentes em Bom Jesus	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipologia das políticas públicas de desenvolvimento regional e paradigmas de referência	35
Quadro 2 – Definições de instituição	70
Quadro 3 – Centralidade teórica e características do pensamento econômico institucionalista	72
Quadro 4 – Pontos focais e implicações da nova economia institucional	73
Quadro 5 – Especificidades dos ativos	80
Quadro 6 – Conceitos de incerteza na economia institucional	83
Quadro 7 – Componentes do conceito de dependência de trajetória	86
Quadro 8 – Definições das variáveis constitutivas e operacionais	94
Quadro 9 – Variáveis constitutivas, operacionais e questões do instrumento de coleta de dados	97
Quadro 10 – Indicadores de desenvolvimento	100
Quadro 11 – Macropolíticas, micropolíticas e desenvolvimento endógeno em Bom Jesus de Goiás	110
Quadro 12 – Macropolíticas, micropolíticas e desenvolvimento endógeno em Querência (MT)	117
Quadro 13 – Pensamento econômico institucionalista em Bom Jesus e Querência	248
Quadro 14 – Pontos focais e implicações da nova economia institucional	250
Quadro 15 – Desenvolvimento e macropolíticas e as estratégias de crescimento urbano e rural	254
Quadro 16 – Variáveis constitutivas fundamentadas teoricamente	280

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Variáveis constitutivas, operacionais e questões do instrumento de coleta de dados	101
Tabela 2 – Indicadores.....	104
Tabela 3 – Diferenças entre homens e mulheres sobre o desenvolvimento de Bom Jesus	139
Tabela 4 – Diferenças entre níveis de escolaridade o desenvolvimento de Bom Jesus	149
Tabela 5 – Diferenças entre faixas etárias sobre o desenvolvimento de Bom Jesus	156
Tabela 6 – Diferenças entre faixas de renda sobre o desenvolvimento de Bom Jesus.....	172
Tabela 7 – Diferenças entre níveis de participação política em Bom Jesus	175
Tabela 8 – Diferenças entre setores de ocupação de trabalho em Bom Jesus	182
Tabela 9 – Diferenças entre sexos sobre o desenvolvimento de Querência.....	184
Tabela 10 – Diferenças entre níveis educacionais sobre o desenvolvimento de Querência...	186
Tabela 11 – Diferenças entre faixas etárias sobre o desenvolvimento de Querência.....	202
Tabela 12 – Diferenças entre faixas de renda sobre o desenvolvimento de Querência.....	209
Tabela 13 – Diferenças entre níveis de participação política em Querência.....	223
Tabela 14 – Diferenças entre setores de ocupação de trabalho em Querência.....	238

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Justificativa teórico-empírica e justificativa da tese	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL.....	18
2.1 Macropolíticas para o desenvolvimento urbano.....	19
2.2 Desenvolvimento endógeno e desenvolvimento local.....	23
2.3 Macropolíticas de desenvolvimento	33
2.3.1 <i>Macropolíticas para o desenvolvimento urbano</i>	<i>40</i>
2.3.2 <i>Macropolíticas Para Desenvolvimento Rural</i>	<i>46</i>
2.3.3 <i>Governabilidade e governança</i>	<i>61</i>
2.4 Instrumentalidade institucional de desenvolvimento urbano-rural	68
2.4.1 <i>Racionalidade limitada.....</i>	<i>79</i>
2.4.2 <i>Especificidade do ativo.....</i>	<i>80</i>
2.4.2.1 <i>Frequência</i>	<i>82</i>
2.4.2.2 <i>Incertezas</i>	<i>82</i>
2.4.2.3 <i>Dependência de trajetória</i>	<i>84</i>
3 METODOLOGIA.....	88
3.1 Compreendendo a investigação qualitativa	89
3.1.1 <i>Análise qualitativa comparativa e perspectivas ontológica e epistemológicas</i>	<i>90</i>
3.1.2 <i>A narrativa em pesquisa qualitativa.....</i>	<i>91</i>
3.2 Compreendendo a investigação quantitativa	91
3.3 O processo e o instrumento de coleta de dados.....	92
3.3.1 <i>O processo e a prática da pesquisa.....</i>	<i>93</i>
3.3.2 <i>O instrumento para coleta de dados.....</i>	<i>93</i>
3.3.3 <i>A amostragem para coleta de dados</i>	<i>100</i>
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	102
4.1 Narrativas.....	102
4.1.1 <i>Bom Jesus de Goiás.....</i>	<i>105</i>
4.1.2 <i>Querência (MT)</i>	<i>111</i>
4.2 Resultados quantitativos	119
4.2.1 <i>Comparação entre Bom Jesus e Querência</i>	<i>119</i>
4.2.2 <i>Avaliação individualizada de Bom Jesus e Querência.....</i>	<i>124</i>
4.2.2.1 <i>Desenvolvimento endógeno em Querência</i>	<i>124</i>

4.2.2.2 Níveis de concordância em relação ao desenvolvimento endógeno em Querência ...	126
4.2.2.3 Níveis de neutralidade em relação ao desenvolvimento endógeno em Querência.....	127
4.2.2.4 Níveis de discordância em relação ao desenvolvimento endógeno em Querência	129
<i>4.2.3 Desenvolvimento endógeno em Bom Jesus</i>	<i>131</i>
4.2.3.1 Níveis de concordância em relação ao desenvolvimento endógeno em Bom Jesus ..	133
4.2.3.2 Níveis de neutralidade em relação ao desenvolvimento endógeno em Bom Jesus	135
4.2.3.3 Níveis de discordância em relação ao desenvolvimento endógeno em Bom Jesus....	136
<i>4.2.4 Confrontação dos níveis de concordância e discordância entre Bom Jesus e Querência</i>	<i>138</i>
<i>4.2.5 Avaliação dos contextos internos de desenvolvimento de Bom Jesus</i>	<i>139</i>
4.2.5.1 Avaliação de homens e mulheres sobre o desenvolvimento de Bom Jesus	139
4.2.5.2 Avaliação com base no nível educacional sobre o desenvolvimento de Bom Jesus..	148
4.2.5.3 O desenvolvimento em função da faixa etária da população de Bom Jesus	156
4.2.5.4 O desenvolvimento em função da faixa de renda mensal em Bom Jesus	172
4.2.5.5 O desenvolvimento em função do nível de participação política em Bom Jesus.....	174
4.2.5.6 O desenvolvimento em função do setor de ocupação de trabalho de Bom Jesus.....	182
<i>4.2.6 Avaliação dos contextos internos de desenvolvimento de Querência</i>	<i>184</i>
4.2.6.1 Avaliação de homens e mulheres sobre o desenvolvimento de Querência	184
4.2.6.2 Avaliação com base no nível educacional sobre o desenvolvimento de Querência...	186
4.2.6.3 O desenvolvimento em função da faixa etária da população de Querência	202
4.2.6.4 O desenvolvimento em função da faixa de renda mensal da população de Querência	209
4.2.6.5 O desenvolvimento em função do nível de participação política em Querência.....	222
4.2.6.6 O desenvolvimento em função do setor de ocupação de trabalho de Querência	237
4.3 Discussão e confrontação com a teoria	240
<i>4.3.1 Políticas de desenvolvimento regional</i>	<i>240</i>
4.3.1.1 Políticas de incentivo à mobilidade de fatores e capital de organização.....	241
4.3.1.2 Políticas de promoção de bem-estar material e imaterial de territórios	243
4.3.1.3 Políticas de mobilização e valorização de capital endógeno	244
4.3.1.4 Políticas de promoção das externalidades da competitividade territorial e empresarial	246
<i>4.3.2 Desenvolvimento territorial.....</i>	<i>247</i>
<i>4.3.3 Bom Jesus e Querência sob as lentes e implicações da nova economia institucional..</i>	<i>249</i>
<i>4.3.4 Mudanças em matrizes institucionais.....</i>	<i>251</i>

<i>4.3.5 Macropolíticas para desenvolvimento urbano e rural em Bom Jesus e Querência.....</i>	<i>253</i>
5 CONCLUSÕES.....	255
REFERÊNCIAS.....	263
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA FUNDAMENTADO	
TEORICAMENTE.....	280
APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	282

1 INTRODUÇÃO

De modo geral, demanda-se que as políticas públicas possuam atributos além da eficiência para que sejam sustentáveis e capazes de promover mudanças nos padrões de consumo e produção. Elas precisam ser aplicadas de forma a atender às particularidades, levando em consideração suas limitações e necessidades. Dessa maneira, caracterizam-se como um conjunto de intervenções e diretrizes sob a responsabilidade dos atores governamentais, que devem tratar com legitimidade os problemas públicos, utilizando recursos públicos.

Nesse contexto, o meio urbano ganhou relevância, uma vez que a contemporaneidade transformou a cidade em um lugar de destaque para a discussão de políticas públicas voltadas para a coletividade e a melhoria da qualidade de vida. Nesse processo, é comum que a arquitetura das políticas públicas de desenvolvimento regional em determinado sistema de planejamento integre várias políticas, atribuindo ou não o *status* de política estruturante a determinadas categorias (Figueiredo, 2009).

Nesse nível de organização do aparato estatal para ação em espaços específicos, a macropolítica se configura como um instrumento de política pública ampla, voltada para a resolução de problemas por meio de estratégias abrangentes e gerais. A macropolítica urbana serve como base para a formação da dinâmica das cidades e comunidades locais, sendo um elemento significativo e observável das relações políticas. Consiste em amplos sistemas solidificados e socialmente sancionados, mas apresenta dificuldades em gerar resultados diretos no cotidiano dos cidadãos. Como as falhas de mercado estão associadas a essas macropolíticas, intervenções que produzam resultados sociais positivos nos contextos urbanos locais são essenciais tanto para a cidade quanto para os limites geográficos municipais (Zamboni; Barros, 2012). Em termos práticos, essas políticas públicas urbanas são implementadas usando ferramentas clássicas, como políticas de crédito, regimes de subvenção fiscal e transferências regionais de renda.

A micropolítica urbana, por sua vez, é um aspecto invisível das interações políticas, condicionando fluxos que geram um ambiente social dinâmico na cidade (Rolnik, 2011). Para detectar essa expressão da micropolítica em uma área urbana, é necessário observar os fluxos existentes entre o espaço e seus usuários. Diferentes modos de afetação, imaginários, significados e percepções são carregados e expressos por esses fluxos (Silva *et al.*, 2022). As tentativas de separar os ambientes urbanos de suas conexões com o contexto rural na construção de pequenas cidades, com base em macro e micropolíticas, têm se mostrado artificiais, especialmente no Brasil (Veiga, 2004).

Como alternativa à fragilidade conceitual que artificializa as delimitações entre urbano e rural em pequenos municípios, Dallabrida (2020) defende que o termo território abarca uma gama de complexidade e heterogeneidade da realidade, a partir do conceito de desenvolvimento local e regional, levando em consideração suas especificidades ambientais, os atores sociais e as ações geradas para mobilizar estratégias de projetos para desenvolvimento efetivo. Em proximidade com o conceito de micropolítica trazido por Rolnik (2011) para explicar a dinâmica local, grupos comunitários, redes de infraestrutura, unidades de negócios e intermediários comerciais podem ser compreendidos no âmbito territorial, a partir de nucleações institucionalizadas nos espaços urbanos de sustentação das ações sociais, políticas e econômicas. Para isso, é necessário empregar estratégias de gestão que facilitem a articulação dos governos e das instituições locais, bem como da sociedade.

O conceito de território, ou a abordagem territorial do desenvolvimento, inclui variáveis que vão além das preocupações econômicas e técnico-produtivas. Esses elementos estão indissociavelmente ligados às mudanças políticas e organizacionais na gestão e no comportamento do Estado, a partir das políticas públicas e das interações entre as pessoas e organizações que compõem a sociedade civil e o Estado (Favareto, 2007), tanto nos contextos urbanos quanto rurais. Embora diversos aspectos da teoria do desenvolvimento local devam ser investigados para considerar, conjunta e isoladamente, as dimensões urbanas e regionais de pequenos municípios, é fundamental notar que ela possibilita um conhecimento mais aprofundado dos processos de desenvolvimento territorial nesses contextos específicos. Uma abordagem territorial do desenvolvimento local precisa, antes de tudo, considerar a preponderância dos fluxos econômicos e de negócios urbanos e rurais, indo além das demarcações arbitradas por critérios artificializados.

Nessa direção, numerosos fatores influenciam o desenvolvimento local nesses municípios, como as economias de aglomeração, relacionadas tanto com as famílias quanto com as empresas urbanas e rurais; as localizações contínuas que estabelecem a estruturação do espaço econômico; a mobilidade dos fatores de produção; o processo de difusão espacial; as inovações; e o investimento regional, reconhecendo fatores políticos e sociais (Llorens, 2001). Considerando apenas a perspectiva comercial, essas relações podem ser captadas pelos graus de densidade das empresas, pela especialização produtiva e pelas dinâmicas que envolvem a economia e a sociedade local. A compreensão dessa lógica central para o desenvolvimento local permite imaginar um processo que vai desde a mobilização dos territórios para o desenvolvimento, passando pela elaboração de uma rede de atores locais que proporcionem um ambiente favorável, até uma rede de empreendimentos que possam potencializar o

desenvolvimento dessas regiões, gerando maior densidade comercial, alto grau de especialização produtiva e bom dinamismo econômico e social nesses territórios urbanos e rurais (Almeida, 2019).

Numa perspectiva regional que considere a densidade das atividades econômicas e os recursos tangíveis e intangíveis emergentes das realidades locais, surge a ideia de desenvolvimento endógeno, que pode ser conceituado como um processo de crescimento econômico. Isso implica uma abrangência contínua, vinculada à capacidade de agregar valor à produção, bem como à capacidade de retenção na região, ocorrendo pela absorção do excedente econômico gerado pela economia local e/ou pela ação de alguns recursos oriundos de outras regiões. Essa dinâmica é a principal responsável pelo aumento do emprego e da renda local ou regional (Pacheco, Benini, 2018). Dois pressupostos metodológicos nucleares são partilhados entre a teoria territorial do desenvolvimento e o desenvolvimento endógeno: a conceitualização do espaço econômico e a ênfase nas ações que emanam de baixo para cima nas políticas de desenvolvimento. O território não deve aceitar, irrefletidamente, decisões externas, permitindo-lhe responder estrategicamente às dificuldades e tomar decisões em busca de suas intenções e vocações próprias (Barquero, 2002); assim, é viável identificar padrões diferenciados de desenvolvimento urbano-rural em pequenos municípios de uma mesma região.

Nesse contexto teórico-conceitual, a presente pesquisa revela uma perspectiva interdisciplinar ao tratar das políticas públicas e do desenvolvimento local em pequenos municípios, especificamente em Bom Jesus, Goiás, e Querência, Mato Grosso. A intenção é, a partir do recorte dessas localidades, demonstrar as dinâmicas políticas frente ao desenvolvimento urbano-rural. A interdisciplinaridade se manifesta na forma como diversas disciplinas – como urbanismo, economia, política e sociologia – se integram para compreender a complexidade das dinâmicas nessas localidades. Ao analisar a macropolítica e a micropolítica urbana, a pesquisa transcende fronteiras disciplinares, reconhecendo que a compreensão completa dos processos de desenvolvimento local requer uma abordagem ampliada, que considere tanto os aspectos amplos e estruturais quanto os detalhes das dinâmicas locais. Essa interdisciplinaridade se constitui em elo para identificar as conexões entre as políticas públicas, a dinâmica social e econômica, bem como os contextos urbanos e rurais, permitindo uma análise mais abrangente e contextualizada.

Além disso, a pesquisa busca destacar a importância da interdisciplinaridade ao explorar o conceito de território na perspectiva do desenvolvimento local. De acordo com Japiassú (1976), a interdisciplinaridade se manifesta na intercomunicação entre as disciplinas e suas respectivas variáveis, considerando elementos que vão além das questões econômicas, como

mudanças políticas, organizacionais e interações sociais. A abordagem territorial do desenvolvimento torna-se intrinsecamente interdisciplinar ao entender que o território é um espaço complexo e heterogêneo, influenciado por fatores sociais, políticos e ambientais, demandando a integração de saberes provenientes de distintas disciplinas. Assim, a pesquisa ultrapassa os limites das demarcações tradicionais entre urbano e rural, reconhecendo que o desenvolvimento local é um fenômeno multifacetado, a exigir uma abordagem interdisciplinar, para compreender sua complexidade e promover estratégias de intervenção e promoção do desenvolvimento sustentável.

Diante do cenário teórico e empírico, em que as dinâmicas de desenvolvimento urbano-rural de pequenos municípios, sob uma perspectiva institucionalizada, não demonstram clareza quanto às suas lacunas, a presente pesquisa busca explorar os efeitos de macropolíticas e micropolíticas locais e seus impactos. Nesse contexto, o **problema da investigação** é o desenvolvimento urbano-rural institucionalizado na dinâmica de pequenos municípios pela endogenização dos efeitos de macropolíticas nas micropolíticas locais. A **pergunta de pesquisa** que delimitará a investigação é: quais são os fatores que influenciam o desenvolvimento urbano-rural institucionalizado na dinâmica de pequenos municípios pela endogenização dos efeitos de macropolíticas nas micropolíticas locais nos municípios de Bom Jesus (GO) e Querência (MT)?

O objetivo da investigação é avaliar as bases do desenvolvimento urbano-rural institucionalizado na dinâmica de municípios de pequeno porte pela endogenização dos efeitos de macropolíticas nas micropolíticas locais. Para isso, a pesquisa tem, como objetivos específicos:

- 1) conceitualizar aspectos e definições relacionadas ao desenvolvimento local;
- 2) contextualizar a relevância das macro e micropolíticas para o desenvolvimento, considerando o âmbito rural e urbano;
- 3) discutir as bases do desenvolvimento urbano-rural dos municípios de Bom Jesus (GO) e Querência (MT), como recortes espaciais, a partir dos dados coletados pela aplicação de questionários;
- 4) avaliar, com base na perspectiva dos cidadãos residentes nos dois municípios investigados, os fatores que influenciam o desenvolvimento endógeno local a partir da influência de macropolíticas nas micropolíticas para a dinâmica urbano-rural, contribuindo para uma gestão urbana mais eficiente.

1.1 Justificativa teórico-empírica e justificativa da tese

Como premissas para avançar na investigação a partir do problema de pesquisa declarado, é possível observar que cada território tem sua rota de crescimento e que as regiões apresentam algum comportamento inovador do ponto de vista do desenvolvimento endógeno, permitindo diferenciações locais e regionais. A dinâmica socioeconômica local, para ser viável como sistema produtivo, deve introduzir e criar paradigmas em relação ao sistema produtivo local e regional. Para isso, o desenvolvimento endógeno necessita da elaboração de um cenário institucional e de um panorama econômico favorável que, ao combinar o uso de ferramentas e produtos/serviços locais, promova a interação e a cooperação entre atores para o desenvolvimento urbano-rural a partir de intencionalidades e recursos locais. Além do aspecto material dos recursos, essa colaboração está relacionada ao acúmulo de capital social, o que indica conexões institucionalizadas, baseadas em normas ou redes sociais (Panassol, 2020).

Ademais, o desenvolvimento local deve ser realizado por meio de sistemas políticos competentes de gestão de recursos e pelo processo de reconhecimento de necessidades, demandas e potencialidades, buscando, por meio de técnicas de uso consciente da biodiversidade, melhorar a qualidade de vida dos habitantes da comunidade local (Bellingieri, 2017). É de suma relevância destacar que a biodiversidade se caracteriza como um ponto importante da discussão presente na pesquisa devido aos seus impactos e às influências na produção e no desenvolvimento rural, especialmente porque uma das localizações se encontra em uma região de transição entre o Cerrado e a Amazônia, fator que condiciona o perfil de desenvolvimento de cada cidade.

Do ponto de vista institucional, outra premissa é que os efeitos das políticas públicas de desenvolvimento regional ocorrem exclusivamente a partir de práticas, visando o domínio das políticas públicas urbano-regionais, independentemente da administração pública, atuando diretamente por influências políticas nas falhas de mercado, para gerar resultados sociais diferenciados. As políticas públicas de desenvolvimento local e regional resultam, portanto, de como as falhas de mercado existentes nas regiões são enfrentadas, considerando tendências normativas por meio de um nível politicamente desejável, em um ciclo sucessivo de equilíbrios frágeis entre o comportamento da região, que varia ao determinar o que constitui um desenvolvimento bem-sucedido (Monteiro Neto; Castro; Brandão, 2017).

As políticas de desenvolvimento endógeno tendem a se concentrar em arranjos institucionais de governança para viabilizar infraestruturas alinhadas com demandas do ambiente externo e com a capacidade empreendedora local. Ressalta-se que a relação entre as

políticas e a adoção da região como pilar de aprendizado, geração e acúmulo de conhecimento empreendedor avança as funções das políticas públicas como instrumentos capazes de valorizar uma região por meio da manutenção de sua cultura empreendedora. Esse tipo de política pública de desenvolvimento regional endógeno inclui ações para valorizar clusters regionais, sejam eles ligados à tecnologia, à inovação, à logística ou aos centros de inovação tecnológica, vinculados ao fomento à pesquisa e à formação correlata no setor de recursos humanos e polos de inovação tecnológica (Arruda Mauro, 2018).

Dessa forma, as políticas de desenvolvimento regional cumprem o papel de apoiar diretamente o contexto institucional de cada região, levando em conta seus apoios, diversidades, referenciais tecnológicos e outros elementos fundamentais para formar uma rede de cooperação entre instituições. O objetivo é que essas políticas públicas, em conjunto com a gestão pública, gerem mais fomento relacionado ao desenvolvimento estratégico e organizacional das instituições, garantindo a sustentabilidade institucional (Porto; Macedo, 2018).

Operacionalmente, essas premissas podem ser articuladas e alinhadas logicamente a partir do ferramental intelectual construído pela perspectiva do neoinstitucionalismo econômico, que desempenha um papel fundamental no desenvolvimento urbano-rural, pois enfoca as instituições e as regras que moldam a interação entre agentes econômicos nesses contextos. No meio rural, as instituições desempenham um papel importante na organização e governança das atividades agrícolas e agropecuárias, influenciando diretamente o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais (Silva; Viana; Hoff, 2017) no meio urbano, que centraliza grande parte do apoio para as atividades rurais nos pequenos municípios brasileiros, essas instituições também exercem um papel primordial na promoção do desenvolvimento sustentável e equilibrado. No contexto urbano, elas facilitam o acesso a mercados, tecnologias e serviços essenciais, além de promoverem políticas públicas que incentivam a inovação e a diversificação econômica. Isso fortalece a interdependência entre as áreas urbanas e rurais, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e para a melhoria da qualidade de vida da população como um todo. Por meio de uma abordagem institucionalista, é possível analisar as dinâmicas de poder, os processos de mudança e a evolução das instituições rurais. Compreender as interações complexas entre as instituições formais e informais no meio rural e urbano de pequenos municípios é altamente relevante para desenvolver políticas públicas adequadas, promover a inclusão social, estimular a sustentabilidade ambiental e impulsionar o crescimento econômico equitativo nas áreas urbanas e rurais (Silva, 2014; Panassol, 2020).

As bases institucionais que levaram ao desenvolvimento de Bom Jesus (GO) e Querência (MT) podem estar, em tese, na presença de uma economia diversificada, com destaque para o setor agropecuário e agrícola, que impulsionam a geração de empregos e renda na região. Além disso, as cidades contam com instituições locais atuantes e engajadas, que promovem ações voltadas para o desenvolvimento socioeconômico e o fortalecimento do empreendedorismo local.

A articulação entre os setores público e privado, aliada ao apoio do poder público municipal, também tem desempenhado um papel fundamental na criação de um ambiente favorável aos negócios e ao progresso da cidade. Há, entretanto, particularidades relevantes em cada cidade, com a primeira tendo seu desenvolvimento endógeno significativamente voltado para a manufatura da cana e da soja, enquanto a segunda se desenvolve sem a interferência da indústria sucroalcooleira. Tais fatores são relevantes para as discussões realizadas na presente pesquisa, a partir das perspectivas institucionais macro e micropolíticas, incidentes e condicionantes de duas matrizes de desenvolvimento endógeno urbano-rural local, ainda bastante indefinidas tanto para a literatura quanto para atuantes em políticas públicas.

Levando em consideração o citado, é possível notar a **originalidade** e o **ineditismo** da tese, complementados pela abordagem metodológica utilizada para confrontar o referencial teórico-conceitual que procura explicar o desenvolvimento a partir dessas abordagens e como as coletividades desses dois municípios brasileiros as avaliam. Depreender as lacunas existentes nos assuntos vinculados ao contexto urbano-rural é essencial para estabelecer conexões relevantes para o desenvolvimento do País, principalmente quando se trata da correlação entre macropolíticas e o neoinstitucionalismo no âmbito brasileiro, uma temática pouco explorada no meio acadêmico. Um segundo ponto a ser mencionado é o ineditismo da presente pesquisa, de suma importância para o desenvolvimento urbano-rural de cidades como Bom Jesus de Goiás e Querência. Ambas as regiões têm como base econômica o agronegócio, o que torna fundamental o estudo aprofundado dessa atividade e de seus impactos sociais, econômicos e ambientais. Nesse sentido, destacam-se alguns pontos relevantes que justificam a necessidade de pesquisas voltadas para esse setor nessas localidades.

Primeiramente, Bom Jesus de Goiás se destaca como pioneira no plantio de soja, milho e outros grãos na região sudoeste de Goiás. Esse pioneirismo traz consigo a importância de investigar as práticas agrícolas adotadas nessa área, buscando aprimorar as técnicas utilizadas, aumentar a produtividade e a preservação ambiental. Com isso, é possível abordar pontos relevantes, que promovam o desenvolvimento econômico da região sem comprometer o meio ambiente e a qualidade de vida das comunidades locais.

Esse município se destaca no setor sucroalcooleiro, influenciado por três unidades de usinas de cana-de-açúcar: Panorama, Goiás e Usina Bonsucesso. Embora essas usinas não estejam localizadas no município fiscal de Bom Jesus, elas desempenham um papel relevante na economia e no desenvolvimento da cidade. Com base nessas informações, é possível tomar decisões estratégicas, que beneficiem a população local e promovam um crescimento sustentável.

Querência, por sua vez, é uma cidade colonizada e incentivada pela população gaúcha, que se dedica ao agronegócio como base de sua economia. O ineditismo da pesquisa viabiliza o estudo das particularidades do agronegócio nesse município, levando em consideração as características dos biomas Cerrado e Amazônico presentes na região. Compreender as demandas específicas desses biomas e suas interações com as atividades agrícolas é fundamental para promover a sustentabilidade, conservar a biodiversidade e evitar a degradação ambiental.

Um aspecto relevante em ambas as cidades é a redistribuição de riqueza proporcionada pelo agronegócio. Em Querência, os produtores estão mais equitativamente distribuídos, o que [parece contribuir](#) para mais justiça social e o fortalecimento da economia local. Por outro lado, em Bom Jesus de Goiás, a concentração de riqueza se encontra, em sua maioria, entre as usinas sucroalcooleiras e alguns poucos produtores. Essa dinâmica deve ser objeto de investigação e análise, a fim de identificar possíveis desequilíbrios socioeconômicos e propor medidas que promovam uma distribuição mais equitativa dos benefícios gerados pelo agronegócio.

Em suma, a presente pesquisa se propõe a analisar, interdisciplinarmente, as dinâmicas de desenvolvimento urbano-rural nos municípios de Bom Jesus de Goiás e Querência, enfatizando a importância do agronegócio como motor econômico e suas interações com os biomas locais. O estudo destaca a relevância das macropolíticas e micropolíticas, bem como o papel das instituições na promoção de um desenvolvimento sustentável e equitativo. Ao abordar as particularidades de cada município e as lacunas existentes na literatura, esta tese busca subsidiar a formulação de políticas públicas que promovam a inovação, a preservação ambiental e a justiça social, contribuindo para o crescimento integrado e sustentável das regiões estudadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

O presente capítulo busca explorar conceitos relevantes para a construção do contexto em que se insere a pesquisa. A intenção é, mediante estudos anteriormente realizados, compreender como ocorre a prática das políticas urbanas, levando em consideração aspectos fundamentais que alicerçam os macros e micros sistemas sociopolíticos que compõem o cenário atual e suas projeções para contextos locais e regionais de desenvolvimento. Para isso, o primeiro tópico aborda os conceitos de macropolítica e micropolítica, relacionando-os ao contexto urbano e ao desenvolvimento das cidades. Discute-se a forma como essas políticas influenciam os modos de vida e os fluxos existentes nos espaços urbanos, bem como os instrumentos utilizados para promover o desenvolvimento regional. Destaca-se a importância desses instrumentos macropolíticos para o desenvolvimento das pequenas cidades, ressaltando que, apesar de não serem concebidos como instrumentos regionais, eles podem contribuir significativamente para o crescimento e o progresso local.

O segundo tópico aborda o desenvolvimento endógeno e local, diferenciando-os a partir de ações direcionadas ao progresso e gerando argumentações vinculadas às políticas brasileiras e suas aplicabilidades. A intenção é discutir as concepções de progresso e desenvolvimento, destacando a evolução desses conceitos ao longo do tempo. Enfatiza-se a necessidade de considerar diversas dimensões – econômica, social, política e ambiental – no desenvolvimento local, abordando a importância da participação dos cidadãos e da articulação entre fatores e atores da sociedade, de modo a promover transformações sociais e melhorias ambientais. Também são apresentadas as ideias de desenvolvimento endógeno e sustentável, destacando a importância da participação ativa da comunidade e do uso consciente dos recursos para alcançar o desenvolvimento local.

O terceiro tópico aborda a relevância das políticas públicas de desenvolvimento regional na superação das falhas de mercado e na busca por resultados sociais positivos. Destacam-se três macropolíticas de desenvolvimento: políticas voltadas para o crescimento e desenvolvimento regional, políticas de promoção do bem-estar territorial e políticas de qualificação e modernização de empresas. Ademais, também explora a governança multinível e a participação ativa dos atores políticos na busca por melhorias no desenvolvimento urbano e rural, apresentando uma visão geral das políticas públicas e sua relação com o desenvolvimento regional.

O quarto e último tópico do referencial discute o institucionalismo econômico e suas abordagens, como o antigo institucionalismo, a nova economia institucional e o

neoinstitucionalismo. Enfatiza-se a importância das instituições na ordenação de conflitos e na otimização da eficiência econômica, considerando os mecanismos de ação coletiva. São mencionados os níveis macro e micro de análise institucional, assim como os pressupostos da nova economia institucional, como falhas de mercado, transações e custos, tecnologia e dependência de trajetória, enfatizando a relevância do institucionalismo para compreender as mudanças econômicas e o desenvolvimento, levando em conta fatores históricos, sociais e tecnológicos.

Nesse contexto, os fundamentos teórico-conceituais buscam demonstrar que o desenvolvimento urbano-rural, sob a perspectiva institucionalizada, nas dinâmicas que ocorrem em pequenos municípios por meio do movimento endógeno, tende a sofrer influências das macropolíticas nas micropolíticas locais na região Centro-Oeste do Brasil. Assim, a presente pesquisa visa gerar reflexões significativas sobre as dinâmicas que compõem o cenário atual, destacando pontos relevantes para construir novas pesquisas e otimizar os processos urbano-rurais no desenvolvimento regional.

2.1 Macropolíticas para o desenvolvimento urbano

Conceitualmente, a macropolítica pode ser considerada uma ampla parcela observável das relações políticas. É a partir dela que o indivíduo é constituído por unidades, reduzindo a multiplicidade nas suas totalizações. Ela representa estruturas consolidadas e legitimadas pelo meio social. Por esse motivo, a literatura refere-se à “parcela visível”, indicando que a macropolítica é parte das organizações e estruturas que compõem a sociedade. Além disso, pode ser também compreendida com a analogia com uma árvore, já que “seu traçado evolui segundo um plano de organização previsível e controlável, um programa: raiz, eixo central e fixo; em torno do eixo, as partes tornam-se eixos secundários – e assim, sucessivamente, formando um todo” (Rolnik, 2011, p. 60).

Em contraposição, a micropolítica, que representa a parcela invisível das relações políticas, diz respeito aos fluxos moleculares que dinamizam os sujeitos no meio social através de seus desejos e vontades. Diferentemente da macropolítica, a micropolítica carece de uma estrutura consolidada e está em constante transformação; refere-se, então, à intensidade, e não à unidade em si. “Nesse percurso nada mais é fixo; nada mais é origem, nada mais é centro, nada mais é periferia, nada mais é, definitivamente, alguma coisa” (Rolnik, 2011, p. 60).

Esses conceitos de macropolítica e micropolítica, quando implementados no contexto urbano, estão diretamente vinculados aos modos de vida, uma vez que a cidade é caracterizada

como um espaço político que considera ambos os conceitos. Para melhor compreensão, é necessário entender que, para identificar uma manifestação micropolítica em um espaço urbano, é preciso observar os fluxos existentes entre o espaço e seus usuários. Esses fluxos são responsáveis por carregar e expressar diversas maneiras de afetação, imaginários, significados e percepções (Silva *et al.*, 2022).

Nessa mesma linha de raciocínio, a macropolítica funciona como forma de massificação dos fluxos, inicialmente construídos individualmente para, posteriormente, tornarem-se coletivos. Uma das formas de manifestação da macropolítica nas cidades diz respeito aos focos de investimento e à disponibilização de recursos (Santos, 2005). Complementarmente, para que os objetivos regionais de cunho político sejam atingidos, é necessário utilizar as ferramentas disponíveis, que colocam em prática as políticas públicas urbanas. Enquanto os instrumentos de micropolítica são utilizados para regular a distribuição de mão de obra e capital entre a indústria e a região, os de macropolítica são empregados para alterar as receitas e as despesas (Santos, 2005). Grande parte dos instrumentos macropolíticos não é reconhecida como instrumentos regionais, mas passam a assumir um efeito regional de suma importância para o desenvolvimento urbano. No desenvolvimento de pequenas cidades, tanto no Brasil quanto na Europa, é possível observar diversos elementos que compõem o cenário macropolítico. É importante salientar que pequenos municípios são distintos de pequenas cidades (Zamboni; Barros, 2012).

Ao se analisar como cada ator assume seu papel na dinâmica das cidades e como influencia sua organização, é possível explorar os instrumentos macropolíticos que desempenham um grande poder regional (Lobo; Cunha, 2019). A maioria desses instrumentos, como mencionado, não tem suas raízes de concepção semelhantes aos instrumentos regionais, mas podem contribuir significativamente para o desenvolvimento de uma região. Alguns desses instrumentos incluem: a política de crédito diferenciada regional, o regime de subvenção fiscal direcionado para determinada região e as transferências regionais de renda (Zamboni; Barros, 2012). É importante ter em mente que o principal instrumento de política macro não concebido como um instrumento regional é a política tributária, incluindo os gastos sociais.

Nesse sentido, os instrumentos vinculados à política fiscal podem ter dois papéis atribuídos às suas dinâmicas: as ações controladas e a estabilização automática. Muitos impostos, bem como pagamentos de transferência, são projetados com a intenção de estabilizar automaticamente as questões de emprego e renda. Por exemplo, a receita dos impostos de renda pode ser facilmente modificada, ajustando-se a base do imposto de renda ou as alíquotas (Macedo; Porto, 2018).

No mercado de trabalho, a política macro assume uma natureza diferente quando aplicada. A questão do desemprego nas regiões menos desenvolvidas pode ser abordada de várias maneiras: a primeira abordagem é de mercado, focada em melhorar e aumentar a flexibilidade dos mercados de trabalho; a segunda visa aumentar significativamente o potencial de produção das regiões apoiadas. Essas políticas podem influenciar e impactar diretamente a demanda e a oferta de determinada cidade (Taylor, 1997).

Por outro lado, é possível considerar os programas de desenvolvimento ligados à macropolítica como um dos mais relevantes instrumentos integrados das políticas públicas regionais. Comparados às medidas de cunho privado de regulação estatal típicas de desenvolvimento econômico territorial, esses programas têm centralidade na resolução de tarefas por meio de suas táticas (Zamboni; Barros, 2012). Nesse contexto, é viável ressaltar que a macropolítica trata da relação estabelecida entre o Estado, as empresas e os cidadãos, visando a tomada de decisões vinculadas ao crescimento e ao desenvolvimento do País. Essa dinâmica favorece o desenvolvimento urbano e coloca em pauta questões relacionadas ao desenvolvimento endógeno, visto que novas estratégias de desenvolvimento regional são criadas em prol do progresso local (Baltazar, 2022).

As implicações teóricas e práticas dos conceitos de neoinstitucionalismo das políticas públicas macro e micropolíticas para o estudo sobre o desenvolvimento urbano-rural endógeno dos municípios de pequeno porte estão na influência das instituições formais e informais no planejamento e na implementação das políticas de desenvolvimento; nas práticas adotadas pelos atores envolvidos na formulação e implementação dessas políticas; na capacidade administrativa dos governos municipais para gerir os recursos e promover o desenvolvimento; e na participação da sociedade civil e dos diferentes grupos sociais nas decisões e ações relacionadas ao desenvolvimento urbano-rural (Silva; Carvalho; Domingos, 2018).

O desenvolvimento local endógeno tem se mostrado uma abordagem promissora e relevante diante dos desafios trazidos pela globalização e pelas demandas das comunidades locais. Ao considerar as características específicas de cada território, suas potencialidades e seus recursos, essa abordagem busca promover um crescimento econômico sustentável e inclusivo, gerando benefícios para a população e fortalecendo as relações sociais. Nesse cenário contemporâneo, percebe-se uma mudança de paradigma em relação às estratégias de desenvolvimento, que agora valorizam as particularidades locais e a participação ativa dos atores envolvidos. A ênfase está na construção de políticas públicas que levem em conta as aspirações coletivas, priorizando a qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e o fortalecimento das redes sociais e econômicas (Pieniz, 2013). Nesse contexto, o

desenvolvimento local endógeno se fundamenta em três pilares essenciais. Primeiramente, busca-se criar um ambiente propício para o crescimento por meio de políticas públicas que incentivem a interação e a cooperação entre diferentes atores locais, como empresas, associações empresariais, instituições de ensino, governos e instituições de crédito e pesquisa. Essa articulação entre os diversos agentes contribui para o surgimento de arranjos produtivos locais, nos quais a especialização produtiva e a densidade empresarial são elevadas, gerando economias de escala e mais competitividade (Santos; Arceno; Pinto Filho, 2008).

Em segundo lugar, o desenvolvimento endógeno enfatiza a importância do capital social e, nesse processo, a construção de relações institucionalizadas e o fortalecimento do trabalho em rede são essenciais para o sucesso. A participação ativa da comunidade e a busca por consensos são fundamentais para elaborar e implementar políticas que atendam às demandas locais e promovam o bem-estar da população. Por fim, o desenvolvimento local endógeno busca valorizar os recursos e as potencialidades locais. A diversidade cultural, os saberes tradicionais, a tipicidade e a identidade territorial são elementos que devem ser considerados e integrados às estratégias de desenvolvimento. A valorização da cultura local agrega valor aos produtos e serviços, fortalece o sentimento de pertencimento e promove mais sustentabilidade social e ambiental (Santos; Arceno; Pinto Filho, 2008).

É importante ressaltar que o desenvolvimento local endógeno não se opõe ao desenvolvimento exógeno, mas sim complementa e enriquece as abordagens tradicionais. Ao valorizar as características locais, promover a participação e fortalecer as redes sociais e econômicas, essa abordagem busca construir um caminho sustentável e inclusivo para o desenvolvimento, superando desequilíbrios e criando oportunidades para todos. No entanto, é preciso reconhecer que a implementação do desenvolvimento local endógeno enfrenta desafios, como a construção de capacidades locais, a articulação entre os diferentes atores e a mobilização de recursos financeiros. Além disso, requer um compromisso real das autoridades e um engajamento efetivo da população (Bellingieri, 2017).

Em conclusão, o desenvolvimento local endógeno representa uma abordagem promissora para impulsionar o crescimento econômico e social de um território, considerando suas características específicas e promovendo a participação ativa dos atores locais. Ao fortalecer o capital social, valorizar os recursos locais e promover a sustentabilidade, essa abordagem busca construir um futuro mais justo e equilibrado, no qual as comunidades possam prosperar de forma sustentável. Para alcançar esse objetivo, é necessário um compromisso contínuo de todas as partes envolvidas e a busca por soluções inovadoras e criativas. Somente assim poderemos construir um desenvolvimento verdadeiramente inclusivo e sustentável. Para

melhor compreensão e clareza dos conceitos e suas relações, o próximo tópico aborda questões pertinentes ao desenvolvimento endógeno e local, conceitualizando cada fator que contribui para o surgimento de macropolíticas direcionadas para o progresso urbano.

2.2 Desenvolvimento endógeno e desenvolvimento local

As concepções modernas de progresso e desenvolvimento tiveram suas raízes no surgimento da sociologia. A perspectiva clássica construída em torno do progresso vinculava sua ocorrência à evolução contínua da economia de uma sociedade, entendida como um movimento gradual que supera as barreiras impostas por diversas tradições e afeições. Naquele período, ressaltava-se uma ideia evolucionista de progresso, que, por sua vez, deixava o desenvolvimento em segundo plano. A ênfase estava na linearidade das mudanças sociais, em um processo composto por várias etapas, cada uma superior à anterior (Freitas; Freitas; Dias, 2012).

Tal noção de progresso, frequentemente confundida com a concepção de desenvolvimento, acabou sendo atrelada ao discurso da modernização, formando uma representação global social. Tanto o progresso quanto o desenvolvimento são representados como processos formulados de mudança social, que podem ser implementados na sociedade como um todo (Sztompka, 1998). Posteriormente à Segunda Guerra Mundial, essa noção foi influenciada e direcionada pela macropolítica de indução relacionada ao desenvolvimento econômico de países integrantes do bloco geopolítico liderado pelos Estados Unidos. Toda a argumentação sobre a dinâmica social e suas alterações começou a partir dos anos 1960, revelando diversas limitações (Latouche, 2009). No Brasil, uma década depois, observou-se o caráter seletivo do modelo e suas inúmeras consequências, geradas por desigualdades sociais.

Da mesma forma, a noção de crescimento econômico mostrou-se ineficiente para suprir as necessidades provenientes das transformações estruturais dos sistemas, especialmente os socioeconômicos. Essa ideia foi caracterizada como reducionista, pois limitava o foco das ações capazes de promover o desenvolvimento ao âmbito restrito dos processos econômicos, frequentemente vinculados às inovações tecnológicas e caracterizados por uma visão estrita e quantitativa da produção. Tal ideia se preocupava apenas com prazos e demandas, baseando-se exclusivamente em uma concepção produtivista (Stiglitz, 2007). Para alguns autores, como Almeida (2019), a ideia de desenvolvimento, diferentemente da de progresso ou crescimento econômico, foi ressignificada por diversos atores, que ampliaram o cenário de promoção ao desenvolvimento a partir dos anos 1990. Novas linhas de raciocínio foram formadas e conceitos

atualizados, estabelecendo uma base sólida para questionamentos e reflexões sobre críticas sociais e promoção de desenvolvimento.

A partir do momento em que uma nova narrativa sobre o desenvolvimento começou a ser construída, as questões se ampliaram e as abordagens se diversificaram, evidenciando elementos anteriormente não mencionados. Essas novas abordagens passaram a definir dimensões como política, econômica, ambiental e social, agora caracterizadas como focos de transformações estruturais sociais no escopo de macropolíticas. Nesse contexto, a dimensão econômica começou a interagir em consonância com os aspectos sociais, políticos e ambientais, permitindo o bem-estar social e a justiça, por meio da reivindicação da participação ativa dos cidadãos nas decisões que afetam a sociedade (Simões; Simões, 2015).

Quando se trata do desenvolvimento de pequenas cidades a partir de macro e micropolíticas, as tentativas de isolar os contextos urbanos de suas conexões com o contexto rural parecem soar artificialmente, considerando que essas conexões podem se expandir para além das fronteiras administrativas que delimitam as municipalidades. A partir do conceito de desenvolvimento local e regional, a palavra território passa a englobar uma gama de complexidade e heterogeneidade da realidade, levando em consideração todos os seus aspectos ambientais específicos, bem como seus atores sociais e suas ações para mobilizar estratégias de projetos para o desenvolvimento (Dallabrida, 2020). No âmbito territorial, é possível relacionar as organizações comunitárias, as redes de infraestrutura, as unidades empresariais e os intermediários comerciais. Para que isso ocorra, é necessário utilizar métodos distintos de gestão, capazes de possibilitar a articulação entre os governos e as instituições locais, juntamente com a sociedade.

No âmbito brasileiro, até meados do século XX, a conceitualização de desenvolvimento não era tão ampla como atualmente. No cenário atual, é possível notar uma integração em relação ao termo, abrangendo seu significado e abrindo espaço para diversas vertentes (e.g., desenvolvimento econômico, social, sustentável, industrial), que vêm sendo estudadas de maneira integrada, levando em conta a importância de cada uma dessas dimensões. Nas décadas seguintes surgiu um caráter classificatório, principalmente no que diz respeito aos países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos, baseado em indicadores econômicos para sua classificação. Inicialmente, o objetivo era ser desenvolvido sem considerar o tipo de desenvolvimento. Posteriormente, a perspectiva mudou, passando a tratar não apenas no objetivo final, mas em todo o processo que levaria ao desenvolvimento esperado. O desenvolvimento singular passou a não ser mais aceito, abrindo espaço para um desenvolvimento pluralizado, no qual diversas formas de desenvolvimento passaram a ser

levadas em conta, como o desenvolvimento econômico, local, material, endógeno, cultural, humano, entre outros (Lima; D'Ascenzi, 2018).

A partir de uma perspectiva histórica, no campo das macropolíticas, as pautas sobre desenvolvimento passaram a ser debatidas após a Segunda Guerra Mundial, intensificando-se com o objetivo de melhorar as condições sociais e enfrentar problemas anteriores, como desemprego, miséria, desigualdades políticas e sociais e discriminação racial. Nesse contexto, surgiram diversas declarações e conferências, sendo a mais significativa a Carta das Nações Unidas, publicada em 1945, na cidade de São Francisco. Posteriormente, no mesmo local, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de impulsionar os níveis e processos de desenvolvimento em suas mais variadas vertentes (Dias, 2011).

O destaque para o tema de desenvolvimento surgiu ainda mais forte quando a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento começou a ser debatida. O conceito de crescimento econômico passou a ser caracterizado como uma condição necessária para o desenvolvimento, desconsiderando a distribuição desses benefícios. Apesar do embate relacionado às diversas concepções de crescimento e desenvolvimento, é importante salientar que elas não são excludentes e, muitas vezes, são consideradas complementares. Essa discussão vem ganhando relevância devido à conceitualização econômica da palavra desenvolvimento. De acordo com alguns economistas, há uma necessidade intrínseca de elaborar um modelo padrão de desenvolvimento que englobe todas as vertentes econômicas e sociais. Segundo Dias (2011), o aumento do fluxo de renda real impactou coletivamente o significado de desenvolvimento.

Por volta das décadas de 1970 e 1980, o movimento crescente vinculado ao surgimento e ao avanço das tecnologias de produção e de produtos criou condições que exigiam um nível maior de qualificação por parte dos produtores. Essa qualificação deveria ser contínua, para garantir a qualidade dos serviços e produtos. Com o passar dos anos, novos conceitos surgiram, incluindo o conceito de globalização. É possível identificar, por trás da globalização, dois elementos básicos: a microeletrônica, como tecnologia genérica que viabiliza a globalização de maneira mais técnica possível, e a nova ordem política internacional, com a monopolaridade política. O regionalismo aberto e a multipolaridade econômica assumem importância na utilização da noção cunhada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e na descrição dos acordos comerciais entre os países (Boisier, 1999).

Nesse contexto, houve um aumento da concorrência nos mais variados setores e mercados, o que implicou diretamente a movimentação dos ajustes de mecanismos e sistemas produtivos em diversos locais, nos seus mais variados níveis, isto é, cidades, regiões e países.

As empresas que compõem o cenário atual não competem de maneira individual ou isolada e, portanto, é possível notar uma estimulação vinculada à formação de novas organizações do sistema das regiões e cidades, segundo as novas condições e divisões internacionais do trabalho (Lima; D'Ascenzi, 2018). Desse modo, a compreensão das possibilidades de desenvolvimento sob essas condições passa a depender da clareza na articulação entre micro e macropolíticas de desenvolvimento. Nessa articulação, os lócus urbano e rural parecem mais recortes temáticos para dar conta das naturezas distintas dessas duas dimensões dos municípios a partir da ideia de desenvolvimento endógeno.

Além das questões vinculadas à globalização, outro fator que obrigou uma readaptação na forma de atuação dos municípios e regiões foi a implantação do estado mínimo, gerada pela ideologia neoliberal, refletindo no enfraquecimento do Estado como figura máxima. Embora o governo local, na maioria das vezes, não disponha das principais ferramentas tradicionais quando se trata de política econômica, o Estado acabou partilhando o poder, criando um cenário no qual a governança local assumiu a liderança das ações e dos projetos. Isso resultou em interações nos mais variados segmentos econômicos e sociais da cidade e da região (Viana, 2019). Fatores sociais, ambientais, econômicos, políticos e institucionais, entre outros, influenciam o desenvolvimento local. Quando esses fatores são articulados, a interação entre fatores e atores da sociedade se torna essencial para que as transformações sociais ocorram, permitindo que os cidadãos participem ativamente da melhoria e preservação ambiental. A sustentabilidade pode ser incorporada em diversos projetos, para melhorar as condições do território, dialogando com suas realidades (Gomes; Ferreira, 2018). Diante dessas relações, o desenvolvimento territorial entra em uma disputa que Boisier (1999) compara a dois atletas. O primeiro jogador, representando o Estado, tem como meta oferecer condições para fomentar a economia e a região. O segundo atleta é responsável pela transformação e pelo crescimento vinculados ao desenvolvimento.

É importante salientar que o crescimento e o desenvolvimento de uma região estão interligados à maneira como são edificadas as micro e macropolíticas e também ao nível de liberdade fornecido pelo Estado para a construção dessas políticas. O processo de democratização na elaboração de propostas, assim como a inversão de prioridades para recuperar a infraestrutura e os serviços urbanos nas localidades mais carentes, pode ser considerada uma política essencial para viabilizar a qualificação da vida, criando um ambiente propício para o crescimento e o desenvolvimento local (Lima; D'Ascenzi, 2018).

Atualmente, a política regional trabalha com uma perspectiva baseada em um modelo de crescimento mais concentrado, propondo contribuir para a distribuição territorial de fatores

relevantes, como renda e emprego, pela aplicação de estímulos e investimentos em infraestrutura. Considerando as políticas tradicionais, os keynesianos destacam que as ações relacionadas à demanda favorecem a redistribuição de investimentos e renda. Esse movimento atua induzindo a realocação de plantas industriais para zonas problemáticas, enquanto os modelos e padrões neoclássicos sustentam e fortalecem o mercado, promovendo a mobilidade dos aspectos produtivos para propiciar a alocação adequada de recursos. Esses ajustes relevantes visam eliminar barreiras e obstáculos que impedem os fluxos de capital e trabalho de um lugar para outro (Izepão; Brito; Bergoço, 2020).

Em solo brasileiro, o desenvolvimento regional é abordado com base em um modelo de crescimento mais concentrado, buscando distribuir, equitativamente, fatores importantes como renda e emprego. Essas abordagens buscam superar barreiras e obstáculos, permitindo a livre movimentação de capital e trabalho entre as regiões, impulsionando o desenvolvimento no Brasil (Carvalho, 2014). No cenário atual, a economia regional incorpora noções de intertemporalidade e irreversibilidade da trajetória do desenvolvimento econômico, destacando que o passado tem fortes influências no presente e o presente influencia diretamente o futuro. As propriedades iniciais não dialogam com as propriedades de um tempo que ainda está por vir e, assim, a condição no tempo zero dificilmente pode ser recuperada posteriormente (Paiva *et al.*, 2018).

A nova maneira de atuar da economia regional é fundamentada na governança local para articular relações micropolíticas com macropolíticas. Isso direcionou essas instâncias a explorarem novas formas de financiamento, pois, à medida que não se verifica a repetição nem a reprodução do paradigma keynesiano da falta de equilíbrio fiscal, observa-se que os estados centrais continuam praticando uma política rígida baseada no controle da inflação. Esse engessamento revela uma forte tendência restritiva vinculada aos aspectos monetários e fiscais, responsáveis por enquadrar, de maneira relativa, os orçamentos dos governos em geral (Oliveira, 2021). A nova maneira de atuação pode ser destacada da seguinte forma: a nova função do Estado no desenvolvimento local fundamenta-se em uma intervenção pragmática, que não valoriza absolutamente o neoliberalismo nem o princípio de dirigismo estatal. Em relação ao primeiro, é necessário compreender que não se aceita a crença cega de que os preços são os únicos mecanismos de coordenação dos atos dos agentes de mercado. Quanto ao segundo, rejeita-se o dirigismo generalista, que conduz a uma hierarquia burocrática rígida e ao desperdício financeiro. Questões como a descentralização administrativa e fiscal entre as instâncias de governo e o acirramento da concorrência em um ambiente econômico aberto criam a necessidade de estimular novas aprendizagens contínuas e interativas em âmbito local, tanto

entre o proletariado e as empresas quanto entre as instituições públicas e privadas (Almeida, 2019).

Nesse contexto, o financiamento deve ser obtido pela geração de uma poupança pública e local, com o objetivo de recuperar a capacidade de investimento, melhorar a qualidade da infraestrutura e gerar impactos positivos em renda, emprego e produto. Quando uma poupança pública própria é criada, surge um novo cenário, que atrai parceiros para novos projetos de desenvolvimento. O financiamento deve considerar diversos aspectos locais e é fundamental distinguir entre espaço e território no contexto do desenvolvimento local. O conceito de espaço como suporte geográfico para atividades socioeconômicas geralmente implica homogeneidade e as preocupações associadas referem-se à distância, aos custos de transporte, à aglomeração de atividades e à polarização do crescimento. No entanto, a partir da perspectiva do desenvolvimento local e regional, interessa o conceito de território – que abrange a heterogeneidade e a complexidade do mundo real, suas características ambientais específicas, os atores sociais e sua mobilização em torno de diversas estratégias e projetos – e a existência e o acesso a recursos estratégicos para o desenvolvimento produtivo e empresarial. Em suma, em vez do conceito de espaço como contexto geográfico dado, o conceito de território como ator do desenvolvimento é enfatizado (Llorens, 2001).

Mesmo diante das diversas características que devem ser exploradas na teoria do desenvolvimento local, é importante salientar que ela permite compreender melhor os processos de desenvolvimento espacial. São inúmeros os fatores que impactam esse desenvolvimento, incluindo as economias de aglomeração, tanto as relacionadas às famílias quanto às empresas; as localizações contínuas, que estabelecem a estruturação do espaço econômico; a mobilidade de todos os fatores; o processo de difusão espacial, bem como as inovações; e o investimento regional, com o devido reconhecimento dos aspectos de natureza política e social. O reconhecimento desses aspectos é fundamental, pois o desenvolvimento local está intrinsecamente relacionado ao modo como a sociedade se organiza em relação às suas ações cívicas; ou seja, o desenvolvimento econômico e social é proporcional ao civismo. O pressuposto é que cada região administre internamente o capital social e humano, uma vez que a política de desenvolvimento local visa ultrapassar os desequilíbrios através do reforço de todas as regiões com ou sem potencial de desenvolvimento competitivo. Ou seja, é capaz de explorar o potencial de desenvolvimento existente no setor. Ao organizar o sistema local, cria-se um ambiente propício para gerar economias de escala, reduzir os custos de transação, aumentar os rendimentos e promover o crescimento econômico (Llorens, 2001).

Diversos autores destacam a importância do potencial existente no território. No entanto, no ambiente territorial, interagem organizações comunitárias, unidades empresariais, redes de infraestrutura e intermediários comerciais e financeiros. Isso exige o desenvolvimento de instituições democráticas, modernas, representativas, transparentes e competentes, que possibilitem o planejamento com a participação da população. Para isso, são necessários mecanismos de gestão diferenciados, que articulem governos e instituições locais com a sociedade (Moraes, 2003, p. 6). Considerando as estratégias de desenvolvimento local, a dinâmica desses mecanismos pode ser vista como uma resposta dos envolvidos locais aos desafios decorrentes do aumento da competitividade, originando processos endógenos. Todas as estratégias e estímulos do desenvolvimento local visam impulsionar o surgimento e a expansão dos negócios locais, favorecendo o desenvolvimento das empresas e dos recursos específicos que estabelecem a capacidade de atrair parceiros externos.

Considerando apenas a perspectiva comercial, é possível avaliar os graus de densidade das empresas, a especialização produtiva e a dinâmica que envolve a economia e a sociedade. Almeida (2019) propõe a divisão dos territórios em dois grupos distintos. O primeiro grupo inclui territórios com densidade empresarial abaixo da média, baixa especialização produtiva e dinamismo econômico e social inferior em comparação ao segundo grupo. Esse segundo grupo é formado por territórios com alta densidade empresarial, significativa especialização produtiva e elevada dinâmica econômica e social. No primeiro grupo, que abrange a maior parte do País, incluindo grandes centros urbanos, periferias metropolitanas e cidades menores, as ações devem focar no desenvolvimento local. A principal finalidade deve ser gerar maior protagonismo local, fortalecendo a rede de atores locais e capacitando-os para liderar processos de mudança e participar ativamente das decisões em seu território.

O segundo grupo é formado por arranjos produtivos locais, que consistem em empresas localizadas em um mesmo território, apresentando alta especialização produtiva e mantendo relações de articulação, cooperação, interação e aprendizagem. Essa rede é composta por diversos atores, como associações empresariais, instituições de ensino, governos, instituições de crédito e pesquisa. Nesse tipo de território, as ações são focadas no desenvolvimento local, mas com o objetivo de incrementar a competitividade dos centros dinâmicos. Essas ações visam facilitar a interação entre as empresas, ampliando suas capacidades de inovação e agregando mais valor aos produtos. Vendo o Arranjo Produtivo Local (APL) como um “centro dinâmico” para o desenvolvimento local, é possível imaginar um processo que começa com a mobilização dos territórios rumo ao desenvolvimento, passando pela elaboração de uma rede de envolvidos locais que propicie um ambiente favorável até a formação de uma rede de empresas

constitutivas, que podem potencializar o desenvolvimento dessas regiões. Isso gera mais densidade comercial, elevado grau de especialização produtiva e um bom dinamismo econômico e social nesses territórios. Outro ponto relevante é a conexão entre os produtos locais e a cultura do território, que tende a agregar valor significativo relacionado à tipicidade, à identidade territorial e à singularidade (Almeida, 2019).

As políticas de desenvolvimento local tendem a adotar uma postura proativa, superando desequilíbrios por meio do fomento dos territórios e constituindo um cenário de cooperação que aproveita o potencial de desenvolvimento existente. O mecanismo dinamizador, nesse contexto, é a resposta de todos os atores locais aos desafios gerados pelo aumento da competitividade. O processo de crescimento e de mudança estrutural ocorre devido à transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, ao aproveitamento das economias externas e à introdução de inovações, elevando o bem-estar da população de uma cidade ou região. Esse conceito está fundamentado na ideia de que localidades e territórios possuem recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, bem como economias de escala não aproveitadas, que formam seu potencial de desenvolvimento (Barquero, 2002).

A partir da perspectiva regional, o desenvolvimento endógeno pode ser conceituado como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua capacidade de agregar valor à produção e de retenção na região. Esse processo acontece pela absorção do excedente econômico gerado localmente e/ou pela atuação de recursos provenientes de outras regiões. Essa dinâmica resulta, principalmente, na criação de empregos e, conseqüentemente, na ampliação da renda local ou regional (Pacheco; Benini, 2018). O desenvolvimento endógeno teve suas origens na década de 1970, quando as propostas de desenvolvimento começaram a emergir de uma base local. Essas formas de desenvolvimento estão diretamente relacionadas às políticas públicas e a suas ações na sociedade. Existem duas linhas de pesquisa nesse contexto: a primeira é teórica, visando explicar o desenvolvimento com base em evidências empíricas e considerando questões regionais, que surgem da interpretação da industrialização (Panassol, 2020).

O desenvolvimento endógeno visa atender às necessidades e demandas da população local por meio da participação ativa da comunidade. Mais do que melhorar a posição do sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, seu objetivo é promover o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade como um todo. A estratégia de desenvolvimento não se limita a influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), mas também se estende às dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade (Barquero, 2002). Além disso, Barquero (2002) destaca, em sua obra, os detalhes da

origem teórica do desenvolvimento endógeno, incluindo a teoria do crescimento dualista, o controle local do desenvolvimento, a teoria da dependência, os rendimentos crescentes, a teoria do desenvolvimento, a acumulação de capital e a teoria territorial de desenvolvimento.

A grande teoria do desenvolvimento é o elemento principal que constitui uma das principais referências da teoria do desenvolvimento endógeno. Com ela, é possível compartilhar dois princípios: o primeiro é que fatores externos são necessários para o desenvolvimento de uma região ou cidade; o segundo é que a rede de empresas industriais é a principal geradora de economias externas, pois origina diversos mercados internos (Barquero, 2002). O desenvolvimento endógeno, juntamente com o crescimento dualista, demonstrou, na prática, que o processo de industrialização está intimamente vinculado a uma cultura protoindustrial, fundamentada em tarefas artesanais comerciais e na disponibilidade de uma poupança gerada a partir das atividades agrícolas e comerciais. É importante ter em mente que os processos de acumulação de capital, bem como as mudanças e inovações tecnológicas, provêm do fortalecimento do crescimento e da transformação estrutural nas economias locais (Panassol, 2020).

No que diz respeito à teoria da dependência, ao associá-la ao desenvolvimento endógeno é possível notar um acordo, uma vez que ambos consideram que cada território possui um caminho econômico próprio e nem todas as regiões se comportam de maneira inovadora. Para ser viável considerar sistemas produtivos locais como inovadores, é importante que eles se mostrem plenamente capazes de inserir e desenvolver novos paradigmas no sistema produtivo local (Panassol, 2020). Já em relação à teoria territorial do desenvolvimento, quando vinculada ao desenvolvimento endógeno, observa-se o compartilhamento de dois princípios metodológicos fundamentais: a concepção do espaço econômico e a prioridade para atos vindos de baixo para cima nas políticas de desenvolvimento. O território em si não deve ser obrigado a aceitar decisões externas, geralmente impostas por empresas de natureza global, o que abre espaço para os territórios responderem estrategicamente aos desafios e tomarem decisões em prol da realização de seus próprios objetivos e metas (Barquero, 2002).

O desenvolvimento endógeno necessita da criação de um cenário institucional e de um panorama econômico favorável. Isso tende a ser proporcionado pela conjugação do uso das ferramentas e dos produtos/serviços locais, bem como pela interação e cooperação entre os atores envolvidos, que possuem condições de promover mudanças de rota. Essa cooperação está associada ao acúmulo de capital social, que sinaliza as relações institucionalizadas a partir de normas ou redes sociais. Destaca-se, portanto, a relevância do capital social para esse desenvolvimento. No foco dessa teoria, é possível observar o mecanismo que conecta os atores,

traduzido pelo crescimento e pela mudança estrutural da economia local. Esse mecanismo tende a se refletir em uma rede que utiliza as economias de escala anteriormente subutilizadas. Essa rede é o resultado de um território com participação ativa dos seus atores, gerando uma quebra de paradigma e promovendo a interação com o Estado para a construção de políticas participativas, alterando a forma tradicional de atuar, na qual um trabalho deveria ser desenvolvido em conjunto (Panassol, 2020).

Ainda, é possível citar que as ações vinculadas ao desenvolvimento podem ser edificadas de maneira exógena ou endógena. A primeira é imposta ao povo, enquanto as ações endógenas são construídas em conjunto com a população e sua participação ativa (Bellingieri, 2017). O desenvolvimento exógeno pode ser caracterizado como limitado em comparação ao endógeno, devido às possibilidades reduzidas decorrentes das tendências intrínsecas ao processo de globalização. Isso abre espaço para o desenvolvimento local endógeno como uma alternativa a ser considerada e adotada, já que o desenvolvimento deve levar em consideração os aspectos que compõem a realidade dos atores do território, dialogando com as necessidades de todos (Barquero, 2002).

A temática do desenvolvimento local endógeno tem como ponto de partida a argumentação da existência de dois caminhos distintos acerca do desafio gerado pela globalização. O primeiro é adotar estratégias exógenas de desenvolvimento, que visam, em sua grande maioria, investimentos externos para o território. O segundo é considerar as aspirações coletivas da região, que possuem cunho multidisciplinar e a capacidade de englobar as inúmeras variáveis a compor o coletivo, influenciando diretamente a qualidade de vida dos cidadãos, uma vez que essas aspirações dialogam com os mais variados cenários da sociedade, como meio ambiente e economia.

Nesse viés, à procura por um equilíbrio, surgem determinadas preocupações, acompanhadas pela inserção das ideias sustentáveis nas políticas públicas de desenvolvimento territorial (Barquero, 2002). Esse desenvolvimento tende a se pautar em um processo negociável entre as autoridades competentes e a população local, que, por sua vez, são os atores locais que devem ser ativos nos debates de desenvolvimento, levando em consideração a comunidade como um todo. As ações dos agentes, como cientistas, engenheiros, associações e agentes públicos e privados, devem ser facilitadas por um contexto ativo da sociedade. O desenvolvimento local deve ser alcançado com a utilização de sistemas de gestão de recursos, bem como pelo processo de identificar necessidades, demandas e potenciais, visando, por meio de métodos de utilização consciente da biodiversidade, realizar melhorias na qualidade de vida das pessoas que compõem a comunidade local (Bellingieri, 2017).

A classificação desses dois tipos de ação, como uma maneira solidária de construir novos padrões, contrasta com a hegemonia, uma vez que tendem a romper com os moldes tradicionais de propor ações. As experiências de baixo para cima tendem a gerar um potencial para transformar o impacto econômico em um ciclo de desenvolvimento contrário à linha de raciocínio da exclusão (Barquero, 2002). Todas as ações direcionadas ao desenvolvimento, construídas de maneira endógena, assumem uma tendência positiva, pois ocupam um espaço vinculado às políticas brasileiras, trabalhando, mesmo que de maneira fragmentada, uma ampla gama de ações. A reflexão sobre o desenvolvimento local endógeno permite compreender a importância de considerar as particularidades de cada território na busca por um crescimento econômico sustentável. Ao longo do texto, evidenciou-se que estratégias exógenas, baseadas em investimentos externos, são limitadas em sua capacidade de promover um desenvolvimento inclusivo e equilibrado. Por outro lado, o enfoque endógeno, que valoriza os recursos locais e a participação ativa dos atores envolvidos, revela-se uma alternativa mais promissora.

O desenvolvimento local endógeno se apoia, portanto, na ideia de que cada região possui seu próprio potencial de crescimento, que pode ser estimulado pela valorização de seus recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais. Esse modelo reconhece a importância de fortalecer a cultura protoindustrial, as tarefas artesanais e a poupança gerada pelas atividades agrícolas e comerciais como bases para o crescimento e a transformação estrutural das economias locais. Para que o desenvolvimento endógeno seja efetivo, é fundamental promover a cooperação entre os diversos atores locais, incluindo associações empresariais, instituições de ensino, governos, instituições de crédito e pesquisa. Essa articulação favorece a criação de arranjos produtivos locais, nos quais empresas de um mesmo território colaboram em uma rede de inovação e aprendizagem mútua. Essa abordagem descentralizada valoriza a participação ativa dos atores locais nas decisões que afetam seu território, promovendo mais protagonismo e fortalecendo o capital social da região. O desenvolvimento local endógeno também deve estar alinhado a uma perspectiva sustentável, considerando os aspectos ambientais, sociais e econômicos. Diante do contexto apresentado, o próximo tópico aborda questões relacionadas às instituições, com a intenção de explorar o institucionalismo econômico e seus reflexos na sociedade atual.

2.3 Macropolíticas de desenvolvimento

Como as macropolíticas públicas são fundamentalmente associadas às falhas de mercado, elas intervêm de maneira a gerar resultados sociais, que não são alcançados via

decisões tomadas por atores privados. Isso torna necessário compreender as políticas públicas de desenvolvimento regional a partir dessas lacunas, permitindo uma análise da expansão do espaço urbano (Zamboni; Barros, 2012). Em um cenário institucional, as políticas públicas de desenvolvimento regional ocorrem, na prática, exclusivamente para o domínio das políticas públicas, independentemente da administração pública, agindo diretamente nas falhas de mercado, com o objetivo de atingir ótimos resultados sociais. Essas políticas surgem pelas falhas de mercado existentes nas regiões, considerando as tendências normativas por meio de um nível politicamente indesejável ou social, em um ciclo sucessivo de desequilíbrios na renda *per capita*, ou entre o comportamento das regiões que diferem uma da outra quando se trata de desenvolvimento bem-sucedido (Monteiro Neto; Castro; Brandão, 2017).

Diante desse contexto, apresenta-se uma sistematização relacionada à tipologia das políticas públicas de desenvolvimento regional. As políticas públicas regionais podem ser agrupadas em diversas tipologias, cada uma com seus objetivos e natureza específicos. Entre elas, destacam-se as políticas de incentivo à mobilidade de fatores, cujo propósito é superar os efeitos da segmentação de mercados e remover obstáculos à livre circulação de fatores. Essas políticas buscam nivelar os mercados e promover a mobilidade equilibrada dos fatores em um contexto de espaço homogêneo (Figueiredo, 2009). Outra tipologia é a das políticas voltadas à promoção do bem-estar material e imaterial dos territórios. Essas políticas têm como objetivo corrigir insuficiências e lacunas de mercado, adotando uma abordagem de discriminação social positiva para os territórios, com o intuito de promover a equidade como valor intrínseco do desenvolvimento regional (Souza, 2005).

Além disso, existem as políticas de mobilização e valorização do capital endógeno, que visam remover obstáculos à mobilização e valorização dos recursos locais, viabilizando as externalidades de demanda. Essas políticas são fundamentais para um desenvolvimento sustentável, adotando uma abordagem *bottom-up* de desenvolvimento endógeno (Figueiredo, 2009). Há também as políticas de promoção e valorização das externalidades da competitividade empresarial, que intervêm no ambiente externo das empresas, valorizando o meio inovador como ativo econômico intangível. Essas políticas estão alinhadas aos modelos de crescimento endógeno e às teorias das economias de aglomeração e conhecimento implícito (Lima; Souza, 2012). Outras tipologias abordam a promoção da competitividade territorial, por meio da dotação de infraestruturas produtivas, da atratividade e conectividade, bem como da valorização das massas críticas de aglomeração urbana. Essas políticas seguem um modelo de vantagens competitivas ajustado ao território (Figueiredo, 2009).

Além disso, há as políticas territoriais que aplicam o conceito de estratégias de eficiência coletiva, atuando tanto no ambiente externo da competitividade das empresas quanto nas economias de rede. Essas políticas são embasadas no modelo de competitividade sistêmica e na teoria das redes regionais (Souza, 2005). Por fim, existem as políticas de robustecimento da espessura institucional, que proporcionam capacidade de iniciativa, promovendo regiões aprendentes. Essas políticas têm como objetivo fortalecer as instituições regionais e impulsionar o aprendizado coletivo (Figueiredo, 2009).

Observe o quadro abaixo para melhor visualização:

Quadro 1 – Tipologia das políticas públicas de desenvolvimento regional e paradigmas de referência

Tipologia de políticas públicas de desenvolvimento regional	Objetivos e natureza do papel supletivo em relação ao mercado	Paradigma – Referência
Políticas de incentivo à mobilidade de fatores, particularidades de capital de organização	Superar efeitos da segmentação de mercados. Remover obstáculos à livre circulação de fatores.	Princípio do nivelamento tendencial dos mercados e da mobilidade reequilibradora dos fatores em contexto de espaço homogêneo Abundância/escassez relativas dos fatores comandam a sua remuneração relativa e, conseqüentemente, a sua mobilidade.
Políticas de promoção de bem-estar material e imaterial de territórios	Discriminação social positiva de territórios, regulando e corrigindo insuficiências e lacunas de mercado em matéria de bem-estar material e imaterial	Estado – Província ou Estado – Social para os territórios. A equidade como valor intrínseco do desenvolvimento regional.
Políticas de mobilização e valorização de capital endógeno	Remover círculos viciosos e bloqueios à mobilização e valorização de recursos. Viabilização de externalidades de procura.	Desenvolvimento sustentado e abordagem <i>bottom-up</i> “Desenvolvimento endógeno”
Políticas de promoção e valorização de externalidades da competitividade empresarial	Intervir no ambiente externo da competitividade das empresas.	Economia de aglomeração e conhecimento implícito. O meio (inovador) como ativo econômico intangível. Modelos de crescimento endógenos e externalidades.
Políticas de promoção de competitividade territorial	Dotação de infraestruturas produtivas. Atratividade e conectividade. Valorização das massas críticas de aglomeração urbana.	Modelo de vantagens competitivas ajustado ao território.
Políticas territoriais de aplicação do conceito de estratégias de eficiência coletiva	Ação mista da intervenção no ambiente externo da competitividade das empresas e das economias de rede	Modelo de competitividade sistêmica e teoria das redes.
Políticas de robustecimento da espessura institucional	Proporcionar supletivamente capacidade de iniciativa.	Regiões aprendentes (<i>learning regions</i>).

Fonte: Figueiredo (2009).

Na arquitetura das políticas públicas de desenvolvimento regional, é comum que um sistema de planejamento concreto combine, de diversas maneiras, os diferentes tipos de políticas, podendo ou não atribuir a algum desses tipos o *status* de política estruturante (Figueiredo, 2009). Assim, as políticas relacionadas à mobilidade dos fatores frequentemente servem como um alicerce das políticas públicas de desenvolvimento regional, corrigindo e regulando o modelo neoclássico regional. Esse modelo se baseia em um espaço homogêneo, onde há a transferência de fatores de produção abundantes de uma região para outra que apresenta escassez desses fatores.

Essas políticas relacionadas ao crescimento e ao desenvolvimento regional agem diretamente na redução dos custos do capital, estimulando sua transferência para regiões com menos escassez desses fatores por meio de financiamentos de longo prazo e/ou incentivos fiscais. A capacitação dos gestores municipais de pequenas cidades, programas direcionados para o meio rural e distritos industriais, bem como políticas de incentivo regionais ou locais para atrair empreendimentos, são exemplos que permeiam as políticas públicas de desenvolvimento regional (Lima; D'Ascenzi, 2018). Nesse contexto, as macropolíticas públicas de promoção do bem-estar territorial são formadas por políticas sociais direcionadas a regiões que possuem necessidades básicas a serem atendidas devido à sua carência, visando amenizar as assimetrias entre regiões de uma mesma área. Essas políticas são edificadas a partir do conceito de equidade, visando o crescimento e o desenvolvimento de maneira normativa, não se ligando necessariamente ao conceito de justiça territorial (Lima; Souza, 2012).

No que diz respeito às macropolíticas de transferência de recursos direcionadas para as regiões menos favorecidas, é possível relacioná-las às políticas públicas de desenvolvimento regional, assim como à conservação dos espaços escolares, segurança, adaptação dos espaços visando à inclusão, entre outros. As ações direcionadas para a mobilidade de capital podem ser encontradas nas políticas de mobilização, considerando a valorização do capital endógeno das regiões. Com isso, respeitam-se as condições vantajosas comparativas e a valorização externa dos recursos endógenos, cuja importação pode ter sua aplicação em toda a economia, exceto no processo de desenvolvimento (Lima; D'Ascenzi, 2018). Essas políticas atuam no campo institucional, visando sempre a integração do processo de desenvolvimento por meio de uma lógica integrativa com micropolíticas dependentes da participação ativa e democrática da população, juntamente com as instituições que compõem a localidade, sendo esses agentes de promoção e resultados vinculados ao planejamento municipal. A preocupação relacionada às áreas degradadas, à sua recuperação, a projetos integrados de desenvolvimento e ao estímulo

ao empreendedorismo são apenas alguns exemplos de políticas de mobilização que visam a valorizar o capital endógeno.

É possível citar também uma nova concepção de políticas baseada na organização por conceitos de impactos externos, ou seja, nas externalidades dos problemas regionais e territoriais. Essas políticas visam a estimular e a valorizar as externalidades vinculadas à competitividade empresarial e podem influenciar e promover o ambiente externo das empresas. Essas unidades econômicas, por sua vez, geralmente são condicionadas por distintas maneiras de articulação que ocorrem entre as regiões, assim como por sua competitividade relacionada à dimensão territorial, apresentando-se de forma integrada, podendo ser caracterizadas como uma área de atuação das externalidades empresariais (Arruda Mauro, 2018).

Todas as políticas, de maneira geral, tendem a voltar-se para as questões de infraestrutura produtiva, sendo influenciadas diretamente pelo ambiente externo da capacidade empresarial. Ressalta-se que a ligação entre as políticas e a adoção da região como um pilar de aprendizagens, geração e acumulação de saber empresarial direciona as funções das políticas públicas como instrumentos capazes de valorizar a região pela manutenção da cultura empresarial específica de determinada região. Alguns exemplos dessas políticas públicas de desenvolvimento regional são as ações direcionadas à valorização de clusters regionais, seja relacionados à tecnologia, inovação ou logística, como é o caso dos polos de inovação tecnológica, que incluem o fomento à pesquisa e formação relacionada ao setor de recursos humanos, e os polos de inovação tecnológica (Suzigan, 2019).

As políticas que visam à competitividade territorial têm como base a premissa de que um território competitivo deve combinar recursos, incluindo organização e conhecimento, para adquirir um perfil distintivo em comparação com outros territórios, sustentando, assim, suas estratégias de desenvolvimento (Arruda Mauro, 2018). Essas políticas são direcionadas às estruturas regionais e urbanas e estão intimamente relacionadas ao conceito de cidades ou regiões competitivas, promovendo o fortalecimento da identidade local e dos aspectos culturais como atributos distintivos da região, tornando-a atrativa internacionalmente (Monteiro Neto; Castro; Brandão, 2017). As políticas territoriais, embasadas na aplicação do conceito de estratégias eficientes e coletivas, consideram o modelo competitivo sistêmico empresarial e são combinadas com as questões relacionadas à economia de rede, que, por sua vez, estão associadas ao distanciamento regional da eficiência empresarial coletiva.

As políticas têm sido progressivamente ampliadas ao longo do tempo por meio de novas tipologias de desenvolvimento regional, especialmente aquelas relacionadas à dinâmica da valorização dos recursos endógenos em cidades com menor quantidade de empresas,

considerando a competitividade urbana como uma variável dinâmica (Porto; Macedo, 2018). Esses tipos de políticas públicas, ligadas ao desenvolvimento regional, são direcionados principalmente para programas de ação que visam a qualificar, inovar e modernizar empresas específicas, buscando estabelecer novas formas estruturadas de cooperação entre as indústrias e outros atores do território. Exemplos dessas políticas incluem a inserção de jovens no mercado de trabalho e a qualificação de trabalhadores por programas direcionados à população (Lima; D'Ascenzi, 2018). Por outro lado, também se destacam as políticas de fortalecimento institucional das regiões, que partem do pressuposto de que a coesão econômica e social é um nível social tolerável. Politicamente, essas políticas evidenciam os desequilíbrios entre o desenvolvimento e as diversas regiões, colocando a competitividade econômica e a coesão de forma dissociada.

Dessa forma, as interações entre coesão, eficiência e direitos constituem um amplo campo de preocupações para o cenário político, quando comparadas aos impactos observados nas regiões e no desenvolvimento regional. Nesse contexto, as políticas públicas de desenvolvimento regional desempenham o papel de apoiar diretamente a estrutura institucional de cada região, considerando sua sustentabilidade, diversidade, expertise técnica e outros elementos fundamentais para estabelecer e fortalecer a rede de cooperação entre as instituições. Essas políticas, em conjunto com a administração pública, objetivam promover o desenvolvimento estratégico e organizacional das instituições, estimulando um maior desenvolvimento regional. Esse tipo de política pode ser exemplificado por meio de organizações específicas que direcionam seus esforços para o planejamento de políticas públicas, sempre buscando desenvolver a região com a participação da população, além de outras ações que visam integrar a sociedade nas decisões que influenciam o ritmo do desenvolvimento regional (Porto; Macedo, 2018).

As tipologias de políticas públicas demonstram não haver um estabelecimento temporal relativo a essas políticas e ao desenvolvimento regional, sugerindo uma complementaridade, pois é possível planejar a combinação de distintos tipos de políticas públicas de desenvolvimento regional (Porto; Macedo, 2018). Além disso, há conceitos que dialogam com as questões macropolíticas, como é o caso da governança multinível, um processo político altamente complexo, no qual há diversos níveis de território agregados e as autoridades políticas são distribuídas. A ideia de verticalizar a governança multinível considera a interdependência dos sujeitos políticos em seus diferentes níveis, incluindo o subnacional, o nacional e o transnacional, gerando um processo mais fluido de negociações. Um aspecto relevante é que parte significativa da governança multinível tem suas raízes no desenvolvimento horizontal,

como o crescimento das relações estabelecidas entre o Estado e atores não estatais, bem como o surgimento de novas parcerias e relações entre o setor público e privado (Heywood, 2019). As “políticas territoriais foram reconfiguradas por uma mudança na tomada de decisão política para órgãos tanto ‘acima’ quanto ‘abaixo’ do governo nacional, dando origem a uma governança multinível” (Heywood, 2019, p. 398).

No caso de pequenas cidades com foco em seu desenvolvimento, um grupo de sujeitos políticos que exploram a possibilidade de mudança em prol de melhorias é denominado por Goodin, Dryzek e John (2006) como o minipúblico, caracterizado por um aglomerado de pessoas que deliberam, juntas, em direção à representatividade do público geral de determinada região. Esse grupo, em específico, são e devem ser considerados atores políticos ativos, cabendo às autoridades políticas atribuir a voz necessária para que seja possível verificar as principais lacunas internas, a fim de projetar novas perspectivas de desenvolvimento urbano.

Em um panorama em que se discute a macropolítica de pequenas cidades somada a fatores internos, como atores ativos, e externos, como ações estatais, é possível mencionar que a concepção de governança multinível pode agregar, de maneira promissora, no desenvolvimento urbano. Considera-se que se trata de um fenômeno abrangente, capaz de relacionar-se com diversas teorias, como o novo institucionalismo e suas variedades (Alcantara; Broschek; Nelles, 2016, p. 15). Diante do contexto e das informações apresentadas, é possível verificar a relação entre as políticas públicas e o desenvolvimento urbano focalizado nas pequenas e grandes cidades. Enquanto as cidades de porte pequeno não possuem respaldo governamental para implementar ferramentas importantes que aplicam as políticas públicas vinculadas ao seu desenvolvimento, como é o caso do plano diretor, as cidades de médio porte transitam entre as de pequeno e grande porte, restando uma aplicabilidade de políticas públicas pouco eficaz, dependendo de fatores externos para o seu desenvolvimento. Sendo assim, é possível adentrar na questão rural, considerando como o agronegócio se relaciona com as políticas públicas de desenvolvimento regional.

A proximidade física entre as áreas urbanas e rurais facilita a integração das atividades, promovendo uma sinergia maior entre os diversos setores da economia. Nesse cenário, a cidade não se limita a ser apenas um local de residência, mas desempenha um papel ativo na construção do desenvolvimento sustentável, estando diretamente conectada às questões econômicas, sociais e ambientais relacionadas ao agronegócio. Nesses contextos, inicialmente concebido como agricultura, o agronegócio passou por uma revolução tecnológica que transformou significativamente os mercados, resultando em uma mudança de paradigma. Esse processo envolveu uma transição de seguir a natureza para controlá-la. À medida que a agricultura

substituía a caça e a pesca, as cidades se expandiam e a civilização se desenvolvia. Com o avanço da infraestrutura, os produtos agrícolas puderam ser transportados para mercados distantes, ampliando ainda mais o alcance do agronegócio. Com o aprimoramento da agricultura por meio da ciência e das melhorias na infraestrutura com o auxílio da tecnologia, o agronegócio experimentou um crescimento significativo (Smith, s. d.). Ao considerar as políticas públicas e o desenvolvimento local, é importante reconhecer a importância dessa interação entre áreas urbanas e rurais, compreendendo a complexidade e a interdependência das atividades nessas regiões. Uma abordagem interdisciplinar que não apenas aborde as políticas específicas para o meio rural, mas também considere sua integração com o meio urbano, é essencial para promover um desenvolvimento equilibrado e sustentável nessas comunidades.

2.3.1 Macropolíticas para o desenvolvimento urbano

Com o surgimento das primeiras cidades, o impulso pelo desenvolvimento contínuo tornou-se um fator fundamental, resultando em ritmos de crescimento variados entre diferentes localidades. Enquanto algumas experimentaram um avanço rápido, outras, devido à escassez de recursos, progrediram de forma mais lenta, e isso teve impacto significativo nos setores e nas áreas desenvolvidas. Enquanto as grandes metrópoles atraem grandes investimentos urbanos, as pequenas cidades direcionam seu desenvolvimento para outros aspectos, como atividades agrícolas (Amorim Filho; Rigotti, 2003). Mais recentemente, com o avanço tecnológico impulsionado pela globalização, muitas pessoas foram atraídas para os grandes centros urbanos, deixando para trás os pequenos povoados. Apesar de ser um tema amplamente discutido, não há uma definição precisa que represente adequadamente as grandes, pequenas cidades. Alguns autores consideram a densidade demográfica como critério de classificação, enquanto outros levam em conta fatores como desenvolvimento regional e econômico. No entanto, importa destacar que o planejamento urbano não se limita às grandes cidades ou aos centros comerciais de grande porte; ele é essencial em todas as municipalidades, sendo relevante para o desenvolvimento e crescimento dos municípios, garantindo uma expansão ordenada, que assegure a qualidade de vida de todos os seus habitantes.

O fato de muitas cidades de pequeno e médio porte apresentarem uma baixa dinâmica administrativa em razão da ausência de políticas públicas limita a oferta de bens e serviços capazes de atender a localidade de maneira eficiente e inovadora (Carneiro, Façanha, 2015). Isso resulta na criação de novos espaços para aquelas cidades que conseguem se destacar nesse aspecto, tornando uma região mais polarizada em relação às demais. Nesse sentido, o espaço

urbano passa a configurar-se por ações racionais e efetivas, sofrendo transformações decorrentes delas. Nesse espaço há diversas atividades sociais, culturais e econômicas, resultantes da interação humana com o ambiente geográfico. Independentemente do tamanho, as cidades são organizadas de acordo com as necessidades da sociedade, dividindo-se em áreas residenciais, centros comerciais e regiões com diferentes fluxos de pessoas e veículos (Leão, 2010). No entanto, essa autonomia administrativa trazida pela Constituição Federal Brasileira de 1988 gerou consequências, uma vez que os municípios de pequeno e médio porte carecem de um poder econômico significativo, mantendo-se, em certa medida, dependentes do Estado.

O Estado concentra seus investimentos nos centros de grande porte, visando fortalecer a infraestrutura dessas localidades para atrair grandes empresas. Como resultado, as cidades menores ficam restritas aos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), uma transferência compensatória destinada a fornecer mais recursos aos municípios que têm dificuldade em gerar receitas próprias ou o fazem de forma limitada (Bacelar, 2009). Além disso, segundo o autor, esses recursos estão sujeitos a variações, uma vez que dependem da arrecadação estadual.

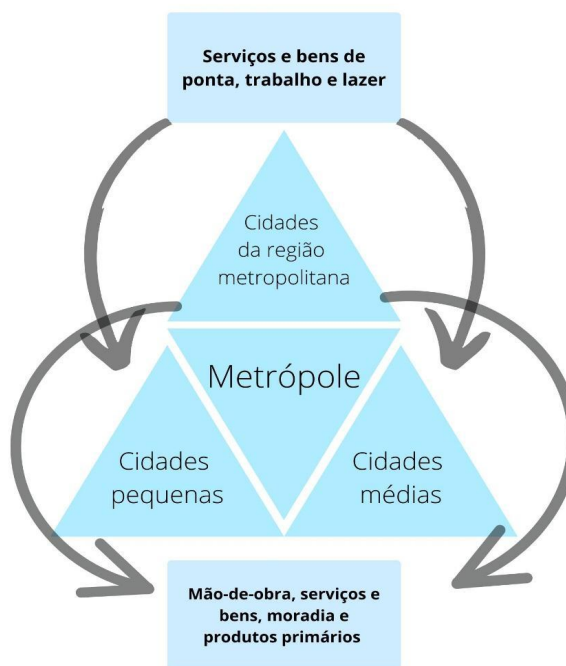
Em relação às políticas públicas de desenvolvimento urbano, as pequenas cidades são colocadas em segundo plano. Para subsidiar a expansão e o crescimento urbano, é necessário contar com a elaboração de um plano diretor como elemento primordial. Conforme Fernandes (2018), o plano é fundamental por ser composto de propostas que visam o desenvolvimento dos municípios por meio de um diagnóstico das políticas públicas e da realidade contextual da cidade, considerando fatores sociais, econômicos, administrativos e físicos. Em outras palavras, o plano diretor passa a ser obrigatório apenas em regiões metropolitanas e localidades de interesse turístico, desobrigando os pequenos municípios de o formularem e aplicarem. Embora as pequenas cidades, pela quantidade de habitantes, tenham a obrigação de possuí-lo, ainda é possível notar falhas em sua execução, tendo em conta o contexto de disponibilidade de recursos por meio das políticas públicas.

Como instrumento de micropolítica de ordenamento do solo e para o desenvolvimento local, o plano diretor é considerado apenas um elemento capaz de discutir e aplicar as políticas públicas em prol do desenvolvimento urbano contínuo. A forma como o espaço urbano é ocupado pode definir sua expansão, e não ter pleno controle do uso do solo é um dos fatores limitantes de um município. Entretanto, para que o plano diretor contemple os problemas dos municípios, é necessário haver um conhecimento prévio da área de aplicação, o que não ocorre, na prática, pela falta de conhecimento das municipalidades brasileiras (Oliveira Marisco, 2017).

No Brasil, as políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento de pequenos municípios não se efetivam em sua totalidade em virtude de vários fatores limitantes, como a participação popular no contexto das micropolíticas urbanas. Para os autores supramencionados, a aplicabilidade de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local requer a participação efetiva da sociedade em debates, acesso à informação e audiências públicas durante o processo de construção do plano diretor. Mesmo onde não há planos diretores, como nas cidades pequenas, o gestor deve elaborar um projeto de desenvolvimento urbano para direcionar a administração do município. A grande questão é que cidades de menor porte, comparadas aos grandes centros urbanos, ou seja, pequenas cidades, acabam não possuindo a garantia de participação popular por diversos fatores, que vão desde o fracasso na consolidação do projeto até a falta de engajamento do povo (Oliveira Marisco, 2017).

No caso das pequenas cidades, sua importância reside na formação de pequenas centralidades urbanas, garantindo o suporte necessário por parte da população. Além disso, é preciso mencionar que esses pequenos municípios estão situados no limiar entre os meios urbanos e rurais, mantendo as características de ambos. A metropolização transforma o espaço e absorve distintas maneiras, gerando particularidades locais (Corrêa, 2011). A rede de influência exercida pelos centros urbanos nacionais e regionais tem um alcance abrangente, em detrimento da escala local. Entretanto, isso não implica que, a partir de uma perspectiva mais restrita, não exista uma rede de influência, tanto crescente quanto decrescente, pois as cidades de pequeno porte, mais expressivas economicamente, desempenham um papel intermediário na produção econômica. Isso se deve ao fato de serem cidades-dormitório, fornecedoras de bens primários e serviços, ou simplesmente por oferecerem o suporte necessário às funções dos grandes centros urbanos (Lobo; Cunha, 2019).

Figura 1 – Cadeia de relação estabelecida entre as cidades



Fonte: autoria própria, 2022.

O fluxo representado na Figura 1 mostra a interdependência entre metrópoles, cidades da região metropolitana, cidades médias e cidades pequenas, com um foco central nas pequenas e médias cidades. Essas cidades desempenham um papel relevante ao fornecer mão de obra, serviços, bens, moradia e produtos primários às metrópoles e cidades da região metropolitana. Em contrapartida, as metrópoles fornecem serviços e bens de ponta, oportunidades de trabalho e lazer, contribuindo para o desenvolvimento e bem-estar das cidades menores. As cidades da região metropolitana atuam como intermediárias, facilitando a troca de recursos e serviços entre a metrópole e as cidades médias e pequenas. Esse fluxo evidencia a importância das pequenas e médias cidades na sustentação da estrutura urbana, ao mesmo tempo em que se beneficiam dos avanços e oportunidades oferecidos pelas metrópoles, criando um ciclo de dependência mútua essencial para o equilíbrio e crescimento regional.

A partir da observação dessa dinâmica entre a metrópole e as cidades de pequeno e médio porte, é possível notar a importância de cada ator que compõe essa movimentação, tanto no âmbito das macropolíticas nacionais e regionais quanto nas micropolíticas que integram os contextos urbanos e rurais nos municípios, a partir de sistemas de produção e fluxos de bens e pessoas. Tais relações estabelecidas evidenciam que os processos envolvendo cada cidade são repletos de fatores que devem ser tratados a partir de uma visão macropolítica, com o objetivo de abranger cada elemento que organiza a dinâmica dessas cidades, promovendo mais

desenvolvimento para todas. Essa perspectiva revela como cada espaço está organizado e contribui para a evolução das cidades por meio de suas necessidades (Macedo; Porto, 2018).

Essa discussão teórico-conceitual traz implicações teóricas relacionadas ao neoinstitucionalismo, às macropolíticas públicas e às micropolíticas públicas, que podem ser consideradas para o estudo do desenvolvimento urbano em interação social e econômica com o contexto urbano e rural nos municípios da região Centro-Oeste do Brasil. O neoinstitucionalismo aborda a importância das instituições formais e informais que moldam politicamente o desenvolvimento urbano, com essas instituições desempenhando um papel decisivo na definição de políticas públicas, como o plano diretor e o desenvolvimento rural, que visam a orientar o crescimento ordenado e sustentável dos municípios. O estudo do desenvolvimento urbano nessas localidades deve considerar, portanto, as instituições existentes e como elas influenciam o processo de tomada de decisão e implementação de políticas (Macedo; Porto, 2018).

Diante das informações teóricas e reflexões, é possível aprofundar o conceito de gestão urbana, ressaltando a importância de compreender a dinâmica política para o desenvolvimento urbano e, conseqüentemente, garantir uma boa gestão urbana. North (2006) define gestão como um “processo dinâmico que utiliza conceitos, princípios e instrumentos na elaboração e execução de políticas públicas capazes de satisfazer os indivíduos e atingir o bem comum”. Em contrapartida, Souza (2002) questiona essa interpretação, destacando a diferença entre planejamento e gestão, pois, para o autor, esses termos não são intercambiáveis devido aos seus referenciais temporais distintos e às atividades que representam. Planejamento está intrinsecamente ligado ao futuro, procurando prever a evolução de fenômenos, antecipar problemas e se beneficiar de possíveis vantagens. Gestão, por outro lado, está relacionada ao presente, envolvendo a administração de uma situação com base nos recursos disponíveis e nas necessidades imediatas. O planejamento é a preparação para a gestão, visando evitar problemas ao ampliar as margens de manobra, enquanto a gestão é a concretização das condições construídas pelo planejamento anterior. Assim, embora planejamento e gestão sejam conceitos distintos, são complementares e interdependentes. No âmbito do artigo 182 da Constituição Federal de 1988, que versa sobre a questão urbana, North (2006) salienta a delicadeza intrínseca à gestão da cidade, destacando-a como uma atividade de extrema importância. Para torná-la viável, a administração pública necessita de instrumentos efetivos para a captação de recursos destinados ao financiamento das atividades urbanísticas.

Nesse contexto, os municípios adotam distintos modelos de gestão pública. No Brasil, é possível identificar dois modelos marcantes. O primeiro, de natureza neoliberal ou Estado

“mínimo”, caracteriza-se pela submissão dos interesses e ações do poder público às grandes empresas. Essas empresas influenciam o espaço urbano, resultando em níveis de complexidade e eficácia territorial que podem ser equilibrados, conectados e desenvolvimentistas em diferentes escalas, porém, também podem ser desarmônicos e desequilibrados, polarizando o território e acentuando as desigualdades sociopolíticas, culturais e econômicas. O segundo modelo, democrático-participativo, destaca-se por estimular a organização da sociedade civil e promover a reestruturação dos mecanismos de decisão. Essa abordagem busca mais envolvimento da população nos processos decisórios, promovendo uma gestão urbana mais inclusiva e participativa (Frey, 2003).

Desde o fim da ditadura militar, e ancorado na Constituição de 1988, o Estado tem se empenhado na descentralização das responsabilidades para os governos municipais no que diz respeito à gestão urbana. No entanto, essa descentralização carece de programas que possibilitem a obtenção de recursos e a integração entre o planejamento e a gestão. O objetivo é proporcionar oportunidades para estratégias políticas e econômicas que possam configurar cenários favoráveis e contribuir para uma visão de curto, médio e longo prazo (Frey, 2003). Com base nessa visão ampla da administração pública, cabe ao gestor urbano, juntamente com a sociedade em geral, viabilizar e promover debates participativos sobre o futuro da cidade. Esses debates devem envolver a iniciativa privada e a população, permitindo a proposição de cenários para a evolução do município por meio de planos estratégicos. Ademais, destaca-se a importância da busca e utilização de tecnologias de informação e comunicação, visando à promoção de uma cidade mais compacta e eficiente (Souza, 2002).

Em conclusão, as macropolíticas de desenvolvimento urbano desempenham um papel importante na garantia de uma boa gestão urbana. Elas são fundamentais na criação de diretrizes equitativas para o planejamento urbano, assegurando que cidades de diferentes tamanhos sejam consideradas conforme suas complexidades e demandas. Além disso, essas políticas influenciam diretamente a distribuição justa de recursos, combatendo a concentração excessiva em grandes centros urbanos. Ao orientar o desenvolvimento sustentável, as macropolíticas promovem práticas ambientais responsáveis. A participação popular é outro ponto importante dessas políticas, pois incentiva o envolvimento da comunidade em debates e decisões relevantes para melhorar a qualidade de vida. Destaca-se, também, a necessidade de equilibrar o desenvolvimento entre áreas urbanas e rurais, reconhecendo sua interdependência. De modo geral, as macropolíticas estruturam o ambiente regulatório, impulsionam a distribuição de recursos e promovem práticas que visam ao desenvolvimento sustentável, elementos essenciais para a gestão urbana.

2.3.2 Macropolíticas Para Desenvolvimento Rural

No cenário atual, definir desenvolvimento rural demanda um apanhado teórico significativo. Compreender as inúmeras facetas atribuídas à concepção de desenvolvimento e as noções de meio rural está intimamente ligado à ideia de crescimento econômico e progresso, tanto em relação aos pequenos municípios quanto ao País. Quando se discute sobre o meio rural, é comum relacioná-lo quase automaticamente a características de um setor produtivo, principalmente às atividades produtivas que compõem a dimensão agrícola da vida no campo. Levando em consideração os significados dominantes, os programas, as políticas públicas e os projetos que operacionalizam essas atividades, é possível notar que todos são concebidos com a intenção de atender prioritariamente às demandas e necessidades de mudanças em processos técnico-produtivos, fundamentando a economia proveniente da atividade agrícola, reduzida, nesse contexto, à concepção de progresso técnico na agricultura (Cazella *et al.*, 2016).

A relevância atribuída, pelas macropolíticas, aos aspectos humanos e sociais do desenvolvimento tem caráter recente, como no caso da atenção e preocupação voltadas para questões de saúde, educação, assistência social, entre outros temas frequentemente relacionados à pobreza e vulnerabilidade. Essa alteração de foco, embora incipiente e ainda em andamento, influencia diretamente os processos de criação de políticas públicas. Nesse contexto, é possível questionar e refletir sobre como as macropolíticas públicas de desenvolvimento rural brasileiras dialogam com esses novos conceitos. Durante a modernização da agricultura brasileira, a ideia de que os espaços rurais se limitavam à produção agrícola se cristalizou, permanecendo à margem das dinâmicas sociais dos grandes centros urbanos (Delgado, 2001). O discurso relacionado ao desenvolvimento afirmava, dessa forma, uma espécie de representação social em relação ao atraso da realidade rural quando comparada à sociedade moderna, enfatizando a necessidade política de novas medidas para gerar mudanças nessa realidade social/rural indesejada. Por volta dos anos 1960, essa interpretação sobre o desenvolvimento rural influenciou significativamente o planejamento e a criação de políticas públicas, um movimento que ainda hoje exerce certo fascínio nas ciências agrárias (Ellis, 2000).

Ao contrário da representação citada anteriormente, a partir dos anos 1980, diversos aspectos conjunturais contribuíram para o surgimento de questionamentos sobre as interpretações do desenvolvimento rural. Entre esses aspectos, destacam-se a conjuntura política relacionada à crise econômica, a retração da capacidade do Estado de investir, a resistência política de uma parcela significativa de agricultores às mudanças ocasionadas pelas

políticas públicas, os efeitos negativos dos processos de modernização e a pobreza rural contínua (Kageyama, 2008). Diante desse cenário, outras narrativas começaram a ganhar espaço sobre as mudanças sociais relacionadas aos interesses da população em termos de desenvolvimento rural. Entre essas narrativas, destacam-se a revisão da função da agricultura de pequena escala e seus impactos na economia, a relevância das representações positivas sobre a vida e o trabalho no campo, com foco na importância do desenvolvimento de políticas sociais que alterem as dinâmicas locais com base nas necessidades da população, temas como sustentabilidade e responsabilidade ambiental e uma ênfase na diversidade dos recursos que sustentam a vida e a produção, em contraponto à padronização de projetos para promover o desenvolvimento rural (Long, 2001).

Nesse viés, o meio rural, visto e tratado como um ambiente social repleto de vida, interações, culturas e produções, começa a ganhar espaço e se afirmar de maneira positiva, influenciando mudanças nas perspectivas reducionistas que prevaleceram por muito tempo (Dias, 2011). A concepção de ruralidade, a partir desse momento, institucionaliza-se com base na natureza territorial, bem como em costumes, comportamentos, tradições e diversidade, afastando-se da mera perspectiva setorial que atribui ao rural apenas uma função produtiva e econômica (Abramovay, 1999). Tais mudanças ideológicas passaram, gradativamente, a ser incorporadas pelas políticas públicas de desenvolvimento rural, mesmo que de modo parcial.

Ao analisar a concepção de Bourdieu (1996), observa-se que a mudança na representação de uma realidade tende a alterar a forma de agir sobre essa realidade, modificando-a por meio de intervenções intencionais que provocam mudanças. Por esse motivo, ideias cristalizadas em argumentos, narrativas e discursos são fundamentais para compreender as decisões tomadas pelos governos ao elaborar alternativas e criar políticas públicas. Assim, pode-se afirmar que as políticas públicas tendem a ser o resultado de disputas sobre a atribuição de significados e a definição de soluções para enfrentar problemas sociais (John, 1999). No que tange ao desenvolvimento rural, desde os anos 1980, vivencia-se um período em que diferentes concepções, discursos e ideias se confrontam, impactando a tomada de decisões sobre como promover e propiciar esse desenvolvimento. Compreende-se que essas diferentes representações sobre o desenvolvimento rural nem sempre são contraditórias. No entanto, elas procuram afirmar posicionamentos políticos distintos, fundamentados em distintas perspectivas de preceitos, ética, visões de mundo e ações, que buscam gerar mudanças em certas realidades, ocasionando, pela intervenção, políticas públicas relacionadas com o desenvolvimento.

Quando se trata das teorias vinculadas ao desenvolvimento rural, entre os anos 1950 e 1960, considerando a emergência ocorrida no setor industrial de agroalimentos, o âmbito agrícola acabou sendo incorporado na movimentação do sistema econômico. Antes vista como um setor atrasado em comparação aos demais setores industriais, a agricultura de pequena escala foi incluída nas políticas de crescimento econômico, possibilitando o acesso a recursos tecnológicos, especialmente por políticas de assistência técnica e de crédito, que surtiram efeitos devido à Revolução Verde. Ellis e Biggs (2001, p. 440) denominam essa abordagem de desenvolvimento rural como “paradigma do crescimento agrícola baseado na eficiência da pequena produção”.

Com a chegada desse paradigma, a concepção relacionada ao desenvolvimento rural desenvolveu uma grande influência. No Brasil, o seu principal marco é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado em 1996. A agricultura de pequena escala de produção, ou seja, a agricultura familiar, integrou-se ao processo de desenvolvimento, com a intenção de melhorar a produtividade e aumentar a produção, ganhando espaço como fornecedora de alimentos básicos para os grandes centros urbanos. Parte da agricultura familiar assumiu uma tendência crescente de fornecedora de matérias-primas para a indústria de processamento, gerando novas dinâmicas no mercado industrial de máquinas e insumos (Schneider; Cazella; Mattei, 2021). Uma parte significativa da agricultura familiar brasileira se beneficiou dessa nova concepção de desenvolvimento rural, ampliando os horizontes e posicionando a agricultura familiar em um papel importante nas relações de produção e na determinação das interações de mercado. Esse padrão impactou o surgimento de complexos agroindustriais (Goodman *et al.*, 1990).

De maneira evidente, os aspectos sociais expostos geraram interações maiores com os contextos locais, iniciando diversos processos de modernização, atribuindo distintos significados às relações de trabalho, poder campestre e produção agrícola, e ressignificando as estruturas socioeconômicas e políticas (Schneider; Cazella; Mattei, 2021). Dialogando com essa narrativa sobre desenvolvimento, os órgãos governamentais viabilizaram uma maior difusão de tecnologias por meio da extensão rural, passando a ter como missão o enquadramento dos agricultores ao novo modelo idealizado. De maneira geral, o processo de modernização agrícola desencadeou transformações impactantes no âmbito rural brasileiro, tanto de cunho positivo quanto negativo.

É importante mencionar que, a partir dos impactos negativos desse processo, novas revisões conceituais foram impulsionadas. As novas discussões sobre o desenvolvimento rural procuravam argumentar sobre a multidimensionalidade (Pieterse, 1998). Em outras palavras,

essa alteração conceitual focou em três dimensões: social, ambiental e política. A dimensão ambiental teve como objetivo influenciar os processos relacionados ao desenvolvimento, na busca de uma ética ambiental, de maneira que os alicerces físicos, ou seja, o ambiente natural, tivessem a chance de sustentar a produção sob novas condições e alterações, impondo limitações ao consumo de recursos não renováveis e enfatizando a necessidade de preservar os ecossistemas naturais (Sachs, 1993). O desenvolvimento rural, quando comparado ao desenvolvimento agrícola, surge como uma alternativa teórica que direciona a intervenção por meio de políticas públicas, enfrentando os limites impostos pelos diversos estímulos à modernização agrícola. Nesse contexto, a expressão mais notória de incorporação das mudanças conceituais está na adoção de uma abordagem territorial de desenvolvimento rural, na qual o desenvolvimento supere o viés normativo e ideológico.

A ideia de território, nessa nova abordagem, também busca superar o chamado “localismo exagerado”, caracterizado como uma estratégia de desenvolvimento que contrapõe interesses, implicando a identificação da multiescalaridade espacial do desenvolvimento e nas instâncias de poder presentes em cada situação (Brandão, 2007). Com estratégias multiescalares, analisam-se os fenômenos e aspectos que devem ser interferidos, permitindo ao Estado incorporar novas retóricas sobre o desenvolvimento dos ambientes rurais.

Considerando um viés histórico relacionado às concepções de desenvolvimento rural em território brasileiro, Schneider (2010) enfatiza as discussões sobre o desenvolvimento rural no Brasil no contexto econômico da década de 1990, considerando que o processo de estabilização da economia favoreceu propostas inovadoras sobre mudanças sociais, incluindo as relacionadas ao desenvolvimento dos espaços rurais. Outra questão relevante é a promoção de iniciativas para descentralizar o setor político-administrativo, provenientes da implementação das regulamentações da Constituição Federal de 1988. Um terceiro fato a considerar refere-se às modificações na ação política da sociedade civil como um todo. Em 1980, as organizações e os movimentos sociais, que haviam sido reprimidos durante a ditadura militar, retornaram ao cenário político e se posicionaram em relação às novas pautas. Entretanto, importa destacar que, na década de 1990, os movimentos sociais tiveram suas bases de atuação modificadas, passando de um viés contestatório e reivindicativo para um caráter propositivo, visto a maior abertura política e a reconfiguração das ações estatais (Doimo, 1995).

Todos esses argumentos, fatos e debates reafirmam a necessidade de considerar as ideologias de desenvolvimento e a premissa de uma análise prévia das características históricas, culturais, sociais e econômicas de cada região. Essa premissa envolve a tentativa de identificar, no caso do Brasil, elementos fundamentais para construir diferentes concepções sobre o

desenvolvimento rural. As mudanças históricas e conceituais sobre o rural determinaram transformações nas estratégias de desenvolvimento rural, que incorporaram esses elementos na formulação de políticas públicas. Um dos elementos a ser destacado está relacionado à trajetória das discussões em torno da agricultura familiar e seu papel como categoria social e política para a sociedade brasileira. É importante reconhecer que a atualmente denominada agricultura familiar sempre existiu como meio de organização do trabalho e da vida nos espaços rurais brasileiros. No entanto, o termo foi ressignificado e ganhou relevância como categoria social e política no contexto das mudanças sociais a partir de meados dos anos 1980 (Freitas; Freitas; Dias, 2012, p. 1582). As pesquisas surgidas nessa época contribuíram para a formação da nova categoria de agricultura familiar, caracterizada como um contraponto ao agronegócio. Com a inserção do conceito no âmbito acadêmico, passou a ser analisada com base em três características principais: a forma como as unidades produtivas são geridas, frequentemente, por indivíduos com laços consanguíneos; a força e o tempo de trabalho empregados nas atividades de produção, distribuídos de maneira igualitária entre os membros da família; e a posse dos recursos de produção, que deve ser da família (FAO; Incra, 1996).

O desenvolvimento rural engloba uma série de iniciativas que visam a gerar melhorias significativas nas condições de vida dos agricultores familiares, abrangendo suas perspectivas socioeconômicas de produção. Promover o desenvolvimento rural requer considerar a situação em que a reprodução social, cultural e econômica é assegurada, por meio do entrelaçamento de diversas ações, escolhas, decisões e iniciativas, estabelecendo sinergia entre ações endógenas e exógenas (Ellis, 2000). Van Der Ploeg (2008) define o desenvolvimento rural de forma a refletir sobre a proximidade entre a ideia de desenvolvimento rural e o que ele chama de “processo de industrialização”. A industrialização representa, primeiramente, uma desconexão definitiva entre a produção e o consumo de alimentos, desconsiderando as particularidades e os limites do tempo e do espaço. Os locais de produção e consumo (entendidos como localidades específicas) deixam de ter importância, assim como a inter-relação entre eles.

É importante mencionar que as discussões que cercam o debate sobre o ambiente rural brasileiro, em sua maioria, estiveram relacionadas ao Pronaf e ao seu caráter institucionalizador (Mattei, 2006). Essas discussões procuraram ampliar as interpretações, para atingir um novo patamar nos processos de elaboração de políticas públicas. Ao considerar o novo cenário rural brasileiro e as políticas públicas, é possível identificar pelo menos três redefinições conceituais e analíticas vinculadas à ruralidade contemporânea (Schneider, 2009). Essas interpretações tiveram um impacto significativo nas pesquisas contemporâneas, resultando em novas concepções de desenvolvimento, especialmente aquelas relacionadas à abordagem territorial.

A primeira visão fundamenta a definição da ruralidade nas mudanças socioeconômicas e demográficas, enfatizando a importância de encontrar definições que abranjam todos os processos envolvidos.

A segunda perspectiva aborda a ruralidade utilizando-se das questões culturais e das representações, demonstrando que o ambiente rural tem um significado que supera as meras características paisagísticas e seus recursos naturais. A terceira visão destaca os estudos que analisam a ruralidade pela ótica das transformações resultantes dos processos sociais e econômicos do período pós-fordista, que impactaram a reconfiguração dos ambientes regionais. Esses pesquisadores enfatizam a função da diversidade e a importância da heterogeneidade dos ambientes rurais gerados pelas mudanças societárias contemporâneas, bem como a descentralização política e econômica, os fluxos de comunicação, as novas tecnologias da informação e os processos internacionais (Schneider, 2009).

Nesse contexto brasileiro específico, as transformações ocorridas no meio rural são decorrentes do processo de modernização agrícola (Graziano da Silva, 2001). Esse processo resultou em uma conformação econômica e demográfica atualizada, caracterizada pela redução crescente das diferenças entre o urbano e o rural, especialmente em relação ao mercado de trabalho, devido ao aumento da população ocupada em atividades não agrícolas. O rural deixou de ser sinônimo de atraso, desconectando-se da agricultura, que se tornou apenas uma de suas atividades (Schneider, 2010).

Um ponto relevante a ser mencionado é que a modernização, em sua abrangência, acabou redefinindo as questões vinculadas à relação campo *versus* cidade. Nesse mesmo contexto, esse processo gerou uma ressignificação da própria profissão do agricultor, implicando a reconstrução identitária dessa parcela populacional (Graziano da Silva, 2001). Os impactos desse processo resultaram na necessidade crescente de os agricultores se tornarem polivalentes e atuarem de forma conjunta, ampliando suas atividades profissionais além da produção agrícola e diversificando suas estratégias econômicas para obter renda, independentemente dos estabelecimentos agropecuários. Assim, a nova ruralidade passou a ser caracterizada por famílias pluriativas, ou seja, que combinam tarefas agrícolas e não agrícolas, promovendo uma maior integração do setor. Isso representa a inter-relação entre agricultura, comércio e o setor de serviços, bem como entre o espaço rural e urbano.

As alterações na economia rural são consequência da redução dos cargos laborativos e das opções alternativas de renda, geralmente impostas pela mecanização agrícola e pela inserção de inovações tecnológicas que modificam os processos produtivos. Isso gera uma reorganização do sistema de produção, desde a força de trabalho até os investimentos, impondo

aos habitantes rurais a busca por atividades que assegurem sua permanência no campo, garantindo a reprodução social de suas famílias. Diante desse panorama, o desenvolvimento rural demanda a participação ativa da agricultura, além de outras atividades produtivas, como serviços, artesanatos, indústrias etc. O papel produtivo, antes restrito à agricultura, passa a incluir diversas atividades. O posicionamento populacional, que anteriormente consistia no fornecimento de mão de obra qualificada para os grandes centros urbanos, inverte-se, exigindo o desenvolvimento de serviços, infraestrutura e novas ofertas de emprego, para garantir a retenção da população rural em suas localidades. Nesse contexto, o meio ambiente passa a receber mais atenção, exigindo dos atores rurais a proteção dos bens públicos, como florestas, paisagens e outros elementos que formam o meio ambiente (Kageyama, 2008).

Nesse contexto, o meio rural torna-se atrativo para categorias sociais de origem urbana, seja com fins produtivos, residenciais ou preservacionistas, acentuando a diversificação social com a introdução de diferentes atores. O desenvolvimento do setor rural dependerá tanto do dinamismo das atividades agrícolas quanto da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e de provocar uma ressignificação de suas próprias funções sociais. O estabelecimento de relações de complementaridade com o meio urbano, substituindo o caráter de antagonismo, é fundamental. O crescimento demográfico pela redução do êxodo rural e atração de outras categorias sociais, juntamente com a modernização rural pela elevação das rendas e a extensão, ao rural, de privilégios antes exclusivos das cidades, são aspectos importantes. A valorização dos patrimônios natural e cultural das localidades, percebidos como fontes de desenvolvimento local, emprego e renda para a população, também é significativa. Os novos papéis dos agricultores, que passam a explorar novas oportunidades e demandas, exigem um desenvolvimento rural que ofereça emprego, segurança alimentar, garantia da qualidade dos produtos e proteção ambiental. Nesse novo processo, os agricultores deverão contribuir para a preservação das paisagens rurais e para a guarda e reprodução das tradições culturais rurais, estendendo suas atividades profissionais para além do núcleo produtivo agrícola, tornando-se polivalentes e pluriativos (Wanderley, 2000).

Um fato relevante a ser mencionado em relação à conceitualização são as tipologias das economias rurais descritas por Marsden (2003), que categoriza três tipos de economias: o campo preservado, o campo paternalista e o campo clientelista. O campo preservado é caracterizado por regiões rurais atraentes que experimentaram crescimento recente, estimulando o surgimento de uma nova classe média com inclinação para a regulação política preservacionista da economia local. Essas áreas buscam criar um setor de serviços e uma indústria limpa, embora possam não ter nenhuma qualidade ambiental especial. No entanto, há

conflitos entre os recém-chegados e os fazendeiros residentes de longa data em relação a questões econômicas e de desenvolvimento local. O campo paternalista é dominado por grandes proprietários de terras e agricultores estabelecidos, que exercem um controle regulatório relativamente incontestável sobre o desenvolvimento econômico mínimo. Nesse tipo de economia, as elites locais resistem à mudança e veem a mudança cultural necessária para o desenvolvimento econômico como uma ameaça aos seus valores tradicionais. O campo clientelista, por fim, está associado a regiões rurais que dependem economicamente de repasses vinculados a instituições políticas e subsídios à produção agrícola. Essas áreas podem atrair investimentos estrangeiros, mas sua dependência de gastos públicos ou privados as torna vulneráveis a flutuações econômicas (Marsden, 2003). O autor argumenta que as duas primeiras economias, a rentista e a dependente, representam obstáculos ao desenvolvimento econômico consistente com as oportunidades apresentadas pela globalização. Por outro lado, a economia empresarial tende a facilitar o desenvolvimento econômico rural no contexto da globalização. Embora a tipologia de Marsden se refira às condições específicas da Grã-Bretanha contemporânea, o autor sugere que existem pontos de convergência com outras regiões e economias rurais.

De qualquer modo, o setor agrícola e agropecuário desempenha um papel de destaque, sendo responsável pela produção de alimentos, matérias-primas e exportações significativas. As atividades agrícolas são influenciadas por fatores como clima, tecnologia, acesso a crédito e políticas governamentais. A agricultura familiar, em particular, contribui significativamente para a segurança alimentar e a geração de renda em comunidades rurais (Marini; Mooney, 2006; Mattei, 2014). É importante destacar que a interconexão entre as áreas urbana e rural é essencial para a estabilidade econômica do país. As cidades dependem dos recursos e produtos originados no campo, enquanto as áreas rurais necessitam de serviços e infraestrutura fornecidos pelas áreas urbanas. Além disso, a migração da população rural para as cidades em busca de melhores oportunidades de emprego também influencia o equilíbrio econômico entre os dois setores.

Nesse contexto, a economia brasileira enfrenta desafios e oportunidades em ambos os âmbitos. Nas áreas urbanas, a busca por mais inclusão social e redução das desigualdades é desafio constante. A concentração de riqueza e a falta de acesso a serviços básicos ainda são realidades enfrentadas por muitos brasileiros nas cidades. Já nas áreas rurais, a procura por uma agricultura sustentável, com mais eficiência produtiva e preservação ambiental, é um desafio importante para garantir o desenvolvimento econômico em longo prazo (Mattei, 2014). O surgimento dessa nova ideia de rural implica diversas concepções vinculadas ao processo de desenvolvimento. O desenvolvimento dos ambientes rurais deveria considerar a diversidade

vinculada à produção agrícola, assim como as diferenças existentes entre as próprias localidades rurais em interação com aglomerações urbanas nas sedes municipais. Um fator interessante é que a diversidade das áreas rurais, somada aos processos de desenvolvimento rural, resulta em distintas combinações de lógicas produtivas, meios de vida, jornadas de desenvolvimento e modos de funcionamento territorial (Ellis, 2000). As inúmeras características que cercam o novo rural brasileiro assumiram uma tendência crescente e gradativa na formulação de políticas públicas.

No contexto contemporâneo, observa-se um fenômeno interessante: a ruralização do meio urbano. Tradicionalmente, o movimento predominante era o êxodo rural, em que a população rural migrava para as cidades em busca de melhores condições de vida. No entanto, atualmente, é possível notar uma inversão dessa tendência, com o meio urbano absorvendo elementos e características do meio rural (Nunes; Bezerra Neto, 2016). Um dos aspectos marcantes dessa ruralização é a valorização da cultura sertaneja. A música, os costumes e as tradições típicas do campo ganham espaço nas áreas urbanas. Ritmos como o sertanejo universitário e o forró conquistaram um grande público urbano, aproximando os dois universos. Além disso, festas tradicionais do interior, como as juninas, são cada vez mais comuns nas cidades, proporcionando uma experiência rural aos moradores urbanos. Outro ponto relevante é a gastronomia: comidas típicas do meio rural, como a comida caipira e a culinária regional, ganham destaque em restaurantes e eventos gastronômicos urbanos. Os sabores autênticos do campo são valorizados e apreciados, promovendo uma conexão entre o meio urbano e suas origens rurais.

Além disso, o empreendedorismo rural tem encontrado espaço nas áreas urbanas. Produtos orgânicos, artesanato e itens típicos do campo estão sendo comercializados nas cidades, atendendo à demanda crescente por produtos de qualidade e sustentáveis. Essa movimentação fortalece a economia rural, estimula a produção local e estabelece uma conexão direta entre os produtores rurais e os consumidores urbanos (Nunes; Bezerra Neto, 2016). Em resumo, a ruralização do meio urbano na contemporaneidade é um fenômeno que evidencia a importância do meio rural e a interdependência entre as áreas urbanas e rurais. Essa aproximação cultural, gastronômica e empreendedora mostra um desejo de resgatar as raízes, valorizar as tradições e promover uma integração harmoniosa entre os dois universos, contribuindo para a diversidade e o enriquecimento cultural da sociedade como um todo.

O meio rural desempenha um papel fundamental na conexão com o meio urbano, proporcionando benefícios mútuos. Por meio de economias empreendedoras, caracterizadas por habilidades empreendedoras presentes no ambiente rural preservado, são obtidos produtos de

alta qualidade. Essa interação fortalece a qualidade de vida nas cidades, ao mesmo tempo em que valoriza a produção local e sustentável. A ruralização do meio urbano reforça essa conexão e evidencia a importância da interdependência entre os dois espaços. Essa simbiose promove um equilíbrio saudável entre o desenvolvimento urbano e a preservação das tradições rurais (Marini; Mooney, 2006).

Sobre a emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural, as dinâmicas ganharam uma relevância significativa no meio acadêmico e político, passando a integrar agendas de pesquisa e se concretizando como um aspecto importante das estratégias de cunho político desenvolvimentista. O âmbito brasileiro incorporou a ideia de território como elemento do desenvolvimento e fator crucial para elaborar políticas públicas. Ao partir do princípio de que a ruralidade é um conceito territorial, e não setorial, três aspectos essenciais caracterizam o ambiente rural: a relação da população com a natureza, considerando a relevância das áreas não densamente povoadas que não dependem do sistema urbano; a estabilidade e o bem-estar econômico das áreas povoadas de maneira mais dispersa, que dependem das atividades econômicas realizadas nos centros urbanos próximos e distantes; e a abordagem territorial, que não configura uma função no próprio desenvolvimento econômico, mesmo que essa seja menos reconhecida. Destaca-se também o fato de a economia estar direcionando a atenção para os aspectos temporais e setoriais vinculados ao desenvolvimento, sendo recente o foco e o interesse na dimensão espacial e territorial (Abramovay, 2000).

Os critérios geralmente utilizados para as divisões territoriais em diversos países muitas vezes não consideram aspectos relacionados ao desenvolvimento territorial (Dallabrida, 2020). No Brasil, a classificação do meio rural é problemática, pois se baseia na definição de cidade que ultrapassa o grau de urbanização dessas áreas. Para consolidar a abordagem territorial, importantes iniciativas políticas vinculadas ao desenvolvimento regional começaram na década de 1970, com os chamados Planos de Desenvolvimento Integrado, uma tentativa do governo de eliminar ou reduzir as desigualdades regionais por meio de alterações nos investimentos de capital. No entanto, ressalta-se que essas iniciativas não incentivavam a participação ativa da sociedade (Guanzirolli, 2006).

Mesmo com diversas iniciativas do governo para efetivar o desenvolvimento regional como uma estratégia política, não houve ganho significativo de relevância, abrindo espaço para novas discussões, direcionamentos e abordagens. Distintas iniciativas surgiram posteriormente, agora vinculadas à ideia de sustentabilidade e explorando a noção de desenvolvimento sustentável. Esses conceitos, sustentabilidade e região, acabaram agrupando diversos princípios, que contribuíram diretamente para a fundamentação da noção de território

posteriormente legitimada. Juntamente com a emergência da ideia de desenvolvimento sustentável, ou seja, desenvolvimento territorial, surgiu um novo elemento central, que impactou diretamente o processo: a participação social. Essa categorização se incorporou de maneira definitiva nos debates sobre políticas públicas, especialmente com a Constituição de 1988 (Rocha; Filippi, 2007). Assim, a utilização da ideia de território, ou da abordagem territorial do desenvolvimento, também vem acompanhada de outros fatores, que superam as questões meramente econômicas e técnico-produtivas. Esses fatores estão intimamente vinculados às mudanças políticas e organizacionais na forma de gestão e atuação do Estado a partir das políticas públicas, bem como às interações entre os sujeitos e instituições que compõem a sociedade civil juntamente com o Estado.

Há outras discussões nesse viés, apresentando outro elemento relevante ao entendimento da emergência da abordagem territorial. Nesse contexto, os atores estatais surgem como sujeitos capazes de criar condições vantajosas para o investimento territorial, e os atores privados são incorporados a essa estratégia, assumindo o papel de executores das ações previstas nos programas e políticas. A descentralização das políticas públicas e da atividade industrial, associada à redução e ao redirecionamento da intervenção estatal, contribuíram para que, particularmente em meados dos anos 1980 e 1990, se instituísse um padrão no qual, em vez dos investimentos diretos e do corte setorial, caberia ao Estado criar condições e um ambiente a partir do qual os agentes privados pudessem alocar, de forma supostamente mais eficiente, os recursos humanos e materiais. Esses processos sociais de corte eminentemente territorial e esse novo padrão são, em síntese, as principais razões da emergência e consolidação dessa nova abordagem territorial (Favareto, 2007).

No contexto político, a ideia de território adquire um conteúdo altamente normativo quando assumida pelas políticas públicas. Essa perspectiva tem uma dimensão normativa implícita, tratando o desenvolvimento territorial como uma metodologia, ou seja, uma forma de direcionar as ações vinculadas ao desenvolvimento (Cazella *et al.*, 2009). O desenvolvimento territorial passa a representar um processo que articula os sujeitos sociais juntamente com os setores da sociedade, relacionando, estreitamente, a noção de descentralização. O território é interpretado como resultado das movimentações territoriais que nele emergem, bem como na sua própria delimitação como espaço físico e geográfico. Essa argumentação esclarece a ideia de “territórios dados” e “territórios construídos”, apresentada por Pecqueur (2005). São denominados dados, devidos às suas delimitações geográficas, que influenciam as ações do Estado, enquanto os construídos se referem ao território como uma construção contínua e social, capaz de formar uma identidade coletiva. Levando em conta que

o território é um espaço com apropriações e representações simbólicas, as dinâmicas territoriais podem ser definidas como evoluções de companhias que ocorrem em um espaço geograficamente delimitado, envolvendo projetos e atores sociais. A partir dos projetos, é possível notar as interações relacionadas às múltiplas dimensões que compõem o desenvolvimento territorial. Dessa forma, os territórios se formam por meio dessas dinâmicas, que podem ser caracterizadas como reflexos das ações ocorridas no território, implicando em análises vinculadas às representações sociais, econômicas, culturais e políticas das ações dos sujeitos e das relações estabelecidas entre eles.

Com as transformações na conceituação do meio rural e a emergência da abordagem territorial, ganham relevância as instituições no processo contínuo de desenvolvimento. A abordagem territorial, assim como a atribuição de novos significados à concepção de desenvolvimento rural, acaba assumindo uma tendência crescente no que diz respeito à influência de políticas públicas, que, por sua vez, necessitam se alicerçar em instituições capazes de garantir e induzir mudanças na dinâmica de maneira proposital e estratégica. Entretanto, elaborar novas instituições favoráveis ao desenvolvimento rural consiste, principalmente, no fortalecimento do capital social nos territórios, destacando-se a promoção do crescimento das atividades econômicas (Abramovay, 2000). A nova visão sobre o desenvolvimento rural acabou se instituindo com potência suficiente para redirecionar a argumentação e a elaboração de políticas e programas criados com esse fim, mesmo sem a elaboração de novas instituições com potencial sustentador desse novo caminho. Diferentemente do que parece, é possível notar a incorporação de novas pautas sobre práticas e velhos valores capazes de continuar a fornecer parâmetros para a atuação dos atores sociais, tanto de maneira coletiva quanto individual, estabelecendo o que a economia institucional denomina de dependência de percurso (Favareto, 2007). No âmbito brasileiro, os impactos influenciadores das mudanças conceituais nos aspectos institucionais podem ser observados a partir da análise dos processos recentes relacionados à revisão das políticas públicas de desenvolvimento rural. Dessa maneira, cabe pautar e debater como o processo histórico influencia na atualização conceitual e como ele reflete nos aspectos institucionais do desenvolvimento dos ambientes rurais na atualidade.

Desde o começo dos anos 2000, a abordagem territorial vem ganhando mais relevância no desenvolvimento rural. Essa abordagem valoriza as escalas espaciais vinculadas à promoção do desenvolvimento, deixando para trás a concepção de que o meio rural se restringe a pequenas produções agrícolas, estabelecendo um paralelo entre as dinâmicas rurais e urbanas sob um viés socioeconômico. Em relação à elaboração de programas e estratégias políticas, observa-se duas

dinâmicas distintas: de um lado, o estado define sua agenda por meio das demandas e necessidades expressas pela sociedade, por meio de pressões, reivindicações populares, movimentos sociais e organizações vinculadas ao meio rural, acreditando na eficácia de um retorno resolutivo do Estado. Por outro lado, a agenda é impactada pelas pesquisas do meio científico e acadêmico, que tendem a demonstrar determinadas situações e problemáticas, bem como possíveis resoluções para reverter o cenário. Diante dessas pesquisas e estudos, o Estado assume determinadas teorias que balizam a elaboração dos planejamentos e a prática das ações das políticas públicas (Saraiva, 2006).

Sendo assim, as mudanças conceituais assumem um papel relevante no direcionamento das políticas públicas e na ação do Estado. É a partir dessas mudanças que se estabelecem novas perspectivas da realidade, evitando que antigas maneiras de promover o desenvolvimento se cristalizem. Essas mudanças permitem que os formuladores de políticas públicas ajustem as necessidades e demandas sociais aos serviços oferecidos pelo Estado. A relação entre o desenvolvimento rural e o desenvolvimento urbano nos pequenos municípios é um tema importante e as macropolíticas para o desenvolvimento rural desempenham um papel crucial na busca por uma interação mais sólida entre essas esferas. Essas políticas são concebidas com o objetivo de estabelecer sinergias e promover uma cooperação positiva entre o meio rural e o meio urbano, reconhecendo a importância de ambos os setores para o progresso econômico, social e ambiental (Gelpi; Kalil, 2015).

No contexto das macropolíticas para o desenvolvimento rural, destaca-se a necessidade de superar a tradicional dicotomia entre o rural e o urbano, priorizando abordagens integrativas que valorizem a complementaridade entre esses espaços. Tal empreendimento envolve uma série de estratégias e medidas que abrangem diferentes aspectos, incluindo infraestrutura, desenvolvimento econômico, capacitação e educação, serviços públicos e qualidade de vida, bem como a promoção de governança e parcerias. A infraestrutura desempenha um papel importante nesse processo, pois investimentos em estradas, energia, telecomunicações e abastecimento de água no meio rural beneficiam não apenas as comunidades rurais, mas também facilitam o acesso aos serviços e mercados urbanos, promovendo, assim, um desenvolvimento conjunto (Gelpi; Kalil, 2015). Além disso, é essencial estimular a diversificação econômica e a geração de empregos no meio rural, por meio do apoio a atividades agropecuárias, agroindustriais, turismo rural, produção de energias renováveis, entre outras. Essas iniciativas não só fortalecem a economia rural, mas também podem fornecer insumos e produtos para abastecer as áreas urbanas.

A capacitação e a educação desempenham um papel fundamental nesse contexto, pois investimentos nessas áreas são essenciais para promover a inovação, o empreendedorismo e o desenvolvimento de habilidades necessárias para aproveitar as oportunidades tanto no meio rural quanto no urbano. A formação de mão de obra qualificada contribui para o desenvolvimento de setores produtivos em ambas as áreas (Dweck; Chernavsky; Chaves, 2013). Ademais, o acesso a serviços públicos de qualidade, como saúde, educação, segurança e saneamento básico, é uma questão relevante nas áreas rurais. O fortalecimento desses serviços beneficia diretamente tanto a população rural quanto melhora a qualidade de vida e a atratividade do meio rural, evitando um êxodo excessivo para as áreas urbanas. Por fim, a governança local e a promoção de parcerias entre os setores público, privado e a sociedade civil são fundamentais para impulsionar o desenvolvimento rural e urbano de forma integrada. A participação ativa da comunidade e o diálogo entre os diversos atores são essenciais para identificar as demandas, estabelecer prioridades e implementar ações conjuntas (Oliveira; Silva; Lovato, 2014).

Em síntese, ao adotarem macropolíticas para o desenvolvimento rural, os pequenos municípios podem estabelecer uma relação mais sólida entre o desenvolvimento rural e urbano, contribuindo para o crescimento sustentável, a redução das desigualdades e a utilização eficiente dos recursos disponíveis. Essa abordagem integrada resulta na criação de comunidades mais resilientes, prósperas e equilibradas, capazes de enfrentar os desafios contemporâneos e aproveitar as oportunidades de forma abrangente (Oliveira; Silva; Lovato, 2014). Sendo assim, as mudanças vinculadas às concepções de ruralidade e desenvolvimento rural influenciaram a promoção de uma mudança de perspectiva em relação às ações do Estado. Políticas anteriormente voltadas apenas para o subsídio agrícola, aquisição de novas tecnologias, crédito para financiamentos e incentivos à produção estavam firmemente relacionadas à modernização da agricultura. No cenário atual, as políticas públicas ganharam novos contornos, com atenção especial à participação ativa da sociedade, foco na agricultura familiar e na acessibilidade de terras. Tais temas dialogam diretamente com a emergência da abordagem territorial e, consequentemente, com as políticas públicas vinculadas ao movimento macropolítico (Mattei, 2014).

As macropolíticas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento rural, promovendo a integração sinérgica entre os espaços urbanos e rurais e buscando um desenvolvimento regional sustentável e equitativo. A compreensão das implicações do desenvolvimento rural exige uma análise das dinâmicas e interdependência entre esses dois contextos, considerando o impacto das macropolíticas públicas, responsáveis por estabelecer

diretrizes e estratégias que visam fortalecer a agricultura familiar, facilitar o acesso à terra e promover a participação ativa da sociedade. Nesse sentido, elas vão além de subsídios agrícolas e incentivos à modernização da agricultura, adotando uma abordagem territorial que reconhece a diversidade e as particularidades locais. As políticas devem estimular a diversificação econômica, a preservação dos recursos naturais e culturais e o aprimoramento das condições de vida das comunidades rurais (Mattei, 2014).

Além disso, as macropolíticas têm o papel de articular ações e recursos de forma coordenada, envolvendo diferentes atores, como governos, organizações da sociedade civil, empresas e comunidades locais. A interação entre esses atores é fundamental para implementar políticas e estabelecer parcerias que potencializem os resultados alcançados. Nesse sentido, as macropolíticas devem incentivar a participação ativa e o diálogo entre os diversos setores da sociedade, promovendo a corresponsabilidade e a construção coletiva de soluções (Machado; Evangelista, 2014). É importante ressaltar que as macropolíticas não devem ser concebidas isoladamente, mas sim em uma perspectiva integrada de desenvolvimento regional. Elas devem levar em consideração a diversidade de contextos e atores presentes no meio rural, adotando abordagens flexíveis e adaptáveis às necessidades e peculiaridades locais. Ao promover um ambiente favorável ao desenvolvimento rural, as macropolíticas contribuem para a redução das desigualdades socioeconômicas, o fortalecimento das economias locais e a preservação dos recursos naturais, impulsionando um desenvolvimento sustentável e equitativo para as comunidades rurais.

Como uma das faces da moeda “urbano-rural” para compreender o desenvolvimento local endógeno, as implicações do desenvolvimento rural devem considerar as dinâmicas e a interdependência entre esses dois contextos. Essas implicações demandam o estudo de como as macropolíticas e as micropolíticas públicas podem integrar espaços urbanos e rurais, de modo a assegurar um desenvolvimento regional sustentável e equitativo. Para isso, é fundamental ter em conta a diversidade de atores envolvidos, como governos, organizações da sociedade civil, empresas e comunidades locais, e como suas interações afetam o desenvolvimento rural (Machado; Evangelista, 2014). Para melhor contextualização, será possível conferir o conceito de governança no próximo subtópico, correlacionando-a às argumentações apresentadas sobre as instituições e suas instrumentalidades para micro e macropolíticas de desenvolvimento urbano-rural.

2.3.3 Governabilidade e governança

O conceito de governabilidade emerge na literatura política entre as décadas de 1960 e 1970, a partir da formulação de Samuel Huntington. De matriz institucionalista e política, a discussão sobre a questão da governabilidade surge diante do quadro de estagnação nos países capitalistas avançados, associado à crise do *Welfare State* e da autoridade. Esta última é resultante da ressurreição do ativismo político e da “emergência de uma nova cultura política em que novos direitos foram constituídos (de minorias étnicas, sexuais, de consumidores) e que extrapolaram a capacidade resolutiva dos governos democráticos” (Melo, 1995, p. 24). No Brasil, o tema da governabilidade se destaca no início da década de 1980, na recém-instaurada democracia brasileira, principalmente devido à crise fiscal do Estado. No entender de estudiosos e políticos, a governabilidade somente seria alcançada com a reforma do aparelho estatal.

A fórmula a ser seguida para tornar o Brasil governável, de acordo com alguns estudos da época, era a de cunho elitista e conservador de Huntington, cujos direitos democráticos “eram incompatíveis com o funcionamento eficaz do governo” (Diniz; Azevedo, 1997, p. 26-27). Huntington argumenta que haveria condições de governabilidade quando ocorresse um equilíbrio entre as demandas sobre o governo e sua capacidade de administrá-las e atendê-las. A solução era fortalecer a autoridade política e conter demandas. Em contraposição a essa visão ortodoxa, a governabilidade pode ser vista vinculada a três dimensões. A primeira faz menção à capacidade do governo para identificar problemas críticos e formular as políticas apropriadas ao seu enfrentamento. A segunda dimensão corresponde à mobilização de meios e recursos para executar as políticas públicas e a tomada de decisão. Por fim, a capacidade de liderança estatal. As estratégias governamentais, nessa nova acepção, abarcam, além da mobilização dos instrumentos institucionais e dos recursos financeiros, os meios políticos de execução, envolvendo a articulação de coalizões e alianças para sustentar as políticas governamentais. A garantia de apoio se daria pela constituição de arenas de negociação que fornecessem o respaldo necessário às ações estatais (Diniz; Azevedo, 1997).

Para executar as políticas existe um processo de elaboração conhecido como ciclo de políticas públicas, que esquematiza a vida de uma política pública em sete fases sequenciais e interdependentes: identificação do problema, formação de agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção. A implementação de políticas públicas está relacionada à compreensão do conceito de governança. Como a maioria dos conceitos da ciência política, governança não tem uma definição clara e precisa, variando de autor para autor de acordo com nacionalidade, tendências ideológicas e ênfase nos elementos.

No entanto, algumas semelhanças podem ser traçadas entre as várias conceituações existentes. Entre os autores, os conceitos de governança e governabilidade guardam relações muito fortes entre si, se complementam, têm um vínculo instável, dinâmico e inseparável, sendo quase idênticos. A governabilidade, em uma definição geral, refere-se às condições essenciais para o exercício do poder e da legitimidade de um Estado e de seu governo. Isso decorre de atitudes em relação à sociedade civil e aos mercados (em regimes democráticos) e pode ser entendida como a autoridade política do próprio Estado e sua capacidade de agregar diversos interesses dispersos pela sociedade e apresentar objetivos comuns de curto, médio e longo prazo. Essas condições podem ser resumidas como o apoio recebido pelo Estado para suas políticas e a capacidade de articular alianças e coalizões entre diversos grupos sociopolíticos para viabilizar projetos nacionais e sociais (Secchi, 2014).

Para garantir a governabilidade, é necessário haver confiança e colaboração voluntária da sociedade com as decisões do governo. Além disso, o governo deve atender às demandas e pressões sociais, mostrar transparência em suas ações, para evitar abuso e corrupção, e liderança para compreender e atender às aspirações da população com decisões coerentes. O Estado deve estar sempre sujeito ao escrutínio público, pois a clandestinidade em suas ações pode causar graves consequências. A governança, por outro lado, pode ser entendida como o lado adjetivo/instrumental do processo: a capacidade de determinado governo de formular e implementar suas políticas. Essa competência pode ser analiticamente decomposta em competências financeiras, gerenciais e técnicas. Tudo isso é importante para moldar programas de governo específicos e atingir metas coletivas definidas e justificadas pelas urnas. A ênfase aqui é que, em contraste com a governabilidade, a fonte da governança não são os cidadãos ou a cidadania organizada *per se*, mas uma extensão dela. É uma política pública que representa sua face para a sociedade civil e para os mercados no campo da prestação direta de serviços públicos (Préve; Moritz; Pereira, 2010).

A governança “trata-se de uma tendência para se recorrer cada vez mais à autogestão nos campos social, econômico e político, e a uma nova composição de formas de gestão daí decorrentes” (Kissler; Heidmann, 2006, s. p.). Nesse contexto, é possível adentrar no espaço urbano, trazendo à tona a correlação entre a governança e a urbanização. O crescimento urbano global é uma tendência indissociável da realidade e, por isso, o tema requer atenção para a construção de planos e estratégias de longo prazo, capazes de lidar com o aumento da população global e a expansão das cidades (Glaeser; Joshi-Ghani, 2013). No sentido descritivo, governança refere-se à proliferação de atores, interesses, prestação de serviços e sistemas de regulação. No sentido normativo, é uma forma alternativa de organização coletiva. Há uma

“horizontal self-organization among mutually interdependent actors” (Jessop, 2000, p. 15). O reconhecimento da importância crescente dessa escala geográfica de regulação reabre velhos debates e suscita a necessidade de clarificar quem deve fazer o quê, isto é, quem são os atores-chave e que papéis, poderes e responsabilidades lhes cabem nesse campo. Na verdade, reconhece-se hoje, de forma generalizada, que a emergência de novas dinâmicas sociais, ambientais e participativas no âmbito metropolitano exige soluções inovadoras de intervenção pública, de coordenação de atores e de articulação de políticas.

Um ponto a ser mencionado para clarificar as distinções entre conceitos e definições é o entendimento dos conceitos de governo e governança, fundamental para compreender a dinâmica do desenvolvimento tanto no âmbito urbano quanto no rural. Essas duas palavras têm significados diferentes e desempenham papéis distintos na condução dos assuntos públicos. O governo, como órgão responsável pela administração de um país, exerce o poder de governar. Ele representa a autoridade máxima que toma decisões políticas, elabora políticas públicas e implementa ações para o desenvolvimento da nação. No contexto urbano, desempenha um papel essencial na gestão das cidades, incluindo o planejamento urbano, a provisão de serviços públicos e a promoção do bem-estar dos cidadãos. No ambiente rural, também influencia na regulação das atividades agrícolas, no apoio à agricultura familiar, no desenvolvimento rural e na preservação ambiental (Sabourin, 2017).

Por outro lado, a governança refere-se às atividades de governar, ou seja, ao processo de implementar as políticas e regras estabelecidas pelo governo. A governança envolve a interação entre diferentes atores e instituições, incluindo governantes, setor privado, organizações da sociedade civil e a comunidade em geral. No contexto urbano, é fundamental para garantir a participação dos cidadãos na tomada de decisões, promovendo a transparência, a responsabilidade e a eficiência na gestão pública. No ambiente rural, desempenha um papel importante na definição de políticas agrícolas, na gestão dos recursos naturais e no fortalecimento das organizações comunitárias (Bryant, 2018). A compreensão desses conceitos é relevante para a dinâmica do desenvolvimento urbano-rural, pois eles estão interligados e se influenciam mutuamente. O governo, por meio de suas políticas e ações, molda o ambiente em que as atividades urbanas e rurais ocorrem. A governança, por sua vez, assegura que essas políticas sejam implementadas de maneira eficaz e inclusiva, considerando as necessidades e aspirações das comunidades.

Um desenvolvimento urbano-rural equilibrado requer uma abordagem de governança que promova a integração e a cooperação entre as áreas urbanas e rurais, reconhecendo suas interdependências. É necessário um governo eficiente e responsável, que elabore políticas

abrangentes e coerentes, considere as especificidades de cada contexto e promova a participação ativa dos cidadãos e das comunidades (Bryant, 2018). Em suma, o governo e a governança desempenham papéis essenciais na dinâmica do desenvolvimento urbano-rural. Compreender as diferenças e a relevância desses conceitos permite uma abordagem mais abrangente e efetiva para enfrentar os desafios e promover o crescimento sustentável em ambas as esferas.

O planejamento urbano, nesse contexto, representa o uso da terra em sua função econômica, social, ambiental, institucional e cultural (Cobbinah; Korah, 2016). O planejamento urbano estabelece um conjunto de ações das atividades urbanas, podendo ser realizadas ou orientadas pelo mercado, assumidas pelo Estado, tanto na sua concepção quanto na sua implementação. O planejamento e o desenvolvimento urbano têm a capacidade de equilibrar três interesses conflitantes: o crescimento econômico, a justiça social e a proteção do meio ambiente. A integração dessas três dimensões em um processo de planejamento urbano pode tornar as cidades inclusivas e colocá-las no caminho da sustentabilidade (Sachs, 2002). Isso apresenta-se também nos estudos de Tibaijuka (2006) e Watson (2009) ao argumentarem que o planejamento urbano deve ser inclusivo e articular os diferentes interesses da sociedade.

No Brasil, há múltiplos mecanismos de implementação de planos de desenvolvimento urbano, utilizados tanto em cidades planejadas quanto em cidades que cresceram de forma natural. Uma forma de implementar esses planos é por meio da legislação. A Lei n. 10.257, de 2001 (Brasil, 2001) estabelece diretrizes gerais para desenvolver a política urbana. Outro fator relevante é a sustentabilidade, intimamente ligada ao desenvolvimento. Cidades sustentáveis são aquelas que preservam suas áreas verdes sem alterar os ecossistemas naturais, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos ao preservar a qualidade do ar, do clima e facilitar a recuperação dos sistemas hídricos (Ferreira; Vieira, 2018). Tecnologias urbanas também podem auxiliar no controle da emissão de gases poluentes, melhorar a mobilidade e o planejamento de cidades e bairros mais compactos (Fitzgerald *et al.*, 2012; Wolsink, 2016). Repensar o espaço urbano e oferecer infraestrutura e serviços públicos a um número maior de cidadãos pode reduzir as desigualdades socioeconômicas ao longo do território de uma cidade (Maricato, 2015). Assim, o termo cidade sustentável vai além da conservação e manutenção de recursos naturais, mas, sobretudo, refere-se à eficácia de um planejamento territorial compatível com as particularidades de cada município. Embora não sejam ecossistemas naturais, as cidades estão interligadas em um processo sistêmico e interdependente. Portanto, é necessária uma nova governança urbana para resolver suas problemáticas e conflitos, bem como para potencializar vocações municipais, associando os seus recursos urbanos e rurais.

Quanto à participação da sociedade, o processo deve se estruturar em três fases: i) mobilização, por meio de divulgação na mídia (imprensa, rádio, digital), convites a agentes sociais estratégicos da sociedade civil e publicidade em locais de grande circulação de pessoas; ii) informação, incluindo a divulgação de estudos, propostas e minuta da lei (Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado), materiais a serem discutidos em atividades participativas, divulgação de listas de presença, atas e relatórios (sistematização de propostas) e emissão de boletins sobre o andamento do processo de elaboração do PDUI; iii) devolutivas referentes às propostas recebidas, incorporadas ou não, com justificativas (Agemvale, 2018, p. 7). Migrando para o espaço rural, após a contextualização do papel da governança para o desenvolvimento urbano, é possível adentrar em questões relevantes, em que a governança se mostra grande contribuidora para o processo de desenvolvimento local. As atividades agropecuárias exerceram, historicamente, papel relevante na economia brasileira. Não obstante o processo de urbanização e industrialização, esse segmento manteve forte expressividade econômica, comercial e territorial (Banco Mundial, 2016). No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio (que inclui indústria de insumos e equipamentos, produção agropecuária, indústria de processamento e distribuição) alcançou 21,5% do PIB nacional em 2015 (Cepea, 2016) e as exportações agroalimentares foram responsáveis por US\$ 88,2 bilhões no mesmo ano (46,1% do total) (Secex, 2016).

Na primeira década do século XXI, vários países da América Latina adotaram o “enfoque territorial” como estratégia de executar políticas públicas para o desenvolvimento rural, estabelecendo um panorama institucional em que os atores locais eram instados a pensar e planejar o seu próprio futuro, decidindo sobre suas demandas prioritárias, definindo projetos voltados a atingir os objetivos planejados, além de avaliar e monitorar a elaboração e execução desses projetos. Tudo isso em um ambiente participativo e democrático. Foi um grande desafio, pois, implementar esse desenvolvimento de maneira inovadora, que exigia mudanças significativas de comportamento político e administrativo, preconizando uma nova divisão de funções e poder (Corezola; Oliveira; Almeida, 2010). Isso implicava fortalecer os grupos sociais locais e suas organizações, consolidar as ações coletivas, bem como a articulação e sintonia entre as diferentes dimensões do desenvolvimento (Bonnal; Kato, 2010). Nos últimas décadas, países da América Latina têm adotado o enfoque territorial como estratégia para implementar políticas públicas para o desenvolvimento rural, um panorama institucional inovador que visa a implementar perspectivas de ação em que os atores locais são instados a pensar e decidir sobre suas demandas, seus projetos e o seu próprio futuro, bem como a forma de gestão das iniciativas voltadas a atingir esse objetivo (Delgado *et al.*, 2007).

A noção de governança está associada a uma nova filosofia da ação pública, que consiste em fazer do cidadão um ator importante no processo de desenvolvimento (Sotomayor, 2015). Em outras palavras, essa noção busca criar mecanismos para que a sociedade civil participe do processo de concepção e gestão de políticas públicas. A regulamentação da diretriz constitucional participativa apontou para a formação de conselhos gestores de políticas públicas, estruturados de forma hierarquizada nos âmbitos nacional, estadual e municipal, em diversas áreas, como saúde, trabalho, educação, assistência e previdência social, direitos do cidadão, cultura, ciência e tecnologia, meio ambiente, e desenvolvimento rural (Gohn; Filipe; Bertagna, 2001). Em linhas gerais, essa nova estratégia estabeleceu a delimitação de territórios rurais envolvendo conjuntos de municípios, formados em um processo histórico de construção de identidades (Oliveira, 2008) e a constituição, em cada qual, de uma instância deliberativa denominada colegiado ou fórum, formada paritariamente por representantes da sociedade civil (associações, sindicatos, organizações não governamentais (ONGs), cooperativas etc.) e dos governos federal, estadual e municipal. É nesses dispositivos de governança territorial que se efetiva o chamado ciclo de gestão social (Oliveira; Perafán, 2012), isto é, o processo participativo de debate, disputas e concertação sobre planejamento, implementação, avaliação e monitoramento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural. Esse processo, segundo os formuladores da estratégia, deslindaria uma dialética ativa, produtiva e progressiva entre identidade, participação social e desenvolvimento rural sustentável (Caniello; Piraux; Bastos, 2013a, 2013b; Piraux, 2014).

Os dispositivos de governança são destinados a organizar a discussão e as trocas entre atores para definir objetivos comuns, produzir normas aceitas e legitimadas, traduzi-las em regras e implementá-las. Contudo, a atividade produtiva agrária possui peculiaridades que interferem na articulação dos interesses agrários, já que cada agricultor conserva muita autonomia, por ser o gestor da própria atividade (Piraux; Azevedo; Tonneau, 2010). Essa autonomia contribui para que as atividades econômicas, sociais e políticas dos agricultores tenham um caráter individualista. Associada ao isolamento geográfico e à dispersão característica da sociedade rural, essa autonomia explica a dificuldade encontrada tanto na articulação dos interesses da agricultura quanto na consolidação das associações, sejam elas sindicais ou cooperativas (Moyano Estrada, 1984). No processo de articulação de interesses na agricultura, ocorre uma espécie de dialética concentração/dispersão, o que dificulta a consolidação de uma estrutura estável para o exercício da interlocução social representativa. A tendência à corporatização da sociedade (presença hegemônica das corporações na intermediação social) como um todo encontra, portanto, sérias dificuldades para avançar no

meio rural. Isso não impede, contudo, a interferência de forças externas ao próprio setor no que se refere a incentivar sua corporatização (Moyano Estrada, 1988).

Também foram ressaltados problemas decorrentes da influência do poder local nos territórios, nos quais as lutas partidárias envenenam as relações entre os participantes dos colegiados e motivações políticas movem peças importantes no processo decisório. Assim, era frequente a configuração de grupos políticos hegemônicos na governança territorial, o que pervertia o sentido democrático e inclusivo do ciclo de gestão social, como já demonstrado. Por último, foram levantadas questões técnicas, devidas à falta de consultores para realizar tarefas administrativas e animações universitárias, ou à baixa competência técnica dos membros. Alguns projetos foram idealizados para planejar, acompanhar e monitorar, mas esses problemas têm dificultado significativamente o desempenho das universidades, comprometendo a credibilidade das instituições e resultando em processos de mediação fracos e inadequados, afetando negativamente a estratégia territorial como um todo (Caniello; Piraux; Bastos, 2013a, 2013b, 2014; Caniello; Piraux; Rambo, 2012).

Registre-se, porém, que, apesar dos problemas citados, em pesquisa desenvolvida em 2015 por meio de grupos focais com 81 lideranças de 8 colegiados, 86% dos entrevistados ressaltaram que a política territorial provocou impactos positivos nos territórios, destacando os investimentos nos ativos territoriais como os mais importantes, tais como: valorização e desenvolvimento da agricultura familiar, mudanças na estrutura de produção e comercialização, investimento público direcionado às necessidades do território e desenvolvimento da educação do campo (Perafán *et al.*, 2015). Algumas propostas que visam a melhor aplicabilidade do processo de governança no ambiente rural seriam: a construção de um sistema de “inteligência territorial” (Piraux, 2015), que visa unir informação e comunicação para disponibilizar permanentemente processos, produtos, ferramentas e resultados do ciclo de gestão social às partes interessadas, criando um ambiente aberto à inovação e ao aprimoramento de práticas. No que se refere às dificuldades técnicas, seria possível facilitar alguns processos de formação para desenvolver a aprendizagem estruturada, que pode ser realizada por universidades públicas, em colaboração com organizações que operam na região.

Nesse contexto de governança, o rural e o urbano acabam transitando e se opondo entre si, perpassando pelo desenvolvimento brasileiro em distintos momentos históricos que concretizaram a consolidação do capitalismo, configurando uma formação econômica. Sendo assim, a temática é importante, principalmente nas dinâmicas que ocorrem entre o campo e a cidade (Paixão, 2021).

A governabilidade e a governança desempenham papel crucial no desenvolvimento urbano-rural de pequenas cidades. Governabilidade refere-se à capacidade de exercer autoridade, tomar decisões e obter apoio para conduzir políticas públicas locais, enquanto governança envolve a interação entre diferentes atores nesse processo. No âmbito urbano e rural, a governabilidade inclui a habilidade governamental de enfrentar desafios e promover o desenvolvimento de forma legítima, coordenando ações e garantindo transparência nas decisões, fortalecendo a capacidade dos governos locais de responder às demandas das comunidades. Por sua vez, a governança diz respeito à participação de múltiplos atores, como governo, sociedade civil, setor privado e academia, na formulação e implementação de políticas voltadas para o desenvolvimento local. Essa abordagem busca fomentar a diversidade de perspectivas, a troca de conhecimentos e a construção coletiva de soluções, visando a um desenvolvimento sustentável. Em pequenas cidades, a governabilidade e a governança assumem relevância ainda maior devido aos desafios específicos, como a integração de diferentes setores econômicos e a promoção da equidade social. Portanto, a capacidade de governar e a participação ativa dos diversos atores locais são essenciais para políticas públicas efetivas, que impulsionem o desenvolvimento de maneira equilibrada. A governança e a governabilidade legítimas formam estruturas institucionais que condicionam a interação entre atores em decisões coletivas. Analisar os sistemas de governança existentes, identificar pontos fortes e fracos e entender sua influência no desenvolvimento endógeno sustentável é essencial para promover um desenvolvimento urbano-rural inclusivo.

2.4 Instrumentalidade institucional de desenvolvimento urbano-rural

O institucionalismo econômico engloba diversas abordagens relacionadas ao desenvolvimento econômico de diferentes países, destacando-se três correntes de pensamento: o antigo institucionalismo, a nova economia institucional e o neoinstitucionalismo, cada uma com características estruturais comuns (Conceição, 2008). No âmbito do antigo institucionalismo, Veblen, Commons e Mitchell são considerados referências importantes. Entretanto, durante muito tempo, essa corrente permaneceu “na sombra” das discussões econômicas, possivelmente ofuscada por outros trabalhos ou pelas ideias fundadoras de Veblen (Plein; Filippi, 2010).

Nesse contexto, a economia institucional ganha mais destaque e reconhecimento, evidenciado por premiações como o Prêmio Nobel de Economia, concedido a Ronald Coase, em 1992, entre outros renomados economistas. Para esses autores, as instituições têm como

objetivo ordenar conflitos e otimizar a eficiência, considerando os mecanismos de ação coletiva. A nova economia institucional foca em fatores microeconômicos, abrangendo teorias, contexto histórico, direitos de propriedade, economia do trabalho, sistemas comparativos e organizações industriais. Outro ponto relevante é que essa abordagem possui três hipóteses distintas de trabalho: a primeira vincula-se às transações e aos custos, definindo diferentes modos de organização institucional; a segunda relaciona-se com a tecnologia, que, embora essencial, não é determinante.; a terceira envolve as chamadas “falhas de mercado”, que destacam a importância das hierarquias (Conceição, 2002).

No mesmo cenário, encontramos os neoinstitucionalistas, que têm se fortalecido nos últimos anos ao unir as contribuições significativas do antigo institucionalismo com pautas evolucionistas. O institucionalismo econômico vem sendo amplamente estudado desde a década de 1930, com raízes em diversas áreas, como Administração, Direito e Economia. Um fator comum entre essas áreas é a premissa da ausência de conformidade com a teoria econômica, cujos argumentos eram considerados insuficientes para explicar a dinâmica dos mercados e das economias, especialmente em conceitos complexos como “desenvolvido” e “subdesenvolvido”. Considerando esses pressupostos, vários autores, como Hodgson, Douglass North e outros, têm contribuído significativamente para o desenvolvimento teórico dessa questão (Hodgson, 1998).

Quando o assunto é institucionalismo econômico, é necessário considerar dois níveis analíticos. O primeiro é de ordem macro e aborda as instituições em si, tendo em conta as mudanças, o ambiente, o desenvolvimento econômico e as variáveis relacionadas com a política e legislações, que tendem a formar e estruturar os aparatos regimentais da sociedade. O segundo nível é analítico e de ordem micro, focando nas transações entre os agentes econômicos, na organização das instituições e nos contratos firmados (Hodgson, 1998). A nova economia institucional, derivada do institucionalismo econômico, baseia-se em pressupostos como oportunismo, racionalidade limitada, custo de transação, frequência, incerteza e especificidade. Qualquer análise vinculada à nova economia institucional deve considerar falhas de mercado, transações e seus respectivos custos, tecnologia, histórico de conflitos e disputas e dependência de trajetória (Conceição, 2002).

As ideologias centrais que regem o institucionalismo envolvem preocupações relacionadas aos hábitos, à evolução e às regras das instituições. Os institucionalistas evitam a criação de um modelo único, preferindo uma abordagem que abrange ideias gerais sobre a agência humana, a natureza evolutiva e as instituições, considerando seus processos econômicos (Hodgson, 1998). No panorama atual, há diversas definições de institucionalismo,

das quais quatro se destacam por sua especificidade: as elaboradas por Commons, Veblen, North e Hodgson. Cada uma dessas definições tem aspectos ontológicos e epistemológicos distintos ou convergentes, como pode ser observado no Quadro 2.

Quadro 2 – Definições de instituição

Autor	Definição de instituição
Veblen	Espécie de hábito de pensamento comum vinculado à generalidade dos homens (Samuels, 1995, p. 575).
Commons	Ação coletiva no controle, na expansão e na liberação das ações individuais (Commons, 1931, p. 648).
North	“São as restrições humanamente concebidas que estruturam a interação humana. Elas são feitas de restrições formais (por exemplo, regras, leis, constituições), restrições informais (por exemplo, normas de comportamento, convenções, códigos de conduta autoimpostos) e suas características de execução. Juntas, elas definem a estrutura de incentivos das sociedades e, especificamente, as economias” (North, 1994, p. 360).
Hodgson	“Tipos de estruturas que mais importam no âmbito social: constituem o material da vida social. [...] sistemas de regras sociais e prevalentes que estruturam a vida social” (Hodgson, 2006, p. 2).

Fonte: dados da pesquisa.

As definições de instituição fornecidas por Veblen, Commons, North e Hodgson, mostradas no Quadro 2, destacam a importância das regras e hábitos sociais na estruturação da vida econômica e social. Veblen enfoca os hábitos de pensamento comum, enquanto Commons aborda a ação coletiva no controle e na liberação das ações individuais. North amplia o conceito, ao incluir restrições formais e informais que moldam a interação humana e definem a estrutura de incentivos nas sociedades. Hodgson complementa enfatizando as regras sociais prevalentes que estruturam a vida social. Esses conceitos são fundamentais para a formulação de macropolíticas e micropolíticas para o desenvolvimento rural, pois destacam a necessidade de entender e integrar as normas, as convenções e as regras que orientam as interações sociais e econômicas. A implementação dessas políticas deve considerar tanto as restrições formais quanto as informais, promovendo a ação coletiva e ajustando-se às estruturas institucionais existentes para fomentar o desenvolvimento para integrar áreas urbanas e rurais.

As instituições são vistas como sistemas de regras sociais incorporadas e estabelecidas para estruturar as interações sociais, uma tendência crescente reconhecida na vida social. Esse reconhecimento envolve entender que a maioria das atividades e interações humanas está estruturada em regras implícitas ou explícitas estabelecidas socialmente, destacando a estrutura dessas interações. Exemplos principais incluem o dinheiro, a linguagem, os sistemas de medidas e o direito (Hodgson, 2006). No entanto, a literatura ainda mantém imprecisões conceituais entre instituições, organizações e instrumentos de ação política. Instituições são frequentemente confundidas com organizações concretas, como universidades e institutos de

pesquisa, ou com instrumentos de ação política destinados à criação de estabilidade e coordenação das atividades econômicas. Além disso, aparecem como arranjos informais que moldam comportamentos, linguagem, cultura, hábitos, tabus e rotinas, tanto nas empresas quanto no comportamento individual (Felipe, 2008). Superadas essas confusões conceituais, a riqueza analítica costuma se alicerçar nos pressupostos que estabelecem uma definição sobre determinado núcleo teórico, que dialoga com diversas abordagens institucionalistas, permitindo uma maior consonância e conflito entre elas, ocasionando uma fonte de pensamentos institucionalistas (Simões, 2014).

O institucionalismo é caracterizado como uma definição abrangente, pois permite o diálogo que absorve fatores explicativos de outras teorias sem negá-los, contribuindo para a compreensão das mudanças econômicas por meio das modificações demográficas, influenciadas por instituições, tecnologia, ações sociais, estruturas e contexto histórico, demonstrando, assim, sua relevância. A crítica à teoria neoclássica é fundamentada na ideia de um mundo estático, que não leva em consideração conflitos e atritos na análise do desenvolvimento, uma vez que o processo de desenvolvimento é, por si só, altamente dinâmico e evolucionista (North, 2005).

Qualquer abordagem analítica que se pretenda institucionalista deve incluir a dependência de trajetória, reconhecer o caráter diferenciado do processo de desenvolvimento econômico e pressupor que o ambiente econômico envolve disputas, antagonismos, conflitos e incertezas. Reconhece-se existir um núcleo teórico definido, nem sempre convergente, entre as diversas abordagens institucionalistas, revelando, ao contrário do que possa parecer, a própria fonte de riqueza do pensamento institucionalista (Conceição, 2002). O conceito de dependência de trajetória é particularmente interessante, pois implica entender o presente à luz das características do passado, cabendo às instituições a função de transportar e unir essas características conforme as necessidades atuais, respeitando suas limitações. Dessa forma, as mudanças institucionais propiciam a ruptura de trajetórias de desenvolvimento, mesmo que esse processo possa ser lento e controlado por mudanças nos moldes de hábitos e comportamentos. A abordagem institucionalista é marcada por conflitos pelo poder e tende a identificar as mudanças institucionais, incluindo as instituições econômicas, que não se limitam ao teor economicista, uma vez que questões políticas e culturais são relevantes para a formação de hábitos, regras e normas que são padronizadas pelas instituições (Simões, 2014).

Diversos institucionalistas convergem em questões até então consideradas complementares. Aqueles que tomam decisões mais racionais tendem a focar no ritmo ditado pelo cenário, fornecendo inúmeras soluções fundamentadas para dilemas de ação coletiva. Em

contraste, aqueles baseados em instituições com uma carga histórica específica frequentemente descobrem recursos e ferramentas de poder mais complexas, observando que as instituições são produtos desenvolvidos por lutas desiguais. Muitos pesquisadores do institucionalismo histórico adotam uma abordagem diferenciada, concentrando-se diretamente no desenvolvimento de políticas em áreas específicas ou nas mudanças nas áreas organizacionais. Nessa corrente também se destacam bases evolucionistas, como as transformações intelectuais, a modernização, a formação do Estado ou determinados ramos econômicos de um país (Simões, 2014).

Conceição (2002) destaca que a abordagem institucionalista e a economia evolucionária são sustentadas por quatro pilares teóricos fundamentais, que contribuíram significativamente para a perspectiva evolucionária na economia, como mostra o Quadro 3.

Quadro 3 – Centralidade teórica e características do pensamento econômico institucionalista

Centralidade teórica	Características centrais
Estruturas	Ocorre quando determinada e pequena parcela de economistas, geralmente posicionados em uma vertente dominante, adota uma perspectiva evolucionária. Nesse cenário, destacam-se Thorstein Veblen, Schumpeter e os institucionalistas americanos.
Evolucionária	O pensamento biológico de Darwin permitiu compreender e lidar com conflitos sobre mudanças qualitativas, servindo de base para a economia buscar inspiração para contrapor-se aos pensamentos e às teorias convencionais.
Equilíbrio	Influências da química e física contemporânea, principalmente na termodinâmica, sobre o não equilíbrio e o surgimento da teoria dos sistemas complexos.
Processos decisórios continuados	Centralidade para compreender a racionalidade do comportamento das organizações e firmas, baseando-se nas falas e nos estudos de referências, como Ronald Coase (1992), Herbert Simon (1978) e Winter (1982).

Fonte: baseado em Conceição (2002).

A abordagem institucionalista no pensamento econômico, conforme Quadro 3, destaca-se por suas estruturas teóricas e características centrais, que influenciam tanto as macropolíticas quanto as micropolíticas, bem como os sistemas de governança multinível no desenvolvimento rural. Essas características incluem uma perspectiva evolucionária, exemplificada por economistas como Thorstein Veblen e Schumpeter, que adotam uma visão dinâmica e histórica das instituições. A inspiração biológica darwiniana permite lidar com mudanças qualitativas e conflitos, desafiando teorias econômicas convencionais. Influências da física e química contemporânea, especialmente na termodinâmica, introduzem a teoria dos sistemas complexos e do não equilíbrio. Além disso, a compreensão dos processos decisórios contínuos, fundamentada por teóricos como Ronald Coase e Herbert Simon, enfatiza a racionalidade no comportamento das organizações e firmas. Essas bases teóricas são fundamentos importantes

para formular políticas públicas para promover o desenvolvimento sustentável, integrando diferentes níveis de governança e abordagens territoriais.

Ao recusar o mecanicismo e o reducionismo e reivindicar uma abordagem mais abrangente para a análise de estudos e pesquisas, percebe-se a necessidade de identificar, em primeiro lugar, categorias ou princípios invariáveis que poderiam fundamentar essas análises. Nesse contexto, as instituições foram adotadas como unidade de análise. A hierarquia estruturada de teorias e conceitos incorpora uma teia de invariâncias parciais em cada nível. O desafio, portanto, é desenvolver princípios operacionais e sugestivos de invariância nos quais a análise possa se basear. Nas ciências sociais, a tradição institucionalista oferece uma resposta conjectural para esse problema, localizando as invariâncias nos mecanismos autoalimentadores (imperfeitos) de instituições sociais (parcialmente) estáveis. As instituições sociais abrangem um amplo espectro e devem ser tratadas como convenções técnicas, como moeda, padrões de consumo e regras legais sobre direitos de propriedade, entre outros. Elas são estruturas extremamente importantes no campo social, pois atribuem sentido às dinâmicas e movimentações que ocorrem na vida social, reconhecendo que muitas atividades internacionais humanas estão estruturadas em regras implícitas e explícitas (Hodgson, 1993).

Nesse contexto, o pensamento central do institucionalismo se concentra nas preocupações com instituições, regras, hábitos e sua evolução contínua, sem depender da criação de um molde único padronizado sobre essas ideias. É importante salientar que a visão institucionalista, que dinamiza essas ideias gerais vinculadas à agência humana, à natureza evolutiva e às instituições, demonstra como determinados grupos, reforçados por instituições, acabam determinando o comportamento das pessoas que compõem a sociedade (Hodgson, 1993). Conceição (2008) enfatiza que as semelhanças entre o antigo institucionalismo, a nova economia institucional e o neoinstitucionalismo ocorreram a partir de alguns fatores e implicações, conforme ilustrado no Quadro 4.

Quadro 4 – Pontos focais e implicações da nova economia institucional

Pontos focais	Implicação
Crescimento econômico	Compreender processualmente a incorporação de um contexto histórico vinculado às especificidades locais.
Particularidades e especificidades	As jornadas individuais de certas economias não podem nem devem ser reproduzidas, pois a evolução das instituições locais destaca-se devido à incerteza e especificidades históricas.
Condicionamento institucional	O crescimento econômico depende de um conjunto de normas, hábitos, regras e sua evolução propriamente dita.

Fonte: baseado em Conceição (2008)

A nova economia institucional, de acordo com as categorias constantes do Quadro 4, enfatiza a importância de compreender o crescimento econômico processualmente, incorporando contextos históricos e especificidades locais. As particularidades de cada economia são únicas e não podem ser reproduzidas, pois a evolução das instituições locais é influenciada pela incerteza e pelas especificidades históricas. O crescimento econômico é condicionado por normas, hábitos e regras que evoluem ao longo do tempo. Para o desenvolvimento de pequenos municípios a partir da interação urbano-rural, as macropolíticas e micropolíticas precisam reconhecer essas dinâmicas institucionais. A governança multinível surge como possibilidade de integrar diferentes níveis de governo e atores sociais, respeitando as particularidades locais e fomentando a evolução das instituições para promover um desenvolvimento equilibrado e sustentável.

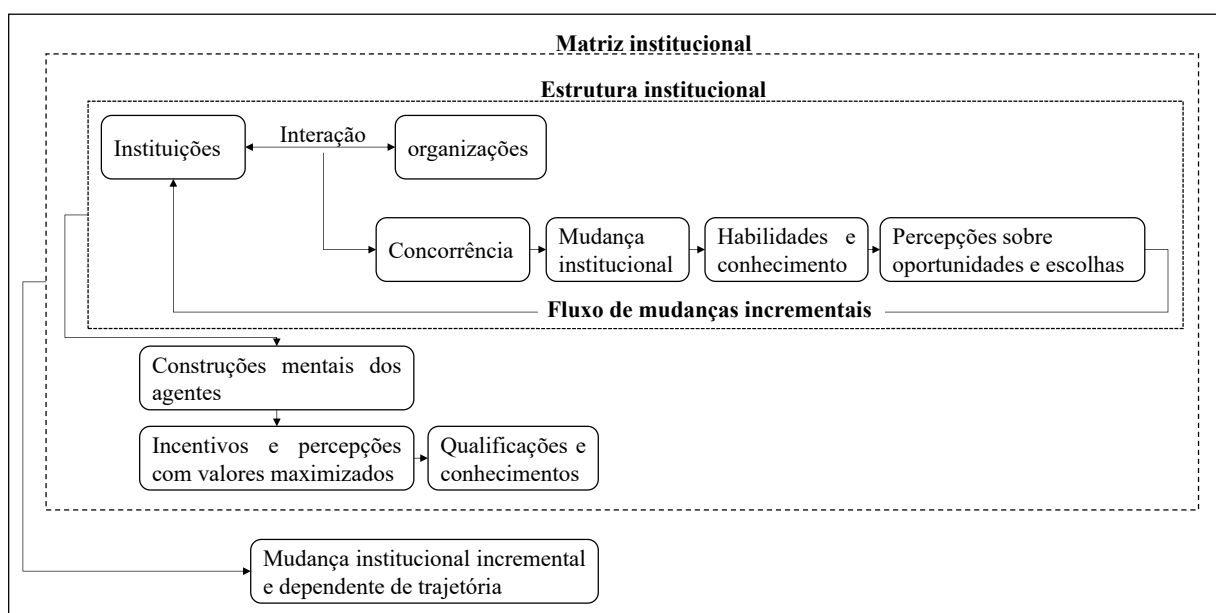
Em relação às mudanças institucionais, North, em sua obra de 1990, destaca a importância de formular uma teoria que explique a dinâmica econômica e sistematize os processos de mudança, considerando isso essencial para o desenvolvimento (Conceição, 2008). O foco principal de North, ao estudar a história econômica, é compreender como as instituições determinam o desempenho econômico das sociedades. No entanto, apesar de seu interesse nas instituições como fatores determinantes, North se concentra particularmente no problema da permanência de instituições que desfavorecem o crescimento econômico (Fiani, 2002). Assim, a relação de uma instituição com outra, principalmente quando se trata do surgimento de uma nova instituição, envolve reconhecer que nas sociedades modernas todos nascem em um mundo com instituições estabelecidas, e discutir como surgiu a primeira instituição seria um problema de regressão infinita (Pessali; Dalto, 2010). Entretanto, as jornadas das mudanças institucionais são fundamentais na definição das distinções em três formas de crescimento econômico, que se assemelham ao pensamento evolucionário (Conceição, 2008).

Em longo prazo, a mudança econômica pode ser considerada uma consequência cumulativa de todas as escolhas e decisões tomadas em curto prazo pelos agentes econômicos, sejam eles empresários ou políticos, que, consciente ou inconscientemente, podem determinar o desenvolvimento e o desempenho da economia. Importa mencionar que as consequências políticas específicas não são apenas incertas, mas também imprevisíveis. Dessa forma, mesmo uma inspeção casual das escolhas políticas e econômicas ao longo da história, ou nos dias atuais, revela a grande diferença entre as intenções e os resultados. As características de retornos crescentes da matriz institucional e os modelos subjetivos complementares dos jogadores sugerem que, embora os caminhos específicos de curto prazo sejam imprevisíveis, a direção geral, em longo prazo, é tanto mais previsível quanto mais difícil de reverter (North, 1994).

Essa discussão destaca a importância das escolhas e decisões, bem como a grande diferença entre intenção e resultado, mostrando que, enquanto os caminhos escolhidos podem ser imprevisíveis em curto prazo, a direção geral tende a ser previsível e de baixa reversão em longo prazo.

O processo de mudança econômica institucional deve ser complementado pelas interações humanas, considerando fatores como sistemas de crenças, incertezas, ciência cognitiva, cultura, consciência e intenção humana, fundamentais à construção estrutural das instituições. Além disso, os agentes de mudança institucional tendem a seguir certos aspectos essenciais. A interação contínua entre instituições e organizações no contexto econômico da escassez e da concorrência é fundamental para a mudança institucional. A concorrência obriga as organizações a investirem continuamente em habilidades e conhecimentos para sobreviver, moldando as percepções sobre oportunidades e, conseqüentemente, as escolhas que alteram incrementalmente as instituições. A estrutura institucional fornece os incentivos que determinam quais tipos de qualificações e conhecimentos são considerados de maior valor. As percepções derivam das construções mentais dos agentes. As economias de escopo, as complementaridades e as externalidades de redes de uma matriz institucional tornam a mudança institucional incremental e dependente da trajetória (North, 2005). O encadeamento dessas ideias permite construir um modelo sistemático para abordar a questão da mudança das matrizes institucionais.

Figura 2 – Mudanças em matrizes institucionais



Fonte: autor, com base nas ideias de North (2005, p. 59).

A Figura 2 ilustra o processo de mudança nas matrizes institucionais no contexto do institucionalismo econômico, destacando a interação dinâmica entre instituições e estruturas institucionais. As instituições interagem com organizações, influenciando e sendo influenciadas por um ambiente de concorrência. Esse cenário forma uma estrutura institucional composta por mudança institucional, habilidades e conhecimento, bem como percepções sobre oportunidades e escolhas. A figura sugere que as mudanças ocorrem de forma incremental, onde cada etapa é influenciada pelas anteriores, em um processo descrito como dependente de trajetória. A base desse processo evolutivo é formada pelas construções mentais dos agentes, pelos incentivos e pelas percepções com valores maximizados, e pelas qualificações e conhecimentos. Esses elementos refletem a cognição, os incentivos econômicos e os recursos humanos que alimentam a mudança institucional. A figura resume, portanto, como as mudanças institucionais são o resultado de uma complexa interação entre a mentalidade dos indivíduos, as estruturas existentes e as forças do mercado.

Todo o funcionamento do sistema econômico está vinculado ao seu desenvolvimento, que, por sua vez, depende da interdependência das atividades sociais e da pesquisa sobre como esta pode propiciar a cooperação, reduzindo conflitos e problemas (Fiani, 2011). Entretanto, é importante salientar que, mesmo com a existência de mudanças institucionais, não há uma relação direta e significativa com o crescimento econômico, que pode ocorrer ou não a partir das oportunidades proporcionadas pela matriz institucional. Outros autores, como Rocha Júnior (2004), mencionam que o processo de mudança institucional ocorre de maneira gradativa e não com facilidade, considerando os conhecimentos e as habilidades adquiridos ao longo do tempo pelos seus atores. Dessa forma, surge uma rede externa por meio de uma matriz de regras mais formais e padronizadas e, até mesmo, por restrições informais, cuja missão seria enviesar os custos e os benefícios das decisões tomadas em favor da estrutura pré-existente.

As mudanças institucionais relacionadas às organizações sugerem que, quando uma organização é estabelecida, seu objetivo é otimizar os lucros das empresas e garantir a reeleição de determinados partidos políticos que favorecem sua sobrevivência. Para alcançar suas metas, as organizações lidam amplamente com diversas situações adversas do ambiente, resultando na dinâmica institucional, ou seja, nas transformações institucionais que acabam ocasionando e estimulando mudanças organizacionais (North, 2008). Um ponto relevante a ser mencionado é que as mudanças institucionais não significam necessariamente crescimento ou desenvolvimento econômico, pois tudo depende das oportunidades proporcionadas pela matriz institucional. Apenas argumentos econômicos não são suficientes para explicar a rigidez ou mudança institucional, o que abre espaço para diversos questionamentos sobre como as

instituições podem servir de barreira à entrada de novos segmentos econômicos ou sobre como, em alguns casos, mesmo diante de diversas vantagens, mudanças não são desencadeadas.

É nesse cenário que se demonstra a relevância do conhecimento sobre mudanças institucionais, para compreender o processo pelo qual o panorama atual tem passado ao longo dos anos. Essas mudanças, muitas vezes imprevisíveis e aleatórias, são ocasionadas tanto pela ação humana quanto por fenômenos naturais em diversos segmentos. Nesse contexto, é possível explorar a nova economia, destacando pontos importantes, como a crise do desenvolvimento, intensificada a partir da década de 1970, e a falta de novas teorias para explicar e atribuir sentido às razões do desenvolvimento e subdesenvolvimento. Isso levou diversos teóricos e pesquisadores a [considerarem](#) o desenvolvimento econômico sob uma perspectiva institucional (Simões, 2014). Embora ainda estejamos longe de um modelo completo de desenvolvimento, a estrutura em evolução na nova economia institucional, mesmo que incompleta, sugere políticas de desenvolvimento radicalmente diferentes das propostas pelos economistas de desenvolvimento tradicionais ou pelos economistas ortodoxos neoclássicos (North, 1990).

As instituições são consideradas constrangimentos inventados pela humanidade para estruturar as interações sociais. O processo de aprendizagem dos seres humanos gera desenvolvimento, evolução e mudanças nas instituições (North, 1990). Colocar as instituições no centro do processo evolucionista da sociedade permite estabelecer uma ligação entre a abordagem institucional e a neoclássica, mediada pelo conceito de custos de transação (Conceição, 2008). A nova economia institucional utiliza um grande instrumento teórico, buscando a aplicabilidade prática de elementos conceituais de outras áreas para analisar e elaborar teorias. Isso visa a compreender e explicar o desenvolvimento econômico dos países de uma perspectiva ampliada, rompendo, na maioria dos casos, com a matriz teórica neoclássica, cujo foco está nas pesquisas vinculadas à análise da aquisição de um equilíbrio estático e baseado na racionalidade limitada humana (Simões, 2014).

A Nova Economia Institucional também se preocupa com aspectos microeconômicos, destacando a teoria da firma em uma abordagem não convencional, quando relacionada à história econômica, sistemas comparativos, economia dos direitos de propriedade, economia do trabalho e organização industrial. A compreensão das origens e dos objetivos das inúmeras estruturas das empresas que compõem o mercado, desde pequenos grupos de trabalho até grandes corporações, leva a redefinir as noções de mercado e hierarquia (Conceição, 2002). North (1994) apresenta um quadro analítico, com o objetivo de compreender as mudanças econômicas ao longo do tempo. Nesse contexto, ele revisita importantes reflexões teóricas sobre

conceitos como custos de transação, instituições, *path dependence*, racionalidade e processo de aprendizagem (Plein; Filippi, 2010).

A distinção entre instituições e organizações enfatiza que a interação entre ambas estrutura a evolução institucional de uma economia. Instituições são as regras do jogo, enquanto organizações e seus empresários são os jogadores. As organizações são grupos de indivíduos unidos por um objetivo comum, incluindo corpos políticos (partidos, Senado, Câmara Municipal, entidades reguladoras), agentes econômicos (empresas, sindicatos, agricultores familiares, cooperativas), corpos sociais (igrejas, clubes, associações atléticas) e estabelecimentos de ensino (escolas, universidades, centros de formação profissional) (North, 1994). A abordagem institucionalista se baseia em ideias gerais sobre o funcionalismo humano, a natureza evolutiva dos processos econômicos e a especificação de teorias relacionadas às instituições econômicas. Instituições envolvem regras, restrições, práticas e ideias que podem, por meio de mecanismos psicológicos e sociais, moldar fins individuais e preferências (Hodgson, 1993). A longevidade das instituições, muitas vezes superando a dos indivíduos, justifica a escolha das instituições como unidade básica de análise. A maioria das instituições precede os indivíduos que interagem com elas, socializando-os desde o nascimento. Os institucionalistas, ao reconhecerem isso, focam nas características específicas das instituições, em vez de construir um modelo geral do agente individual (Hodgson, 1998).

O esquema relacionado ao funcionamento da organização econômica tem como objetivo central a transação. Com base nisso, a estrutura de mercado torna-se relevante para avaliar a eficácia do comércio, e a estrutura interna é útil para compreender e avaliar a organização interna, considerando fatores ambientais e humanos. Assim, destacam-se três conceitos fundamentais na nova economia institucional: oportunismo, racionalidade limitada e custos de transação (Strassburg; Oliveira; Rocha Júnior, 2019). A nova economia institucional aborda a função das instituições em dois níveis analíticos: o ambiente institucional e as estruturas de governança. Enquanto o ambiente institucional abrange as instituições e suas mudanças, bem como o desenvolvimento econômico, as estruturas de governança focam na economia microanalítica (Azevedo, 2000). Nesse contexto, o papel do ambiente institucional é analisar a função das instituições, investigando suas dinâmicas, que promovem mudanças significativas no ambiente institucional e nos resultados econômicos, estudando as “regras do jogo” (Rocha Júnior, 2004). A estrutura de governança, por sua vez, busca estudar as transições que coordenam os agentes econômicos e as regras que direcionam a sociedade, identificando como diferentes estruturas de governança podem lidar com os custos de transação e seus níveis de eficiência.

Outro ponto relevante é que o ambiente institucional tem como foco uma visão macroanalítica, abordando diversas variáveis relacionadas à legislação, à política e às instituições que compõem a estrutura e os aparatos regimentais da sociedade contemporânea. Por outro lado, as instituições de governança possuem um enfoque microanalítico, com mais interesse em compreender e atuar a partir das organizações da firma, juntamente com o mercado e seus contratos (Farina; Azevedo; Saes, 1997). A economia dos custos de transação parte do pressuposto de que a firma, sozinha, não possui a capacidade de produzir todos os bens necessários para confeccionar suas mercadorias, necessitando, portanto, de agentes externos para garantir o fornecimento dos ativos necessários para sua produção (Coase, 1937). Esses custos externos da firma com os agentes, para garantir sua produção, representam os custos associados ao ato de negociar e assegurar o cumprimento do contrato (Fiani, 2002). Aqui surge também a ideia de custos de transação, pois toda transação possui riscos que podem onerar determinadas negociações, levando as organizações a elaborarem mecanismos de governança com a intenção de fortalecer a estrutura interna e mitigar esses riscos (Williamson, 1985).

A partir da análise dos estudos e das referências citadas anteriormente, principalmente as que dissertam sobre a Nova Economia Institucional vinculada à perspectiva dos custos de transação, é possível observar um objetivo em comum: a busca em gerar mais compreensão e definição para os processos que compõem o cenário, com a finalidade de se aprofundar no esquema analítico. Este, por sua vez, acaba abordando alguns elementos com certo viés metodológico, sendo eles a racionalidade limitada, o oportunismo, a especificidade do ativo e a incerteza.

2.4.1 Racionalidade limitada

Os agentes possuem grande interesse em estabelecer uma racionalidade. Entretanto, conseguem colocá-la em prática apenas de maneira parcial, uma vez que a complexidade vinculada ao ambiente gera limitações durante os desafios nos momentos de decisão dos agentes. Diferentemente do que pressupõem as referências neoclássicas, os agentes envolvidos em um cenário sistêmico econômico não possuem todas as informações necessárias para praticar e estabelecer sua racionalidade. Isso ocorre porque a complexidade cerca os objetivos e as relações contratuais, mitigando a capacidade de racionalização. Dessa forma, o processo de racionalidade se torna mais eficiente a partir do momento em que mais informações inerentes são obtidas junto ao processo de produção (Melo; Fucidji, 2016).

A ideia de racionalidade limitada levanta reflexões sobre o mito da racionalidade plena, colocando-a em um patamar irreal no mundo atual, considerando que o ser humano não possui a capacidade de processar e assimilar informações com exatidão, não compreendendo as lacunas da teoria econômica. Em geral, as pessoas tendem a não conseguir resolver problemas devido à sua complexidade ou à incerteza dos fatores que ocorrem na realidade. Os tomadores de decisão cometem erros com frequência, justificados pela falta de estabilidade no conhecimento das variáveis que afetam a organização. Em outras palavras, eles não possuem a capacidade de controlar os fatos incertos que permeiam o mercado, deixando de lado alternativas viáveis e possíveis para sua localização, restando apenas a conformidade em relação a decisões intermediárias (Melo; Fucidji, 2016).

2.4.2 Especificidade do ativo

A especificidade dos ativos pode ser classificada em seis distintos tipos, como é possível observar no quadro a seguir:

Quadro 5 – Especificidades dos ativos

Tipos	Descrição
Temporal	O tempo é considerado um fator limitante que pode comprometer a utilidade do ativo, como é o caso de produtos perecíveis.
Física	Relacionada à limitação de utilização, como máquinas que não podem ser usadas em outras produções. Exemplo: Máquinas empregadas na produção industrial.
Ativos humanos	Atividades específicas que demandam mão de obra especializada para seu êxito.
De marca	Ligada diretamente à credibilidade e confiança que determinada empresa possui no mercado.
Locacional	Caracterizada como um fator determinante para a ocorrência de uma operação econômica, a partir de estratégias logísticas.
Dedicados	Resultam de investimentos em determinado ativo, com a intenção de atender à necessidade e ao interesse de uma empresa privada.

Fonte: adaptado de Williamson (1994).

A tipologia do Quadro 5 deve ser analisada a partir dos seus seis tipos distintos, fundamentais para considerar as infraestruturas urbanas que suportam atividades rurais e as atividades rurais que caracterizam as vocações econômicas regionais. Primeiramente, a especificidade temporal refere-se ao tempo que um fator limitante gasta para comprometer a utilidade do ativo, como ocorre com produtos perecíveis, essencial para a logística e o armazenamento, necessitando de uma infraestrutura urbana eficiente para evitar desperdícios e maximizar a utilidade dos produtos agrícolas. A especificidade física está relacionada a limitar a utilização de certos equipamentos, como máquinas que não podem ser empregadas em outras produções; por exemplo, máquinas utilizadas na produção industrial possuem uma aplicação

limitada, requerendo investimentos específicos para cada tipo de produção agrícola e industrial, demonstrando a necessidade de suporte urbano adequado. Os ativos humanos constituem outra especificidade, referindo-se a atividades que demandam mão de obra especializada para serem bem-sucedidas. A qualificação dos trabalhadores rurais, que frequentemente requer treinamento específico, destaca a importância de instituições urbanas, como centros de formação profissional e universidades, para desenvolver as habilidades necessárias. A especificidade de marca é diretamente ligada à credibilidade e confiança que determinada empresa possui no mercado, bem como às capacidades regionais de assegurar atributos únicos para os seus sistemas de produção. As infraestruturas urbanas, como centros de distribuição e redes de transporte, são essenciais para manter e expandir essa confiança, permitindo que produtos rurais de marca cheguem ao mercado de forma eficiente e confiável. A especificidade locacional é caracterizada como fator determinante para a operação econômica, dependente das estratégias logísticas. A proximidade a centros urbanos facilita a comercialização de produtos rurais e a disponibilidade de serviços essenciais, tornando a localização um elemento crucial para o sucesso econômico das atividades rurais. Finalmente, os ativos dedicados resultam de investimentos específicos para atender às necessidades de uma empresa privada. Esses investimentos, que podem incluir infraestrutura dedicada à produção agrícola ou industrial, são vitais para o desenvolvimento econômico regional, evidenciando a interdependência entre as infraestruturas urbanas e as atividades rurais. A análise dessas especificidades dos ativos mostra a importância de uma infraestrutura urbana bem planejada para suportar e desenvolver as atividades rurais, que, por sua vez, caracterizam as vocações econômicas das regiões.

A mensuração dos custos transacionais é de extrema relevância, especialmente quando estudos específicos exploram os impactos gerados por mudanças institucionais e direitos de propriedade, definindo com mais assertividade os resultados das empresas e suas estratégias (Melo; Fucidji, 2016). Essas análises permitem uma compreensão mais profunda das influências externas sobre a eficiência das organizações em determinados contextos urbano-rurais. As mudanças institucionais frequentemente impõem novos desafios, alterando a dinâmica do mercado e a maneira como as empresas interagem com seus ambientes. A análise dos custos de transação inclui considerar fatores como a complexidade das relações contratuais e a capacidade limitada dos agentes de processar informações. Esses fatores influenciam diretamente as estratégias empresariais e a adaptação às novas realidades do mercado.

2.4.2.1 Frequência

A frequência de uma transação é um fator essencial na escolha de uma estrutura de governança que se alinhe à transação, resultando em dois aspectos importantes: a diluição de custos e a construção de uma boa reputação (Farina, 1999). A frequência refere-se à regularidade com que a transação ocorre e, ao dimensioná-la, é necessário considerar que, quanto maior a frequência, maior será a credibilidade e a reputação edificada entre os agentes envolvidos, e maior será a tendência de diluição dos custos das transações (Farina, 1999). Além disso, uma maior frequência tende a aumentar os ganhos futuros, o que também pode acarretar mais custos relacionados a atitudes oportunistas (Azevedo *et al.*, 1997). A relação contínua estabelecida pela alta frequência permite um maior conhecimento das condições de cada parte envolvida, tornando o resultado da transação mais previsível e reduzindo as incertezas.

Essa dinâmica tem implicações significativas para a estruturação das cidades e atividades urbanas que dão suporte às atividades rurais. Quanto maior a frequência das transações entre produtores rurais e mercados urbanos, maior será a credibilidade e reputação construída, resultando em uma diluição dos custos transacionais. Isso significa que as cidades que abrigam mercados regulares para produtos rurais tendem a desenvolver uma infraestrutura urbana ajustada para suportar essas atividades, como centros de distribuição, estradas e serviços logísticos. Além disso, a regularidade das transações promove a previsibilidade e reduz as incertezas, incentivando investimentos em infraestrutura e serviços urbanos que facilitam o fluxo contínuo de produtos agrícolas. A maior frequência e amplitude dos sistemas produtivos locais também aumenta os ganhos futuros, tornando o ambiente mais atrativo para novos investidores e promovendo o desenvolvimento econômico sustentável tanto nas áreas urbanas quanto rurais. Dessa forma, a interação contínua entre os sistemas produtivos locais e a estrutura urbana reforça a interdependência entre as áreas urbanas e rurais.

2.4.2.2 Incertezas

As relações estabelecidas entre as pessoas geralmente apresentam várias características, como racionalidade limitada, incerteza, mercados imperfeitos, conflitos e disputas de poder, informações assimétricas e comportamento oportunista, entre outros fatores multifacetados e dinâmicos (Plein; Filippi, 2010). O termo “incerteza” possui diversas atribuições e sentidos e, na nova economia institucional, diferentes tratamentos para ela podem ser citados (Farina, 1999), conforme o Quadro 6.

Quadro 6 – Conceitos de incerteza na economia institucional

Sentido	Definição
Risco	Manifesta-se de dois modos: um é aquele em que a distribuição de probabilidades dos distúrbios permanece inalterada (Williamson, 1991).
Distúrbios	Os distúrbios se tornam intrinsecamente mais importantes (Williamson, 1991).
Incerteza	A incerteza como um correspondente efetivo da falta de conhecimento dos prováveis eventos futuros (North, 1990).
Informalidade e	Os aspectos informais da incerteza, gerando mais limitação e precisão (Meyer; Milgrom; Roberts, 1992).

Fonte: autor.

Os conceitos de incerteza na economia institucional, mostrados no Quadro 6, têm implicações significativas para a estruturação de uma sociedade urbano-regional. Primeiramente, a noção de risco, conforme definido por Williamson (1991), manifesta-se de duas maneiras: uma em que a distribuição de probabilidades dos distúrbios permanece inalterada, permitindo a formulação de políticas públicas e estratégias para mitigar os impactos de distúrbios econômicos e sociais e garantir um equilíbrio econômico. Em segundo lugar, os distúrbios tornam-se intrinsecamente mais importantes, indicando a necessidade de políticas urbanas e regionais adaptáveis para lidar com imprevistos que possam afetar a estabilidade social e econômica. A incerteza, descrita por North, refere-se à falta de conhecimento sobre eventos futuros, destacando a importância de sistemas de governança que promovam a coleta e a análise contínua de cenários para antecipar possíveis desafios e oportunidades, permitindo melhor preparação e planejamento. Em âmbito urbano-regional, isso se traduz na criação de instituições que possam lidar com a complexidade e variabilidade do ambiente econômico e social. Por fim, a informalidade, abordada por Meyer, Milgrom e Roberts (1992), trata dos aspectos informais da incerteza, gerando mais limitação e precisão, sugerindo que as políticas públicas devam considerar tanto os aspectos formais quanto informais das interações sociais e econômicas. Assim, as estruturas de governança devem considerar a dinâmica social informal, que frequentemente influencia o comportamento dos agentes econômicos e sociais. Os diferentes sentidos de incerteza implicam, portanto, diretamente na estruturação de uma sociedade urbano-regional equilibrada, promovendo a necessidade de políticas flexíveis e bem informadas, para assegurar o equilíbrio econômico, social e ambiental.

De modo a compreender o processo evolutivo e de desenvolvimento das sociedades, é essencial analisar o contexto histórico. Além disso, não há garantias de que as dinâmicas e crenças institucionais, que evoluem com o tempo, serão capazes de produzir crescimento econômico. Muitas sociedades permanecem estáticas ao longo da história, presas a determinada matriz institucional que não promove evolução a partir da troca impessoal (Plein; Filippi, 2010).

Para entender o cenário econômico passado, é necessário utilizar uma abordagem institucional-cognitiva, expressa em três aspectos distintos: (a) reconhecer que existe um modelo que perpetua a desigualdade de desempenho econômico; (b) entender que as economias têm uma forte tendência a permanecer na dependência de trajetória; (c) considerar a interação complexa entre instituições, demografia e tecnologia no processo global que permeia as mudanças econômicas (North, 1994). Para compreender a influência do contexto passado no processo de expansão do mercado atual, é preciso entender e fundamentar o conceito de dependência de trajetória.

2.4.2.3 Dependência de trajetória

Quando se observa a dinâmica institucional, é possível considerar que as organizações possuem diversos processos de mudanças e adaptações. A dependência de trajetória (*path dependence*) está vinculada à compreensão de que as instituições estabelecem um delineamento para o desenvolvimento econômico e social das sociedades, estabelecendo uma trajetória. Nessa trajetória, as organizações tendem a conduzir as institucionalidades a seu favor, influenciando as ideologias dos atores envolvidos pela construção de hábitos mentais e pela racionalização da matriz institucional vigente, conforme a percepção das políticas voltadas aos interesses próprios das organizações. Entretanto, é necessário compreender que o surgimento de fontes externas de adaptações e mudanças pode enfraquecer as políticas e o poder previamente estabelecido, promovendo a mudança de trajetória e até mesmo dando origem a novas organizações (North, 1994). A segurança dos direitos de propriedade não garante a existência de mudanças nos padrões comportamentais que levarão à eficiência a partir da dependência de trajetória, o que não descarta a possibilidade de que soluções e estratégias ineficientes sejam mantidas. No entanto, o aparato institucional assegura o direito de propriedade, juntamente com a fortificação de imposições dos incentivos e acordos, podendo reduzir os custos da transação e promover o crescimento econômico.

A dependência de trajetória é exemplificada pela experiência de países industrializados, cujo contexto histórico é repleto de vantagens tecnológicas, inovações e aprendizado herdados do processo de industrialização, que foram determinantes para seu desenvolvimento econômico. Em contrapartida, países do “terceiro mundo” apresentam uma matriz institucional severamente ineficiente, influenciando seu subdesenvolvimento (North, 1994). Esse conceito se origina das análises sobre tecnologia e seu impacto no crescimento econômico, evidenciando

que, frequentemente, quando um padrão tecnológico é adotado, há uma tendência crescente nos rendimentos das empresas, dificultando o processo de mudança (Fiani, 2002). A Nova Economia Institucional tem demonstrado grande interesse nesse conceito, compreendendo-o como uma herança institucional construída a partir de um longo processo de aprendizado e inovação, tornando-se quase irreversível, especialmente quando ocorre a generalização do padrão tecnológico. Assim, as escolhas realizadas no presente são influenciadas pela matriz institucional estabelecida no passado. Dessa forma, todas as decisões tomadas em determinado período são influenciadas tanto por padrões antigos quanto por novos, além de serem afetadas por fatores externos (Shikida; Perosa, 2012).

O conceito de dependência de trajetória foi inserido na economia para incorporar o contexto histórico e aprimorar as análises econômicas, tornando os resultados mais próximos do cenário real. Contudo, é importante considerar que a dependência da trajetória não pode ser vista como o único fator explicativo dos fatos, pois também pode decorrer da interação entre oportunidades e decisões que surgem ao longo do processo. A dependência de trajetória é um fenômeno observável em processos históricos ligados à evolução de algo, desde que certas características ou comportamentos específicos sejam percebidos. Esse fenômeno ocorre sempre que um sistema apresenta resultados aleatoriamente relacionados às condições iniciais, mas cujos resultados, obtidos em dado momento, dependem das escolhas feitas em períodos intermediários, ocorridos entre a condição inicial e o resultado observado. Assim, pode-se afirmar que o resultado ocorreu porque uma decisão ou escolha prévia reforçou a si mesma, determinando, em parte, o desenvolvimento dos eventos futuros (Hoff, 2011). A busca por uma abordagem metodológica aplicável ao conceito de dependência de trajetória tem intrigado autores e desafiado a criação de metodologias.

A partir da filosofia da história, a dependência de trajetória pode ter sua origem em três níveis distintos: na descrição das características do processo de aprendizagem tecnológico dos atores individuais; na preocupação com as regras de conduta; e na possibilidade de ser uma propriedade coletiva de taxas relacionadas ao crescimento, à intensidade dos fatores, às produtividades médias, entre outros (Dosi, 1997). Outra proposta para o conceito de dependência de trajetória está na estruturação analítica dos componentes apresentados no Quadro 7.

Quadro 7 – Componentes do conceito de dependência de trajetória

Componente	Conceito
Fatores históricos	A finalidade é identificar e edificar uma jornada histórica contextualizada, com elementos que tenham contribuído para edificar uma situação crítica do fato observado.
Momento propulsor	Situação de escolha de caminhos e estratégias que devem ser seguidos posteriormente, considerando a possibilidade de mudança de trajetória.
Reprodução institucional	Repetição/reprodução de padrões estruturais.
Reatividade	Sequência de reações aos padrões adotados e oriundos da trajetória de dependência.
Resultados	Conflitos emergentes no período considerado levam a novos resultados.

Fonte: Greener (2005), Mahoney (2001), Aróstegui (2006) e Hoff (2011).

A transformação do bioma nas áreas de transição entre a Amazônia e o Cerrado, como nos municípios de Querência, no Mato Grosso, e Bom Jesus, em Goiás, pode ser analisada à luz dos componentes do conceito de dependência de trajetória expressos no Quadro 7, destacando suas implicações para as atividades socioeconômicas e os ajustes institucionais necessários para promover resultados socialmente justos. Os fatores históricos envolvem a identificação e a construção de uma jornada histórica que contextualiza os elementos que contribuíram para a situação crítica observada, incluindo a evolução das atividades agrícolas e pecuárias e a expansão das fronteiras agrícolas. O momento propulsor refere-se às escolhas de caminhos e estratégias, como a adoção de técnicas agrícolas sustentáveis ou políticas de conservação ambiental, que consideram a possibilidade de mudanças na trajetória de desenvolvimento.

A reprodução institucional implica a repetição e perpetuação de padrões estruturais, como o uso intensivo de terras para monoculturas, que precisam ser adaptados para práticas mais sustentáveis. A reatividade diz respeito às sequências de reações aos padrões adotados, como a resposta das comunidades locais às políticas de uso da terra e às regulamentações ambientais. Os resultados, por fim, são os conflitos emergentes durante o período considerado, que podem levar a novos resultados, como a necessidade de ajustes institucionais para equilibrar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental e a justiça social. Esses componentes são essenciais para entender e orientar as transformações no bioma, buscando sempre a construção de uma estrutura institucional que suporte um desenvolvimento sustentável e justo para todas as partes envolvidas.

Levando em consideração a importância e a amplitude do institucionalismo e, conseqüentemente, da nova economia institucional, foi possível utilizar, nessa revisão da literatura, diversos elementos conceituais que permeiam diferentes áreas, não se limitando apenas ao âmbito econômico. A análise mesclou a história da economia com fatos relevantes

que compõem a sociedade, buscando compreender as adaptações e mudanças institucionais a partir da dependência de trajetória. Até o presente momento, a argumentação foi construída com base em diversas referências relevantes no campo teórico, especialmente no que diz respeito à nova economia institucional, compreendendo a dinâmica econômica ao longo do tempo e a ideia de que as instituições estão intimamente ligadas ao sucesso ou ao fracasso da economia. Essa visão está alinhada com a busca de bases para uma análise aprofundada das políticas e práticas de desenvolvimento urbano e rural, com foco nas macropolíticas, no desenvolvimento endógeno, na governabilidade e nas instituições que moldam esses processos.

A próxima seção, detalhada a seguir, aborda a metodologia adotada para conduzir esta pesquisa. A metodologia é estruturada em seções que tratam tanto da pesquisa qualitativa quanto da quantitativa, delineando os métodos específicos utilizados, como a análise qualitativa comparativa e o processo de coleta de dados. Os resultados e as discussões são apresentados na quarta seção, na qual as narrativas de duas localidades específicas, Bom Jesus, em Goiás e Querência, no Mato Grosso, são minuciosamente analisadas. A intenção é lançar luz sobre como as macropolíticas, o desenvolvimento endógeno, a governabilidade e as instituições se manifestam na prática, influenciando os processos de desenvolvimento local em cada uma dessas regiões, escolhidas como recortes para compreender um cenário mais amplo. Dessa forma, a seção de fundamentação teórico-conceitual forneceu a base necessária para a análise detalhada das políticas e práticas de desenvolvimento urbano e rural, preparando o terreno para a exploração metodológica e a subsequente análise empírica.

3 METODOLOGIA

A metodologia, em qualquer pesquisa, vai além de simples procedimentos técnicos, uma vez que está intrinsecamente ligada tanto ao objeto de estudo quanto ao pesquisador. Neste trabalho, ao investigar as estratégias que influenciam as dinâmicas locais em Bom Jesus (GO) e Querência (MT), adentra-se em uma complexa tessitura urbanística e regional, estruturada por variadas influências políticas, culturais e de poder, que determinam o desenvolvimento urbano e regional dessas áreas. A compreensão desse cenário é construída a partir da interação do pesquisador com o contexto. Suas experiências individuais, aliadas a dados qualitativos e quantitativos, permitirão uma compreensão contextualizada e aprofundada do fenômeno em questão.

Levando em consideração o contexto teórico-conceitual tratado a partir das correntes do institucionalismo econômico, esta investigação adota uma abordagem metodológica de métodos mistos. Delinear metodologicamente o cenário nas localidades de Bom Jesus (GO) e Querência (MT) é a forma mais coerente de compreender um conjunto de ações que identifique possíveis soluções para as problemáticas no desenvolvimento urbano e regional. Assim, a busca por soluções é fundamentada em procedimentos racionais e sistêmicos, aplicando uma análise detalhada. Métodos mistos combinam abordagens qualitativas e quantitativas em uma única pesquisa, capitalizando as forças de ambas as metodologias. Enquanto a abordagem quantitativa fornece resultados mensuráveis e generalizáveis, utilizando estatísticas para analisar dados, a abordagem qualitativa se aprofunda nas percepções, nos sentimentos e nas interpretações dos participantes, oferecendo uma compreensão mais detalhada dos fenômenos estudados. Ao integrar esses métodos, é possível obter uma visão mais ampla de um problema complexo, cuja simples quantificação pode não captar todas as nuances e a análise qualitativa precisa de validação numérica.

O campo da pesquisa qualitativa é vasto e profundamente enriquecedor. A narrativa, por exemplo, desempenha um papel fundamental, proporcionando percepções aprofundadas sobre contextos, experiências e realidades vividas. Segundo Creswell (2010), colocar histórias e experiências pessoais no epicentro do processo investigativo permite reconhecer as narrativas individuais e coletivas como fontes ricas de informação. No presente estudo, a narrativa é utilizada como um instrumento metodológico-chave, explorando informações documentadas, histórias e percepções dos vários atores envolvidos em Bom Jesus e Querência.

Paralelamente à abordagem qualitativa, a pesquisa quantitativa oferece rigor e objetividade no tratamento dos dados. Conforme apontado por Maroco (2018), essa abordagem

caracteriza-se pela quantificação dos dados e pela aplicação de técnicas estatísticas para sua análise. Nesta investigação, optou-se por estatísticas não paramétricas para comparar dois ou mais grupos, baseando-se nos dados coletados pela escala Likert de cinco pontos. Apesar de sua natureza ordinal, a escolha por estatísticas não paramétricas assegura uma análise robusta, evitando suposições inadequadas sobre a distribuição dos dados. Os testes de Wilcoxon-Mann-Whitney e Kruskal-Wallis permitirão análises precisas das amostras. Todo o processo de análise será conduzido utilizando o *software* estatístico Jamovi, assegurando transparência e replicabilidade.

3.1 Compreendendo a investigação qualitativa

A definição do escopo de uma pesquisa envolve alguns componentes principais: pressupostos filosóficos, estratégias de investigação e metodologia de coleta de informações (Creswell, 2014). As respostas a esses componentes caracterizam a investigação quanto à sua natureza, seja ela quantitativa, qualitativa ou mista. Neste contexto, busca-se descrever as principais características da pesquisa qualitativa. A definição desse tipo de pesquisa é amplamente estudada e difundida em pesquisas sociais. Optou-se, portanto, por abordar os pressupostos teóricos de definição desse tema que mais se alinham às crenças do autor deste estudo.

Denzin, Lincoln e Giardina (2006) defendem que a abordagem qualitativa foca nas características intrínsecas das entidades, bem como nos processos e nas interpretações que, muitas vezes, não são quantificáveis no sentido tradicional. Esses autores enfatizam que a realidade é construída socialmente e há uma conexão profunda entre o investigador e o objeto de estudo. Além disso, destacam que os contextos específicos podem impactar a pesquisa. Para tais pesquisadores, a pesquisa é intrinsecamente influenciada por valores e tem o objetivo de desvendar como as vivências sociais são formadas e interpretadas. De acordo com Mitjáns Martínez, González Rey e Valdés Puentes (2020), trata-se de uma pesquisa que busca compreender fenômenos complexos que adquirem significado a partir da realidade. Dedicar-se à natureza interpretativa da investigação, de modo que o estudo seja situado dentro dos contextos social, político e cultural tanto dos pesquisadores quanto dos sujeitos investigados. Nesse sentido, o termo “pesquisa qualitativa” é polissêmico, não se limitando a uma única definição, mas referindo-se a diversas práticas de indagação do social.

Creswell (2014) salienta que, apesar da pesquisa qualitativa não buscar uma “verdade inabalável”, ela possui certos pressupostos e traços distintivos. Ele destaca que a pesquisa

qualitativa se fundamenta em pressupostos e quadros teóricos que orientam a compreensão dos problemas de pesquisa, focando nos significados que grupos ou indivíduos associam a questões sociais ou humanas. Essa metodologia prioriza a coleta de dados em ambientes naturais, atenta ao contexto das pessoas e dos locais estudados, e a análise dos dados se baseia tanto na indução quanto na dedução, visando identificar padrões ou temas. Além disso, os relatórios ou as apresentações dessa abordagem de pesquisa costumam incorporar perspectivas dos participantes, reflexões do pesquisador, descrições aprofundadas dos problemas estudados e suas implicações na literatura, ou sugestões para mudanças.

3.1.1 Análise qualitativa comparativa e perspectivas ontológica e epistemológicas

A pesquisa qualitativa é conduzida quando se deseja explorar um problema ou obter uma compreensão complexa e detalhada sobre determinada realidade (Creswell, 2014). Este estudo possui natureza qualitativa, baseando-se em fundamentos, investigações, procedimentos, coletas, registros, análises, interpretações, reflexões, descobertas, descrições, concepções, significados, transformações, compreensões e evidenciações de dados qualitativos.

O estudo das macropolíticas que influenciam as micropolíticas em Bom Jesus e Querência exige considerar-se uma realidade diversificada e subjetiva (ontologia), permeada por variadas influências políticas, culturais e de poder, de acordo com as experiências dos sujeitos. Essa realidade é coconstruída entre pesquisador e participante por meio de suas experiências individuais (epistemologia) metodologicamente articuladas. O pesquisador responsável por este estudo entende não existir neutralidade e que, no processo investigativo, ele influencia e é influenciado pelo objeto de pesquisa (axiologia). A lógica da pesquisa qualitativa é indutiva, partindo do particular para o geral, e baseia-se nas percepções dos participantes, e não em uma teoria específica (metodologia) (Creswell, 2014).

Conforme González (2020), e corroborado por Creswell (2014), diversas metodologias qualitativas se destacam, como estudos de caso, estudos fenomenológicos e pesquisas narrativas. Tais abordagens são adaptáveis às nuances particulares de diferentes investigações, oferecendo fluidez na transição entre enfoques qualitativos e quantitativos. No presente estudo, cujo objetivo central é demonstrar o impacto da endogenização de macropolíticas nas micropolíticas das cidades de Bom Jesus e Querência, sob a ótica do desenvolvimento urbano-rural institucionalizado de pequenas~ cidades, adotou-se a análise qualitativa comparativa, considerando referenciais contextuais e históricos.

3.1.2 A narrativa em pesquisa qualitativa

A narrativa em pesquisa qualitativa desempenha um papel essencial ao proporcionar percepções aprofundadas sobre contextos, experiências e realidades vividas, destacando nuances que métodos quantitativos muitas vezes não conseguem captar. Essa abordagem coloca as histórias e experiências pessoais no centro do processo investigativo, reconhecendo que as narrativas individuais e coletivas são ricas fontes de informação (Creswell, 2010). Na pesquisa, o enfoque na narrativa se manifesta como um instrumento metodológico para explorar informações documentadas, histórias e percepções dos diversos atores envolvidos nas cidades pesquisadas, buscando desvelar os mecanismos pelos quais políticas macro se entrelaçam em práticas e realidades micro. Essas narrativas, intrínsecas ao tecido sociocultural de cada cidade, servem como lentes para compreender as complexas interações entre as macropolíticas e suas manifestações locais. Ao valorizar e analisar metodologicamente essas narrativas, a pesquisa busca aprofundar sua compreensão dos desafios, potencialidades e trajetórias únicas de desenvolvimento em Bom Jesus (GO) e Querência (MT), enfatizando a importância da endogenização dos efeitos das macropolíticas nas micropolíticas dessas localidades.

A seguir, serão expostas as discussões sobre as estratégias de investigação utilizadas para a coleta das informações pertinentes a esta pesquisa, bem como os aspectos éticos que a envolvem.

3.2 Compreendendo a investigação quantitativa

A pesquisa quantitativa caracteriza-se pela quantificação dos dados e fenômenos e pela aplicação de técnicas estatísticas para analisar e interpretar esses dados. Essa abordagem é amplamente utilizada em diversas áreas do conhecimento quando o objetivo é testar teorias, hipóteses e relações entre variáveis de forma objetiva e sistemática (Maroco, 2018). Neste estudo, a opção foi por utilizar estatísticas não paramétricas para comparar dois grupos ou mais, considerando a natureza dos dados coletados por meio da escala Likert de cinco pontos.

A escala Likert, frequentemente utilizada em questionários e pesquisas de opinião, permite que os participantes expressem seu nível de concordância ou discordância com determinadas afirmações. Embora a escala Likert gere dados que possam ser considerados ordinais, sua natureza não garante que as distâncias entre os pontos da escala sejam iguais ou que os dados sigam uma distribuição normal. Dessa forma, estatísticas paramétricas, que

pressupõem normalidade e homoscedasticidade dos dados, podem não ser as mais adequadas para a análise, justificando a escolha por estatísticas não paramétricas (Maroco, 2018).

Dentre as estatísticas não paramétricas, o teste de Mann-Whitney é uma opção robusta para comparar a distribuição de duas amostras independentes. Quando o objetivo é estender essa comparação para três ou mais grupos, o teste de Kruskal-Wallis apresenta-se como uma alternativa viável, sendo, essencialmente, uma extensão do teste de Mann-Whitney, permitindo a análise de múltiplas amostras independentes, mantendo a premissa de não fazer suposições rígidas sobre a distribuição dos dados (Maroco, 2018).

A análise dos dados coletados foi conduzida utilizando o *software* estatístico Jamovi, um programa de código aberto que oferece uma ampla gama de ferramentas para análises estatísticas, incluindo testes não paramétricos. Seus recursos gráficos permitem uma visualização clara e compreensível dos resultados, garantindo precisão e rigor no tratamento dos dados. A escolha do Jamovi assegurou que as análises sejam realizadas de maneira transparente e replicável.

3.3 O processo e o instrumento de coleta de dados

Nas subseções subsequentes, apresentam-se informações detalhadas sobre o processo de coleta de dados e a instrumentação empregada nesta pesquisa. A primeira subseção aborda a execução da pesquisa nas cidades de Bom Jesus (GO) e Querência (MT), contemplando uma ampla participação da população local. Destaca-se a escolha por uma abordagem de pesquisa mediada por tecnologias, cuja justificativa reside na economia de recursos. Os dados populacionais, que servem como base para esta pesquisa, foram extraídos do Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme ilustrado no Quadro 11. Utilizou-se o método de amostra estratificada, baseado nos critérios de Schaeffer, Mendehall e Ott (1986), para garantir a representatividade adequada de subgrupos da população, especialmente no que tange às proporções de homens e mulheres em cada município. A segunda subseção detalha o instrumento de coleta de dados, estruturado de forma hierárquica, englobando desde variáveis mais abstratas até subvariáveis tangíveis. Descreve-se, ainda, o método de aplicação desse instrumento, o intervalo previsto para a coleta de dados e os preceitos éticos observados. Esse esforço conjunto visa a assegurar uma análise robusta e detalhada das dinâmicas populacionais e suas implicações nos cenários urbanos e rurais em estudo.

3.3.1 O processo e a prática da pesquisa

A investigação ocorreu nas cidades de Bom Jesus (GO) e Querência (MT), cuja comunidade local foi convidada a contribuir voluntariamente. Decidiu-se empregar, inicialmente, tecnologias na condução da pesquisa não apenas por ser econômico em termos de tempo e recursos financeiros, mas também devido à evolução dos métodos de pesquisa em um mundo com fácil conectividade à internet. Há evidências crescentes sobre a eficácia da pesquisa mediada por tecnologia. Salvador *et al.* (2020) salientam que, devido ao progresso nas tecnologias de informação e comunicação e ao acesso simplificado a ferramentas digitais, métodos de pesquisa *online* e comunicações via computador têm se popularizado. A internet, como um reflexo dessa tendência, reformulou os comportamentos e modos de comunicação. Ela não apenas serve como uma ferramenta importante para coletar informações qualitativas, mas também permite uma análise profunda das interações em ambientes digitais, que são cada vez mais intrínsecos à vida cotidiana das pessoas. Por meio da internet, torna-se possível explorar e entender comunidades com características específicas e compartilhadas (Salvador *et al.*, 2020). Contudo, considerando que esta pesquisa foi abrangente e procurou capturar opiniões de um perfil variado de respondentes, houve a complementação do método digital, com a aplicação de questionários físicos, para garantir uma representação completa e diversificada.

3.3.2 O instrumento para coleta de dados

O instrumento de coleta de dados foi desenvolvido com base em uma estrutura hierárquica e detalhada de informações. Conforme ilustrado no Quadro 9, iniciou-se pela identificação das variáveis constitutivas, conceitos amplos e abstratos essenciais ao estudo, apresentados com as respectivas fontes, desdobradas em variáveis e subvariáveis operacionais, proporcionando uma visão mais concreta e específica dos aspectos a serem mensurados. Para capturar objetivamente esses dados, elaborou-se um formulário eletrônico, aplicado por meio do Google Formulários e complementado com formulários físicos. A coleta ocorreu entre 19/11/2023 e 19/02/2024, precedida por um pré-teste para identificar possíveis ambiguidades ou interpretações dúbias das questões. Ressalta-se que essa aplicação foi voluntária e acompanhada do Termo de Livre Consentimento, garantindo informações claras aos respondentes e assegurando seus direitos de privacidade e liberdade de escolha.

Todas as questões constantes no Quadro 9 e no Apêndice A serão mensuradas utilizando uma escala Likert de cinco pontos, variando entre “concordo totalmente” e “discordo

totalmente”, otimizando a clareza e facilitando a interpretação dos respondentes. O objetivo central desta pesquisa é desvelar as singularidades de cada município em foco – Bom Jesus (GO) e Querência (MT) – e analisar suas rotas de crescimento distintas, ponderando suas especificidades e seus comportamentos do ponto de vista endógeno.

Quadro 8 – Definições das variáveis constitutivas e operacionais

Variáveis constitutivas	Variáveis e subvariáveis operacionais
Institucionalismo econômico: é uma abordagem que examina a interação e interdependência entre as instituições, sejam elas formais ou informais, e a atividade econômica de uma região ou país. Ele entende que a economia não é apenas um conjunto de transações impessoais e mercados que operam em um vácuo, mas profundamente influenciada e moldada por uma variedade de instituições. O argumento central é que as instituições desempenham um papel fundamental na determinação dos resultados econômicos. Ao moldar o comportamento, incentivos e oportunidades dos agentes econômicos, as instituições são essenciais para entender a direção, a natureza e a qualidade do desenvolvimento econômico	Instituições financeiras: são entidades como bancos e cooperativas de crédito, que desempenham um papel fundamental no fornecimento de capital, crédito e outros serviços financeiros essenciais, que impulsionam o desenvolvimento econômico e a inovação (Questão 1. Vide Quadro 10 para identificar esta e as demais questões abaixo). Empresas locais: representam a espinha dorsal da economia urbana e regional, gerando emprego, renda e valor agregado. Elas atuam dentro de um quadro institucional que pode tanto fomentar quanto restringir seu crescimento e prosperidade (Questão 2). Atividades econômicas e regionais: refletem a interdependência entre diferentes setores e regiões, sugerindo que o desenvolvimento em uma área pode ter efeitos significativos em outras, e vice-versa (Questões 3 e 4). Ambiente de negócios: é fortemente influenciado por instituições, sejam elas leis, regulamentações, normas ou costumes que podem incentivar ou desencorajar a inovação, o empreendedorismo e o investimento (Questão 5). Influências setoriais na renda: mostram como diferentes setores, como a agricultura, indústria ou comércio, podem ter impactos desproporcionais sobre a renda e o bem-estar econômico, dependendo das instituições presentes (Questões 6 a 11). Educação: as instituições educacionais, como escolas e universidades, desempenham um papel crítico na formação de capital humano, que é vital para o desenvolvimento econômico. A qualidade, a acessibilidade e a natureza da educação são todos influenciados por um conjunto de instituições (Questão 12).
Políticas territoriais: conjunto abrangente de políticas e estratégias criadas e implementadas em diferentes níveis geográficos ou escalas, desde o nacional até o local. Essas políticas são formuladas para influenciar e orientar o desenvolvimento, o bem-estar e a governança em diferentes territórios, sejam eles países inteiros, estados, municípios ou comunidades específicas. Essas políticas consideram a interação e a interdependência entre diferentes níveis de governança e buscam abordar as necessidades e os desafios identificados em cada escala. Essa categoria reconhece que, enquanto certas questões podem ser abordadas efetivamente por macropolíticas, outras requerem uma abordagem mais direcionada e focada, proporcionada pelas micropolíticas.	Macropolíticas: políticas, estratégias e intervenções criadas e implementadas a uma escala mais ampla, geralmente abrangendo regiões maiores, como um país inteiro. Elas têm um alcance abrangente e visam influenciar o desenvolvimento e bem-estar em uma escala nacional ou até mesmo internacional. Essas políticas geralmente são formuladas por entidades governamentais de alto nível e podem ter impactos significativos em regiões, estados ou cidades individuais. (Questões 16 e 20) Micropolíticas: políticas ou estratégias criadas e implementadas em uma escala menor, como em cidades, municípios ou comunidades específicas. Elas são focadas nas necessidades, circunstâncias e características particulares dessa área menor e abordam questões locais; são muitas vezes formuladas em resposta direta às necessidades e aos desafios identificados pela população local ou por entidades governamentais de âmbito local (Questões 13 a 15, e 17 a 19). Juntas, macropolíticas e micropolíticas, sob o guarda-chuva das políticas territoriais, trabalham para criar um ambiente equilibrado e harmonizado, capaz de promover o desenvolvimento sustentável e o bem-estar em todos os níveis.

Variáveis constitutivas	Variáveis e subvariáveis operacionais
Desenvolvimento comunitário integrado: enfatiza a importância de capitalizar sobre os ativos internos e recursos de uma comunidade ou região – sejam eles naturais, humanos, culturais ou econômicos – enquanto simultaneamente busca melhorar a qualidade de vida das pessoas nessa área geográfica específica. Essa perspectiva incorpora aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Além disso, destaca a participação ativa e o envolvimento da comunidade na definição e implementação de estratégias de desenvolvimento. Com isso, visa que o crescimento e desenvolvimento de uma região ou comunidade sejam sustentáveis, equitativos e construídos a partir das capacidades e potenciais intrínsecos da própria comunidade, minimizando a dependência de influências e investimentos externos.	Desenvolvimento endógeno: surge de dentro de uma região ou comunidade, aproveitando seus recursos locais, capacidades e potenciais. Destaca a importância de capitalizar sobre os ativos internos de uma área – sejam eles naturais, humanos, culturais ou econômicos – e é muitas vezes contraposto ao desenvolvimento impulsionado por influências ou investimentos externos (Questões 21 a 23, 32, e 34). Desenvolvimento local: é um processo orientado para melhorar a qualidade de vida das pessoas em uma área geográfica específica, como uma cidade ou município. O desenvolvimento local tem uma abordagem holística, considerando aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, e enfatiza a participação ativa da comunidade local na definição e implementação de estratégias de desenvolvimento (Questões 24 a 31, e 33). Os conceitos desenvolvimento endógeno e desenvolvimento local estão profundamente interligados e muitas vezes se sobrepõem. O foco principal é capitalizar e valorizar recursos e capacidades locais, visando assegurar um crescimento sustentável e equitativo para a comunidade.
Governança: conjunto de processos, regulamentos, decisões e ações pelos quais uma cidade, um município ou qualquer outra forma de organização é dirigido e controlado. A governança envolve a interação entre os <i>stakeholders</i> (partes interessadas) e as autoridades locais na tomada de decisões que influenciam a comunidade. Ela se preocupa em como o poder é exercido, como as decisões são tomadas e como os cidadãos participam e são considerados no processo decisório.	Influência externa na governança local: impacto e intervenção de entidades e decisões de níveis superiores, como o governo federal, no funcionamento e nas políticas locais. Essa influência pode afetar direta ou indiretamente a criação de oportunidades, empregos e outros aspectos da governança no nível municipal (Questão 35). Participação econômica e valorização local: importância das empresas e dos negócios locais em impulsionar a economia da cidade e do município. Essa categoria aborda como a produção e os negócios locais contribuem para manter e circular o capital financeiro dentro da região, favorecendo a economia local e reduzindo a dependência de investimentos ou recursos externos (Questão 36). Direcionamento e preocupação municipal: compromisso e foco do governo municipal em melhorar a qualidade de vida dos residentes. Essa categoria reflete a responsabilidade e a atenção das autoridades locais para com os cidadãos e suas necessidades (Questão 37). Regras e estímulo à inovação: destaca as políticas e normativas estabelecidas no âmbito municipal que incentivam a inovação, a criação de novos negócios e empreendimentos, e abordam correções necessárias para aprimorar a qualidade de vida da população (Questões 38 e 39). Colaboração e engajamento com a comunidade: ações e iniciativas dos gestores municipais que promovem a interação e cooperação entre diferentes grupos e setores da sociedade. Ela evidencia a importância do diálogo, da participação ativa da comunidade nas decisões e da coesão social para um desenvolvimento integrado (Questões 40 e 42). Alinhamento estratégico e desenvolvimento: importância de uma visão estratégica e alinhada das autoridades locais, que considera tanto as regras e diretrizes nacionais quanto as particularidades locais. Essa categoria aborda como o município se posiciona e toma decisões que contribuem para o desenvolvimento sustentável e coeso da cidade e da região como um todo (Questões 41 e 43).

Variáveis constitutivas	Variáveis e subvariáveis operacionais
Políticas públicas de desenvolvimento regional: conjunto coordenado de estratégias, regras, leis e ações implementadas por autoridades governamentais com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, social e cultural de determinada região ou área geográfica. Essas políticas buscam considerar as especificidades, potencialidades as e os desafios locais, visando a promover um desenvolvimento equilibrado, inclusivo e sustentável. Por essas políticas, procura-se melhorar a qualidade de vida dos habitantes, valorizar recursos e competências locais, e fortalecer a coesão social e territorial.	Desenvolvimento de capital humano e social: políticas e ações que buscam melhorar competências, habilidades e conhecimentos dos indivíduos de uma região, bem como fortalecer as relações sociais, a coesão e a resiliência da comunidade. O foco é valorizar e potencializar os recursos humanos locais e garantir que os cidadãos tenham oportunidades de crescimento pessoal, educacional e social (Questões 44, 55 e 56). Estímulo à atividade econômica e empresarial: políticas que promovam a criação, o crescimento e a sustentabilidade de empresas e indústrias na região. Inclui medidas que facilitem o empreendedorismo, a inovação, o acesso ao crédito e o investimento. Visa também valorizar a produção local e o fortalecimento do tecido empresarial regional (Questões 45, 51 e 53). Justiça territorial e integração regional: envolve ações e estratégias que buscam garantir um desenvolvimento equilibrado e harmonioso entre diferentes áreas de uma região, evitando desigualdades marcantes e promovendo a cooperação entre zonas urbanas e rurais, ou entre áreas mais e menos desenvolvidas. O objetivo é garantir que todas as áreas tenham oportunidades similares de crescimento e desenvolvimento (Questão 46). Influência de políticas externas: impacto e papel das políticas, leis e decisões tomadas fora da região (por exemplo, em âmbito federal ou internacional) no desenvolvimento regional. Esse conceito sublinha a interdependência das regiões e a importância de se considerar as dinâmicas externas ao planejar e implementar políticas regionais (Questões 47 e 48, e 52). Qualidade de vida e desenvolvimento urbano: políticas para a melhoria das condições de vida dos habitantes da região, considerando fatores como habitação, serviços públicos, espaços de lazer, segurança e ambiente. Envolve também o planejamento urbano, buscando cidades mais humanas, inclusivas, funcionais e sustentáveis, que promovam o bem-estar de seus cidadãos (Questões 49 e 50). Planejamento territorial e uso da terra: gestão e ordenamento do território, considerando o uso sustentável dos recursos, a preservação ambiental e a otimização dos espaços. Envolve a definição de zonas específicas para atividades econômicas, residenciais, de lazer, conservação, entre outras, sempre buscando harmonizar o crescimento econômico com a sustentabilidade e o bem-estar da população (Questão 54).
Desenvolvimento urbano: processo pelo qual as cidades se transformam e evoluem, abrangendo as dimensões econômica, social, cultural e física. O desenvolvimento urbano foca na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, via acesso a serviços essenciais, promovendo uma gestão dos recursos, incentivando a colaboração entre comunidades, organizações e empresas, e valorizando a participação ativa dos cidadãos no planejamento e na tomada de decisões sobre a cidade. Esse desenvolvimento visa também à criação de ambientes urbanos mais inclusivos, sustentáveis, competitivos e adaptáveis às necessidades locais e regionais.	Colaboração e competitividade urbana: capacidade de diferentes setores e grupos da sociedade urbana trabalharem juntos, buscando objetivos comuns, o que potencializa o desenvolvimento e torna a cidade mais atrativa e competitiva em diversos âmbitos, sejam eles econômicos, sociais ou culturais (Questão 57). Fortalecimento institucional: considera o papel e o fortalecimento de organizações, sejam elas públicas, privadas ou da sociedade civil, no suporte ao desenvolvimento urbano. Instituições fortes contribuem para um ambiente mais estável, transparente e previsível, favorecendo o crescimento sustentável das cidades (Questão 58). Acesso a serviços essenciais: assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a serviços básicos, como saúde, educação, saneamento e segurança. É uma medida fundamental da qualidade de vida em uma cidade e um indicador-chave do desenvolvimento urbano inclusivo (Questão 59). Bem-estar e infraestrutura urbana: construção e manutenção de infraestruturas urbanas, como estradas, transporte público, parques

Variáveis constitutivas	Variáveis e subvariáveis operacionais
	e outros, que são vitais para o bem-estar dos cidadãos e para o funcionamento da cidade (Questão 60). Gestão de recursos e valorização local: uso eficiente e sustentável dos recursos naturais, humanos e culturais de uma cidade, bem como a valorização das características e potencialidades locais, que são fontes de identidade, pertencimento e desenvolvimento (Questão 61). Criatividade e inclusão social: o papel da inovação e da criatividade como motores do desenvolvimento urbano e sua relação com a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Em cidades criativas, a diversidade é vista como um ativo, e a inclusão social é incentivada para que todos possam contribuir e se beneficiar do progresso (Questão 62). Infraestrutura e serviços essenciais: importância de ter uma infraestrutura – como estradas, saneamento, eletricidade – combinada com a disponibilidade de serviços essenciais que atendam às necessidades da população. (Questão 63). Colaboração econômica e crescimento: interação e cooperação entre os setores empresariais e comunitários, reconhecendo que quando esses grupos trabalham juntos, a economia local é fortalecida, gerando mais oportunidades e crescimento para a cidade (Questão 64). Participação cidadã no planejamento urbano: sublinha a importância da inclusão dos cidadãos no processo de tomada de decisão sobre o futuro da cidade. Esse envolvimento assegura que as políticas e ações sejam mais relevantes, eficazes e representativas das necessidades e desejos da população (Questão 65).

Fonte: autoria própria, 2023.

O Quadro 9 apresenta uma visão organizada das variáveis envolvidas no estudo. Neste quadro, as variáveis constitutivas e operacionais, que são as mesmas do Quadro 8, estão sintetizadas e serão operacionalizadas por meio das questões especificadas no instrumento de coleta de dados (Apêndice B). As respostas a essas questões serão mensuradas utilizando uma escala Likert de cinco pontos, permitindo uma avaliação quantitativa das percepções e opiniões dos respondentes em relação a cada variável abordada.

Quadro 9 – Variáveis constitutivas, operacionais e questões do instrumento de coleta de dados

Variáveis constitutivas	Variáveis e subvariáveis operacionais	Questões
Institucionalismo econômico	Instituições financeiras	1. As instituições (bancos e cooperativas de crédito) da minha cidade ajudam no seu desenvolvimento econômico .
	Empresas locais	2. As empresas da minha cidade geram oportunidades de renda importantes para o município.
	Atividades econômicas e regionais	3. As atividades econômicas da minha cidade são importantes para o desenvolvimento da região .
		4. As atividades industriais da minha cidade se desenvolvem sem prejudicar o meio ambiente .
	Ambiente de negócios	5. O contexto econômico da minha cidade incentiva a abertura de novos negócios .

Variáveis constitutivas	Variáveis e subvariáveis operacionais	Questões
	Influências setoriais na renda	6. A renda do meu município é influenciada pelas usinas de álcool e açúcar da região.
		7. A renda da população do meu município é influenciada pelas usinas de álcool e açúcar da região.
		8. A renda do meu município é influenciada pelo comércio em geral.
		9. A renda da população do meu município é influenciada pelo comércio em Geral.
		10. A renda do meu município é influenciada pela produção agrícola .
		11. A renda da população do meu município é influenciada pela produção agrícola .
	Educação	12. As organizações escolas e universidades da minha cidade melhoraram o desenvolvimento da nossa região.
Políticas territoriais	Micropolíticas	13. A minha cidade cria novas oportunidades para a participação política das pessoas.
		14. O funcionamento da política da minha cidade influencia positivamente na qualidade de vida das pessoas .
		15. As políticas públicas da minha cidade são positivas para o crescimento local .
	Macropolíticas	16. As políticas públicas gerais para o território brasileiro são fundamentais para o crescimento da minha cidade .
	Micropolíticas	17. A minha cidade permite que as pessoas expressem coletivamente as suas vontades e expectativas .
		18. A minha cidade acolhe as necessidades da população e cria soluções para atender essas necessidades .
		19. As políticas públicas do meu município ajudam na sua transformação de maneira positiva .
	Macropolíticas	20. As políticas criadas para o território brasileiro ajudam na transformação do meu município de maneira positiva .
Desenvolvimento comunitário integrado	Desenvolvimento endógeno	21. A dinâmica econômica do meu município é influenciada pela produção pecuária .
		22. A dinâmica econômica da população do meu município é influenciada pela produção pecuária .
		23. Os recursos locais influenciam positivamente o desenvolvimento da cidade e do campo da nossa região.
	Desenvolvimento local	24. Os recursos locais da minha cidade são utilizados com eficiência para beneficiar as pessoas .
		25. Os grupos políticos locais são importantes para garantir a qualidade de vida na nossa cidade.
		26. Os grupos políticos locais aplicam na cidade soluções valorizadas pela população.
		27. As atividades da cidade-sede do meu município aumentam o crescimento econômico da região .
		28. A cidade-sede do meu município tem tomado decisões políticas importantes para promover o desenvolvimento da nossa região .
		29. A cidade-sede do meu município é rica em cultura e impulsiona o desenvolvimento da região .
		30. A cidade-sede do meu município tem negócios apoiando inovações para a economia local crescer .
		31. Os negócios no meu município são importantes para o desenvolvimento da cidade .
	Desenvolvimento endógeno	32. A agricultura e a indústria do nosso município impulsionam o crescimento da região .

Variáveis constitutivas	Variáveis e subvariáveis operacionais	Questões
	Desenvolvimento local	33. A cidade utiliza bem seus recursos para crescer ao máximo que as suas capacidades permitem.
	Desenvolvimento endógeno	34. Minha cidade fortalece negócios locais para reduzir a dependência de outras regiões.
Governança	Influência externa na governança local	35. A atuação do governo federal facilita a criação de empregos no município.
	Participação econômica e valorização local	36. A atuação das empresas locais valoriza nossa produção para manter o dinheiro na região.
	Direcionamento e preocupação municipal	37. O governo municipal está preocupado em tornar a minha cidade um lugar melhor para os residentes.
	Regras e estímulo à inovação	38. As regras governamentais da minha cidade incentivam uma cultura empreendedora para criar novos negócios.
		39. As regras governamentais do meu município corrigem falhas para melhorar a qualidade de vida de todos na cidade.
	Colaboração e engajamento com a comunidade	40. Os gestores da minha cidade promovem a colaboração entre diferentes grupos de pessoas do município.
	Alinhamento estratégico e desenvolvimento	41. Os gestores da minha cidade alinham suas ações às regras nacionais para conseguir um melhor desenvolvimento da nossa região.
	Colaboração e engajamento com a comunidade	42. Os gestores da minha cidade ouvem a população para tomar decisões conjuntas importantes para melhorar a gestão do município.
Políticas públicas de desenvolvimento regional	Alinhamento estratégico e desenvolvimento	43. Os gestores da minha cidade realizam ações que contribuem para o desenvolvimento da cidade e sua região.
	Desenvolvimento de capital humano e social	44. As políticas para o desenvolvimento da minha cidade valorizam as habilidades de seus moradores.
	Estímulo à atividade econômica e empresarial	45. As políticas (leis e regras) da minha cidade facilitam a instalação de novas empresas e indústrias.
	Justiça territorial e integração regional	46. A minha cidade facilita o desenvolvimento justo entre diferentes regiões.
	Influência de políticas externas	47. As leis federais podem melhorar a nossa região.
		48. As leis federais e municipais tornam minha região com mais oportunidade de renda para todos.
	Qualidade de vida e desenvolvimento urbano	49. As regras da minha cidade funcionam bem para gerar qualidade de vida das pessoas na região.
		50. As regras municipais valorizam os espaços na cidade para ajudar o desenvolvimento da nossa região.
	Estímulo à atividade econômica e empresarial	51. Políticas para melhorar empresas daqui beneficiaram os negócios em minha região.
	Influência de políticas externas	52. Políticas financeiras do governo têm melhorado a minha região.
	Estímulo à atividade econômica e empresarial	53. As políticas estão melhorando os negócios locais da minha região.
	Planejamento territorial e uso da terra	54. As regras e políticas de uso da terra do nosso município impulsionam o crescimento regional.
Desenvolvimento urbano	Desenvolvimento de capital humano e social	55. As políticas gerais sobre educação ajudam a desenvolver a região.
		56. Na minha região, as regras ajudam as pessoas a pertencerem à comunidade.
	Colaboração e competitividade urbana	57. A capacidade de trabalho conjunto da nossa cidade torna nossa região mais rica e competitiva.
	Fortalecimento institucional	58. As organizações da nossa cidade fortalecem o desenvolvimento do município.
	Acesso a serviços essenciais	59. As pessoas na minha cidade possuem acesso a serviços de que precisam.

Variáveis constitutivas	Variáveis e subvariáveis operacionais	Questões
	Bem-estar e infraestrutura urbana	60. A estrutura da minha cidade foca no que é necessário para o bem-estar das pessoas .
	Gestão de recursos e valorização local	61. A dinâmica da nossa cidade valoriza os nossos recursos para beneficiar a comunidade .
	Criatividade e inclusão social	62. As pessoas da nossa cidade incentivam a criatividade para o desenvolvimento das diferentes comunidades .
	Infraestrutura e serviços essenciais	63. Aqui no meu município, temos boas estradas e serviços essenciais para as pessoas .
	Colaboração econômica e crescimento	64. Quando as pessoas e negócios trabalham juntas , nossa cidade crece mais rápido .
	Participação cidadã no planejamento urbano	65. Na minha cidade , as pessoas são incentivadas a participar do planejamento para o desenvolvimento urbano .

Fonte: autoria própria, 2023.

O Quadro 10 exibe os indicadores de desenvolvimento selecionados para o estudo, incluindo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mortalidade infantil, escolaridade, história, trabalho, renda, cadastro central de empresas da cidade, clima, saneamento básico, Censo Agropecuário e meio ambiente. Cada um desses indicadores oferece uma perspectiva distinta sobre o desenvolvimento de cada região analisada. Para assegurar a confiabilidade e a precisão dos dados, todos esses indicadores foram coletados a partir de fontes oficiais reconhecidas, destacando-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é a principal referência nacional em informações estatísticas e geocientíficas.

Quadro 10 – Indicadores de desenvolvimento

Categoria	Nº	Afirmativa
Desenvolvimento Social	V01	IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
	V02	Mortalidade infantil
	V03	Escolaridade
	V04	História
Desenvolvimento Econômico	V05	Trabalho
	V06	Renda
	V07	Cadastro central de empresas da cidade
Desenvolvimento Sustentável	V08	Clima
	V09	Saneamento básico
	V10	Censo Agropecuário
	V11	Meio ambiente

Fonte: autoria própria, 2023.

3.3.3 A amostragem para coleta de dados

Os dados populacionais apresentados no Tabela 1 têm sua origem no Censo conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para determinar o tamanho da amostra a ser coletada nos dois municípios, optou-se pelo método de amostra estratificada,

seguindo os critérios propostos por Schaeffer, Mendehall e Ott (1986). A escolha desse método deve-se à sua capacidade de assegurar que subgrupos específicos da população estejam adequadamente representados na amostra. Levando em consideração as proporções de homens e mulheres em cada município, a amostragem estratificada possibilitou também a representação proporcional desses segmentos, garantindo que as análises retratassem de maneira precisa a diversidade e as características intrínsecas da população em questão.

Tabela 1 – Variáveis constitutivas, operacionais e questões do instrumento de coleta de dados

Município	População	Amostra total	Masculina	Feminina
Querência	26.769	202	107 (53,1%)	95 (46,9%)
Bom Jesus de Goiás	23.958	181	95 (51,9%)	86 (48,1%)

Fonte: autoria própria, com base em dados do IBGE (2023a, 2023b).

Nesta seção de metodologia, houve um esforço particular em explicitar a clareza ontológica e a profundidade epistemológica intrínsecas à abordagem de investigação adotada, integrando também preceitos axiológicos característicos de estudos qualitativos. A metodologia proposta transcende a simples operacionalização de ferramentas ou técnicas convencionais de pesquisa, refletindo uma interação entre o objeto investigativo e a postura epistemológica adotada pelo pesquisador. Considerando a complexa configuração do desenvolvimento urbano e regional em Bom Jesus (GO) e Querência (MT), marcada por interações políticas, culturais e de poder, uma análise aprofundada se tornou imperativa. A exposição iniciou-se na narrativa subsequente, destacando a intersecção crítica entre o acadêmico e o ambiente em análise. As vivências do pesquisador, amalgamadas a dados qualitativos e quantitativos, foram primordiais para conduzir com integridade a fase de conclusão da tese. Dessa forma, a estruturação metodológica foi articulada visando formar um ferramental analítico capaz de realizar uma dissecação exaustiva e contextualizada do fenômeno em questão, com o objetivo de alcançar inferências metodologicamente consistentes.

A pesquisa adotou uma postura epistemológica que valoriza as experiências individuais, reconhecendo a impossibilidade de neutralidade do pesquisador no processo investigativo. A coleta de dados envolveu a participação da população local, utilizando tecnologias e métodos online, além da aplicação de questionários físicos para garantir uma representação completa e diversificada. Assim, a pesquisa buscou perpassar pelas singularidades de Bom Jesus e Querência, analisando suas rotas de crescimento distintas e ponderando suas especificidades do ponto de vista endógeno.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção de discussões, serão abordadas as narrativas e resultados obtidos a partir das análises comparativas e individualizadas dos municípios de Bom Jesus e Querência. Inicialmente, é fornecido um contexto detalhado das dinâmicas socioeconômicas e políticas de cada município, começando por primeiro município retro citado e em seguida do segundo. No passo seguinte, os resultados quantitativos são examinados, incluindo a comparação entre os dois municípios (4.2.1), a avaliação individualizada de cada um (4.2.2 e 4.2.3), e a confrontação dos níveis de concordância e discordância em relação ao desenvolvimento endógeno (4.2.4). Serão explorados os contextos internos de desenvolvimento com base em diversas variáveis demográficas e socioeconômicas, como gênero, nível educacional, faixa etária, renda mensal, participação política e setor de ocupação (4.2.5 e 4.2.6). Por fim, a seção 4.3 discutirá e confrontará os resultados com a teoria, abordando as políticas de desenvolvimento regional, territorial, e as implicações da nova economia institucional sobre as mudanças institucionais e macropolíticas para o desenvolvimento urbano e rural em ambos os municípios.

4.1 Narrativas

Nesta seção, evidencia-se que Bom Jesus de Goiás (GO) e Querência (MT) possuem trajetórias, contextos e características singulares que delineiam seus caminhos de desenvolvimento e a endogenização das políticas públicas. Bom Jesus de Goiás, no cerrado goiano, tem suas raízes na doação de terras feita por D. Carolina Vieira da Mota, em 1925, que deu início ao povoado posteriormente consolidado como município. Localizado em um clima tropical úmido, sua dinâmica econômica é influenciada por fatores como o salário médio e a taxa de ocupação. Seu posicionamento na hierarquia urbana e econômica estadual e nacional oferece uma visão de sua relevância e desafios na esfera regional. Em contrapartida, Querência, inserida no extenso Mato Grosso, é marcada pelo legado cultural dos pioneiros gaúchos que buscavam estabelecer-se no vasto interior do Brasil. Suas raízes estão entrelaçadas com a colonização sul-brasileira e sua população preserva tradições e culturas oriundas de suas regiões ancestrais. Com destaque geográfico e designação como Centro Local, Querência se sobressai por sua importância no panorama regional, especialmente na mesorregião do Nordeste Mato-grossense.

Bom Jesus de Goiás e Querência são palcos de histórias ricas em colonização, evolução e desafios. A assimilação desses relatos, aliada ao entendimento de seus panoramas

socioeconômicos, culturais e geográficos, é essencial para uma análise aprofundada da dinâmica urbano-rural instituída e da adaptação de macropolíticas ao contexto local. Esses municípios revelam aspectos relevantes da realidade do desenvolvimento regional no Brasil, evidenciando as diversas influências e desafios que direcionam suas trajetórias. Ao explorar a interação entre macropolíticas e suas manifestações micropolíticas em tais contextos urbano-regionais, torna-se imperativo adotar uma perspectiva que considere as singularidades inerentes a cada contexto. Cada município é formado por determinantes socioeconômicos, culturais e geográficos que configuram sua trajetória evolutiva. Assim, uma análise epistemológica fundamentada nesses parâmetros é instrumental para uma interpretação contextual das vicissitudes e potencialidades inerentes a cada esfera urbana, servindo como base para o desenvolvimento local e regional dos respectivos recursos endógenos.

As narrativas locais, imbricadas nas experiências e paradigmas de atores – como gestores públicos, agentes econômicos locais, coletividades e o tecido social mais amplo –, são constituintes primordiais para mostrar os fundamentos do desenvolvimento urbano-rural instituído. Elas elucidam o ethos, as ambições e os dilemas que perfazem o percurso de tal desenvolvimento de cada município. Nesse prisma, a investigação sobre a endogenização das repercussões das estratégias macropolíticas nas micropolíticas é essencial para entender como intervenções de amplitude nacional ou regional se metamorfoseiam em iniciativas tangíveis e geram ressonâncias em âmbito local. Esse enfoque propicia uma análise crítica da concretização e adaptação das estratégias macro frente às especificidades e demandas municipais. Assim, é possível discernir os desafios e as virtudes da institucionalização dessas agendas nos interstícios urbano-rurais.

Antes de delinear estudos meticulosos sobre Bom Jesus e Querência é essencial valorizar uma exegese que incorpore os atributos, as nuances e os discursos de cada território. Bom Jesus de Goiás e Querência foram escolhidos devido à sua caracterização como cidades de porte pequeno, cujas economias têm uma forte ligação com o agronegócio. Bom Jesus de Goiás, em particular, tem sua história de desenvolvimento intimamente ligada à agricultura de grãos, sendo este um setor preponderante em sua economia (IMB, 2007). No entanto, ao longo do tempo, observou-se uma mudança significativa, com a ascensão das usinas sucroalcooleiras, que passaram a desempenhar um papel central como a principal fonte de renda comercial para a cidade. Por outro lado, Querência destaca-se por sua ênfase na monocultura de soja e milho, atividades agrícolas que desempenham um papel vital na movimentação da economia local. Essa especialização agrícola torna o município uma peça importante no contexto regional, contribuindo significativamente para a produção e comercialização desses grãos em larga escala

(Conab, 2022). A escolha dessas duas cidades visa a explorar as nuances específicas de suas economias agrícolas, que moldaram o desenvolvimento socioeconômico local ao longo do tempo. As fontes oficiais e os dados mencionados na tabela anterior fornecem uma base sólida para compreender esses aspectos.

Tabela 2 – Indicadores

Indicadores	Bom Jesus	Querência
Extensão territorial	1.831,4 km ²	17.799,989 km ²
Habitantes	23.958	26.769
Taxa de ocupação	12,6%	34,0%
Rendimento mensal	2x o valor do salário-mínimo vigente em 2020	2,7 o valor do salário-mínimo vigente em 2020.
Taxa de escolarização	98,4%	91,1%
IDEB	6,0-5,8	5,6-4,9
Produto Interno Bruto (PIB)	R\$ 36.395,07	R\$ 155.873,63
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,701	0,692
Taxa de mortalidade infantil	6,31/1.000	10,31/1.000
Esgotamento sanitário	33,5%	5,8%
Arborização	90,7%	75%
Empresas cadastradas	636	826
Área de estabelecimentos agropecuários	121.191 hectares	834.190 hectares

Fonte: IBGE (2023a, 2023b).

A análise comparativa dos indicadores dos municípios de Bom Jesus de Goiás e Querência, na Tabela 2, revela diferenças significativas que influenciam suas trajetórias de desenvolvimento socioeconômico. Bom Jesus possui uma extensão territorial de 1.831,4 km² e uma população de 23.958 habitantes, enquanto Querência, com 26.769 habitantes, se estende por 17.799,989 km², destacando-se por sua vasta área territorial. A taxa de ocupação em Querência é consideravelmente maior, atingindo 34,0%, em contraste com os 12,6% de Bom Jesus. No que tange ao rendimento mensal, Bom Jesus apresenta um rendimento de duas vezes o valor do salário-mínimo vigente em 2020, enquanto Querência alcança 2,7 vezes esse valor, sugerindo um nível de renda superior. A taxa de escolarização é alta em ambos os municípios, mas Bom Jesus se destaca, com 98,4%, comparada a 91,1% em Querência. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) mostra resultados ligeiramente superiores em Bom Jesus (6,0-5,8) em comparação com Querência (5,6-4,9). Em termos de Produto Interno Bruto (PIB), Querência apresenta um valor significativamente maior (R\$ 155.873,63) em relação a Bom Jesus (R\$ 36.395,07), refletindo uma economia mais forte. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é relativamente próximo entre os dois, com Bom Jesus apresentando 0,701 e Querência, 0,692. A taxa de mortalidade infantil é menor em Bom Jesus (6,31 por 1.000 nascidos vivos) em comparação com Querência (10,31 por 1.000). No

que se refere ao esgotamento sanitário, Bom Jesus possui uma cobertura de 33,5%, significativamente maior que os 5,8% de Querência. A arborização urbana também é mais prevalente em Bom Jesus, com 90,7%, em contraste com 75% em Querência. No aspecto econômico, Querência possui um número maior de empresas cadastradas (826) em comparação com Bom Jesus (636), além de uma área substancialmente maior de estabelecimentos agropecuários, totalizando 834.190 hectares contra 121.191 hectares de Bom Jesus. Esses indicadores mostram que, embora ambos os municípios possuam características e desafios distintos, Querência se destaca por sua vasta área e economia agrícola, enquanto Bom Jesus exibe melhor desempenho em áreas como escolaridade, IDHM e infraestrutura urbana, refletindo diferentes prioridades e estratégias de desenvolvimento.

Para ambos os municípios, o desenvolvimento endógeno se baseia na capacidade de aproveitar seus recursos naturais, humanos e institucionais. Bom Jesus de Goiás pode potencializar seu foco em educação e saúde para fortalecer seu capital humano, enquanto diversifica sua economia agrícola com novas indústrias. Querência pode investir em melhorar sua infraestrutura urbana e educacional para sustentar seu crescimento econômico, assegurando que os benefícios do agronegócio sejam amplamente distribuídos. Em ambos os casos, o desenvolvimento endógeno depende de estratégias que valorizem os recursos locais, promovam a inclusão social e incentivem a sustentabilidade ambiental, adaptando as macropolíticas às realidades e necessidades específicas de cada município.

4.1.1 Bom Jesus de Goiás

Em uma análise geográfica e urbanística, Bom Jesus de Goiás se configura como uma entidade municipal no estado de Goiás, situado na macroestrutura Centro-Oeste do Brasil (Figura 3). Com uma extensão territorial de 1.831,4 km², destaca-se como um dos municípios mais extensos de Goiás. Sua população, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), é de aproximadamente 23.958 habitantes, majoritariamente concentrada em áreas urbanas. Localizado na sub-região sul goiana e pertencente à Microrregião do Meia Ponte, Bom Jesus de Goiás se encontra ao sul da capital estadual, Goiânia. No contexto de mobilidade urbana, informações do Departamento Nacional de Trânsito (2013) indicam uma frota de 2.319 veículos em circulação. Sua estrutura urbana se desenvolve predominantemente ao longo da BR-452, uma rodovia federal de significativa importância logística e econômica.

Figura 3 – Localização de Bom Jesus de Goiás (GO)



Fonte: Abreu (2006).

Ao contextualizar a formação histórica de Bom Jesus de Goiás, destaca-se que, em 1925, D. Carolina Vieira da Mota conferiu uma vasta extensão territorial, consistindo em 336 alqueires e 16 hectares, como dádiva ao Senhor Bom Jesus, objetivando fundar um patrimônio com o nome de Bom Jesus. A legitimação dessa transferência territorial foi consolidada em 1931, via registro documental no Cartório Distrital de Bananeira (Goiatuba). Coincidindo com a doação inicial, habitantes daquela área iniciaram a edificação de um templo eclesiástico rudimentar, adornado com cobertura de palha. Em agosto de 1927, emergiram as construções primordiais, abrangendo domicílios e habitações temporárias, circunjacentes à supracitada capela, sinalizando a formação inaugural do povoado de Bom Jesus. A transição para a institucionalização de Bom Jesus como distrito foi concretizada pela Lei Municipal n. 56, de 23 de dezembro de 1953, sendo Luiz Gomes de Freitas designado subprefeito e Oscar Luiz de Mendonça, juiz distrital (Prefeitura Municipal de Bom Jesus de Goiás, 2023).

Do ponto de vista climático, a região é submetida a um regime climatológico tropical úmido, alinhando-se à categoria Aw, conforme o esquema classificatório de Köppen. Essa é uma manifestação climática intrínseca ao bioma do cerrado, com registros térmicos médios anuais gravitando em torno de 24,5°C e extremos de 28,4°C e 18,5°C para máximas e mínimas, respectivamente. A pluviometria anual não supera 1.300 mm, sendo preponderantemente distribuída entre outono e verão. De modo bifásico, o primeiro interstício temporal engloba

condições tépidas e pluviais de outubro a abril, reservando para o decurso de dezembro a março uma concentração significativa de precipitações. A sequência temporal, compreendendo maio a setembro, é marcada por estiagem e temperaturas decrescentes, intercaladas por um veranico proeminente em julho e agosto. A região é dominada por latossolo vermelho distrófico, exibindo uma matriz argilosa significativa. Embora a atividade agropecuária detenha relevância econômica, a presença de grandes suinocultores não é marcante (Fraga; Lima Ribeiro, 2013).

Em 2020, o rendimento médio mensal observado no município correspondia a 2,0 vezes o salário-mínimo nacional. A taxa de ocupação, indicador que reflete a proporção da população economicamente ativa empregada em relação à população total, situava-se em 12,6%. No panorama estadual, o município se classificava na 85ª posição entre 246 e, no âmbito nacional, na 2040ª entre 5570 cidades. Avaliando a distribuição de domicílios segundo a renda *per capita*, particularmente aqueles com ganhos abaixo de meio salário-mínimo, 33,5% da população residia nesse estrato, posicionando o município na 153ª colocação no estado e na 3902ª no Brasil. Em termos educacionais, Bom Jesus de Goiás evidencia indicadores auspiciosos, atestando um investimento qualitativo na formação cidadã. Dados de 2010 indicam uma taxa de escolarização de 98,4% para o público de 6 a 14 anos, refletindo uma ampla abrangência educacional nesse grupo (IBGE, 2023a).

Considerando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), métrica fundamental na aferição da qualidade educativa, em 2021 os patamares alcançados nos anos iniciais e finais do ensino fundamental na esfera pública foram de 6,0 e 5,8, respectivamente. Apesar de satisfatórios, há margem para refinamentos. Em relação às matrículas, 2021 totalizou 3.036 no ensino fundamental e 876 no ensino médio, indicando a valorização da comunidade pela oferta educacional. Adicionalmente, 141 educadores atuavam no fundamental e 55 no médio, sendo pilares na qualidade pedagógica. A infraestrutura conta com 13 instituições de ensino fundamental e 4 de ensino médio, proporcionando um ambiente facilitador para a trajetória acadêmica (IBGE, 2023a). Os indicadores retratam uma conjuntura educacional positiva, marcada por elevadas taxas de escolarização e desempenho no Ideb.

No espectro econômico, a cidade manifesta um ascenso contínuo em sua atividade econômica. O PIB *per capita*, computado em 2020, registrou R\$ 36.395,07, refletindo uma considerável geração de riqueza e rendimento médio *per capita*. Em 2015, 80,2% das receitas municipais eram derivadas de aportes externos, apontando um acentuado influxo de capital exógeno no tecido econômico local. Examinando-se a estrutura fiscal da cidade, em 2017, a receita consolidada somou R\$ 73.377,57 mil (em milhares de reais). Tal quantia engloba a arrecadação tributária, entre outras fontes de renda. As despesas comprometidas no mesmo ano

alcançaram R\$ 64.617,64 mil, evidenciando uma gestão fiscal prudente, dado o superávit (IBGE, 2023a). O IDHM, computado em 2010, foi de 0,701, uma métrica multidimensional que pondera educação, saúde e renda, atestando a qualidade de vida da população. Esse indicador sinaliza a consistente evolução qualitativa experimentada pela cidade (IBGE, 2023a). Resumindo, o município exibe um PIB *per capita* robusto, uma elevada proporção de receitas de origem exógena e um IDHM consistente.

No contexto da saúde coletiva, o município registra uma taxa de mortalidade infantil de 6,31 por 1.000 nascidos vivos, indicando uma intervenção significativa no cuidado neonatal. Paralelamente, as hospitalizações decorrentes de afeções diarreicas atingem uma média de 1,7 por 1.000 residentes, sinalizando uma efetiva gestão das patologias associadas à diarreia na demografia local. Em uma análise comparativa no espectro estadual, posiciona-se em 136º de 246 no quesito mortalidade infantil e 74º em internações diarreicas. Esses indicadores, quando interpretados no âmbito regional, traduzem uma performance adequada em relação aos seus pares estaduais. Expandindo o escopo comparativo para a dimensão nacional, Bom Jesus de Goiás se situa na 3592ª posição em termos de mortalidade infantil e na 1738ª quanto a internações por afeções diarreicas (IBGE, 2023a). Essas métricas enfatizam a necessidade contínua de refinar e canalizar investimentos para políticas de saúde, visando aperfeiçoar ainda mais os indicadores e catalisar o bem-estar populacional.

No âmbito ambiental, Bom Jesus de Goiás demonstra avanços significativos em relação à qualidade de vida da população em diversos aspectos do ambiente urbano. Dados recentes indicam que 33,5% dos domicílios possuem esgotamento sanitário adequado, refletindo um compromisso com a saúde e o bem-estar dos moradores. Além disso, 90,7% dos domicílios urbanos localizados em vias públicas contam com arborização, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar e proporcionando um ambiente mais agradável. Entretanto, apenas 0,5% dos domicílios urbanos possuem urbanização adequada em vias públicas, incluindo a presença de bueiros, calçadas, pavimentação e meio-fio, o que sugere a necessidade de melhorias na infraestrutura e mobilidade urbana. Comparado a outros municípios do estado, ocupa a 83ª posição em relação ao percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado, a 90ª posição no quesito de arborização nas vias públicas e a 163ª posição no indicador de urbanização adequada. Essas colocações demonstram um progresso notável em comparação a outros municípios do estado, refletindo o empenho da cidade em promover um ambiente urbano mais saudável e sustentável (IBGE, 2023a).

Ao expandir a análise para o âmbito nacional, Bom Jesus de Goiás ocupa a 2962ª posição no percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado, a 1432ª posição no

quesito de arborização nas vias públicas e a 4591ª posição no indicador de urbanização adequada. Embora haja margem para aprimorar-se, é importante destacar que o município está no caminho certo para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, comparando-se com outras cidades do Brasil (IBGE, 2023a). Esses dados refletem o compromisso da cidade em promover um ambiente urbano saudável e agradável para a população. No entanto, é necessário continuar investindo em infraestrutura, saneamento básico e urbanização, buscando melhorar os indicadores e proporcionando uma melhor qualidade de vida para todos os moradores.

O cadastro central de empresas da cidade apresenta informações relevantes sobre o cenário econômico local. De acordo com os dados disponíveis, existem 636 unidades locais registradas, representando estabelecimentos comerciais e outras organizações atuantes na região. Além disso, há um total de 623 empresas e organizações operando no município, evidenciando um ambiente empreendedor e diversificado. Essas empresas empregam 3.225 pessoas, das quais 2.585 são assalariadas. Esses números refletem a importância do setor empresarial na geração de empregos e no desenvolvimento socioeconômico da cidade. O salário médio mensal na região é de dois salários-mínimos, demonstrando uma média salarial acessível, mas com espaço para melhorias. As remunerações totais, incluindo salários e outros benefícios, somam 76.447 mil reais (IBGE, 2023a). Esses dados indicam a vitalidade do setor empresarial no município, impulsionando a economia local e contribuindo para o mercado de trabalho. É fundamental promover políticas e investimentos que estimulem o crescimento e a sustentabilidade dessas empresas, buscando gerar empregos de qualidade e aumentar a renda dos trabalhadores. Isso fortalecerá a economia local e o bem-estar da comunidade como um todo.

A importância do setor rural para o desenvolvimento local de Bom Jesus de Goiás pode ser justificada com base nos dados do Censo Agropecuário. De acordo com as informações coletadas, a área dos estabelecimentos agropecuários na região é de 121.191 hectares, destacando a extensão significativa do setor. A maioria dos produtores é classificada como produtores individuais, abrangendo uma área de 67.187 hectares. Além disso, a maior parte deles é proprietária de terras, incluindo terras tituladas coletivamente, totalizando 110.145 hectares, indicando um envolvimento ativo dos produtores na atividade agrícola. A utilização das terras é diversificada, com destaque para as áreas destinadas a lavouras temporárias, abrangendo 83.233 hectares. As pastagens plantadas em boas condições ocupam uma área de 15.504 hectares, contribuindo para a criação de gado e a produção de leite. A preservação ambiental também é considerada, com 9.833 hectares destinados a matas naturais preservadas (IBGE, 2023a). Esses dados refletem a importância da atividade agrícola para a economia local,

demonstrando um equilíbrio entre produção e conservação ambiental, o que é essencial para o desenvolvimento sustentável da região.

O censo também revela que a maioria dos produtores é do sexo masculino, mas destaca o crescente envolvimento feminino no setor, com 36 estabelecimentos agropecuários administrados por mulheres. Quanto à escolaridade, há uma variação que vai desde produtores sem escolaridade até aqueles com nível superior e pós-graduação, demonstrando a diversidade de conhecimentos aplicados na atividade rural. A assistência técnica desempenha um papel relevante, sendo recebida por 121 estabelecimentos agropecuários. Além disso, a adoção de práticas como adubação e uso de agrotóxicos é comum entre uma parte significativa dos produtores (IBGE, 2023a).

Quadro 11 – Macropolíticas, micropolíticas e desenvolvimento endógeno em Bom Jesus de Goiás

Categoria	Caracterização
Macropolíticas	Educação: implementação de políticas educacionais que resultaram em alta taxa de escolarização (98,4%) e índices de desenvolvimento da educação básica (Ideb) nos anos iniciais e finais do ensino fundamental (6,0 e 5,8, respectivamente). Saúde: políticas públicas resultaram em baixa taxa de mortalidade infantil (6,31/1.000) e controle de internações por doenças diarreicas (1,7/1.000). Infraestrutura: investimentos em infraestrutura básica, como esgotamento sanitário adequado em 33,5% dos domicílios e arborização de 90,7% das vias públicas urbanas (IBGE, 2023a).
Micropolíticas	Emprego e renda: programas locais de geração de emprego resultaram em uma taxa de ocupação de 12,6% e um rendimento médio mensal de dois salários-mínimos. Setor empresarial: a existência de 636 unidades locais e 623 empresas, empregando 3.225 pessoas, reflete um ambiente empreendedor ativo (IBGE, 2023a).
Desenvolvimento endógeno	Agricultura e pecuária: grande extensão de estabelecimentos agropecuários (121.191 hectares), com destaque para lavouras temporárias e pastagens plantadas. Diversidade na produção: produção significativa de cana-de-açúcar, milho, soja e sorgo, além da pecuária bovina e suína. Educação e formação: variedade de níveis de escolaridade entre os produtores rurais, desde sem escolaridade até pós-graduação, evidenciando o investimento em conhecimento (IBGE, 2023a).

Fonte: dados do IBGE (2023a).

A análise de Bom Jesus de Goiás, de acordo com o Quadro 11, revela um município fortemente influenciado por políticas amplas e específicas, que impactam sua estrutura social, econômica e ambiental. Em termos de políticas gerais, a cidade tem investido significativamente na educação, na saúde e na infraestrutura, promovendo um ambiente favorável ao desenvolvimento humano e à qualidade de vida. Essas iniciativas refletem um compromisso com a melhoria dos serviços básicos, como educação de qualidade e acesso à saúde, além de esforços contínuos para melhorar a infraestrutura urbana. No âmbito local, o município tem demonstrado uma capacidade significativa de fomentar o emprego e a geração de renda, evidenciada pela ativa participação do setor empresarial na economia local. A

existência de diversas empresas e estabelecimentos comerciais não só proporciona empregos, mas também impulsiona a economia por criar oportunidades para os moradores. Ademais, o desenvolvimento endógeno do município é visível na robusta atividade agrícola e pecuária, que constitui a espinha dorsal da economia local. A diversificação das atividades rurais, combinada com o conhecimento técnico dos produtores, fortalece a base econômica. A cidade se destaca pelo uso eficiente de suas vastas áreas agrícolas e pelo desenvolvimento de uma produção diversificada, que inclui tanto culturas temporárias quanto permanentes. Além disso, a variada formação educacional dos produtores rurais indica um investimento contínuo em conhecimento e inovação, elementos essenciais para a sustentabilidade e o crescimento em longo prazo.

4.1.2 Querência (MT)

Em termos de análise espacial e territorial, Querência, situada no estado de Mato Grosso, estende-se por uma área considerável de 17.799,989 km², conforme registros de 2022. Essa vastidão territorial sugere capacidades intrínsecas para dinâmicas de desenvolvimento e escalabilidade urbana. No espectro da ordenação e hierarquia urbana, a cidade é identificada como um “Centro Local”, situando-se como núcleo urbano intermédio. Contextualizando as redes e interações urbanas regionais, o município integra o conglomerado populacional circunscrito por Barra do Garças, reforçando seu posicionamento estratégico na teia urbana da região. No escopo da estruturação administrativa e territorial, Querência situa-se na malha intermédia de Barra do Garças e está diretamente vinculada à região imediata de Água Boa, conforme delineado em 2021 (IBGE, 2023b). Essa caracterização administrativa enfatiza sua associação com esses centros, sinalizando uma matriz de inter-relações e obrigações político-administrativas.

Em um panorama mais amplo, no espectro geográfico do estado, o município está contextualizado na mesorregião do Nordeste Mato-grossense e da microrregião de Canarana. Tais delimitações espaciais realçam a posição geográfica e suas interconexões com municípios circunvizinhos. Essa inserção regional proporciona um substrato particular para as dinâmicas e interações econômicas, socioculturais e políticas da cidade em seu entorno (IBGE, 2023b). Nesse sentido, essas informações sobre o território evidenciam sua extensão geográfica e importância como centro urbano na região. Além disso, ressaltam as relações de influência e conexão com outras localidades próximas, tanto no âmbito regional quanto estadual.

O município de Querência tem suas raízes históricas atreladas ao movimento de colonização oriundo do sul do Brasil, especificamente de tradição gaúcha, que migrou para o

interior mato-grossense em períodos contemporâneos. A nomenclatura “Querência”, amplamente empregada nas vastas áreas do pampa gaúcho, é evocativa de lar, de refúgio, refletindo precisamente o anseio desses pioneiros. Essa denominação foi transplantada para o epicentro do nordeste de Mato Grosso, com o município fincando suas raízes na microrregião Norte do Araguaia, estando a uma distância aproximada de 927 km de Cuiabá, a capital do estado. A primeira leva de colonizadores se fixou nesse território em 21 de maio de 1986, intensificando-se a migração a partir de 1987. O contingente predominante dessa migração compunha-se de famílias oriundas do norte do Rio Grande do Sul, do oeste de Santa Catarina e do sudoeste do Paraná. Notavelmente, muitas dessas famílias carregavam legados ancestrais de origens alemã, italiana e polonesa (Prefeitura Municipal de Querência, 2023).

A evolução urbana e administrativa do Projeto Querência é emblemática. Nos primeiros dois anos, o assentamento era constituído por 350 famílias, tendo sua fundação formalmente estabelecida em 8 de dezembro de 1985. O crescimento demográfico e urbanístico ganhou expressividade quando foi elevado à condição de Distrito pertencente ao município de Canarana, marcando o início de uma trajetória ascendente que posteriormente culminaria na sua autonomia político-administrativa. Quanto ao planejamento territorial, o Projeto Querência foi subdividido em 881 unidades, englobando propriedades rurais de 200 hectares e chácaras menores. Até o ano de 1990, aproximadamente 600 dessas propriedades rurais haviam sido transacionadas. O contingente populacional estimado nesse período era de 1,8 mil indivíduos e projeções atuais apontam para uma cifra que supera os 15 mil residentes (Prefeitura Municipal de Querência, 2023).

Contudo, a consolidação desse projeto não ocorreu sem desafios. A comunidade, de origens gaúchas, confrontou-se com o isolamento, atribuído à sua localização remota e ao distanciamento de polos urbanos significativos. A infraestrutura básica, como a eletrificação, era incipiente: a iluminação pública e residencial era praticamente inexistente. Apenas com a intervenção da Coopercana, que implementou um gerador de 325 KVA, foi possível fornecer eletricidade, embora sua capacidade não satisfizesse plenamente as necessidades locais. Devido às dificuldades de acesso e à longa distância da capital, a comunicação era desafiadora. Havia apenas um posto telefônico e um posto dos correios, sem nenhum serviço de telégrafo disponível. As estradas estavam em condições precárias, com pontes danificadas que dificultavam o escoamento das safras. No entanto, apesar de todos esses obstáculos iniciais, o solo fértil e a determinação otimista da comunidade permitiram que eles superassem as adversidades (Prefeitura Municipal de Querência, 2023).

Dessa forma, apesar dos contratempos, a comunidade prosperou e se desenvolveu. A Lei Municipal n. 185, de 7 de agosto de 1991, criou o Distrito de Querência, estabelecendo sua jurisdição dentro do município de Canarana. Posteriormente, a Lei Estadual n. 5.895, de 19 de dezembro de 1991, criou oficialmente o município, resultado do projeto de colonização da Coopercana, abrangendo um território de 17.850 km² (Prefeitura Municipal de Querência, 2023). Atualmente, a cidade, localizada no estado de Mato Grosso, apresenta um crescimento populacional significativo ao longo dos anos. De acordo com estimativas recentes, a população, em 2021, é de aproximadamente 18.386 pessoas, representando um aumento considerável em relação ao último censo, realizado em 2010, que registrou 13.033 habitantes. Esses números evidenciam um incremento populacional em virtude do desenvolvimento e a atratividade da região (IBGE, 2023b).

Além disso, a densidade demográfica, em 2010, era de aproximadamente 0,73 habitantes por quilômetro quadrado, indicando uma baixa concentração populacional e uma vasta extensão territorial. Esse aspecto pode ser explicado pela natureza rural do município, no qual áreas de agricultura e pecuária são predominantes. Essas informações demográficas revelam um panorama de crescimento e expansão na população, refletindo um cenário de desenvolvimento e oportunidades na região. Em 2020, o município de Querência apresentou um salário médio mensal de 2,7 vezes o valor do salário-mínimo vigente, refletindo a remuneração média recebida pelos trabalhadores da região (IBGE, 2023b).

Em termos de ocupação, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de Querência foi de 34,0%, posicionando o município em 17º de 141 entre os municípios de Mato Grosso e em 10º entre os de mesmo porte no estado. Comparado com outros municípios do País, Querência ocupou a 284ª posição de 5.570 municípios em termos de proporção de pessoas ocupadas em relação à população total (IBGE, 2023b). Quanto à distribuição de renda, aproximadamente 34,6% da população vivia em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, colocando o município na 108ª posição de 141 entre as cidades do estado e na 3.658ª de 5.570 em relação a todas as cidades do Brasil (IBGE, 2023b). Essas informações retratam a sua realidade socioeconômica, fornecendo uma visão abrangente sobre o trabalho, rendimento e distribuição de renda na região.

Querência apresenta indicadores relevantes no âmbito da educação, refletindo o compromisso e os esforços em promover o acesso e a qualidade do ensino em seu território. Em 2010, a taxa de escolarização para crianças de 6 a 14 anos atingiu 91,1%, demonstrando um alto índice de matrículas nessa faixa etária. Em 2021, os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nos anos iniciais do ensino fundamental na rede pública foram de 5,6,

e, nos anos finais, de 4,9, evidenciando um desempenho satisfatório no contexto educacional do município. Nesse ano, contabilizaram-se 3.370 matrículas no ensino fundamental e 1.129 no ensino médio, mostrando o acesso de um número significativo de estudantes a essas etapas educacionais. Em 2021, o município contava com 187 professores no ensino fundamental e 75 no ensino médio, profissionais fundamentais para a formação dos estudantes e para a qualidade do ensino oferecido na região. Querência também dispõe de uma infraestrutura educacional adequada, com 14 escolas que oferecem o ensino fundamental e 5 que oferecem o ensino médio (IBGE, 2023b). Esses dados evidenciam seu comprometimento com a educação, contemplando altas taxas de escolarização, bons índices no Ideb, além de um número significativo de matrículas, docentes qualificados e uma infraestrutura educacional satisfatória. Esses elementos refletem o esforço em proporcionar uma educação de qualidade e o investimento no desenvolvimento educacional da população.

Sobre a economia da cidade de Querência, é possível observar indicadores que demonstram seu desenvolvimento e sustentabilidade financeira. Em 2020, o PIB *per capita* atingiu R\$ 155.873,63, revelando uma economia próspera e uma boa distribuição de renda entre os habitantes. Em relação às receitas do município, em 2015, 76,9% provinham de fontes externas, destacando a importância das atividades econômicas relacionadas ao comércio e às relações comerciais com outras regiões. O IDHM, calculado em 2010, atingiu 0,692, considerando indicadores de educação, saúde e renda, e refletindo um nível satisfatório de desenvolvimento humano na cidade (IBGE, 2023b).

Em 2017, o total de receitas realizadas em Querência foi de R\$ 79.500,37 (em milhares), enquanto o montante de despesas empenhadas foi de R\$ 68.482,63 (em milhares). Esses números indicam uma gestão financeira equilibrada e responsável por parte do município. Os dados revelam um panorama econômico positivo, com um PIB *per capita* significativo, uma parcela considerável de receitas advindas de fontes externas e um IDHM satisfatório. Além disso, o controle financeiro eficiente, evidenciado pelas receitas realizadas e despesas empenhadas, demonstra uma administração consciente dos recursos disponíveis (IBGE, 2023b). Essas informações sinalizam o potencial econômico da cidade, bem como a necessidade de se manter um ambiente favorável aos negócios e à captação de investimentos, a fim de promover o crescimento contínuo e a qualidade de vida dos seus habitantes.

No tocante à saúde, em Querência verificam-se indicadores relevantes relacionados à qualidade de vida e ao bem-estar da população. A taxa de mortalidade infantil média é de 10,31 para cada 1.000 nascidos vivos, um indicador importante para avaliar a eficácia das políticas de saúde e o acesso a cuidados adequados para as crianças no município. Em relação às internações

devido a diarreias, registra uma taxa de 1,3 internações para cada 1.000 habitantes, destacando a ocorrência de casos de diarreia na região e a necessidade de ações preventivas e de tratamento para essa condição. Ao comparar esses indicadores com os demais municípios do estado, ocupa a posição 74 de 141 em relação à taxa de mortalidade infantil e a posição 53 de 141 no que se refere às internações por diarreias. Comparando com todas as cidades do Brasil, essas posições são, respectivamente, 2.687, de 5.570, e 2.059, de 5.570 (IBGE, 2023b).

Em relação às questões ambientais, Querência, no Mato Grosso, possui características que refletem sua geografia e seu desenvolvimento urbano. De acordo com dados de 2019, a área urbanizada de Querência abrange 9,41 km², indicando a extensão territorial transformada em área urbana, com infraestrutura e espaços construídos para a população. No que se refere ao esgotamento sanitário adequado, o município apresentou um índice de 5,8% em 2010, revelando a parcela da população com acesso a sistemas de tratamento e disposição adequada dos resíduos sanitários. Essa baixa porcentagem aponta a necessidade de investimentos em infraestrutura sanitária, para garantir o saneamento básico a uma maior parte da população (IBGE, 2023b). A arborização das vias públicas em Querência, conforme dados de 2010, alcança uma taxa de 75%, demonstrando o grau de vegetação presente nas vias públicas, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental, a redução do calor urbano e o embelezamento da cidade. Em relação à urbanização de vias públicas, o município registrou uma taxa de 2,5% em 2010, representando a proporção de vias públicas transformadas em espaços urbanos com infraestrutura adequada, propiciando melhores condições de mobilidade e acesso para a população (Mendes; Macedo; Rezende, 2018).

Quanto ao bioma, Querência está localizada em uma área de transição entre a Amazônia e o Cerrado, conforme informações de 2019. Essa localização proporciona uma diversidade ambiental única, com características de ambos os biomas presentes no território municipal. Essas informações sobre o meio ambiente de Querência destacam a importância de promover-se um desenvolvimento urbano sustentável, considerando a expansão urbana de forma equilibrada, o acesso adequado a serviços de saneamento básico e a preservação da vegetação nas vias públicas. Além disso, ressaltam a necessidade de monitorar e gerenciar os riscos ambientais, visando a proteger a população e conservar os recursos naturais presentes no bioma Amazônia-Cerrado (IBGE, 2023b).

Adentrando nas questões condizentes ao Cadastro Central de Empresas, os dados revelam pontos relevantes sobre o panorama econômico de Querência. A cidade conta com 826 unidades locais, que englobam empresas e outras organizações atuantes no município. Essas unidades empregam um total de 6.091 pessoas, sendo que 5.045 delas são ocupadas de forma

assalariada. O salário médio mensal registrado é de 2,7 salários-mínimos, indicando a média salarial dos trabalhadores na região (IBGE, 2023b). Em relação aos rendimentos das empresas, os salários e outras remunerações totalizam o montante de 184.916 mil reais. Esse valor representa os ganhos globais das unidades locais em Querência. Essas informações fornecem um panorama abrangente da atividade econômica da cidade. Com base nos dados, é possível observar a presença de um número significativo de unidades locais, as quais empregam um considerável contingente de pessoas, contribuindo para a dinâmica do mercado de trabalho. Além disso, o salário médio mensal indica o padrão remuneratório predominante, demonstrando a média dos ganhos dos trabalhadores no município. Esses dados são importantes para avaliar a saúde econômica e para embasar estratégias de desenvolvimento local que visem ao fortalecimento econômico e à melhoria das condições de trabalho e renda para a população.

O Censo Agropecuário de Querência revelou dados relevantes sobre a área dos estabelecimentos agropecuários e a condição dos produtores, destacando a importância do setor agropecuário para o desenvolvimento da cidade. De acordo com o levantamento, a área total dos estabelecimentos agropecuários é de 834.190 hectares. Em relação à condição legal do produtor, verificou-se que 59.945 hectares pertencem a condomínios, consórcios ou uniões de pessoas, enquanto 420.191 hectares são de produtores individuais. No que diz respeito à condição do produtor em relação às terras, constatou-se que a maioria dos produtores (804.066 hectares) são proprietários, incluindo coproprietários de terras tituladas coletivamente. Além disso, 5.334 hectares são de concessionários ou assentados aguardando titulação definitiva. Quanto à utilização das terras, o censo identificou 1.457 hectares de lavouras permanentes, 359.639 hectares de lavouras temporárias e 4.355 hectares destinados ao cultivo de flores. Em relação às pastagens, foram registrados 404 hectares de áreas naturais, 71.533 hectares de pastagens plantadas em boas condições e 1.98 mil hectares de pastagens plantadas em más condições (IBGE, 2023b).

No que se refere a matas ou florestas, o censo apontou a existência de 7.701 hectares de áreas naturais e 373.063 hectares de áreas destinadas à preservação permanente ou reserva legal. Além disso, há 561 hectares de florestas plantadas. Observou-se também que 3.986 hectares são utilizados para sistemas agroflorestais, ou seja, áreas cultivadas com espécies florestais que também são utilizadas para lavouras e pastoreio por animais. Quanto ao sistema de preparo do solo, o plantio direto na palha é adotado em 339.288 hectares dos estabelecimentos agropecuários. Além disso, foi registrado que 1.020 hectares são irrigados (IBGE, 2023).

No que diz respeito ao número de estabelecimentos agropecuários, há um total de 678 estabelecimentos em Querência. Dentre esses, 144 são condomínios, consórcios ou uniões de

peçoas, 509 são produtores individuais, 4 são sociedades anônimas ou por cotas de responsabilidade limitada, e 21 estão em outra condição legal. Quanto à condição do produtor em relação às terras, constatou-se que a maioria dos produtores (581 estabelecimentos) são proprietários, incluindo coproprietários de terras tituladas coletivamente. Além disso, 73 estabelecimentos são concessionários ou assentados aguardando titulação definitiva. Em relação ao sexo do produtor, 551 estabelecimentos são de produtores do sexo masculino, 120 são de produtoras do sexo feminino e 7 estabelecimentos não se aplicam a essa classificação. Em termos de escolaridade, foram identificados diferentes níveis de formação: entre os estabelecimentos, 36 produtores nunca frequentaram a escola (IBGE, 2023b). O censo agropecuário revelou uma extensa área de estabelecimentos agropecuários em Querência com grande parte dos produtores sendo proprietários de terras. Essa posse de terras proporciona uma base sólida para desenvolver a atividade agropecuária, permitindo o cultivo de lavouras, a criação de animais e a implementação de sistemas agroflorestais. Nesse contexto, o setor agropecuário desempenha um papel fundamental no desenvolvimento local, proporcionando empregos, impulsionando a economia e contribuindo para a sustentabilidade ambiental.

Quadro 12 – Macropolíticas, micropolíticas e desenvolvimento endógeno em Querência (MT)

Categoria	Caracterização
Macropolíticas	Educação: implementação de políticas educacionais que resultaram em alta taxa de escolarização (91,1%) e índices de desenvolvimento da educação básica (Ideb) nos anos iniciais e finais do ensino fundamental (5,6 e 4,9, respectivamente). Saúde: políticas públicas eficazes resultaram em uma taxa de mortalidade infantil de 10,31/1.000 e controle de internações por doenças diarreicas (1,3/1.000). Infraestrutura: investimentos em infraestrutura básica, como esgotamento sanitário adequado em 5,8% dos domicílios e arborização de 75% das vias públicas urbanas (IBGE, 2023b).
Micropolíticas	Emprego e renda: programas locais de geração de emprego resultaram em uma taxa de ocupação de 34,0% e um rendimento médio mensal de 2,7 salários-mínimos. Setor empresarial: a existência de 826 unidades locais e 623 empresas, empregando 6.091 pessoas, reflete um ambiente empreendedor ativo (IBGE, 2023b).
Desenvolvimento Endógeno	Agricultura e pecuária: grande extensão de estabelecimentos agropecuários (834.190 hectares), com destaque para lavouras temporárias e pastagens plantadas. Diversidade na produção: produção significativa de soja e milho, além da pecuária bovina e suína. Educação e formação: variedade de níveis de escolaridade entre os produtores rurais, desde sem escolaridade até pós-graduação, evidenciando o investimento em conhecimento (IBGE, 2023b).

Fonte: dados do IBGE (2023b).

O Quadro 12 mostra o desenvolvimento de Querência ao integrar macropolíticas, micropolíticas e iniciativas de desenvolvimento endógeno. As macropolíticas de educação têm promovido altos níveis de escolarização e bom desempenho educacional, enquanto as políticas de saúde resultaram em uma redução significativa da mortalidade infantil e controle eficaz de doenças. A infraestrutura urbana, embora necessitando de melhorias, já apresenta esforços

significativos em esgotamento sanitário e arborização. No âmbito das micropolíticas, programas locais têm gerado emprego e renda, com uma taxa de ocupação considerável e um ambiente empresarial ativo, evidenciado pela quantidade de unidades locais e empresas atuantes. O desenvolvimento endógeno é fortemente marcado pela vasta área dedicada à agricultura e pecuária, com destaque para a produção diversificada e significativa de culturas como soja e milho, além da pecuária. A formação e a educação dos produtores rurais, que variam desde níveis básicos até pós-graduação, refletem um investimento contínuo em conhecimento e capacitação.

A comparação entre Bom Jesus de Goiás e Querência, conforme os Quadros 11 e 12, revela distinções significativas nas suas políticas de desenvolvimento e características econômicas e sociais. Ambas as localidades têm implementado políticas educacionais que resultaram em altas taxas de escolarização e índices de desenvolvimento da educação básica, embora Querência apresente ligeiramente menores índices de Ideb nos anos iniciais e finais do ensino fundamental. As políticas de saúde pública em ambas as cidades têm sido eficazes na redução das taxas de mortalidade infantil e controle de doenças diarreicas, com Bom Jesus apresentando números ligeiramente melhores. Em termos de infraestrutura, Bom Jesus possui um esgotamento sanitário adequado para uma maior proporção de domicílios e uma maior taxa de arborização urbana em comparação com Querência. No âmbito das micropolíticas, os programas de geração de emprego e renda em Querência têm resultado em uma taxa de ocupação mais elevada e um rendimento médio mensal superior ao observado em Bom Jesus de Goiás. O setor empresarial de Querência também demonstra mais dinamismo, com um número maior de unidades locais e empregos gerados. No aspecto do desenvolvimento endógeno, ambas as cidades possuem uma grande extensão de estabelecimentos agropecuários, com diversificação na produção agrícola e pecuária. No entanto, Querência destaca-se pela maior área de estabelecimentos agropecuários e pela maior diversidade de produção. Ambas as localidades investem significativamente na educação e formação dos produtores rurais, promovendo o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade local. Em conclusão, enquanto Bom Jesus de Goiás se destaca em algumas áreas de infraestrutura e saúde pública, Querência mostra mais dinamismo econômico e melhores indicadores de emprego e renda, refletindo a complexidade e as especificidades de cada município no contexto do desenvolvimento regional.

4.2 Resultados quantitativos

Na seção de resultados quantitativos, é apresentada a análise detalhada sobre Bom Jesus de Goiás e Querência. Inicialmente, apresenta-se uma comparação entre as duas localidades, seguida por avaliações individualizadas de cada uma. Em Querência, a análise aborda o desenvolvimento endógeno, incluindo os níveis de concordância, neutralidade e discordância em relação a esse desenvolvimento. Similarmente, em Bom Jesus, são avaliados os níveis de concordância, neutralidade e discordância. Também são confrontados os níveis de concordância e discordância entre as duas localidades. Adicionalmente, há uma avaliação dos contextos internos de desenvolvimento em Bom Jesus de Goiás e Querência, considerando variáveis como gênero, nível educacional, faixa etária, faixa de renda mensal, participação política e setor de ocupação de trabalho.

4.2.1 Comparação entre Bom Jesus e Querência

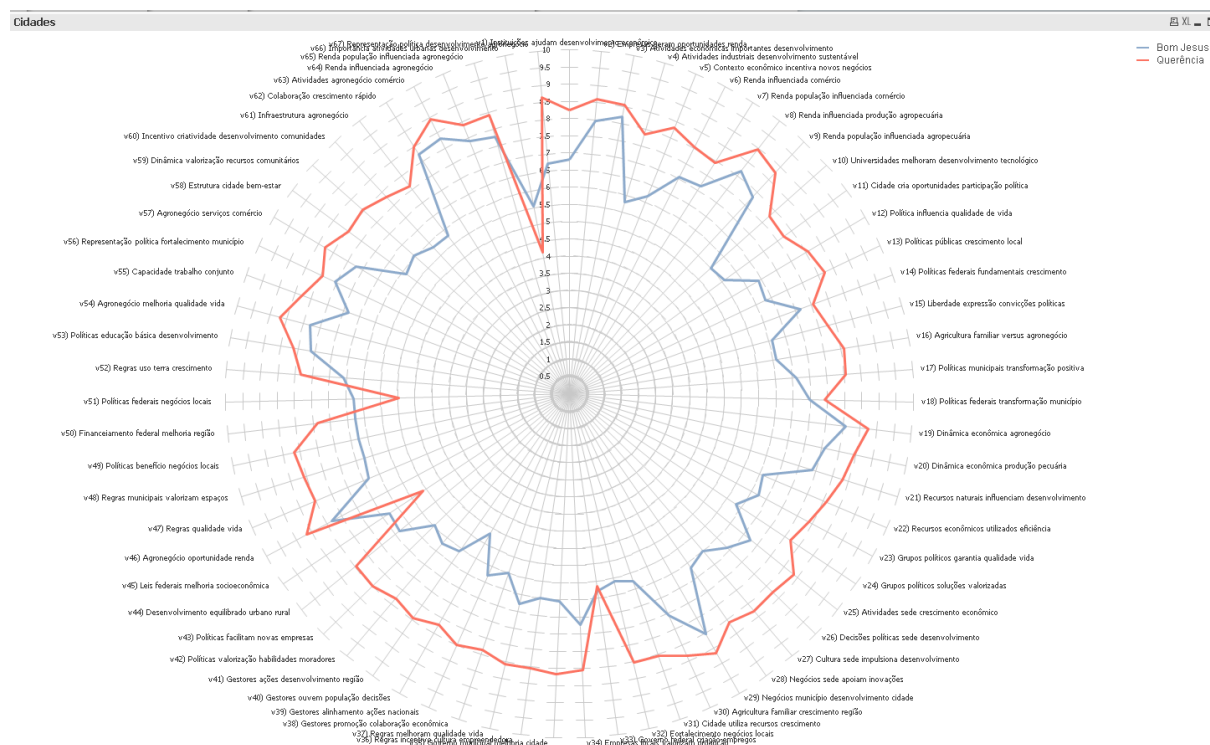
Analizando as condições sociopolíticas de Querência e Bom Jesus à luz dos indicadores de desenvolvimento endógeno a partir da perspectiva dos seus respectivos cidadãos, conforme detalhado na Figura 4, observa-se um retrato comparativo entre as duas municipalidades. Esse tipo de desenvolvimento, focado na geração de crescimento a partir de recursos e capacidades internos, é essencial para compreender o progresso autossustentado das comunidades.

Em Querência, as instituições financeiras, como bancos e cooperativas de crédito, são mais valorizadas por sua contribuição ao desenvolvimento econômico, com uma média de 8,3 em comparação com 6,8 em Bom Jesus (v1). Esse cenário se estende às empresas locais, cuja geração de oportunidades de renda é classificada com uma média de 8,6, enquanto Bom Jesus apresenta uma média de 8,0 (v2), ressaltando um engajamento empresarial mais dinâmico em Querência. Quanto às atividades industriais e sua relação com a sustentabilidade, há uma distinção clara, com Querência registrando uma média de 7,9 contra 5,8 em Bom Jesus (v4). Essa diferença de 2,1 pontos indica uma melhor harmonia entre indústria e meio ambiente em Querência.

No tocante à influência do comércio e da produção agropecuária na renda, Querência também leva vantagem. A influência do comércio em geral na renda do município e da população é percebida com médias de 8,0 e 7,9, respectivamente (v6, v7), frente a 7,1 para ambas as variáveis em Bom Jesus. Enquanto isso, a produção agropecuária recebe médias de 9,0 e 8,8 em Querência (v8, v9), em comparação com 8,2 e 7,8 em Bom Jesus, demonstrando

mais confiança na capacidade econômica desses setores em Querência. Importante também é a influência das universidades no desenvolvimento tecnológico, com Querência obtendo uma média de 7,8 contra uma média de 5,5 de Bom Jesus (v10), um diferencial expressivo de 2,3 pontos. Esse indicador reflete uma melhor integração entre a educação e as demandas locais em Querência, favorecendo a inovação e o conhecimento.

Figura 4 – Comparação entre Querência e Bom Jesus de Goiás



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

As práticas de governança e a participação política são mais bem avaliadas em Querência, com oportunidades de participação política recebendo uma média de 7,7 contra 5,6 de Bom Jesus (v11), e a influência da política na qualidade de vida e no crescimento local, com médias de 8,1 e 8,2 em Querência (v12, v13), superando as médias de 6,4 e 6,3 de Bom Jesus. Além disso, políticas públicas municipais e federais têm uma avaliação de impacto positivo mais alta em Querência, com médias de 8,0 e 7,5 (v17, v14), comparativamente às de 6,6 e 7,2 de Bom Jesus. O reconhecimento da riqueza cultural e o fomento à inovação são percebidos de forma distinta em Querência, com uma média de 8,3 para ambas as variáveis (v27, v28), superiores às médias de 6,0 e 6,2 de Bom Jesus. A governança local, incluindo a colaboração e resposta às necessidades da comunidade, também é mais positivamente avaliada em Querência, com médias de 7,9 a 8,0 (v38-v42), em contraste com médias de 4,7 a 5,8, em Bom Jesus.

Embora haja áreas em que Bom Jesus se destaque, como no equilíbrio entre desenvolvimento urbano e rural, com uma média de 5,6 frente a 4,2 de Querência (v66), indicando uma maior valorização do desenvolvimento rural em Bom Jesus, Querência é mais bem avaliada em quase todas as outras variáveis significativas para o desenvolvimento endógeno.

Os dados comparativos entre Querência e Bom Jesus revelam implicações políticas significativas para o desenvolvimento endógeno, condicionado pelas macropolíticas nacionais. Observa-se que as instituições financeiras em Querência têm uma média de avaliação de 8,3 em sua contribuição para o desenvolvimento econômico, superando a média de 6,8 de Bom Jesus (v1), sugerindo que as macropolíticas de crédito e fomento podem estar sendo mais efetivamente aplicadas ou absorvidas em Querência. Isso é ampliado pelo fato de as empresas de Querência serem vistas como mais influentes na geração de oportunidades de renda, com uma média de 8,6 contra 8,0 de Bom Jesus (v2), apontando para um ambiente empresarial mais fortalecido, talvez por políticas fiscais e de incentivo ao investimento locais mais assertivas. A sensibilidade às questões ambientais é mais notada em Querência, com uma média de 7,9 contra 5,8 de Bom Jesus (v4), refletindo possivelmente uma maior aderência às macropolíticas ambientais ou uma governança local que melhor integra tais políticas às exigências do desenvolvimento industrial sustentável. As universidades, vitais para a inovação e o alinhamento com as macropolíticas de educação e tecnologia, recebem em Querência uma média de 7,8 frente a 5,5 de Bom Jesus (v10), indicativo de uma infraestrutura educacional possivelmente mais alinhada com as políticas nacionais de desenvolvimento tecnológico e capacitação de recursos humanos.

No âmbito político, a participação cívica em Querência tem uma média de 7,7, em contraste com 5,6 em Bom Jesus (v11), e a influência positiva da política local na qualidade de vida é avaliada com 8,1 e 8,2 em Querência (v12, v13), superando as médias de 6,4 e 6,3 de Bom Jesus. Isso sinaliza que Querência pode estar mais sintonizada com as macropolíticas de desenvolvimento social e com uma gestão pública que efetivamente canalize tais políticas para melhorar a vida da população. Nota-se que políticas públicas municipais (v17) são consideradas mais transformadoras em Querência, com média de 8,0 em comparação com 6,6 de Bom Jesus, sugerindo que a articulação entre políticas locais e nacionais pode estar ocorrendo de maneira mais eficiente em Querência. Essas constatações são reforçadas pela percepção de que as regras municipais valorizam os espaços na cidade (v48), com uma média de 8,1 em Querência contra 6,2 em Bom Jesus, uma diferença de 1,9, o que pode refletir uma implementação mais eficaz das macropolíticas de planejamento urbano e rural em Querência.

As diferenças de médias entre as cidades, especialmente em aspectos críticos para o desenvolvimento endógeno, demonstram as distintas realidades locais e como as políticas nacionais podem ser mais ou menos eficazes dependendo das condições, capacidades e respostas das estruturas políticas e sociais locais. Esse panorama fornece um cenário sobre como as macropolíticas precisam ser adaptadas ou implementadas de forma diferenciada para alavancar o potencial de cada região, reconhecendo a diversidade e as necessidades específicas de cada município no processo de desenvolvimento nacional.

Os resultados contrastantes entre Querência e Bom Jesus revelam implicações profundas para as políticas urbanas que modulam os efeitos de macropolíticas nacionais, essenciais no desenvolvimento endógeno. Em Querência, as políticas urbanas parecem mais alinhadas com as macropolíticas, dada a percepção de uma contribuição mais expressivas das instituições financeiras ao desenvolvimento econômico, com uma média de 8,3 comparada a 6,8 de Bom Jesus (v1), indicando uma melhor interseção entre políticas de crédito e estratégias de desenvolvimento local. A avaliação da influência das empresas locais na geração de renda em Querência, com uma média de 8,6 contra 8,0 de Bom Jesus (v2), reflete possivelmente políticas urbanas mais efetivas em incentivar o empreendedorismo e a inovação, essenciais para a saúde econômica urbana. A gestão ambiental, com uma diferença significativa de 2,1 pontos entre Querência (7,9) e Bom Jesus (5,8) na variável (v4), sugere que políticas urbanas voltadas ao desenvolvimento sustentável podem estar mais integradas e ser mais efetivas em Querência, ressoando políticas ambientais nacionais em âmbito local.

O papel das universidades em Querência, com uma média de 7,8 frente a 5,5 em Bom Jesus (v10), indica uma política urbana que favorece o alinhamento entre educação superior e necessidades de mercado, refletindo um entrelaçamento mais coeso entre macropolíticas educacionais e desenvolvimento econômico regional. As políticas urbanas, em suas dimensões políticas, sociais e econômicas, revelam-se mais impactantes em Querência, cuja participação cívica é mais estimulada (v11), com uma média de 7,7, em comparação com 5,6 de Bom Jesus. As políticas locais parecem melhorar mais a qualidade de vida (v12, v13), com médias de 8,1 e 8,2 contra 6,4 e 6,3 de Bom Jesus, demonstrando relações mais fortes entre as políticas urbanas e os objetivos sociais das macropolíticas. Essa sinergia é reforçada pelo reconhecimento em Querência do papel transformador das políticas municipais (v17), com uma média de 8,0 comparada a 6,6 de Bom Jesus, e pela valorização dos espaços urbanos (v48), em que Querência novamente lidera, com uma média de 8,1 frente a 6,2 de Bom Jesus, uma diferença de 1,9 pontos.

Essas discrepâncias entre as médias das duas cidades, particularmente em variáveis críticas para a autossuficiência e o crescimento sustentável desvendam realidades urbanas distintas e ressaltam a complexidade de como políticas nacionais são filtradas, adaptadas e implementadas pelas políticas urbanas. Elas têm implicações políticas, sociais e econômicas substanciais para o desenvolvimento de Querência e Bom Jesus, enfatizando a necessidade de uma abordagem diferenciada e sensível ao contexto local na aplicação de macropolíticas. Esse panorama serve como um lembrete importante de que as estratégias de desenvolvimento devem ser flexíveis e responsivas às características únicas de cada ambiente urbano, para maximizar a eficácia das políticas públicas e fomentar um desenvolvimento endógeno.

Em conclusão, a análise comparativa entre Bom Jesus de Goiás e Querência, à luz das macropolíticas de desenvolvimento regional, revela disparidades significativas que destacam a importância da adaptação local de políticas nacionais. As macropolíticas, abrangendo iniciativas de crédito, fomento empresarial, sustentabilidade ambiental e integração educacional, mostram-se mais efetivas em Querência, fato evidenciado pelas médias superiores em diversos indicadores de desenvolvimento endógeno. Em Querência, as instituições financeiras (média de 8,3), as empresas locais (8,6) e a contribuição das universidades para o desenvolvimento tecnológico (7,8) destacam-se em comparação com Bom Jesus, que apresenta médias inferiores de 6,8, 8,0 e 5,5, respectivamente. A sensibilidade às questões ambientais também é mais acentuada em Querência (7,9 contra 5,8, em Bom Jesus), indicando melhor integração das políticas ambientais. A participação cívica e a governança local são mais eficientes em Querência, cuja média de participação política é de 7,7, contrastando com 5,6 em Bom Jesus, e as políticas públicas locais têm um impacto positivo mais percebido (8,0 contra 6,6). Além disso, a diferença na valorização dos espaços urbanos (8,1 em Querência contra 6,2 em Bom Jesus) sugere que a implementação das políticas de planejamento urbano é mais eficiente em Querência, refletindo uma sinergia mais forte entre políticas locais e nacionais. Essas variações reforçam a necessidade de políticas públicas adaptadas às especificidades locais para maximizar seu impacto. Portanto, o estudo das macropolíticas de desenvolvimento regional, pela comparação entre Querência e Bom Jesus, demonstra que a eficácia das políticas nacionais depende significativamente das condições locais e da capacidade dos governos municipais de implementar estratégias que atendam às necessidades específicas de suas comunidades.

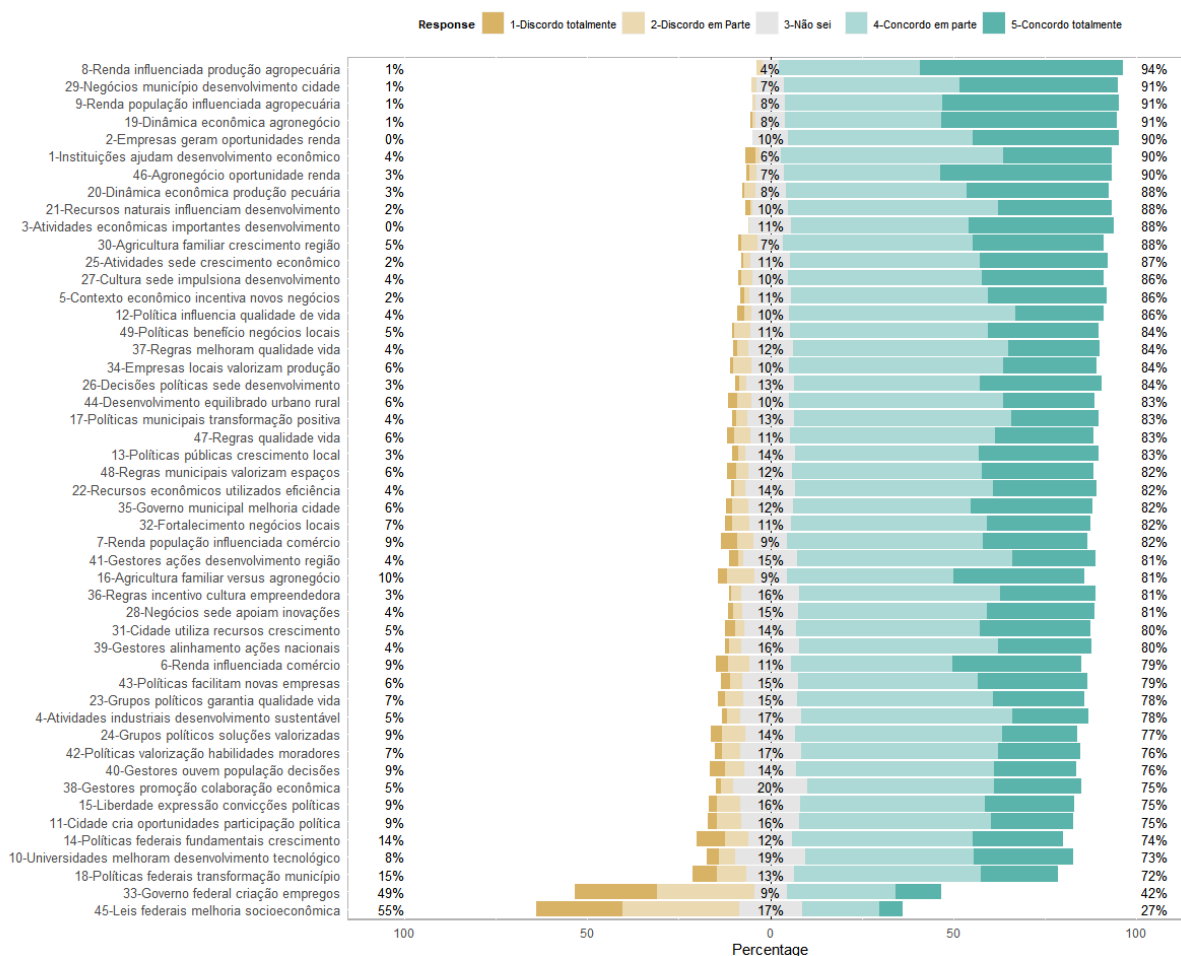
4.2.2 Avaliação individualizada de Bom Jesus e Querência

O presente tópico analisa detalhadamente o desenvolvimento endógeno nos municípios de Bom Jesus e Querência, explorando as percepções dos respondentes sobre diversos fatores que influenciam o crescimento econômico e social local. Utilizando-se de um levantamento de opiniões, a discussão abrange a influência de atividades como o agronegócio, a gestão dos recursos naturais e a eficácia das políticas públicas, delineando um panorama sobre como os habitantes percebem e interagem com as estruturas econômicas, políticas e sociais que os cercam. Além disso, explora-se como fatores endógenos, como as instituições financeiras locais e a gestão municipal e empresarial, contribuem para o desenvolvimento sustentável e orgânico desses municípios.

4.2.2.1 Desenvolvimento endógeno em Querência

Com base na análise da Figura 5, esta seção aborda os contornos e as nuances que caracterizam o desenvolvimento do município de Querência sob uma perspectiva interna. Apresenta-se uma análise das percepções e atitudes dos moradores de Querência, medidas por sua concordância, neutralidade e discordância em relação a uma variedade de declarações que abordam aspectos vitais do desenvolvimento local. Por meio dos dados coletados na pesquisa de opinião, examina-se a interação entre o capital social, as instituições financeiras, a gestão pública e o tecido empresarial da cidade, todos considerados agentes do desenvolvimento endógeno. A neutralidade notada em determinadas questões aponta para espaços de diálogo e deliberação ainda em aberto, enquanto a discordância em outros tópicos revela setores potencialmente problemáticos ou desafiadores para os cidadãos.

Figura 5 – Nível de concordância e discordância dos respondentes em Querência



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

A análise geral dos níveis de concordância, discordância e neutralidade, apresentados na Figura 5, revela uma percepção majoritariamente positiva dos moradores de Querência em relação aos fatores que impulsionam o desenvolvimento endógeno do município. A alta concordância indica que os habitantes reconhecem fortemente a influência positiva das políticas locais e nacionais em áreas como o agronegócio, a geração de renda e oportunidades de emprego, bem como a gestão eficiente dos recursos naturais. Essa percepção é consistente com o impacto das macropolíticas e micropolíticas implementadas para promover a sustentabilidade econômica e social. O apoio significativo ao papel das instituições financeiras e ao dinamismo do setor empresarial local destaca uma relação de apoio mútuo entre as estratégias de desenvolvimento econômico e a capacidade de inovação e adaptação do tecido empresarial.

No entanto, a presença de níveis moderados de neutralidade e discordância sugere haver áreas que ainda necessitam de atenção, especialmente no que diz respeito à integração das políticas públicas e ao fortalecimento da governança local. A neutralidade em algumas questões

aponta a necessidade de um diálogo contínuo e de uma maior conscientização sobre os benefícios das políticas implementadas, enquanto a discordância revela desafios persistentes que podem estar relacionados à eficácia e à execução das políticas. Esse cenário ressalta a importância de um enfoque equilibrado, que combine a implementação de políticas consistentes com a participação ativa da comunidade, assegurando que o desenvolvimento endógeno atenda às necessidades específicas da população e promova um desenvolvimento sustentável.

4.2.2.2 Níveis de concordância em relação ao desenvolvimento endógeno em Querência

A análise de concordância da Figura 5 evidencia que os moradores do município possuem uma visão positiva sobre a influência de diversos fatores no desenvolvimento econômico e social da cidade. Um destaque notável, com 95% de concordância, é que as atividades do agronegócio são essenciais para o desenvolvimento comercial da cidade. Esse setor parece contribuir significativamente para o comércio, com 90% dos respondentes também reconhecendo que o agronegócio oferece mais oportunidades de renda para todos. Instituições financeiras locais, como bancos e cooperativas de crédito, têm um papel fundamental, recebendo 90% de aprovação dos participantes, em consonância com as empresas locais, que geram importantes oportunidades de renda. O comércio em geral tem um impacto positivo tanto na renda municipal quanto na renda da população, com 79% e 82% de concordância, respectivamente. Além disso, a produção agropecuária é vista como um pilar para a economia, impactando positivamente a renda do município e da população, com 94% e 91% de concordância, respectivamente.

Outro aspecto positivo é a percepção da gestão dos recursos naturais locais, que influenciam favoravelmente o desenvolvimento tanto urbano quanto rural, com 88% de concordância. A eficiência no uso dos recursos econômicos para beneficiar a população é reconhecida por 82% dos participantes. No âmbito político, 78% consideram que os grupos políticos locais são fundamentais para garantir a qualidade de vida, e 77% concordam que as soluções políticas aplicadas são valorizadas pela população. Quando se trata de políticas públicas, 83% veem as políticas públicas municipais como benéficas para a transformação positiva da cidade, enquanto 74% reconhecem a importância das políticas federais. A participação política e a liberdade de expressão também são valorizadas, com 75% dos respondentes se sentindo livre para expressar suas convicções políticas. Por fim, a agricultura familiar de pequena escala é considerada um contribuinte mais significativo do que o grande

agronegócio para o desenvolvimento municipal, com 81% de concordância, reforçando o valor da sustentabilidade e do envolvimento da comunidade local no crescimento econômico.

A partir dos altos níveis de concordância expressos pelos respondentes da pesquisa, infere-se que o desenvolvimento endógeno do município está firmemente enraizado em práticas e percepções locais. A maioria dos participantes concorda que as instituições financeiras locais, como bancos e cooperativas de crédito, contribuem significativamente para o desenvolvimento econômico, sugerindo um sistema de suporte financeiro sólido, que potencializa negócios locais e empreendimentos. A igual concordância sobre a geração de oportunidades de renda pelas empresas da cidade indica um tecido empresarial robusto, essencial para um desenvolvimento sustentável e orgânico. A alta valorização da produção agropecuária aponta para a agricultura como um pilar central da economia local. Esse cenário é complementado pela afirmação de que as atividades econômicas são vitais para o desenvolvimento da região e a cooperação mútua entre os diversos setores econômicos. Além disso, a concordância sobre a influência positiva das políticas públicas municipais e a participação política no crescimento local realça uma governança participativa e políticas alinhadas com as necessidades comunitárias, o que é importante para a iniciativa e o engajamento cívico no crescimento endógeno. A agricultura familiar de pequena escala, preferida por uma maioria dos inquiridos em comparação ao grande agronegócio, ressalta o valor dado à sustentabilidade e à manutenção da diversidade econômica. Por fim, a confiança dos respondentes nas atividades do agronegócio para o desenvolvimento comercial da cidade confirma a integração entre o setor primário e o comércio local, essencial para o desenvolvimento endógeno, que busca o crescimento econômico associado com o bem-estar social e a qualidade de vida, conforme sugerido pela concordância sobre o uso eficiente dos recursos econômicos para beneficiar a população. Esses dados indicam, coletivamente, um ambiente em que o desenvolvimento é impulsionado internamente, com a valorização de recursos, capacidades e instituições locais, configurando um terreno fértil para um desenvolvimento endógeno tendente à sustentabilidade.

4.2.2.3 Níveis de neutralidade em relação ao desenvolvimento endógeno em Querência

Analisando a coluna de neutralidade da Figura 5, percebe-se que uma fração dos respondentes se mantém imparcial em relação a várias questões sobre o desenvolvimento socioeconômico do município. A neutralidade pode indicar indecisão, falta de informação suficiente para formar uma opinião ou a percepção de que as questões têm um impacto

equilibrado, tanto positivo quanto negativo. Uma parte significativa dos respondentes, por exemplo, manteve-se neutra quanto ao desenvolvimento das atividades industriais sem prejudicar o meio ambiente. Essa proporção expressiva pode sugerir haver uma consciência sobre os impactos ambientais das indústrias, mas também um reconhecimento das práticas sustentáveis implementadas. Muitos não se posicionaram sobre se as universidades da cidade melhoraram o desenvolvimento tecnológico da região, o que pode refletir uma divisão na percepção dos impactos da educação superior na inovação local. A política local também registra uma taxa de neutralidade significativa, com uma parcela dos participantes sem uma opinião definida sobre a liberdade de expressão política.

Em relação à agricultura familiar de pequena escala, 9% dos respondentes mantiveram-se neutros sobre sua contribuição em comparação com o grande agronegócio, talvez refletindo a visão de que ambos têm papéis importantes no município. A neutralidade em torno das políticas criadas pelo governo federal, que está em 13%, indica que parte da população pode estar aguardando resultados mais concretos ou não ver uma conexão direta com a transformação local. A posição neutra de 15% sobre se os grupos políticos locais aplicam soluções valorizadas pela população sugere um reconhecimento das tentativas de solução, mas talvez uma dúvida sobre sua eficácia. Quanto às decisões políticas da cidade-sede para promover o desenvolvimento, 13% dos respondentes optaram pela neutralidade, possivelmente indicando cautela em julgar a eficácia das ações políticas.

A aplicação das regras governamentais locais, com 12% de neutralidade, e as ações dos gestores municipais, com até 20% de neutralidade em algumas questões, refletem a incerteza ou a ponderação dos moradores sobre a gestão pública. É interessante notar que 15% dos respondentes estão neutros em relação ao impacto das políticas de financiamento do governo federal, o que pode ser interpretado como uma espera por impactos mais tangíveis ou a presença de opiniões divergentes. Por último, há uma notável neutralidade de 55% em relação à percepção de que as leis federais melhoram o desenvolvimento socioeconômico da região, uma taxa bastante alta, que pode indicar incerteza ou descontentamento com as políticas federais. Essa neutralidade generalizada em diversas questões chama a atenção para a complexidade dos problemas enfrentados pelo município e a diversidade de perspectivas entre seus moradores.

Os níveis de neutralidade entre os respondentes revelam uma atmosfera de hesitação ou avaliação cautelosa sobre diversos aspectos do desenvolvimento endógeno local. A neutralidade sobre a harmonia entre atividades industriais e preservação ambiental aponta uma possível incerteza sobre a sustentabilidade das práticas industriais, sugerindo a necessidade de um diálogo mais aprofundado sobre os métodos de produção e suas consequências ecológicas.

A neutralidade quanto à contribuição das universidades para o desenvolvimento tecnológico da região insinuando uma desconexão entre as instituições de ensino superior e as necessidades ou percepções da comunidade local, destacando a importância de uma parceria mais estreita entre esses setores. Isso é reforçado pela neutralidade em relação ao papel das políticas federais na transformação do município, indicando que a população pode não estar plenamente consciente dos efeitos dessas políticas ou que elas podem não ser totalmente adequadas às especificidades locais. A neutralidade sobre a aplicação de soluções políticas valorizadas pela população local denota espaço para mais transparência e comunicação no processo decisório, o que poderia fortalecer a governança local e o sentimento de pertencimento e participação cidadã. A cautelosa neutralidade em relação ao impacto das leis federais no desenvolvimento socioeconômico da região é particularmente notável e pode indicar uma percepção de desalinhamento entre as políticas federais e as necessidades locais, reforçando a importância de estratégias de desenvolvimento mais orientadas para as condições e potenciais endógenos. Esses padrões de neutralidade evidenciam a necessidade de engajamento e diálogo mais profundos entre cidadãos, empresas, instituições educacionais e governos para esclarecer, ajustar e alinhar as políticas e práticas ao desenvolvimento endógeno, garantindo que elas sejam ressonantes com as aspirações e realidades locais.

4.2.2.4 Níveis de discordância em relação ao desenvolvimento endógeno em Querência

A análise da discordância da Figura 5 revela os aspectos com os quais uma parcela dos moradores do município não concorda em relação ao impacto de certos fatores no desenvolvimento econômico e social. Esses números podem ser indicativos de áreas problemáticas ou de percepções divergentes sobre políticas e iniciativas locais. Começando com as instituições financeiras, apenas uma minoria de 4% discorda que bancos e cooperativas de crédito auxiliam no desenvolvimento econômico do município. Esse baixo índice de discordância é paralelo à percepção sobre as empresas locais, pois ninguém discordou de sua importância na geração de renda. As atividades industriais mostram uma discordância um pouco maior, com 5% dos respondentes não acreditando que elas se desenvolvem sem prejudicar o meio ambiente, o que pode refletir preocupações ambientais específicas da região.

Um dos itens com maior discordância, 49%, está relacionado à atuação do governo federal na criação de empregos no município, indicando claro descontentamento ou descrença na eficácia das políticas federais nesse aspecto. Surpreendentemente, 62% discordam que as políticas federais estão melhorando os negócios locais da região, o que é uma forte crítica às

ações do governo central. No espectro político, a discordância sobre se as pessoas se sentem livres para expressar suas convicções políticas está em 9%, o que pode indicar problemas de liberdade de expressão ou descontentamento com o clima político local.

A produção agropecuária parece ser bem vista, com uma discordância de apenas 1% sobre sua influência positiva na renda do município. Esse contraste marcante com a visão sobre o governo federal sugere que os moradores consideram o impacto local da agricultura favorável. A agricultura familiar de pequena escala apresenta uma discordância de 10% quanto à sua contribuição em comparação com o grande agronegócio, indicando um debate sobre a importância relativa desses dois setores para a economia local. A alta taxa de discordância de 75% em relação à importância das atividades produtivas urbanas em comparação com as rurais mostra uma forte percepção de que as atividades rurais são essenciais para o desenvolvimento socioeconômico, em contraste com a valorização das atividades urbanas.

As questões relacionadas à gestão municipal, como a ouvidoria da população por parte dos gestores (9%) e a colaboração promovida pelos prefeitos e vereadores (5%), apresentam discordâncias menores, o que pode indicar uma aceitação moderada das práticas de gestão local. Finalmente, enquanto as políticas de financiamento do governo federal receberam 15% de discordância, o agronegócio recebeu uma taxa baixa de discordância de 3% quanto à geração de oportunidades de renda. Isso pode refletir uma confiança maior nas capacidades econômicas locais do que nas intervenções do governo federal. Esses indicadores de discordância destacam áreas nas quais políticas e práticas podem não estar alinhadas com as expectativas dos moradores, servindo como um sinal para possíveis reavaliações e melhorias.

Os níveis de discordância entre os respondentes da pesquisa indicam áreas em que o desenvolvimento endógeno local pode estar enfrentando desafios ou falta de consenso, oferecendo oportunidades para revisões estratégicas e diálogo comunitário. A significativa discordância sobre a eficácia das políticas do governo federal na criação de empregos no município aponta para um descontentamento que poderia ser um catalisador para a busca de soluções de emprego mais enraizadas localmente e menos dependentes de ações de âmbito federal. A ainda maior discordância sobre a melhoria dos negócios locais pela política federal sugere uma crítica profunda às estratégias federais, sinalizando que as políticas de desenvolvimento devem ser mais alinhadas com as necessidades e potencialidades locais. Essa percepção contrasta com a visão positiva do impacto local da produção agropecuária, cuja discordância é mínima, enfatizando a percepção comunitária da agropecuária como um motor de desenvolvimento econômico local. As taxas de discordância variáveis em questões ambientais e de liberdade de expressão política destacam a necessidade de fortalecer as políticas

ambientais e de governança para que elas sejam mais representativas. Notavelmente, a discordância sobre a predominância das atividades urbanas sobre as rurais na geração de desenvolvimento socioeconômico reflete uma forte defesa do setor rural, um pilar tradicional. As taxas de discordância mais baixas, relacionadas à gestão municipal, sugerem uma aceitação geral da governança local, mas ainda assim ressaltam a importância de fortalecer a comunicação e a transparência para atender melhor às expectativas dos cidadãos. Em suma, as áreas de discordância destacadas pelos respondentes indicam a necessidade de políticas mais adaptadas e responsivas, que privilegiem as características, os valores e os recursos endógenos e impulsionem um desenvolvimento não apenas econômico, mas também social e ambientalmente sustentável.

Em conclusão, a análise das dinâmicas que interferem no crescimento endógeno de Querência, com base nos níveis de concordância, neutralidade e discordância expressos pelos cidadãos, revela um retrato detalhado dos pontos de sustentação e desafios locais. Os moradores endossam fortemente as instituições financeiras e as empresas locais como pilares do desenvolvimento econômico, valorizando significativamente a agricultura em grande escala e familiar como vetor de crescimento e estabilidade de renda. A ponderada neutralidade observada em questões ambientais, de inovação tecnológica e da eficácia das políticas federais sinaliza áreas nas quais a clareza e o consenso ainda são aspirações, indicando a necessidade de uma reflexão mais profunda e de estratégias mais estreitamente alinhadas às peculiaridades de Querência. As vozes discordantes, especialmente quanto à influência das políticas federais sobre a economia local, atestam a existência de fricções e desalinhamentos que convocam a mobilização de um desenvolvimento mais autóctone. Esse conjunto de dados mostra como esses elementos convergem para influenciar o curso do desenvolvimento endógeno em Querência, entrelaçando a perspectiva dos cidadãos com as estruturas econômicas, políticas e sociais que, juntas, tecem o tecido do desenvolvimento local.

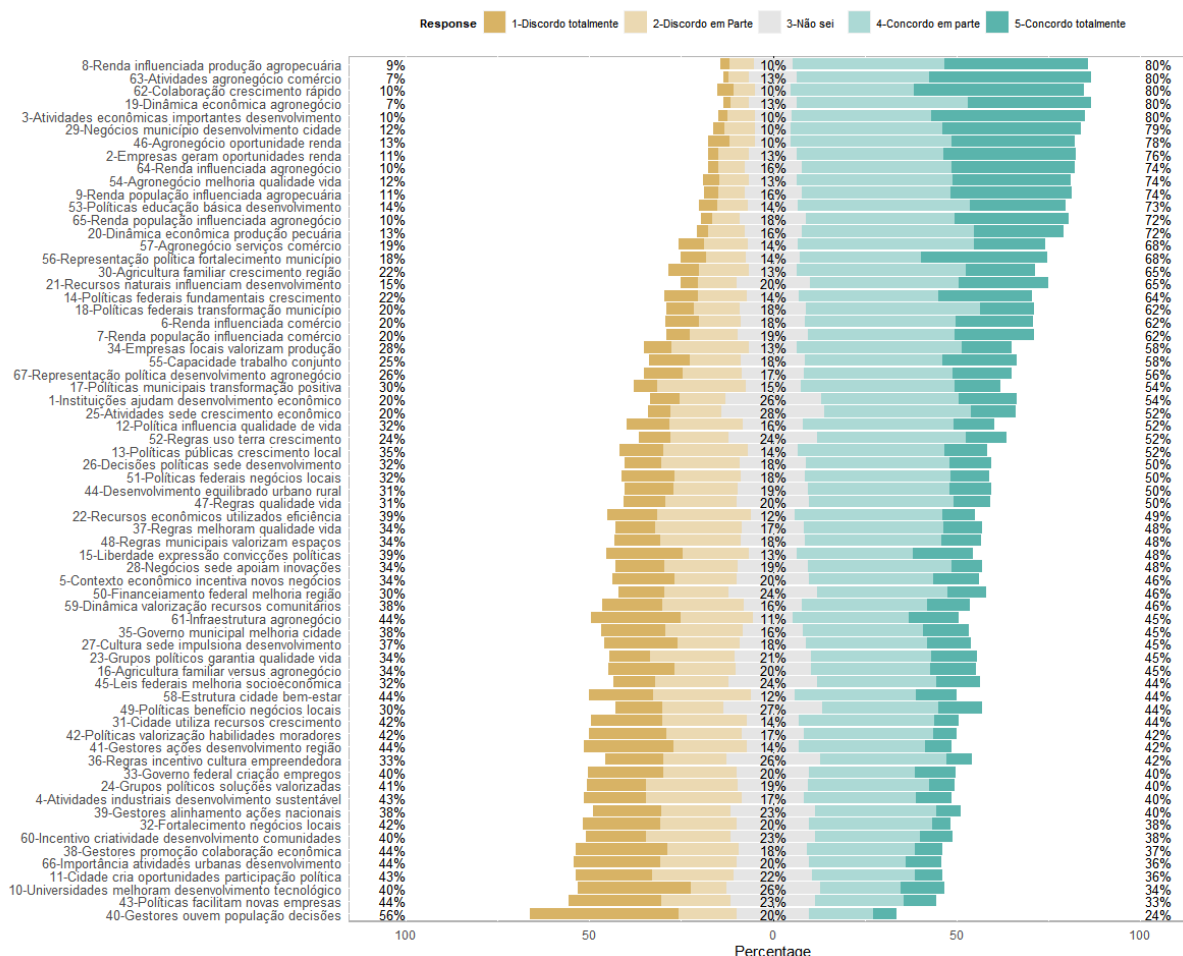
4.2.3 Desenvolvimento endógeno em Bom Jesus

Analisa-se, aqui, a esfera do desenvolvimento endógeno em Bom Jesus. Esse exame prévio, também ancorado em um levantamento de percepções da população, desbrava o terreno subjacente às estruturas que sustentam o desenvolvimento local e como elas são vistas pela população. Sem avançar sobre os resultados subsequentes, esta seção aspira a delinear as coordenadas dentro das quais o desenvolvimento endógeno é percebido e vivenciado pelos moradores de Bom Jesus. Serão esmiuçados os contornos da contribuição setorial da

agricultura, a eficácia da gestão municipal, a sinergia entre o desenvolvimento urbano e rural e o eco das políticas públicas nas esferas de influência local.

A análise geral da Figura 6 revela uma visão abrangente das percepções dos moradores sobre diversos aspectos do desenvolvimento socioeconômico local, destacando os níveis de concordância, discordância e neutralidade em relação a fatores associados às macropolíticas, às micropolíticas e ao desenvolvimento endógeno. A alta concordância indica um forte apoio às atividades do agronegócio, tanto em termos de influência na renda quanto no desenvolvimento comercial, sugerindo que os moradores reconhecem a importância desse setor para a economia local. Esse apoio se estende às instituições financeiras e empresas locais, vistas como fundamentais para a geração de renda e o desenvolvimento econômico. Em contrapartida, a discordância significativa em relação à eficácia das políticas federais na criação de empregos e na melhoria dos negócios locais aponta para uma percepção crítica sobre a capacidade dessas políticas em atender às necessidades específicas da comunidade. A neutralidade observada em questões relacionadas à inovação tecnológica e às práticas de governança denota uma área de incerteza ou falta de informações suficientes entre os moradores, externando a necessidade de mais transparência e comunicação por parte dos gestores. As percepções sobre a liberdade de expressão política e a representação política também variam, refletindo um ambiente político complexo no qual as práticas de governança local precisam ser mais inclusivas e representativas. Em síntese, os dados evidenciam que, embora haja uma valorização clara de setores específicos – como o agronegócio e as finanças locais –, há também uma necessidade premente de alinhar as políticas federais e locais com as expectativas e realidades da população, promovendo um desenvolvimento endógeno sustentável, participativo e adaptado às particularidades regionais.

Figura 6 – Nível de concordância e discordância dos respondentes em Bom Jesus



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

4.2.3.1 Níveis de concordância em relação ao desenvolvimento endógeno em Bom Jesus

Na análise da Figura 6 sobre a percepção dos respondentes em relação ao desenvolvimento socioeconômico de um município e à influência de diversos fatores, identificam-se padrões críticos ao progresso da cidade. A influência positiva da produção agropecuária na renda municipal é significativa, com uma concordância de 81%. Essa percepção é reforçada pela alta concordância, também de 80%, da importância das atividades econômicas locais para o desenvolvimento da região. De modo similar, 80% dos respondentes veem a dinâmica econômica do município e as atividades do agronegócio como vitais para o comércio local, evidenciando a crença de que o agronegócio fomenta oportunidades de renda e contribui para a qualidade de vida (75% de concordância). A colaboração entre pessoas e negócios é percebida como um motor para o crescimento acelerado da cidade, com 80% concordando que essa cooperação gera resultados positivos. Curiosamente, essa colaboração

parece estar em sintonia com a importância dada às políticas gerais sobre educação básica, que 73% dos respondentes acreditam ajudar a desenvolver a região.

Algumas áreas recebem uma avaliação mais crítica, como a colaboração entre grupos econômicos e a promoção de inovação e criatividade, pois menos de 40% dos respondentes sentem haver um progresso significativo. A representatividade política e a capacidade de gestão local são pontos mais controversos, com apenas 24% acreditando que os gestores municipais ouvem a população para tomar decisões conjuntas. A participação política local é valorizada, com 68% concordando que deputados estaduais e federais são peças-chave no desenvolvimento municipal, no entanto, a confiança nas políticas públicas federais (64%) e a eficiência dos recursos econômicos locais (49%) revelam certa cautela quanto ao impacto e à aplicação de medidas governamentais. A pesquisa reflete um equilíbrio delicado entre desenvolvimento e qualidade de vida, já que 50% estão de acordo que as regras da cidade beneficiam a qualidade de vida, mas também indicam preocupações com a infraestrutura, a cultura empreendedora e a aplicação de políticas municipais, com concordâncias variando entre 44% e 50%.

A partir dos níveis de concordância dos respondentes, é possível inferir que existe um reconhecimento forte do papel central da agricultura e do agronegócio no desenvolvimento endógeno do município, evidenciado pela alta concordância quanto à influência positiva desses setores na economia local. Esse consenso sugere que as políticas de desenvolvimento devem continuar a apoiar e expandir essas atividades, possivelmente incentivando práticas sustentáveis e inovação tecnológica no setor. Além disso, a forte concordância relativa à importância do trabalho conjunto e da colaboração entre pessoas e negócios destaca a necessidade de fortalecer as redes comunitárias e a cooperação intersetorial para acelerar o crescimento econômico. A valorização da educação mostra a importância de investir em capital humano como um motor de desenvolvimento de longo prazo. Os dados também mostram uma concordância moderada sobre a eficácia das políticas públicas e a representação política, indicando uma oportunidade de aprofundar o engajamento cívico e melhorar a governança local, de modo a maximizar o impacto positivo desses fatores no desenvolvimento. A percepção dividida sobre a capacidade do município de gerenciar o equilíbrio entre desenvolvimento urbano e rural sugere a necessidade de estratégias mais integradas e inclusivas. As concordâncias em aspectos como infraestrutura, cultura empreendedora e utilização de recursos econômicos também demonstram áreas com potencial de crescimento, mas que ainda exigem atenção e melhorias. Em suma, esses níveis de concordância mapeiam um caminho para o desenvolvimento endógeno que valoriza o agronegócio e a educação, promove a cooperação comunitária e empresarial e requer uma governança mais responsiva e uma infraestrutura mais consistente

para criar um ambiente propício ao crescimento econômico sustentável e equitativo. A pesquisa aponta para um sentimento de otimismo moderado, com reconhecimento da importância do agronegócio e colaboração comunitária, mas também com reservas quanto à gestão de recursos e à implementação de políticas públicas para um desenvolvimento equitativo e sustentável do município.

4.2.3.2 Níveis de neutralidade em relação ao desenvolvimento endógeno em Bom Jesus

Na análise dos dados da Figura 6, centrada na neutralidade em que se manifestaram os respondentes de Bom Jesus, pode-se entender que um número considerável de respondentes optou por uma posição mais cautelosa ou indecisa em relação às afirmações propostas sobre o desenvolvimento socioeconômico do município. Notavelmente, 26% dos participantes permaneceram neutros quando questionados sobre o papel das instituições financeiras, como bancos e cooperativas de crédito, no desenvolvimento econômico da cidade, sugerindo, talvez, uma incerteza sobre o impacto direto dessas entidades. A neutralidade de 24% em relação à aplicação de políticas de financiamento do governo federal indica uma divisão de opiniões sobre a eficácia dessas políticas no desenvolvimento regional. Outro ponto que chama a atenção é a expressiva taxa de neutralidade (20% ou mais) em questões relativas à eficiência dos recursos econômicos da cidade, à liberdade de expressão política e à valorização dos espaços urbanos para o desenvolvimento regional, mostrando uma parcela significativa de respondentes hesitantes em formar uma opinião concreta. Aproximadamente 24% dos respondentes demonstraram neutralidade sobre as regras e políticas de uso da terra, refletindo uma possível ambiguidade ou falta de informação sobre como essas políticas afetam o desenvolvimento regional.

De maneira semelhante, um quarto dos inquiridos também permaneceu neutro a respeito das leis federais e seu papel no desenvolvimento socioeconômico da região. Interessante notar a neutralidade de 28% dos participantes sobre o impacto das atividades da cidade-sede do município no crescimento econômico da região, expressando uma percepção mista sobre como o centro urbano principal influencia a área maior. Além disso, 23% dos respondentes não se posicionaram sobre a facilidade de instalação de novas empresas e indústrias, o que pode refletir uma complexidade na percepção do ambiente de negócios local. A neutralidade na faixa de 20% é evidente também em assuntos como a atuação do governo federal na criação de empregos e o alinhamento das ações locais com regras nacionais para o desenvolvimento socioeconômico, reiterando a presença de uma posição moderada entre os entrevistados.

A partir dos níveis de neutralidade dos respondentes, percebe-se uma notável hesitação ou ambivalência em relação a várias questões, que podem ter implicações práticas significativas para o desenvolvimento endógeno local. A neutralidade indica uma população que pode estar indecisa pela falta de informações claras ou pela complexidade dos temas apresentados, tal como evidenciado pela expressiva taxa de neutralidade em relação ao impacto das instituições financeiras no desenvolvimento econômico do município. Isso sugere haver espaço para melhor comunicação e educação sobre como tais instituições contribuem para o crescimento local. Da mesma forma, a neutralidade sobre as políticas de uso da terra reflete uma área na qual esclarecimentos adicionais e envolvimento público podem ser necessários para formar uma opinião mais fundamentada, essencial para um planejamento estratégico que respeite tanto a sustentabilidade quanto o desenvolvimento. Uma parcela considerável de neutralidade, em temas críticos como o impacto das atividades da cidade-sede no crescimento econômico, a eficácia das políticas públicas e o equilíbrio entre desenvolvimento urbano e rural, destaca áreas de potencial indecisão política e a necessidade de uma análise mais aprofundada para alinhar as políticas de desenvolvimento às perspectivas e necessidades da população. Esses indicadores de neutralidade podem ser interpretados como um chamado para uma liderança mais proativa na coleta de *feedback* da comunidade, para assegurar que as políticas e os projetos de desenvolvimento sejam informados por um entendimento completo das atitudes e necessidades locais. Em resumo, a neutralidade expressa pelos respondentes serve como termômetro para medir onde o município pode precisar investir em diálogo comunitário, transparência administrativa e iniciativas educacionais, para nutrir um desenvolvimento endógeno bem-informado e alinhado com o bem-estar coletivo.

4.2.3.3 Níveis de discordância em relação ao desenvolvimento endógeno em Bom Jesus

A narrativa derivada dos níveis de discordância nos dados da Figura 6 apresenta um retrato crítico de como os cidadãos de Bom Jesus percebem as várias dinâmicas que estruturam o desenvolvimento de seu município. Um contingente de 57% discorda da percepção de que os gestores da cidade ouvem a população para tomar decisões conjuntas, indicando um sentimento de desassociação das políticas municipais com as preferências da comunidade. Com uma discordância de 45%, existe um ceticismo significativo em relação à realização de ações locais pelos gestores (prefeito e vereadores) que contribuam para o desenvolvimento regional, sinalizando um questionamento sobre a eficácia e a direção da administração municipal. Um desacordo notável de 44% surge em relação ao uso eficiente dos recursos econômicos da cidade

e se a estrutura da cidade foca no necessário para o bem-estar das pessoas, mostrando preocupações com a gestão de recursos e priorização de bem-estar na política local. A discordância de 43% em relação às atividades industriais desenvolvidas sem prejudicar o meio ambiente expressa uma preocupação ambiental e um desafio para o município em equilibrar crescimento econômico e sustentabilidade.

A ideia de que as atividades produtivas e comerciais urbanas são mais importantes do que as rurais para o desenvolvimento socioeconômico é contestada por 45% dos respondentes, evidenciando uma tensão entre o valor percebido das áreas urbanas e rurais e a importância de integrar ambas na estratégia de crescimento. Há também um nível notável de discordância, de 39% a 44%, em relação a se a cidade utiliza bem seus recursos e se as políticas públicas e federais estão melhorando os negócios locais, o que reflete uma incerteza ou insatisfação com o impacto das iniciativas governamentais no estímulo à economia local. Por fim, a desaprovação, que varia de 30% a 35%, sobre as políticas de financiamento do governo, o valor das políticas e as regras da cidade em facilitar novos negócios, além da atuação do governo federal em criar empregos, mostra uma dissidência expressiva que questiona a eficácia das políticas atuais em gerar prosperidade econômica tangível.

A análise da realidade do município de Bom Jesus revelou-se complexa, refletindo as perspectivas dos cidadãos nos eixos de concordância, neutralidade e discordância. A alta concordância entre as práticas agropecuárias e a renda municipal denota um reconhecimento comum do agronegócio como pilar do crescimento econômico, sugerindo que políticas de suporte a esse setor podem encontrar solo fértil. A neutralidade, marcante em temas de desenvolvimento institucional e aplicação de políticas, sinaliza uma oportunidade para as lideranças políticas engajarem a população em diálogos esclarecedores, que possam orientar a tomada de decisão e fortalecer a governança local. A discordância evidente, especialmente no que tange à percepção de participação democrática e à efetividade da gestão dos recursos públicos, serve como um alerta para a necessidade de revisão nas estratégias de comunicação e ação governamental. As implicações políticas desses achados sugerem um caminho duplo: de um lado, a valorização e o fortalecimento das áreas de consenso; de outro, uma atenção redobrada às zonas de dissenso e incerteza, exigindo um esforço político concentrado em mais transparência, diálogo e inclusão nas decisões que moldam o futuro de Bom Jesus. Assim, configura-se um roteiro pragmático para o amadurecimento do desenvolvimento endógeno desse município.

4.2.4 Confrontação dos níveis de concordância e discordância entre Bom Jesus e Querência

A análise comparativa das perspectivas dos residentes de Querência e Bom Jesus revela uma complexidade nas visões sobre o desenvolvimento endógeno, destacando uma diversidade de opiniões que refletem as particularidades de cada município. Enquanto os moradores de Querência expressam otimismo em relação ao papel do agronegócio, das instituições financeiras locais e da gestão de recursos naturais no avanço do desenvolvimento econômico e social, em Bom Jesus há uma visão mais ponderada. Neste último, embora haja apreço pela agricultura e pela cooperação comunitária, surgem ressalvas quanto à eficácia das políticas públicas e à administração dos recursos econômicos. As posições neutras observadas nos dois municípios apontam para áreas de incerteza ou necessidade de mais informações, especialmente sobre o impacto das políticas federais e o equilíbrio entre desenvolvimento urbano e rural. Isso sugere a importância de um diálogo mais aprofundado e da participação cidadã na formulação de políticas públicas. As discordâncias, sobretudo evidentes em Bom Jesus, sobre a percepção de participação democrática e gestão de recursos, contrastam com as preocupações, em Querência, sobre a eficácia das intervenções federais. Esse confronto de opiniões demonstra, principalmente, a necessidade de abordagens de desenvolvimento adaptadas às realidades locais, enfatizando a importância da governança, da sustentabilidade e da inovação para um desenvolvimento mais alinhado com as expectativas dos cidadãos.

Outro ponto relevante a ser mencionado é que as percepções dos moradores de Querência e Bom Jesus sobre o desenvolvimento endógeno de suas respectivas cidades revelam implicações políticas que transcendem o âmbito local e dialogam com questões de ordem macropolítica. A confiança de Querência no agronegócio e nas instituições financeiras locais sugere um apelo por políticas que promovam o empreendedorismo, a inovação tecnológica e a sustentabilidade econômica. Em contrapartida, Bom Jesus ressalta a necessidade de um modelo de governança que compreenda a transparência, bem como o engajamento cívico e a participação da população para assegurar o crescimento econômico, a equidade social e a justiça ambiental.

Em linhas gerais, as áreas vinculadas à neutralidade enfatizam a relevância do fortalecimento dos canais de comunicação entre os governos e a sociedade civil, assim como a necessidade de políticas educacionais que capacitem os cidadãos a participarem ativamente no debate e na formulação de políticas públicas. Além disso, as discordâncias evidenciam a necessidade de mais responsividade das políticas públicas às realidades locais e uma demanda por mecanismos mais efetivos de *accountability* e participação social. Essa conjuntura traz à

tona a complexa relação entre desenvolvimento endógeno e políticas macroeconômicas e sociais, destacando a adaptabilidade das dinâmicas locais em ambos os municípios.

4.2.5 Avaliação dos contextos internos de desenvolvimento de Bom Jesus

O tópico em questão refere-se à análise detalhada das condições internas que influenciam o desenvolvimento da comunidade de Bom Jesus. Essa avaliação abrange uma variedade de aspectos, como infraestrutura local, disponibilidade de serviços públicos, qualidade da educação e saúde, dinâmicas socioeconômicas, entre outros. O objetivo é compreender como esses fatores internos impactam o crescimento e o progresso da comunidade, identificando pontos fortes e áreas de melhoria. A análise dos contextos internos é essencial para orientar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento que visam promover o bem-estar e a qualidade de vida dos habitantes de Bom Jesus.

4.2.5.1 Avaliação de homens e mulheres sobre o desenvolvimento de Bom Jesus

A seguir, é possível observar a Tabela 3, que represente o desenvolvimento de Bom Jesus sob a perspectiva dos participantes, homens e mulheres.

Tabela 3 – Diferenças entre homens e mulheres sobre o desenvolvimento de Bom Jesus

Variável	Estatística U	p	Efeito (η)
V ₂ As empresas da minha cidade geram oportunidades de renda importantes para o município.	4059	0,017	0,184
V ₄ As atividades industriais da minha cidade se desenvolvem sem prejudicar o meio ambiente.	4121	0,031	0,172
V ₅ O contexto econômico da minha cidade incentiva a abertura de novos negócios.	3975	0,012	0,201
V ₆ A renda do meu município é influenciada positivamente pelo comércio em geral.	4208	0,049	0,154
V ₁₁ A minha cidade cria novas oportunidades para a participação política das pessoas.	4114	0,03	0,173
V ₁₅ Na minha cidade, as pessoas se sentem livres para expressar as suas convicções políticas.	3490	<,001	0,299
V ₂₀ A dinâmica econômica da população do meu município é influenciada positivamente pela produção pecuária.	4098	0,022	0,176
V ₂₅ As atividades da cidade-sede do meu município aumentam o crescimento econômico da região.	4102	0,025	0,176
V ₃₂ Minha cidade fortalece negócios locais para reduzir a dependência de outras regiões.	3642	<,001	0,268
V ₃₄ A atuação das empresas locais valoriza nossa produção para manter o dinheiro na região.	3872	0,004	0,222
V ₃₆ As regras governamentais da minha cidade incentivam uma cultura empreendedora para criar novos negócios	4196	0,048	0,157

V ₄₀ Os gestores da minha cidade (prefeitos e vereadores) costumam ouvir a população para tomar decisões conjuntas importantes para melhorar a gestão do município	4019	0,014	0,192
V ₄₃ As políticas (leis e regras) da minha cidade facilitam a instalação de novas empresas e indústrias	3898	0,007	0,217
V ₄₄ O meu município facilita o desenvolvimento equilibrado entre as suas áreas urbanas e rurais	3904	0,006	0,215
V ₄₉ As regras municipais valorizam os espaços na cidade para ajudar o desenvolvimento da nossa região	4201	0,05	0,156
V ₅₄ O agronegócio tem contribuído positivamente para melhorar a qualidade de vida na nossa cidade	4171	0,037	0,162
V ₅₇ As atividades do agronegócio do meu município têm no comércio da nossa cidade os principais serviços que precisam	4117	0,025	0,173
V ₆₁ Aqui no meu município, temos boa infraestrutura (estradas e serviços essenciais) para as atividades do agronegócio	4063	0,021	0,183
V ₆₅ A renda da população do meu município é influenciada positivamente pelas grandes empresas locais do agronegócio	3989	0,011	0,198

Nota. $H_a \mu$ Feminino $\neq \mu$ Masculino

Fonte: autoria própria (2024).

Em primeira instância, todas as variáveis que compõem o presente tópico foram formadas a partir da participação de dois grupos, sendo 93 homens e 107 mulheres. Além disso, todos os efeitos foram estimados pela correlação bisserial de ordens, e as análises foram conduzidas pelo Teste U de Mann-Whitney, o que dispensa a repetição de informações ao longo da análise.

Ao verificar os resultados obtidos das amostras independentes, surge uma diferença significativa na percepção sobre a contribuição das empresas locais na geração de oportunidades vinculadas à renda (V_2) entre os grupos feminino e masculino. O grupo feminino revelou uma média de 3,82 e uma mediana de 4,00. Por outro lado, o grupo masculino apresentou uma média ligeiramente mais alta, atingindo 4,17, com uma mediana similar de 4,00. Em relação aos desvios-padrão, foram calculados em 1,08 para as mulheres e 0,940 para os homens, enquanto os erros-padrão foram de 0,104 e 0,0974, respectivamente. Outro ponto que chama a atenção é a existência de diferença estatística significativa entre os grupos ($U = 4059, p = 0,017$), considerando um nível de significância de 0,05. O tamanho do efeito alcançou $\eta^2 = 0,184$, sugerindo um efeito que pode ser considerado moderado. A diferença na perspectiva entre homens e mulheres sobre o papel das empresas locais na geração de oportunidades de renda desvela a necessidade de levar em conta as distintas percepções de gênero no desenvolvimento de políticas econômicas locais. Compreender e abordar as raízes dessas discrepâncias pode ser fundamental na promoção de um desenvolvimento econômico mais sustentável em diversos níveis no município. Importa, portanto, que os formuladores de políticas e os tomadores de decisão considerem essas divergências no momento de planejar e

implementar estratégias que visam a fortalecer a economia local, assegurando que os benefícios do crescimento sejam distribuídos de forma justa entre todos os membros da comunidade.

A análise dos resultados obtidos para a variável V_4 revela discrepâncias significativas na percepção do desenvolvimento das atividades industriais não prejudiciais ao meio ambiente entre os grupos feminino e masculino. No grupo feminino, a média foi de 3,82, com uma mediana de 4,00. Em contrapartida, o grupo masculino apresentou uma média ligeiramente superior, alcançando 4,17, mantendo a mesma mediana de 4,00. Observou-se um desvio-padrão de 1,08 no grupo feminino, enquanto no masculino foi ligeiramente menor, atingindo 0,940, o que denota uma variabilidade um pouco menor nas respostas dos homens. Os erros-padrão foram calculados em 0,104 para o grupo feminino e 0,0974 para o masculino, indicando uma precisão ligeiramente maior na estimativa da média para o grupo masculino. Houve diferença relevante entre os grupos ($U = 4059$, $p = 0,017$), embora o tamanho do efeito tenha sido modesto, alcançando $\eta^2 = 0,184$. No entanto, mesmo com esse efeito, as implicações desses resultados se mostram relevantes. Tais resultados manifestam a importância de considerar as diferenças de percepção entre gêneros nas discussões e estratégias relacionadas ao desenvolvimento sustentável da indústria local. Reconhecer e abordar essas discrepâncias pode ser importante para formular políticas alinhadas com um avanço industrial consciente em relação aos seus possíveis impactos ambientais. Dessa forma, políticas econômicas locais podem ser elaboradas para promover um desenvolvimento industrial socialmente responsável e ambientalmente consciente.

A análise da variável V_5 , que investiga a percepção sobre o estímulo ao empreendedorismo na cidade, traz à tona diferenças notáveis entre os gêneros em relação ao assunto. O grupo feminino apresentou resultados $M = 2,85$, $Md = 3,00$, $DP = 1,36$, $EP = 0,131$, enquanto o grupo masculino obteve $M = 3,34$, $Md = 4,00$, $DP = 1,18$, $EP = 0,123$. Os resultados corroboram essas diferenças ($U = 3975$, $p = 0,012$, $\eta^2 = 0,201$), confirmando a significância estatística da disparidade observada. A variação nas percepções deve ser considerada relevante, demandando atenção. Essa discrepância aponta para a necessidade de estratégias direcionadas a fortalecer a confiança no ambiente de negócios entre as mulheres e promover uma visão mais alinhada entre os gêneros, ampliando as possibilidades de criar um ambiente propício para o surgimento de novos empreendimentos e para um crescimento econômico que promova mais inclusão.

Ao analisar os resultados da variável V_6 , que aborda a percepção sobre a influência positiva do comércio na renda municipal, é possível destacar diferenças estatísticas entre os gêneros. O grupo feminino apresentou $M = 3,37$, $Md = 4,00$, $DP = 1,23$, $EP = 0,119$, enquanto

o grupo masculino registrou $M = 3,72$, $Md = 4,00$, $DP = 1,15$, $EP = 0,119$. Tal análise revela $U = 4208$, $p = 0,049$, $\eta = 0,154$. Esses resultados evidenciam uma disparidade significativa entre essas percepções em relação à função do comércio na economia local. Embora o tamanho do efeito seja moderado, é importante reconhecer as diferenças na formulação de políticas econômicas locais e abordar o assunto adequadamente. Esse resultado demonstra, ainda, a relevância de desenvolver estratégias comerciais que comuniquem adequadamente o impacto econômico do comércio, especialmente para o grupo feminino.

A próxima variável analisada foi a V_{11} , que investiga a percepção dos cidadãos sobre as oportunidades de participação política na cidade, evidenciando uma diferença significativa entre as respostas fornecidas por homens e mulheres: no grupo feminino, $M = 2,61$, $Md = 3,00$, $DP = 1,31$, $EP = 0,127$; no grupo masculino, $M = 3,00$, $Md = 3,00$, $DP = 1,19$, $EP = 0,123$. Estatisticamente, há variação significativa entre mulheres e homens em relação às oportunidades políticas proporcionadas pela cidade ($U = 4114$, $p = 0,030$, $\eta = 0,161$). O reconhecimento de uma percepção menos otimista por parte das mulheres sugere a necessidade de medidas para melhorar o envolvimento político desse grupo, como a criação de programas de empoderamento político feminino e campanhas de conscientização sobre a importância da inclusão das mulheres nas esferas de decisão econômica e política. Essas iniciativas compõem o primeiro passo para o desenvolvimento de uma estrutura social e econômica mais equilibrada e representativa para o grupo feminino.

A variável V_{15} mensura a ideia de liberdade para expressar convicções políticas na cidade, demonstrando a mesma distinção de percepção entre os gêneros. O grupo feminino ($M = 2,69$, $Md = 2,00$, $DP = 1,40$, $EP = 0,136$) apresenta médias de percepção inferiores em comparação ao grupo masculino ($M = 3,45$, $Md = 4,00$, $DP = 1,32$, $EP = 0,137$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3490$, $p < 0,001$, $\eta = 0,299$). Esses resultados trazem à tona a questão do desenvolvimento de políticas econômicas locais, evidenciando a necessidade de criar-se estratégias políticas que promovam a igualdade de expressão política entre os gêneros. Para abordar a variável supracitada, programas de educação cívica e plataformas de discussão inclusivas podem ser adotados para fortalecer a democracia participativa e a coesão social no município, assegurando que todos os cidadãos, independentemente do gênero, tenham igualdade de oportunidades para expressar suas convicções políticas.

A avaliação da variável V_{20} reflete a percepção dos participantes sobre o impacto positivo da produção pecuária na dinâmica econômica local. Assim como boa parte dos resultados expostos até o momento, notou-se divergência entre os gêneros em relação ao setor.

O grupo feminino ($M = 3,65$, $Md = 4,00$, $DP = 1,04$, $EP = 0,100$) teve médias inferiores ao grupo masculino ($M = 3,97$, $Md = 4,00$, $DP = 0,972$, $EP = 0,101$). A análise evidencia uma diferença significativa entre as visões de homens e mulheres ($U = 4098$, $p = 0,022$, $\eta = 0,176$) e esses resultados sugerem a demanda pela formulação de políticas econômicas locais, demonstrando o valor de reconhecer as diferentes percepções de gênero quanto à contribuição da pecuária para a economia municipal.

A variável V_{25} investiga a concepção da repercussão das atividades da cidade-sede no que diz respeito à promoção do crescimento econômico regional. Os resultados revelaram diferenças significativas entre as percepções de homens e mulheres. O grupo feminino ($M = 3,21$, $Md = 3,00$, $DP = 1,10$, $EP = 0,106$) apresentou médias inferiores em comparação ao grupo masculino ($M = 3,58$, $Md = 4,00$, $DP = 0,982$, $EP = 0,102$). A análise evidencia uma diferença significativa entre as visões dos gêneros ($U = 4102$, $p = 0,025$, $\eta = 0,176$) e esses achados apontam para possíveis questões no desenvolvimento de políticas econômicas locais, destacando a importância de se considerar as percepções de ambos os gêneros ao planejar e implementar estratégias de desenvolvimento econômico que potencializem o papel da cidade-sede na região. Nesse sentido, pode ser necessário um esforço adicional para engajar o grupo feminino no processo de crescimento econômico, incentivando a participação ativa desse grupo e assegurando que as políticas econômicas locais sejam igualitárias em relação ao gênero, propiciando um ambiente que acolha as diferentes visões dos membros da comunidade.

A análise dos dados referentes à variável V_{32} , que avalia a compreensão da população sobre os esforços da cidade para fortalecer os negócios locais e diminuir a dependência de outras regiões, demonstra a bilateralidade de opiniões vinculadas ao gênero. Na amostra feminina ($M = 2,53$, $Md = 3,00$, $DP = 1,18$, $EP = 0,114$), notou-se uma concepção mais conservadora em relação a essa estratégia de desenvolvimento econômico. Já na amostra masculina ($M = 3,12$, $Md = 4,00$, $DP = 1,25$, $EP = 0,130$) a visão é mais otimista perante o assunto. Há diferença estatística entre os grupos ($U = 3642$, $p < 0,001$, $\eta = 0,268$) e esses resultados enfatizam a importância de considerar as diferentes ideias de homens e mulheres ao desenvolver políticas econômicas locais que busquem reforçar os negócios locais e reduzir a dependência econômica externa. Tal indicativo destaca a necessidade de estratégias que sensibilizem e envolvam ambos os gêneros no processo de fortalecimento econômico, garantindo que políticas sejam eficazes no engajamento de toda a população em relação à economia da cidade.

A análise da variável V_{34} revela interpretações distintas entre homens e mulheres quanto ao valor agregado pelas empresas locais à produção regional e as suas contribuições para a

retenção do capital no município. Em relação aos resultados estatísticos vinculados às mulheres ($M = 3,13$, $Md = 4,00$, $DP = 1,21$, $EP = 0,117$), demonstra-se uma ideia mais moderada sobre o impacto positivo das empresas locais. Em contrapartida, os homens forneceram uma média mais elevada ($M = 3,62$, $Md = 4,00$, $DP = 1,07$, $EP = 0,111$), trazendo à tona uma postura mais otimista. Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3872$, $p = 0,004$, $\eta = 0,222$). Esses resultados refletem que as políticas econômicas locais devem ser cuidadosamente planejadas para abordar todas as concepções acerca da temática. Potencialmente, iniciativas podem ser implementadas para aumentar a confiança das mulheres na capacidade das empresas locais de impulsionar uma economia regional fortalecida e independente.

Ao analisar a variável V_{36} , que examina a percepção sobre o quanto as regras governamentais da cidade fomentam uma cultura empreendedora e a criação de novos negócios, observa-se, mais uma vez, a diferença de compreensão entre os gêneros. O grupo feminino ($M = 2,83$, $Md = 3,00$, $DP = 1,22$, $EP = 0,118$) apresenta uma visão mais pessimista quanto ao incentivo para o empreendedorismo. Por outro lado, o grupo masculino ($M = 3,18$, $Md = 3,00$, $DP = 1,16$, $EP = 0,120$) traz uma percepção mais favorável das políticas locais de incentivo aos negócios. Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito modesto ($U = 4196$, $p = 0,048$, $\eta = 0,157$). Essas informações são fundamentais para as estratégias de desenvolvimento econômico local, pois mostram a necessidade de políticas que enderecem e equalizem essas percepções distintas entre gêneros. O objetivo seria estimular uma cultura igualitária de apoio ao empreendedorismo, capaz de permitir a ambos os grupos perceberem e aproveitarem as oportunidades para a inovação e o desenvolvimento de novas empresas na cidade.

No que diz respeito à gestão municipal, a variável V_{40} demonstra diferentes perspectivas sobre a escuta dos gestores da cidade perante a população para a tomada de decisões conjuntas capazes de melhorar o processo de gestão do município. Na amostra feminina ($M = 2,12$, $Md = 2,00$, $DP = 1,29$, $EP = 0,124$), há uma concepção de que a gestão não valoriza o viés inclusivo. Já a amostra masculina ($M = 2,58$, $Md = 3,00$, $DP = 1,35$, $EP = 0,140$) apresenta uma percepção de uma gestão mais participativa. Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 4019$, $p = 0,014$, $\eta = 0,192$). Isso implica que, para a elaboração de políticas econômicas locais, é essencial reconhecer e abordar essas diferenças de percepção entre homens e mulheres, potencialmente reforçando os canais de comunicação entre a administração municipal e os segmentos da sociedade, assegurando que as vozes femininas

sejam ouvidas e consideradas igualmente nas decisões que impactam a gestão econômica do município.

Os dados relativos à eficácia percebida das políticas municipais em facilitar a instalação de empresas e indústrias, obtidos pela variável V_{43} , revelam as distintas compreensões entre homens e mulheres. O grupo feminino ($M = 2,50$, $Md = 2,00$, $DP = 1,28$, $EP = 0,124$) sugere uma avaliação menos positiva sobre o ambiente regulatório da cidade. Diferentemente, o grupo masculino ($M = 3,00$, $Md = 3,00$, $DP = 1,30$, $EP = 0,135$) apresenta uma visão mais favorável vinculada às políticas de incentivo ao negócio. Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3898$, $p = 0,007$, $\eta = 0,217$). Esse resultado evidencia uma disparidade de percepção entre homens e mulheres sobre o ambiente regulatório para negócios e, ao mesmo tempo, enfatiza a relevância de abordar essas divergências na formulação de políticas econômicas locais. Para garantir o desenvolvimento econômico de maneira sustentável e justa, é fundamental criar estratégias que ultrapassem a mera burocracia inclusiva e explorando a igualdade para uma sociedade mais participativa e diversa. Isso pode ser alcançado por meio de um diálogo mais aberto com a comunidade feminina, a fim de compreender e abordar suas preocupações específicas em relação ao ambiente regulatório para negócios.

A variável V_{44} reflete as concepções da população sobre se o município promove um desenvolvimento equilibrado entre as áreas urbanas e rurais. O grupo feminino ($M = 2,94$, $Md = 3,00$, $DP = 1,24$, $EP = 0,120$) sugere uma percepção menos positiva em relação ao equilíbrio do desenvolvimento municipal. Em contrapartida, o grupo masculino ($M = 3,43$, $Md = 4,00$, $DP = 1,19$, $EP = 0,124$) indica uma visão mais positiva desse equilíbrio. Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3904$, $p = 0,006$, $\eta = 0,215$). Essas descobertas influenciam diretamente as políticas econômicas locais, sinalizando a demanda de abordagens que reconheçam as diversas questões de desenvolvimento evidenciadas entre os gêneros. Estratégias com ênfase em melhorar a comunicação e em implementar políticas que efetivamente equilibrem o desenvolvimento de áreas urbanas e rurais podem ser essenciais para atender às expectativas de todos os cidadãos e para promover um crescimento mais uniforme e inclusivo no município.

A avaliação da variável V_{49} abrange o impacto das políticas empresariais na região. O grupo feminino ($M = 2,98$, $Md = 3,00$, $DP = 1,20$, $EP = 0,116$) reflete uma tendência cética moderada sobre os benefícios das políticas para o ambiente de negócios. Já o grupo masculino ($M = 3,30$, $Md = 4,00$, $DP = 1,21$, $EP = 0,126$) mostra uma opinião mais favorável. Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 4201$, $p = 0,050$, η

= 0,156). Esses resultados sugerem a importância de políticas econômicas locais que considerem e atendam a essas divergências, possivelmente com iniciativas para reforçar a confiança nas políticas de fomento empresarial entre as mulheres e revisões das políticas para assegurar igualdade de benefícios. Dessa forma, pode-se mudar o cenário de discrepância de concepção entre gêneros e promover um ambiente de negócios mais equitativo e dinâmico, que contribua para o desenvolvimento econômico da região como um todo.

A investigação que avaliou as percepções acerca da contribuição do agronegócio para a qualidade de vida urbana, medida pela variável V_{54} , revela disparidades distintas entre os grupos de gênero. O conjunto de dados referente ao contingente feminino ($M = 3,72$, $Md = 4,00$, $DP = 1,19$, $EP = 0,115$) delinea uma visão mais contida. Por outro lado, a amostra masculina ($M = 4,10$, $Md = 4,00$, $DP = 0,910$, $EP = 0,0943$) indica uma postura mais favorável em relação à contribuição do agronegócio. Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 4123$, $p = 0,033$, $\eta = 0,162$). Esses achados revestem-se de importância estratégica para a formulação de políticas econômicas em âmbito local, uma vez que ressaltam a urgência de atender às percepções divergentes entre os sexos. Nesse contexto, sugere-se a implementação de iniciativas educativas destinadas a promover uma compreensão mais abrangente dos benefícios do agronegócio, bem como a realização de fóruns de discussão visando à conciliação das expectativas dos cidadãos, vislumbrando fortalecer o apoio comunitário e, por conseguinte, aprimorar coletivamente tanto a qualidade de vida urbana quanto rural.

Migrando para o agronegócio e para o suporte oferecido ao setor comercial da cidade, conforme refletido pela variável V_{57} , é possível verificar um contraste de opiniões. No grupo feminino ($M = 3,45$, $Md = 4,00$, $DP = 1,17$, $EP = 0,113$), há uma visão menos afirmativa sobre a eficácia desse suporte. Por outro lado, no grupo masculino ($M = 3,80$, $Md = 4,00$, $DP = 1,08$, $EP = 0,112$), a avaliação é mais positiva. Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 4117$, $p = 0,025$, $\eta = 0,173$). Esses resultados enfatizam a necessidade de estratégias políticas econômicas locais que melhorem o suporte do agronegócio ao comércio e abordem a comunicação desses esforços. É essencial assegurar que tanto homens quanto mulheres reconheçam o impacto do agronegócio na dinâmica comercial urbana com mais proximidade.

No que diz respeito à infraestrutura, os dados coletados sobre o apoio ao agronegócio no município, refletidos pela variável V_{61} , evidenciam uma notável diferença nas percepções entre os grupos de gênero. O grupo feminino ($M = 2,68$, $Md = 2,00$, $DP = 1,42$, $EP = 0,138$) sugere reservas quanto ao suporte existente ao agronegócio. Por outro lado, o grupo masculino

($M = 3,15$, $Md = 4,00$, $DP = 1,39$, $EP = 0,144$) indica uma perspectiva mais favorável. Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 4063$, $p = 0,021$, $\eta = 0,183$). Esses resultados destacam a necessidade de políticas econômicas locais que melhorem efetivamente a infraestrutura para fortalecer o agronegócio e comuniquem esses avanços de forma clara e abrangente. Isso garantirá o reconhecimento e a confiança de todos os segmentos da população, impulsionando o desenvolvimento sustentável e harmonioso no município.

Por último, ao analisar a variável V_{65} , destinada a avaliar a percepção sobre a influência das grandes empresas do agronegócio na renda da população local, a diferença de percepções entre os grupos se mantém. O grupo feminino ($M = 3,73$, $Md = 4,00$, $DP = 1,04$, $EP = 0,101$) indica uma visão positiva, porém moderada, sobre tal influência, enquanto o grupo masculino ($M = 4,08$, $Md = 4,00$, $DP = 0,981$, $EP = 0,102$) reflete um teor mais positivo em relação à contribuição do agronegócio para a renda local. Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3989$, $p = 0,011$, $\eta = 0,198$). Essa constatação enfatiza a necessidade de abordagens assertivas na formulação de políticas econômicas sensíveis e integrativas dessas distintas percepções. Indicam-se medidas que destaquem os benefícios econômicos proporcionados pelas empresas de agronegócio e que engajem mais efetivamente todas as partes interessadas, particularmente as mulheres, no processo de desenvolvimento econômico impulsionado por tais empresas no âmbito municipal.

A análise das percepções de homens e mulheres sobre o desenvolvimento endógeno em Bom Jesus, considerando macropolíticas e institucionalismo econômico, revela diferenças significativas entre os gêneros em diversas áreas. Os homens demonstram mais confiança nas oportunidades econômicas locais e na sustentabilidade industrial, além de serem mais otimistas quanto ao estímulo ao empreendedorismo e à influência positiva do comércio na renda municipal. Essa diferença implica a necessidade de políticas que fortaleçam a confiança feminina no ambiente de negócios e comuniquem efetivamente o impacto econômico do comércio. Os homens também avaliam melhor as oportunidades de participação política e a liberdade para expressar convicções políticas, indicando a necessidade de medidas para melhorar o envolvimento político feminino e programas de educação cívica. No setor pecuário, a percepção masculina sobre o impacto positivo na economia local é maior, destacando a necessidade de políticas que reconheçam essas percepções distintas. Diferenças surgem na avaliação do papel da cidade-sede no crescimento econômico regional, com os homens mais otimistas, denotando a importância de engajar o grupo feminino no processo de desenvolvimento.

A visão masculina sobre o fortalecimento dos negócios locais para reduzir a dependência externa é mais positiva, indicando a necessidade de estratégias que envolvam ambos os gêneros. Em relação à valorização da produção local pelas empresas, os homens são mais otimistas, sugerindo políticas que aumentem a confiança feminina na capacidade das empresas locais. Na percepção sobre as regras governamentais que incentivem uma cultura empreendedora, os homens são mais favoráveis, sublinhando a necessidade de políticas que estimulem uma cultura de apoio ao empreendedorismo igualitária. A percepção masculina sobre a gestão municipal é mais confiante, apontando a necessidade de reforçar a comunicação entre a administração municipal e a população feminina.

Quanto à facilidade de instalar novas empresas, os homens têm uma visão mais positiva, evidenciando a relevância de políticas inclusivas. No desenvolvimento equilibrado entre áreas urbanas e rurais, os homens são mais otimistas, indicando a necessidade de políticas que equilibrem efetivamente o desenvolvimento. As políticas empresariais são vistas de forma mais positiva pelos homens, insinuando iniciativas para reforçar a confiança das mulheres nas políticas de fomento empresarial. A contribuição do agronegócio para a qualidade de vida urbana é percebida de forma mais positiva pelos homens, enfatizando a necessidade de atender às percepções divergentes. Na percepção sobre o suporte do agronegócio ao comércio, os homens são mais favoráveis, ressaltando a importância de estratégias que reconheçam o impacto positivo do agronegócio. Quanto à infraestrutura para o agronegócio, os homens têm uma visão mais favorável, mostrando a necessidade de políticas que comuniquem melhor os avanços de infraestrutura. Em relação à influência das grandes empresas de agronegócio na renda local, os homens são mais positivos, destacando a importância de abordagens que engajem efetivamente as mulheres no desenvolvimento econômico.

Essas diferenças de percepção entre homens e mulheres evidenciam a necessidade de políticas econômicas locais sensíveis ao gênero, que promovam uma compreensão abrangente do impacto econômico das atividades comerciais e industriais, e fortaleçam a confiança e o engajamento de ambos os grupos na economia local. Estratégias de comunicação inclusivas são essenciais para assegurar que as políticas públicas atendam às expectativas de todos os cidadãos, promovendo um desenvolvimento econômico mais equitativo.

4.2.5.2 Avaliação com base no nível educacional sobre o desenvolvimento de Bom Jesus

O presente tópico visa demonstrar a avaliação dos contextos internos vinculados ao desenvolvimento de Bom Jesus referentes ao nível educacional dos participantes. Observe a tabela a seguir:

Tabela 4 – Diferenças entre níveis de escolaridade o desenvolvimento de Bom Jesus

Variável	Estatística U	p	Efeito (η)
V ₈ A renda do meu município é influenciada positivamente pela produção agropecuária.	3648	0.013	0.198
V ₉ A renda da população do meu município é influenciada positivamente pela produção agropecuária.	3417	0.002	0.249
V ₁₁ A minha cidade cria novas oportunidades para a participação política das pessoas.	3507	0.006	0.229
V ₂₈ A cidade-sede do meu município tem negócios apoiando inovações para a economia local crescer.	3701	0.024	0.187
V ₃₃ A atuação do governo federal facilita a criação de empregos no município.	3782	0.044	0.169
V ₃₅ O governo municipal está preocupado em tornar a minha cidade um lugar melhor para os residentes.	3657	0.019	0.196
V ₃₆ As regras governamentais da minha cidade incentivam uma cultura empreendedora para criar novos negócios.	3745	0.033	0.177
V ₃₈ Os gestores da minha cidade (prefeitos e vereadores) têm promovido, nas últimas décadas, a colaboração entre diferentes grupos econômicos do município.	3486	0.005	0.234
V ₃₉ Os gestores da minha cidade (prefeito e vereadores) alinharam nas últimas décadas as suas ações às regras nacionais para conseguir um melhor desenvolvimento socioeconômico da nossa região.	3387	0.002	0.256
V ₄₂ As políticas para o desenvolvimento da minha cidade valorizam as habilidades de seus moradores.	3791	0.044	0.167
V ₄₉ Políticas para empresas daqui beneficiaram os negócios em minha região.	3781	0.042	0.169
V ₅₄ O agronegócio tem contribuído positivamente para melhorar a qualidade de vida na nossa cidade.	3766	0.033	0.172
V ₆₃ No meu município, as atividades do agronegócio são importantes para o desenvolvimento do comércio na cidade.	3688	0.018	0.189
V ₆₅ A renda da população do meu município é influenciada positivamente pelas grandes empresas locais do agronegócio.	3479	0.004	0.235
V ₆₆ Aqui no nosso município, as atividades produtivas e comerciais urbanas (da cidade) são mais importantes que as atividades produtivas rurais (do interior) para o nosso desenvolvimento socioeconômico.	3560	0.009	0.218

Nota. $H_a \mu$ Até Nível Médio $\neq \mu$ Superior ou Pós-graduação

Fonte: autoria própria (2024).

O presente tópico do estudo investigou a percepção dos participantes com nível educacional até o Ensino Médio e daqueles com nível superior e pós-graduação sobre o desenvolvimento de Bom Jesus. Para evitar possíveis repetições de informações ao longo do texto, é necessário salientar que foram analisados os resultados de 130 participantes com escolaridade até o Ensino Médio e de 70 participantes com nível superior e pós-graduação. Para indicar o efeito, foi realizada a correlação bisserial para apurar a dicotomia existente entre os grupos, assim como a variável contínua analisada. Além disso, para evidenciar a diferença entre

os resultados obtidos nas amostras, foi utilizada a análise estatística das respostas por meio do teste U de Mann-Whitney.

Para a V_8 , que trata da renda do município sendo influenciada positivamente pela produção agropecuária, o primeiro estrato, composto por indivíduos com formação até o nível médio, registrou $M = 3,95$, $Md = 4,00$, $DP = 1,04$, $EP = 0,0913$. Por sua vez, o segundo estrato exibiu $M = 4,31$, $Md = 4,00$, $DP = 0,843$, $EP = 0,101$. A análise estatística resultou em diferenças significativas entre os estratos educacionais ($U = 3648$, $p = 0,013$, $\eta = 0,198$), indicando um efeito moderado. Tais achados sugerem que indivíduos com formação superior ou pós-graduação percebem de forma mais acentuada a influência positiva da atividade agropecuária na renda municipal quando comparados àqueles com formação até o nível médio. Essa constatação possui relevância para formular políticas econômicas locais que sejam capazes de considerar as discrepâncias de percepção entre os diferentes níveis educacionais, visando maximizar o impacto positivo da agropecuária na economia municipal.

No contexto da percepção acerca da influência positiva da produção agropecuária na renda da população municipal, a variável V_9 foi empregada como medida de análise. O grupo 1, composto por participantes com até o nível médio, apresentou $M = 3,76$, $Md = 4,00$, $DP = 1,09$, $EP = 0,0957$; enquanto o grupo 2, com participantes de nível superior e/ou pós-graduação, registrou $M = 4,20$, $Md = 4,00$, $DP = 0,942$, $EP = 0,113$. Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3417$, $p = 0,002$, $\eta = 0,249$). Os achados sugerem que indivíduos com mais nível educacional percebem mais acentuadamente os benefícios econômicos advindos da agropecuária em escala local. Diante disso, pede-se que as políticas econômicas locais sejam formuladas levando em conta e integrando essas distintas percepções, visando promover uma abordagem mais ampla do desenvolvimento econômico que englobe todos os estratos educacionais.

No contexto da ampliação das oportunidades para a participação política nas cidades, a análise da variável V_{11} possibilitou uma comparação entre dois estratos educacionais. O grupo com formação até o nível médio ($M = 2,97$, $Md = 3,00$, $DP = 1,21$, $EP = 0,106$) apresenta médias de percepção superiores em comparação ao grupo com nível superior e/ou pós-graduação ($M = 2,46$, $Md = 2,00$, $DP = 1,30$, $EP = 0,156$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3507$, $p = 0,006$, $\eta = 0,229$). Tal discrepância aponta que os indivíduos com formação até o nível médio tendem a perceber mais positivamente as oportunidades para a participação política em suas cidades, em contraste com aqueles que possuem um nível educacional superior ou pós-graduação. Essas conclusões podem servir de base para orientar políticas públicas direcionadas ao fomento da participação política,

demandando uma adaptação das estratégias para que sejam mais abrangentes, capazes de atender às diversas percepções, alinhadas aos distintos níveis educacionais, principalmente do grupo com formação superior, que tende a possuir uma visão mais apurada e exigente em relação às políticas.

Quando se empreende uma análise do crescimento econômico na cidade de Bom Jesus de Goiás, a variável V_{28} emerge como um indicador fundamental. O grupo com formação até o nível médio ($M = 3,23$, $Md = 4,00$, $DP = 1,20$, $EP = 0,106$) apresenta médias de percepção superiores em comparação ao grupo com formação superior ou pós-graduação ($M = 2,83$, $Md = 3,00$, $DP = 1,19$, $EP = 0,142$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3701$, $p = 0,024$, $\eta = 0,187$). Esses resultados destacam que os indivíduos com educação até o nível médio tendem a compreender vantajosamente o suporte fornecido pelos negócios locais para iniciativas inovadoras na esfera econômica, em comparação com aqueles dotados de formação superior ou pós-graduação. Essa percepção, fundamentada em dados empíricos, possui implicações substanciais para delinear políticas econômicas locais. Sugere-se, portanto, que tais políticas sejam concebidas de modo a fortalecer a comunicação e as iniciativas que englobem todos os estratos educacionais, promovendo uma abordagem capaz de tangenciar as estratégias de fomento à inovação econômica.

Passando o foco para a influência da atuação do governo federal na criação de empregos no município, cita-se a variável V_{33} . Ao comparar ambos os grupos, o grupo 1 ($M = 3,04$, $Md = 3,00$, $DP = 1,31$, $EP = 0,115$) apresentou médias de percepção superiores em comparação ao grupo 2 ($M = 2,64$, $Md = 2,00$, $DP = 1,31$, $EP = 0,156$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3782$, $p = 0,044$, $\eta = 0,169$). Os resultados tangenciam a percepção otimista dos indivíduos com educação até o nível médio acerca da contribuição do governo federal na geração de empregos locais, em contraposição aos seus pares com formação superior ou pós-graduação. Tais achados reverberam a necessidade premente de orientar políticas públicas que almejem maximizar o impacto das ações governamentais sobre o emprego em diferentes estratos da sociedade, especialmente tendo em conta as discrepâncias perceptivas entre os distintos níveis educacionais.

Acerca da percepção da preocupação do governo municipal em promover a qualidade de vida na cidade, a variável V_{35} surge como uma métrica detalhada. O grupo até nível médio ($M = 3,18$, $Md = 3,00$, $DP = 1,26$, $EP = 0,111$) traz médias de percepção superiores em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 2,70$, $Md = 2,00$, $DP = 1,38$, $EP = 0,164$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3657$, $p = 0,019$, $\eta = 0,196$). Os resultados suscitam a percepção de que os indivíduos com formação até o nível

médio atribuem uma maior preocupação, por parte do governo municipal, na melhoria da qualidade de vida dos residentes, quando comparados àqueles com nível educacional superior ou pós-graduação. Esses achados tanto delineiam uma disparidade perceptiva quanto evidenciam a necessidade de políticas públicas que incorporem e atendam às diversas perspectivas educacionais para uma melhoria contínua da cidade, principalmente para os grupos com menor nível de escolaridade e, conseqüentemente, acesso limitado às oportunidades, para elevar o padrão de qualidade de vida em comparação ao outro grupo.

No que diz respeito às políticas governamentais municipais na promoção de uma cultura empreendedora voltada à criação de novos negócios, analisado na variável V_{36} , identificou-se dois grupos educacionais distintos. O grupo 1 ($M = 3,15$, $Md = 3,00$, $DP = 1,14$, $EP = 0,100$) apresenta médias de percepção superiores em comparação ao grupo 2 ($M = 2,71$, $Md = 3,00$, $DP = 1,26$, $EP = 0,151$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3745$, $p = 0,033$, $\eta = 0,177$). Esse cenário estatístico sugere que os indivíduos com formação até o nível médio percebem o papel das regras governamentais na promoção do empreendedorismo de maneira mais positiva em comparação aos seus pares com educação superior. Este achado substantia a necessidade de ajustes ou reforços nas políticas de estímulo ao empreendedorismo por parte do governo municipal, assegurando sua eficácia e inclusão para todos os estratos educacionais.

Ao explorar a abordagem relativa ao empenho dos gestores municipais, incluindo prefeitos e vereadores, na promoção da colaboração entre diferentes grupos econômicos no município, a análise foi direcionada para a variável V_{38} . O grupo até nível médio ($M = 2,95$, $Md = 3,00$, $DP = 1,28$, $EP = 0,112$) apresentou médias de percepção superiores em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 2,39$, $Md = 2,00$, $DP = 1,32$, $EP = 0,158$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3486$, $p = 0,005$, $\eta = 0,234$). Esses achados sugerem que os indivíduos com formação até o nível médio tendem a perceber mais positivamente as iniciativas de colaboração promovidas pelos gestores municipais em comparação aos que possuem educação superior. Essa constatação reveste-se de importância essencial para a formulação de políticas econômicas locais, enfatizando a necessidade de criar estratégias que considerem as percepções de toda a população e seus respectivos níveis educacionais. Essa abordagem fomenta uma governança mais participativa, fortalecendo os laços entre os diversos setores econômicos e potencializando o crescimento e o desenvolvimento sustentável do município como um todo.

Partindo para a percepção acerca da habilidade dos gestores municipais, incluindo prefeitos e vereadores, de alinharem suas iniciativas com as diretrizes nacionais para

impulsionar o desenvolvimento socioeconômico da região, utilizou-se como variável de estudo a V_{39} . O grupo até nível médio ($M = 3,11$, $Md = 3,00$, $DP = 1,17$, $EP = 0,103$) teve médias de percepção superiores em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 2,51$, $Md = 2,50$, $DP = 1,26$, $EP = 0,151$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3387$, $p = 0,002$, $\eta = 0,256$). Os resultados enfatizam que indivíduos com formação até o nível médio tendem a perceber de maneira mais favorável o alinhamento das políticas municipais com as diretrizes nacionais em comparação aos seus pares com educação superior. Essa compreensão assume um papel relevante na orientação de estratégias de comunicação e na formulação de políticas públicas voltadas ao engajamento e atendimento de todos, independentemente da instrução educacional na promoção do desenvolvimento regional.

Corroborando com a discrepância identificada, adentra-se na eficácia das políticas municipais em reconhecer e valorizar as habilidades dos residentes para impulsionar o desenvolvimento da cidade. Para essa análise, foi utilizada a variável V_{42} como métrica de análise. Ao contrastar os grupos, os resultados indicaram que o grupo até nível médio ($M = 2,99$, $Md = 3,00$, $DP = 1,24$, $EP = 0,109$) apresentou médias de percepção superiores em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 2,60$, $Md = 2,50$, $DP = 1,32$, $EP = 0,158$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3791$, $p = 0,044$, $\eta = 0,167$). Esses resultados demonstram que os indivíduos com educação até o nível médio possuem a tendência de perceber com certo grau de otimismo o reconhecimento de suas habilidades pelas políticas locais em comparação aos participantes com formação superior. Essa observação traz à tona a necessidade de um olhar mais aprofundado para a formulação de políticas públicas, enfatizando a importância de adotar abordagens mais efetivas, que garantam que as estratégias de desenvolvimento local sejam percebidas como vantajosas por uma gama mais ampla da população.

No que tange ao impacto das políticas locais direcionadas às empresas e seu consequente benefício para os empreendimentos na região, é possível citar como métrica a variável V_{49} . Os resultados revelaram que o grupo até nível médio ($M = 3,25$, $Md = 3,00$, $DP = 1,20$, $EP = 0,105$) teve médias de percepção superiores em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 2,90$, $Md = 3,00$, $DP = 1,21$, $EP = 0,144$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3781$, $p = 0,042$, $\eta = 0,169$). Esses achados sugerem que os indivíduos com educação até o nível médio tendem a perceber de forma mais benéfica as políticas empresariais para os negócios locais, em comparação com aqueles com nível educacional superior.

Nesse mesmo contexto, surge a contribuição do agronegócio para a qualidade de vida na cidade, explorada no questionário. A variável usada como norteadora para os resultados foi a V₅₄. Os resultados revelaram que o grupo até nível médio ($M = 3,78$, $Md = 4,00$, $DP = 1,11$, $EP = 0,0977$) apresentou médias de percepção inferiores em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,10$, $Md = 4,00$, $DP = 0,995$, $EP = 0,119$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3766$, $p = 0,033$, $\eta = 0,172$). Esses resultados sugerem que os indivíduos com mais instrução educacional tendem a perceber mais positivamente o impacto do agronegócio na melhoria da qualidade de vida na cidade em comparação com aqueles com educação até o nível médio. Essa constatação se torna relevante ao analisar o desenvolvimento de políticas econômicas locais, destacando a importância de assegurar efetivamente os benefícios do agronegócio a toda a comunidade, independentemente dos estratos educacionais.

Outra variável que aborda o agronegócio no desenvolvimento do comércio local é a V₆₃. Os resultados vinculados a ela revelaram que o grupo até nível médio ($M = 4,03$, $Md = 4,00$, $DP = 1,01$, $EP = 0,0887$) apresenta médias de percepção inferiores em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,39$, $Md = 5,00$, $DP = 0,786$, $EP = 0,0939$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3688$, $p = 0,018$, $\eta = 0,189$). Esses resultados demonstram que os indivíduos com nível superior ou pós-graduação são mais propensos a observar o impacto positivo do agronegócio no desenvolvimento comercial da cidade em comparação àqueles com educação até o nível médio. Tal percepção também é importante para orientar políticas econômicas locais sobre o agronegócio como um motor de crescimento para o comércio.

Ainda no âmbito do agronegócio, verificou-se a repercussão das grandes empresas locais da área na renda da população do município, utilizando como métrica a variável V₆₅. O grupo até nível médio ($M = 3,92$, $Md = 4,00$, $DP = 1,03$, $EP = 0,092$) tem médias de percepção inferiores em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,30$, $Md = 4,00$, $DP = 0,91$, $EP = 0,11$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3595$, $p = 0,014$, $\eta = 0,197$). Esses resultados revelam que o grupo até nível médio tende a perceber mais intensamente as consequências positivas das grandes empresas do setor na renda local em comparação ao grupo superior ou pós-graduação. Esse achado ressalta a importância da percepção diferenciada entre os grupos educacionais, indicando uma possível disparidade na compreensão do papel das empresas agroindustriais na economia local. Os resultados provenientes da variável ainda podem ser usados para orientar as políticas públicas de forma a se tornarem mais efetivas, estimular uma reflexão mais ampla sobre o papel da educação na

percepção dos fenômenos econômicos locais e na construção de uma visão mais profunda do desenvolvimento socioeconômico, e questionar a distribuição de benefícios dessas atividades para a comunidade local.

Em relação à importância das atividades produtivas e comerciais urbanas em comparação com as atividades rurais para o desenvolvimento socioeconômico do município, foi utilizada a variável V_{66} . O grupo até nível médio ($M = 2,95$, $Md = 3,00$, $DP = 1,30$, $EP = 0,114$) traz médias de percepção superiores em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 2,44$, $Md = 2,00$, $DP = 1,31$, $EP = 0,157$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3560$, $p = 0,009$, $\eta = 0,218$). Os resultados indicam que o grupo até nível médio percebe as atividades urbanas como mais relevantes para o desenvolvimento socioeconômico do município em comparação com o grupo superior ou pós-graduação. Essa discrepância de percepção demonstra a influência do nível educacional na interpretação do papel das atividades urbanas e rurais no contexto do desenvolvimento local. Essa divergência de perspectivas levanta questões sobre a formulação de políticas públicas e a dinâmica econômica local, especialmente no que diz respeito ao equilíbrio entre o apoio às atividades urbanas e rurais.

A análise das percepções de participantes com diferentes níveis educacionais sobre o desenvolvimento de Bom Jesus revelou discrepâncias significativas, destacando a necessidade de políticas econômicas locais que considerem essas diferenças para maximizar os impactos positivos na região. Indivíduos com formação superior percebem mais intensamente os benefícios econômicos da agropecuária, enquanto os menos escolarizados veem mais positivamente as oportunidades de participação política e o suporte aos negócios locais. Esse contraste sugere a necessidade de políticas públicas que fortaleçam a comunicação e iniciativas de inovação econômica para todos os níveis educacionais. A percepção do impacto do governo federal na criação de empregos é mais otimista entre os menos escolarizados, indicando a importância de políticas que maximizem esse impacto em diferentes estratos da sociedade. Em relação à qualidade de vida, os menos escolarizados percebem mais esforço do governo municipal, apontando para a necessidade de políticas que melhorem efetivamente a qualidade de vida. Na promoção do empreendedorismo, os menos escolarizados têm uma visão mais positiva das regras governamentais, ressaltando a importância de ajustes nas políticas de estímulo ao empreendedorismo. A colaboração entre grupos econômicos, promovida pelos gestores municipais, é vista mais positivamente pelos menos escolarizados, implicando a necessidade de fortalecer a governança participativa. A habilidade dos gestores em alinhar iniciativas com diretrizes nacionais é percebida de maneira mais favorável pelos menos

escolarizados, enfatizando a relevância de estratégias de comunicação e engajamento. No reconhecimento das habilidades dos moradores, os menos escolarizados veem mais benefícios, destacando a necessidade de políticas que garantam benefícios percebidos por todos. No impacto das políticas empresariais, os menos escolarizados percebem mais vantagens, ressaltando a importância de considerar diferentes perspectivas educacionais na formulação de políticas. No agronegócio, os mais instruídos notam mais positivamente seu impacto na qualidade de vida e no desenvolvimento comercial, enquanto os menos escolarizados veem as atividades urbanas como mais importantes ao desenvolvimento socioeconômico. Essa discrepância de percepção demonstra a influência do nível educacional na interpretação do papel das atividades urbanas e rurais, indicando a necessidade de políticas que equilibrem o apoio entre ambas as áreas. Essas análises evidenciam a necessidade de políticas econômicas locais sensíveis às diferenças educacionais, promovendo uma compreensão abrangente dos impactos econômicos e fortalecendo o engajamento de todos os grupos na economia local.

4.2.5.3 O desenvolvimento em função da faixa etária da população de Bom Jesus

Neste tópico, será possível perpassar pela análise das condições internas que impactam o desenvolvimento da população de Bom Jesus, levando em consideração as diferentes faixas etárias presentes na comunidade. Nessa avaliação, busca-se compreender, a partir da perspectiva da população, como fatores internos influenciam o desenvolvimento da localidade, análise fundamental para identificar áreas de melhoria e implementar políticas e programas que promovam um desenvolvimento vantajoso para todos de Bom Jesus.

Tabela 5 – Diferenças entre faixas etárias sobre o desenvolvimento de Bom Jesus

Variável	χ^2	Gl	p	ϵ^2
V ₁ As instituições (bancos e cooperativas de crédito) da minha cidade ajudam no desenvolvimento econômico do município.	144.359	2	< .001	0.07254
V ₂ As empresas da minha cidade geram oportunidades de renda importantes para o município.	138.602	2	< .001	0.06965
V ₃ As atividades econômicas da minha cidade são importantes para o desenvolvimento da região.	144.099	2	< .001	0.07241
V ₆ A renda do meu município é influenciada positivamente pelo comércio em geral.	134.159	2	0.001	0.06742
V ₇ A renda da população do meu município é influenciada positivamente pelo comércio em geral.	85.333	2	0.014	0.04288
V ₈ A renda do meu município é influenciada positivamente pela produção agropecuária.	66.458	2	0.036	0.03340
V ₉ A renda da população do meu município é influenciada positivamente pela produção agropecuária.	95.340	2	0.009	0.04791
V ₁₁ A minha cidade cria novas oportunidades para a participação política das pessoas.	169.022	2	< .001	0.08494

V ₁₂ O funcionamento da política da minha cidade influencia positivamente a qualidade de vida das pessoas.	79.718	2	0.019	0.04006
V ₁₃ As políticas públicas da minha cidade são positivas para o crescimento local.	173.528	2	< .001	0.08720
V ₁₄ As políticas públicas do governo federal são fundamentais para o crescimento da minha cidade.	70.365	2	0.030	0.03536
V ₁₉ A dinâmica econômica do meu município é influenciada positivamente pela produção do agronegócio.	235.675	2	< .001	0.11843
V ₂₁ Os recursos naturais locais influenciam positivamente o desenvolvimento da cidade e do campo da nossa região.	99.249	2	0.007	0.04987
V ₂₄ Os grupos políticos locais aplicam na cidade soluções valorizadas pela população.	68.881	2	0.032	0.03461
V ₂₉ Os negócios no meu município são importantes para o desenvolvimento da cidade.	148.268	2	< .001	0.07451
V ₃₃ A atuação do governo federal facilita a criação de empregos no município.	63.892	2	0.041	0.03211
V ₃₈ Os gestores da minha cidade (prefeitos e vereadores) têm promovido, nas últimas décadas, a colaboração entre diferentes grupos econômicos do município.	71.730	2	0.028	0.03605
V ₃₉ Os gestores da minha cidade (prefeito e vereadores) alinharam, nas últimas décadas, as suas ações às regras nacionais para conseguir um melhor desenvolvimento socioeconômico da nossa região.	95.791	2	0.008	0.04814
V ₄₀ Os gestores da minha cidade (prefeitos e vereadores) costumam ouvir a população para tomar decisões conjuntas importantes para melhorar a gestão do município.	81.819	2	0.017	0.04111
V ₄₂ As políticas para o desenvolvimento da minha cidade valorizam as habilidades de seus moradores.	95.847	2	0.008	0.04816
V ₄₃ As políticas (leis e regras) da minha cidade facilitam a instalação de novas empresas e indústrias.	77.270	2	0.021	0.03883
V ₄₆ O agronegócio torna a minha região com mais oportunidade de renda para todos.	137.835	2	0.001	0.06926
V ₅₀ Políticas de financiamento do governo federal têm melhorado a minha região.	101.711	2	0.006	0.05111
V ₅₅ A capacidade de trabalho conjunto da nossa cidade torna nossa região mais rica e competitiva.	67.340	2	0.034	0.03384
V ₅₆ A representação política da nossa região (deputados estaduais e federais) fortalecem o desenvolvimento do município.	236.753	2	< .001	0.11897
V ₅₉ A dinâmica da nossa cidade valoriza os nossos recursos para beneficiar a comunidade.	64.156	2	0.040	0.03224
V ₆₁ Aqui no meu município, temos boa infraestrutura (estradas e serviços essenciais) para as atividades do agronegócio.	70.659	2	0.029	0.03551
V ₆₂ Quando as pessoas e negócios trabalham juntas, nossa cidade cresce mais rápido.	213.611	2	< .001	0.10734
V ₆₃ No meu município, as atividades do agronegócio são importantes para o desenvolvimento do comércio na cidade.	195.686	2	< .001	0.09833
V ₆₄ A renda do meu município é influenciada positivamente pelas grandes empresas locais do agronegócio.	119.259	2	0.003	0.05993
V ₆₅ A renda da população do meu município é influenciada positivamente pelas grandes empresas locais do agronegócio.	150.020	2	< .001	0.07539

Fonte: autoria própria (2024).

Para melhor compreensão dos resultados, é preciso salientar que o teste de *Kruskal-Wallis* sugere as variações vinculadas às opiniões dos participantes e o teste de *Dwass-Steel-Critchlow-Fligner* revela a análise de comparação múltipla. No que diz respeito aos respondentes, foi considerado o grupo 1, que corresponde a participantes de até 25 anos; o grupo

2, de 26 a 45 anos; e o grupo 3, que se refere aos indivíduos acima de 45 anos. Serão analisadas e discutidas cada variável e suas respectivas particularidades.

A investigação dos dados relativos à variável V_1 , que examina a contribuição das instituições financeiras locais para o desenvolvimento econômico municipal, revela distinções significativas nas percepções entre diferentes faixas etárias. Observou-se um χ^2 de 14,4 ($p < 0,001$), indicando discrepâncias estatisticamente significativas entre os grupos etários, com um tamanho do efeito ($\varepsilon^2 = 0,0725$), apontando para variações substanciais nas opiniões sobre o papel das instituições financeiras no desenvolvimento econômico municipal entre os distintos estratos etários. Aprofundada a análise, foram identificadas divergências específicas entre as faixas etárias. Destaca-se a disparidade entre os participantes do grupo 1 (até 25 anos) e do grupo 3 (acima de 45 anos) ($W = 5,00$, $p = 0,001$), evidenciando uma diferença significativa. Entre os participantes do grupo 1 e do grupo 2 (de 26 a 45 anos), sugere-se uma tendência a uma diferença significativa ($W = 3,27$, $p = 0,054$), porém, entre os grupos de 2 e 3, o valor de W de 2,57 ($p = 0,163$) indica a inexistência de uma diferença de cunho relevante. Essas descobertas ressaltam a importância de considerar as disparidades de percepção entre os diferentes grupos etários ao formular políticas de desenvolvimento endógeno. Reconhecer que as expectativas e experiências de diversos segmentos da população são variadas é fundamental para a efetividade dessas políticas. Nesse sentido, as políticas que buscam promover um desenvolvimento econômico mais dinâmico devem ser sensíveis às nuances demográficas, buscando abordagens que incorporem as diversas perspectivas da comunidade. Ademais, a variável supracitada mostra a importância das instituições financeiras como catalisadoras do crescimento local. Ao entender as percepções diferenciadas dos grupos etários delineados, os responsáveis pela criação de políticas podem adaptar suas estratégias para melhor atender às necessidades de todos os setores da sociedade. Em última análise, essa ação com teor mais amplo pode levar a um desenvolvimento econômico mais equilibrado, potencializando o papel das instituições financeiras como agentes de transformação positiva nas comunidades locais.

A variável V_2 traz à tona a avaliação da importância das empresas locais na geração de oportunidades de renda para o município. Os resultados demonstram uma variação significativa na percepção entre diferentes grupos etários, como evidenciado pelas diferenças estatísticas ($\chi^2 = 13,9$, $p < 0,001$, $\varepsilon^2 = 0,0696$), afirmando as divergências esperadas na forma como os diversos grupos etários percebem o impacto econômico das empresas locais. Ao realizar a comparação múltipla, os respondentes de até 25 anos e aqueles do grupo de 26 a 45 anos apresentaram um valor de W de 4,802 ($p = 0,002$). Da mesma forma, ao comparar o grupo de até 25 anos com os participantes acima de 45 anos, o valor de W foi de 3,653 ($p = 0,027$), indicando uma visão

mais favorável por parte dos jovens em relação à contribuição das empresas locais. Já a comparação entre os grupos de 26 a 45 anos e acima de 45 anos mostrou um valor de W de -0,774 ($p = 0,848$), apontando para a ausência de diferença significativa entre essas faixas etárias mais maduras. As informações provenientes dessa variável são relevantes para a formulação de políticas de desenvolvimento endógeno, uma vez que abordam as necessidades vinculadas a ações que reconheçam e capitalizem a opinião positiva dos jovens em relação ao papel das empresas locais. Simultaneamente, torna-se essencial compreender a perspectiva mais uniforme dos grupos mais velhos, procurando que as medidas de desenvolvimento econômico sejam amplamente aceitas entre todos. Dessa forma, é possível refletir as expectativas de todos os segmentos populacionais, potencializando o desenvolvimento econômico local de maneira representativa para a população como um todo.

A próxima variável a ser analisada é a V_3 , que investiga a percepção da importância das empresas locais na geração de oportunidades de renda para o município, evidenciando diferenças significativas entre as faixas etárias. Os resultados mostram um valor de χ^2 de 14,4 ($p < 0,001$, $\varepsilon^2 = 0,0724$), indicando variações na percepção entre os diferentes grupos etários. Analisando as comparações múltiplas, notou-se que os respondentes de até 25 anos têm uma percepção significativamente mais positiva em relação à contribuição das empresas locais em comparação tanto com o grupo de 26 a 45 anos ($W = 4,330$, $p = 0,006$) quanto com o grupo acima de 45 anos ($W = 4,395$, $p = 0,005$). No entanto, não há diferença significativa entre os dois grupos mais velhos ($W = 0,970$, $p = 0,772$). Esses resultados sugerem que as políticas de desenvolvimento endógeno devem ser ajustadas para incorporar as expectativas dos mais jovens, destacando o papel das empresas locais como impulsionadoras de oportunidades econômicas. Simultaneamente, parece importante compreender e abordar as razões por trás das percepções menos positivas das faixas etárias mais velhas.

Os achados relativos à variável V_6 , que investiga a percepção sobre o impacto positivo do comércio na renda do município, indicam uma variação marcante nas opiniões entre os diferentes grupos etários. O teste aponta um χ^2 de 13,4 ($p = 0,001$, $\varepsilon^2 = 0,0674$), corroborando a variação. Aprofundando a análise por meio do método de comparações múltiplas, ficou nítido que os respondentes de até 25 anos têm percepções mais otimistas sobre a influência do comércio na economia local em comparação com os outros dois grupos: ($W = 4,78$, $p = 0,002$) em relação ao grupo acima de 45 anos, e ($W = 3,64$, $p = 0,027$) em relação ao grupo de 26 a 45 anos. Esses resultados refletem uma visão mais positiva dos jovens em relação ao comércio como um motor econômico. Por outro lado, não são observadas diferenças significativas entre os respondentes de 26 a 45 anos e acima de 45 anos ($W = 1,20$, $p = 0,672$), sugerindo uma

percepção mais uniforme entre esses grupos mais maduros. Essas descobertas ressaltam a necessidade de políticas urbanas de desenvolvimento endógeno que reconheçam e incorporem a percepção dos jovens sobre o comércio como um catalisador econômico. A promoção de uma visão compartilhada do papel do comércio na prosperidade local a partir do diálogo intergeracional é um passo essencial para a construção de consenso em torno das políticas econômicas locais.

A variável V_7 , que avalia a percepção sobre a renda da população do município, sendo influenciada positivamente pelo comércio em geral, também demonstra diferenças significativas entre as faixas etárias. O teste revelou um χ^2 de 13,4 ($p = 0,001$, $\varepsilon^2 = 0,0674$), corroborando variações significativas. Analisando as comparações múltiplas, percebeu-se que os respondentes de até 25 anos têm percepções mais otimistas sobre a influência do comércio na renda da população, em comparação com os outros dois grupos: $W = 4,78$ ($p = 0,002$) em relação ao grupo acima de 45 anos e $W = 3,64$ ($p = 0,027$) no grupo de 26 a 45 anos. Esses resultados também refletem uma visão mais positiva dos jovens a respeito do comércio como um motor econômico. Por outro lado, não são observadas diferenças significativas entre os respondentes de 26 a 45 anos e acima de 45 anos ($W = 1,20$; $p = 0,672$), sugerindo uma percepção mais uniforme entre esses grupos mais maduros. As autoridades têm espaços para concentrar esforços em estratégias que alinhem a visão dos mais jovens às experiências dos grupos mais velhos, promovendo um desenvolvimento econômico que reconheça o papel do comércio na geração de renda tanto municipal quanto populacional.

A variável V_8 , que avalia a concepção sobre o impacto positivo da produção agropecuária na renda municipal, revela uma variação estatisticamente significativa entre as faixas etárias. Foi registrado um χ^2 de 6,65 ($p = 0,036$, $\varepsilon^2 = 0,0334$), indicando diferenças relevantes na forma como os diferentes grupos etários percebem o papel da agropecuária na economia local. Ao analisar as comparações múltiplas, notou-se que os jovens de até 25 anos têm uma percepção mais confiante sobre a contribuição da agropecuária em comparação com o grupo de 26 a 45 anos ($W = 3,327$, $p = 0,049$). No entanto, a comparação entre os jovens e os acima de 45 anos apresenta um valor de W de 2,479 ($p = 0,186$), mostrando uma tendência que não atinge significância estatística. Entre os grupos de 26 a 45 anos e acima de 45 anos, o valor de W é -0,687 ($p = 0,878$), demonstrando não haver diferença significativa na percepção entre essas faixas etárias. Esses resultados destacam a importância de políticas urbanas de desenvolvimento endógeno que reconheçam e aproveitem o potencial da produção agropecuária como um impulsionador econômico, especialmente considerando a percepção mais forte de impacto benéfico por parte do grupo mais jovem.

Ao adentrar na variável V_9 , que investiga a percepção sobre o impacto positivo da produção agropecuária na renda da população local, é possível verificar distinções de opiniões entre as faixas etárias. Foi indicado, pelo teste, um χ^2 de 9,53 ($p = 0,009$, $\varepsilon^2 = 0,0479$), mostrando variações significativas nas concepções entre os diferentes grupos etários. Ao analisar as comparações múltiplas, foi observada uma diferença relevante entre os respondentes de até 25 anos e os de 26 a 45 anos, com um valor de W de 4,47 ($p = 0,005$). Esse resultado indica que os mais jovens percebem mais benefícios da agropecuária em comparação com o grupo intermediário. No entanto, a comparação entre os jovens e os acima de 45 anos revela um W de 1,73 ($p = 0,438$), a sugerir que essa ideia não é significativamente diferente entre esses grupos. Além disso, não são observadas diferenças significativas entre os grupos de 26 a 45 anos e acima de 45 anos, com um W de -1,63 ($p = 0,482$). Esses resultados destacam a demanda por políticas urbanas de desenvolvimento endógeno que considerem as percepções variadas das diferentes faixas etárias sobre o papel da agropecuária. Isso abre possibilidades de aprofundar o conhecimento sobre o setor agropecuário como vetor de desenvolvimento econômico local.

A variável V_{11} , que investiga a percepção sobre a criação de novas oportunidades para a participação política na cidade, aponta diferenças significativas entre as faixas etárias. Os resultados indicam um χ^2 de 16,9 ($p < 0,001$, $\varepsilon^2 = 0,0849$), sugerindo variações consideráveis nas perspectivas entre os grupos. Na análise de comparação múltipla, identificou-se uma discrepância estatística entre os grupos de até 25 anos e de 26 a 45 anos ($W = -5,83$, $p < 0,001$), denotando que o grupo mais jovem percebe menos oportunidades de participação política em comparação com o grupo intermediário. Por outro lado, a comparação entre os jovens e os acima de 45 anos não traz diferença significativa ($W = -1,27$, $p = 0,642$), assim como entre os grupos de 26 a 45 anos e acima de 45 anos ($W = 3,33$, $p = 0,049$), apontando para diferenças marginais. Esses achados ressaltam um desafio na concepção de políticas urbanas de engajamento cívico entre as faixas etárias mais jovens. Para fortalecer a democracia local e aumentar a participação efetiva da população, é necessário que políticas e programas sejam adaptadas para melhor interagir e capacitar os jovens, incentivando a tomada de decisões ativa na vida política da cidade. Isso pode ajudar a rejuvenescer o processo político local e garantir que as políticas urbanas reflitam as necessidades e os interesses de todos os cidadãos, promovendo um desenvolvimento comunitário mais inclusivo.

No que diz respeito à variável V_{12} , que analisa a percepção sobre o impacto da política urbana na qualidade de vida, diferenças significativas entre as faixas etárias foram observadas. Foi apresentado um χ^2 de 7,97 com um p -value de 0,019 e um ε^2 de 0,0401, demonstrando variações notáveis entre os grupos etários. Na análise detalhada com o teste de DSCF, é visível

uma diferença na opinião entre os grupos de 26 a 45 anos e acima de 45 anos, com um W de 3,76 e um p de 0,021, evidenciando que o grupo mais velho nota uma influência mais positiva da política urbana na qualidade de vida. No entanto, as diferenças entre os grupos de até 25 anos e de 26 a 45 anos, bem como entre os até 25 anos e acima de 45 anos, não são estatisticamente significativas, com W de -1,71 ($p = 0,448$) e 3,10 ($p = 0,073$), respectivamente. Esses resultados sugerem que as políticas públicas locais podem ser adaptadas para melhor refletir as expectativas e experiências das diferentes faixas etárias, promovendo um impacto na qualidade de vida de todos os cidadãos. Para assegurar um desenvolvimento endógeno efetivo, a administração municipal deve estar alinhada com as necessidades específicas de cada grupo etário, especialmente considerando o reconhecimento mais crítico das faixas mais jovens em relação ao papel da política urbana. Isso pode envolver a implementação de estratégias de participação cidadã e a promoção de políticas que incrementem a transparência e a eficiência dos serviços públicos, visando uma melhoria tangível na qualidade de vida urbana, perceptível por todos os segmentos da população.

Os resultados concernentes à variável V_{14} , que investiga a importância das políticas urbanas do governo federal para o crescimento da cidade, mostram diferenças estatísticas entre as faixas etárias. Esse registro estatístico, com um χ^2 de 7,04, um valor p de 0,030 e um ε^2 de 0,0354, salienta divergências significativas na avaliação do efeito dessas políticas no desenvolvimento local. Uma análise mais detalhada demonstra uma distinção marcante na percepção entre os grupos etários de 26 a 45 anos e naqueles acima de 45 anos, com um W de 3,76 e um p de 0,021, ressaltando uma visão mais assertiva por parte do grupo mais velho sobre o papel das políticas federais. Por outro lado, embora não se observem diferenças significativas entre os jovens de até 25 anos e os outros dois grupos em certos aspectos, com um W de 2,40 ($p = 0,206$) em comparação com o grupo de 26 a 45 anos e um W de 3,58 ($p = 0,030$) em relação aos acima de 45 anos, esse último resultado sugere uma tendência de opinião mais positiva entre os mais velhos. Esses resultados mostram a complexidade das percepções sobre políticas urbanas em diferentes faixas etárias, destacando a importância de desenvolver estratégias de comunicação e políticas que estejam em sintonia com as demandas e expectativas específicas de cada grupo demográfico. Para um desenvolvimento endógeno eficiente, as políticas urbanas federais precisam ser percebidas como benéficas por todas as idades. Nesse sentido, a exploração da implementação de políticas de engajamento e educação política pode visar o aumento do impacto percebido das políticas federais no crescimento local, especialmente entre os jovens.

A variável V_{19} , que examina a percepção sobre a influência positiva do agronegócio na dinâmica econômica do município, revela diferenças significativas entre as faixas etárias. O teste mostrou um χ^2 de 23,6, com um valor p menor que 0,001 e um ε^2 de 0,118, indicando uma variação substancial nas opiniões entre os diferentes grupos demográficos. Ao analisar mais detalhadamente, constatou-se que os indivíduos acima de 45 anos percebem os benefícios do agronegócio de maneira significativamente mais positiva em comparação aos grupos mais jovens, com W de 6,84 ($p < 0,001$) contra os de até 25 anos e W de 3,23 ($p = 0,058$) contra o grupo de 26 a 45 anos, evidenciando uma tendência positiva, embora não completamente significativa para o segundo grupo. Além disso, há uma diferença marcante na percepção entre os jovens até 25 anos e os adultos de 26 a 45 anos, com um W de 3,57 ($p = 0,031$), sugerindo que o grupo de meia-idade tem um entendimento mais favorável da contribuição do agronegócio. Esses resultados destacam a importância de considerar as diferentes percepções sobre o agronegócio nas políticas urbanas, refletindo tanto aspectos positivos quanto negativos. O reconhecimento dessas variações é relevante para um desenvolvimento endógeno mais equilibrado, com políticas urbanas capazes de incorporar as diversas perspectivas e promover a prosperidade local levando em conta as especificidades de cada grupo etário.

A variável V_{21} , que aborda a influência dos recursos naturais no desenvolvimento urbano e rural da região, evidencia diferenças significativas nas percepções entre as faixas etárias, como revelado por um teste estatístico ($\chi^2 = 9,92$, $p = 0,007$, $\varepsilon^2 = 0,0499$). A análise indica variações consideráveis na opinião sobre os efeitos positivos dos recursos naturais entre os diferentes grupos etários. Ao examinar as comparações múltiplas, constatou-se que o grupo acima de 45 anos percebe uma influência mais significativa dos recursos naturais em comparação com o grupo até 25 anos ($W = 3,888$, $p = 0,016$) e com o grupo de 26 a 45 anos ($W = 4,240$, $p = 0,008$). Esses resultados denotam uma divergência clara na percepção do impacto dos recursos naturais entre as diferentes faixas etárias. Por outro lado, não se observou diferença estatisticamente significativa entre os grupos de até 25 anos e de 26 a 45 anos ($W = -0,125$, $p = 0,996$), o que retrata visões semelhantes entre esses grupos mais jovens. Essa descoberta destaca a necessidade de políticas públicas que reconheçam e utilizem eficientemente os recursos naturais para impulsionar o desenvolvimento local. Assim, políticas que promovam a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável podem ajudar a alinhar as percepções dos grupos mais jovens com as dos mais velhos, refletindo de forma crítica tanto os efeitos positivos quanto negativos das políticas públicas, considerando as diferenças na maneira como os diversos grupos etários percebem o impacto dos recursos naturais no crescimento econômico e no bem-estar.

A variável V_{24} (“Os grupos políticos locais aplicam na cidade soluções valorizadas pela população”) revela uma disparidade nas percepções entre diferentes faixas etárias sobre a eficácia das soluções políticas locais. Observou-se um χ^2 de 6,89, com um valor de p de 0,032 e um ε^2 de 0,0346, indicando uma variação significativa nas opiniões. As comparações múltiplas demonstraram que indivíduos acima de 45 anos percebem as políticas locais como significativamente mais relevantes em comparação aos grupos de 26 a 45 anos ($W = 3,35$, $p = 0,047$) e até 25 anos ($W = 3,888$, $p = 0,016$), destacando uma apreciação maior das soluções políticas por parte da população mais velha. Não foram identificadas diferenças significativas entre os grupos de até 25 anos e de 26 a 45 anos ($W = -0,125$, $p = 0,996$), sugerindo uma percepção semelhante entre esses dois grupos mais jovens. Esse padrão mostra que os indivíduos mais velhos, possivelmente devido à sua maior experiência ou envolvimento com questões locais ao longo do tempo, tendem a ter uma opinião mais favorável das iniciativas políticas.

Em relação à variável V_{13} , que investiga a percepção sobre as políticas urbanas da cidade para o crescimento local, verificou-se uma variabilidade relevante nas opiniões entre as diferentes faixas etárias. Os resultados revelam um χ^2 de 17,4, um valor de p inferior a 0,001 e um ε^2 de 0,0872, destacando diferenças na maneira como cada grupo etário percebe o efeito dessas políticas no desenvolvimento local. As comparações múltiplas evidenciam diferenças significativas na percepção entre os grupos de 26 a 45 anos e os acima de 45 anos ($W = 5,15$, $p < 0,001$), com os mais velhos avaliando as políticas urbanas como mais benéficas. Além disso, os jovens até 25 anos têm uma visão menos positiva em comparação com o grupo de 26 a 45 anos ($W = -3,71$, $p = 0,023$), enquanto a comparação entre os mais jovens e os mais velhos não demonstra diferença significativa ($W = 3,93$, $p = 0,015$). Esses achados ressaltam a necessidade de revisão e possível ajuste das políticas urbanas para melhor atender às expectativas e necessidades dos grupos mais jovens e intermediários. Para maximizar o impacto positivo das políticas urbanas no desenvolvimento local, é importante adotar uma abordagem de desenvolvimento endógeno capaz de avaliar a eficácia das políticas existentes e, ao mesmo tempo, envolver proativamente todos os grupos etários no processo de planejamento e implementação.

Ao analisar a variável V_{33} , que avalia a percepção sobre a atuação do governo federal na facilitação da criação de empregos no município, os dados sugerem uma variação significativa entre as diferentes faixas etárias quanto ao impacto das políticas governamentais nesse aspecto. Os resultados apresentam um χ^2 de 6,39 com um valor de p de 0,041 e um ε^2 de 0,0321, evidenciando uma variação considerável nas opiniões entre os grupos etários.

Especificamente, as comparações múltiplas apontam que, enquanto não há diferenças significativas entre as faixas etárias mais jovens e a intermediária ($W = -3,567, p = 0,031$), os respondentes acima de 45 anos percebem mais positivamente a influência do governo federal em comparação com os mais jovens ($W = 5,24, p < 0,001$ com até 25 anos) e uma diferença marginalmente significativa em comparação com o grupo intermediário ($W = 3,78, p = 0,021$). Esse padrão denota que a experiência ou as expectativas alteradas com a idade podem influenciar a percepção do papel do governo federal no desenvolvimento econômico local. Esse achado mostra que as macropolíticas públicas são percebidas de maneira diferenciada por todos os grupos etários, refletindo as complexidades e variabilidades das percepções institucionais sobre a criação de empregos e o desenvolvimento local sustentável.

Os resultados relativos à variável V_{38} , que investiga se os gestores da cidade têm promovido a colaboração entre diferentes grupos econômicos, revelam diferenças significativas entre as faixas etárias na percepção dessa colaboração. A análise apresenta um χ^2 de 7,17 com um valor de p de 0,028 e um ε^2 de 0,0360, indicando variações notáveis entre os grupos etários. As comparações múltiplas mostram não haver diferenças significativas entre os respondentes de até 25 anos e aqueles de 26 a 45 anos ($W = -3,17, p = 0,065$) e entre os de 26 a 45 anos e acima de 45 anos ($W = 3,19, p = 0,062$). No entanto, a percepção entre os mais jovens e os acima de 45 anos traz diferenças, embora sem alcançar significância estatística ($W = 1,93, p = 0,361$), apontando uma visão mais favorável ou uma expectativa maior de colaboração efetiva entre grupos econômicos por parte dos mais velhos. Esse achado pode refletir diferentes expectativas, baseadas na experiência ou mudanças na gestão municipal ao longo do tempo. A análise destaca a necessidade de os gestores públicos reforçarem estratégias de inclusão e colaboração entre diversos setores econômicos, para potencializar o desenvolvimento municipal de maneira a ser reconhecido por todas as faixas etárias, contribuindo para políticas públicas que considerem as percepções diferenciadas sobre a governança local e o papel dos gestores na promoção da coesão econômica.

Os resultados da análise da variável V_{39} , que investiga o alinhamento das ações dos gestores municipais com as regras nacionais para promover o desenvolvimento socioeconômico regional, apontam uma diferença estatisticamente significativa entre as faixas etárias, como evidenciado com um valor de χ^2 de 9,58, um p de 0,008 e um ε^2 de 0,0481. As comparações indicam haver uma percepção mais negativa entre os respondentes de até 25 anos em relação aos de 26 a 45 anos ($W = -4,120, p = 0,010$), sugerindo que os mais jovens percebem menos alinhamento nas ações dos gestores municipais com as normas nacionais em comparação com os de meia-idade. No entanto, as diferenças entre os de 26 a 45 anos e acima de 45 anos ($W =$

3,283, $p = 0,053$) e entre até 25 anos e acima de 45 anos ($W = 0,342$, $p = 0,968$) não são estatisticamente significativas. Isso demonstra uma tendência mais positiva sobre a percepção da faixa etária mais velha, possivelmente devido a uma maior exposição em longo prazo às políticas ou uma maior apreciação das políticas consistentes ao longo do tempo. Esses resultados destacam a necessidade de considerar as diferentes percepções geracionais sobre o alinhamento das políticas municipais com as diretrizes nacionais, refletindo tanto os aspectos positivos quanto negativos dessa relação, e ressaltando a importância de uma análise crítica das micropolíticas urbanas no contexto das macropolíticas nacionais.

Ao analisar a variável V_{40} , que investiga se os gestores municipais ouvem a população para tomar decisões importantes na gestão do município, foi possível verificar diferenças na percepção entre as faixas etárias. O teste indica uma variação significativa ($\chi^2 = 8,18$; $p = 0,017$; $\varepsilon^2 = 0,0411$), evidenciando uma diversidade de opiniões sobre a inclusão cívica entre os diferentes grupos etários. As comparações múltiplas mostram uma percepção mais negativa entre os jovens de até 25 anos em comparação com os de 26 a 45 anos ($W = -3,641$; $p = 0,027$). No entanto, essa diferença não é observada em comparação com o grupo acima de 45 anos ($W = -2,910$; $p = 0,099$). Quanto aos respondentes de 26 a 45 anos comparados aos acima de 45 anos, a diferença não é estatisticamente significativa ($W = 0,115$; $p = 0,996$), manifestando que a percepção sobre a gestão municipal não varia significativamente entre esses grupos mais velhos. Esses dados levantam a necessidade de examinar criticamente as políticas municipais, considerando possibilidades para fortalecer a inclusão dos jovens nas deliberações públicas e promover uma participação democrática mais equilibrada.

A análise da variável V_{42} , que investiga se as políticas de desenvolvimento na cidade valorizam as habilidades de seus moradores, revela diferenças significativas nas percepções entre as faixas etárias. O teste apontou uma diferença estatisticamente significativa ($\chi^2 = 9,58$; $p = 0,008$; $\varepsilon^2 = 0,0482$), indicando variações na maneira como diferentes grupos etários percebem as políticas de desenvolvimento em relação à valorização das habilidades locais. As comparações múltiplas sugerem uma percepção mais crítica dos respondentes de 26 a 45 anos em comparação aos mais jovens ($W = -3,736$; $p = 0,022$). Não há, porém, diferenças significativas entre as percepções dos jovens e dos mais velhos acima de 45 anos ($W = 0,791$; $p = 0,842$). Além disso, há uma tendência de visão mais positiva entre os de 26 a 45 anos em comparação aos mais velhos ($W = 3,798$; $p = 0,020$). Esses resultados apontam para uma possível discrepância na percepção dos esforços de valorizar as habilidades locais conforme a faixa etária, destacando a necessidade de políticas de desenvolvimento mais alinhadas às diferentes expectativas e habilidades de todos os segmentos da população. Tais ações poderiam

fomentar uma maior integração das capacidades locais no planejamento e na execução das políticas de desenvolvimento, contribuindo para um crescimento potencializado pelo capital social endogenizado localmente.

A análise da variável V_{43} , que examina a opinião sobre se as leis e regras municipais facilitam a instalação de empresas e indústrias, revela diferenças significativas de percepção entre faixas etárias. Foi apontada uma variação estatisticamente significativa ($\chi^2 = 7,73$; $p = 0,021$; $\varepsilon^2 = 0,0388$), demonstrando uma divergência nas percepções entre os grupos etários. As comparações múltiplas indicam que os respondentes de 26 a 45 anos tendem a ter uma visão mais negativa sobre a efetividade das políticas locais em comparação com os jovens até 25 anos ($W = -3,736$; $p = 0,022$). Houve também um leve indicativo de percepção mais positiva entre os respondentes de 26 a 45 anos em comparação com os mais velhos acima de 45 anos, embora este último não seja estatisticamente significativo ($W = 3,798$; $p = 0,053$). Esses resultados destacam a necessidade de revisão e possível melhoria na formulação e comunicação das políticas de incentivo à instalação de empresas, de modo que elas dialoguem com as expectativas de todos os grupos etários. Esse diálogo pode contribuir para um desenvolvimento econômico mais dinâmico, refletindo as necessidades e perspectivas da população.

A análise da variável V_{46} , que examina a percepção do impacto do agronegócio na geração de oportunidades de renda em uma região, revela diferenças estatisticamente significativas entre as faixas etárias ($\chi^2 = 13,8$; $p = 0,001$; $\varepsilon^2 = 0,0693$), apontando variações relevantes na percepção entre os grupos. As comparações múltiplas mostram que, entre os grupos de 26 a 45 anos e acima de 45 anos, há uma visão significativamente mais positiva sobre o impacto do agronegócio, com um W de 4,95 ($p < 0,001$), sugerindo que os mais velhos percebem um impacto consideravelmente positivo do agronegócio. No entanto, a comparação entre os jovens até 25 anos e os de 26 a 45 anos resulta em um W de 3,43 ($p = 0,040$), indicando uma percepção positiva entre esses grupos, porém menos intensa do que entre os mais velhos. Os resultados levantam questionamentos sobre políticas que ampliem o entendimento e o apoio ao agronegócio como motor de desenvolvimento econômico, ampliando as possibilidades de ações serem percebidas e aproveitadas por todas as faixas etárias.

Em relação à variável V_{46} , que analisa a percepção do efeito do agronegócio na geração de oportunidades de renda em determinada região, foram identificadas diferenças significativas nas opiniões entre as diversas faixas etárias. Utilizando a análise de variância não paramétrica, constatou-se uma disparidade estatisticamente relevante entre os grupos ($\chi^2 = 13,8$; $p = 0,001$; $\varepsilon^2 = 0,0693$), sugerindo que as percepções sobre o papel do agronegócio variam consideravelmente entre diferentes faixas etárias. Ao desdobrar essas análises, percebe-se que

os indivíduos de 26 a 45 anos e acima de 45 anos têm uma visão significativamente mais positiva sobre o impacto do agronegócio, com um W de 4,95 ($p < 0,001$), indicando que os mais velhos tendem a perceber o agronegócio como um fator benéfico para a geração de oportunidades de renda. Por outro lado, ao comparar os jovens até 25 anos com os indivíduos de 26 a 45 anos, observa-se um W de 3,43 ($p = 0,040$), evidenciando uma percepção também positiva entre esses grupos, embora menos acentuada do que entre os mais velhos. A partir dos dados obtidos, é possível destacar a importância de implementar políticas que promovam uma compreensão mais ampla e o apoio ao agronegócio como um catalisador do desenvolvimento econômico. Tais políticas podem ser concebidas de modo a potencializar que as oportunidades geradas pelo agronegócio sejam percebidas e aproveitadas por todas as faixas etárias da população.

A variável V_{50} revela a percepção das políticas de financiamento do governo federal e seu efeito na melhoria da região. Ao empregar a ANOVA não paramétrica foram identificadas diferenças estatisticamente significativas nas opiniões entre diferentes faixas etárias ($\chi^2 = 10,2$; $p = 0,006$; $\varepsilon^2 = 0,0511$), indicando variações na forma como essas políticas são percebidas pelos distintos grupos etários. Por testes de comparações múltiplas, verificou-se que os respondentes acima de 45 anos percebem as consequências positivas das políticas de financiamento ($W = 4,58$; $p = 0,003$) de maneira mais evidente em comparação com os grupos mais jovens. Isso demonstra que os mais velhos reconhecem claramente os benefícios dessas políticas financeiras. No entanto, os mais jovens, apesar de apresentarem uma percepção positiva ($W = 2,13$; $p = 0,289$ para o grupo entre 25 e 45 anos), podem não sentir os efeitos dessas políticas tão intensamente. Essa análise ressalta a importância de considerar as adaptações nas políticas de financiamento para ampliar as possibilidades de os benefícios serem amplamente reconhecidos por todas as faixas etárias. Com isso, fortalece-se a visão de desenvolvimento na região, assegurando que as macropolíticas governamentais atendam às necessidades e expectativas de toda a população, independentemente da faixa etária.

A análise da variável V_{55} , que avalia a percepção sobre a capacidade de trabalho conjunto e seu impacto no enriquecimento e competitividade regional, revela uma diferença significativa de opinião entre as faixas etárias. O teste de Kruskal-Wallis indica uma diferença global entre os grupos ($\chi^2 = 6,73$, $p = 0,034$, $\varepsilon^2 = 0,0338$). As comparações múltiplas pelo método DSCF sugerem uma tendência na faixa etária de 26 a 45 anos, embora não estatisticamente significativa ($W = 3,196$, $p = 0,062$), enquanto a faixa etária acima de 45 anos mostra uma falta de percepção estatisticamente significativa de impacto ($W = 2,812$, $p = 0,115$ para comparação com até 25 anos). Esses resultados indicam que a cooperação percebida e o

impacto subsequente no desenvolvimento econômico regional podem variar consideravelmente por idade, o que sinaliza uma oportunidade de alinhar e intensificar esforços em estratégias de desenvolvimento e comunicação que envolvam todas as faixas etárias para fortalecer a competitividade e o enriquecimento coletivo da região.

Os dados relacionados à variável V_{29} (“Os negócios no meu município são importantes para o desenvolvimento da cidade”) revelam uma opinião significativa sobre os benefícios dos negócios no desenvolvimento urbano, como demonstrado pelo teste de Kruskal-Wallis, que traz um χ^2 de 14,8 ($p < 0,001$; $\varepsilon^2 = 0,0745$), indicando uma forte variabilidade entre as faixas etárias. As comparações múltiplas enfatizam que o grupo acima de 45 anos percebe uma contribuição mais significativa dos negócios locais em comparação aos grupos mais jovens, com valores de W de 5,24 ($p < 0,001$) para comparações com o grupo até 25 anos e W de 3,78 ($p = 0,021$) para comparações com o grupo de 26 a 45 anos, sugerindo uma apreciação crescente com a idade. Não foi encontrada diferença significativa na percepção entre os grupos de até 25 anos e de 26 a 45 anos ($W = 2,11$, $p = 0,294$), demonstrando uma visão mais homogênea entre as faixas etárias mais jovens. Tais dados revelam a importância dos negócios locais como motores de desenvolvimento urbano, especialmente reconhecidos pelos mais velhos, o que pode refletir uma maior experiência ou dependência desses indivíduos nos serviços e na infraestrutura fornecida pelos negócios. Pensar em uma dinâmica capaz de integrar essa percepção em políticas de desenvolvimento pode ajudar a maximizar as ações econômicas para que o desenvolvimento se encontre em consonância com as necessidades e expectativas de todas as faixas etárias.

Em relação à análise da variável V_{59} , que explora a concepção de como a dinâmica da cidade valoriza os recursos para beneficiar a comunidade, notou-se resultados significativos provenientes do teste de Kruskal-Wallis, com valores de $\chi^2 = 6,42$ ($p = 0,040$; $\varepsilon^2 = 0,0322$), salientando diferenças moderadas entre os grupos etários. Nas comparações múltiplas, verificou-se uma opinião bastante positiva entre os respondentes acima de 45 anos em comparação com aqueles entre 26 e 45 anos ($W = 3,49$, $p = 0,036$), enquanto outras comparações não mostraram diferenças estatisticamente significativas. Os resultados implicam uma apreciação crescente dos esforços comunitários entre os mais velhos, ressaltando a demanda por políticas públicas vinculadas ao alinhamento da gestão de recursos com as necessidades e expectativas de diferentes faixas etárias. O reconhecimento da capacidade da dinâmica urbana de ser direcionada para o benefício comunitário é fundamental para promover uma governança participativa e com consciência inclusiva, enfatizando a importância de envolver todos os segmentos da população nas decisões das autoridades locais, para assegurar que os recursos da

cidade sejam utilizados de maneira a maximizar o bem-estar comum, especialmente em áreas de grande diversidade etária.

A próxima variável, V_{61} , explora a percepção dos participantes sobre a infraestrutura municipal de apoio ao agronegócio, revelando diferenças estatisticamente significativas entre os grupos etários, com um valor de $\chi^2 = 7,07$, $p = 0,029$ e $\varepsilon^2 = 0,0355$. Isso sugere que a concepção da qualidade da infraestrutura varia consideravelmente entre as faixas etárias. As comparações múltiplas indicam uma diferença significativa entre os respondentes até 25 anos e os de 26 a 45 anos ($W = -3,551$, $p = 0,032$), enquanto as outras comparações não foram estatisticamente significativas. Esse resultado destaca a preocupação particular dos mais jovens quanto à adequação da infraestrutura local para suportar as atividades do agronegócio. Nesse contexto, a importância de investimentos contínuos em infraestrutura para apoiar o agronegócio torna-se um elemento vital para a economia local. Além disso, evidencia-se a necessidade premente de políticas que considerem as perspectivas de diferentes gerações para garantir que o desenvolvimento seja efetivado na prática.

Já a variável V_{62} avalia a percepção de que o trabalho conjunto de pessoas e negócios impulsiona o crescimento mais rápido da cidade. A análise ANOVA não paramétrica Kruskal-Wallis mostra uma diferença significativa entre as faixas etárias ($\chi^2 = 21,4$, $gl = 2$, $p < 0,001$, $\varepsilon^2 = 0,107$), sugerindo variações na concepção de colaboração e desenvolvimento urbano. As comparações múltiplas destacam que, enquanto os respondentes de até 25 anos e de 26 a 45 anos percebem significativamente esses esforços conjuntos como eficazes para o crescimento ($W = 4,02$, $p = 0,013$ para até 25 anos comparado com 26 a 45 anos; $W = 6,18$, $p < 0,001$ para até 25 anos comparado com acima de 45 anos), os mais velhos, acima de 45 anos, têm uma visão menos positiva, embora essa diferença não seja significativa em relação ao grupo de 26 a 45 anos ($W = 2,58$, $p = 0,162$). Isso reflete uma possível divergência na percepção intergeracional sobre a eficácia da cooperação local na promoção do crescimento econômico. Esses resultados apontam para a importância de estratégias que engajem todos os segmentos da população na formulação e implementação de políticas de desenvolvimento urbano para permitir que os esforços de crescimento sejam percebidos como benéficos por todas as faixas etárias e contribuam para o desenvolvimento endógeno.

A variável V_{63} analisa como o agronegócio impulsiona o desenvolvimento comercial na cidade. A ANOVA não paramétrica Kruskal-Wallis revelou diferenças estatisticamente significativas entre as faixas etárias no entendimento dessa influência ($\chi^2 = 19,6$, $gl = 2$, $p < 0,001$, $\varepsilon^2 = 0,0983$). As comparações múltiplas mostraram que tanto os participantes até 25 anos ($W = 4,79$, $p = 0,002$) quanto acima de 45 anos ($W = 5,41$, $p < 0,001$) percebem uma influência

mais significativa do agronegócio no desenvolvimento comercial em comparação com o grupo de 26 a 45 anos. Esse último grupo mostrou pouca diferença significativa em comparação com o grupo acima de 45 anos ($W = 1,04$, $p = 0,745$), indicando que a percepção da influência do agronegócio pode ser mais forte em grupos etários mais jovens e mais velhos. Tais informações sugerem uma alta valorização das contribuições do agronegócio para a economia local entre os mais jovens e os mais velhos, destacando a relevância de políticas que continuem a integrar e expandir esses setores para fortalecer a economia local. A integração efetiva do agronegócio com o desenvolvimento comercial pode ser um ponto-chave para estratégias de crescimento, especialmente em regiões dependentes dessas atividades econômicas.

Ao analisar a variável V_{64} , nota-se como as grandes empresas do agronegócio influenciam positivamente a renda do município. A análise estatística revelou diferenças significativas entre as faixas etárias ($\chi^2 = 11,9$, $gl = 2$, $p = 0,003$, $\varepsilon^2 = 0,0599$), com variações na forma como diferentes grupos etários percebem as consequências dessa dinâmica. A comparação múltipla evidenciou que tanto os grupos de até 25 anos ($W = 3,590$, $p = 0,030$) quanto os acima de 45 anos ($W = 4,447$, $p = 0,005$) percebem mais intensamente a influência positiva do agronegócio na economia local em comparação com o de 26 a 45 anos. Esses resultados sugerem uma maior conscientização das atividades do agronegócio entre os mais jovens e os mais velhos, possivelmente refletindo uma integração mais direta ou observável dessas atividades em suas vidas ou comunidades. Essa compreensão tem o potencial de orientar políticas públicas, de modo a beneficiar economicamente o agronegócio. Estratégias de desenvolvimento podem ser formuladas de modo a dialogar com as expectativas de diferentes grupos etários, promovendo uma distribuição mais equitativa das vantagens econômicas geradas pelo setor. Esse direcionamento é fundamental para um desenvolvimento econômico percebido de forma mais justa por toda a comunidade, contribuindo para uma melhoria geral da qualidade de vida no município.

Por último, é possível observar a variável V_{65} , que investiga a percepção sobre como a renda da população do município é influenciada pelas grandes empresas locais do agronegócio. Os resultados revelaram diferenças estatísticas relevantes entre as faixas etárias na percepção dessa influência ($\chi^2 = 15,0$, $gl = 2$, $p < 0,001$, $\varepsilon^2 = 0,0754$). Ao comparar-se, observou-se que entre os jovens de até 25 anos e no grupo de 26 a 45 anos a opinião é significativamente mais positiva ($W = 5,18$, $p < 0,001$). Já entre os acima de 45 anos, comparados aos de 26 a 45 anos, também se percebe uma visão positiva, porém, o efeito não é tão forte ($W = 3,45$, $p = 0,039$). Esses resultados sugerem uma maior conscientização ou impacto percebido das empresas de agronegócio na economia local por parte dos mais jovens e dos mais velhos, talvez devido à

proximidade ou dependência direta de suas atividades econômicas com o agronegócio. Esses dados podem ser grandes direcionadores para abordagens de desenvolvimento econômico que aproveitem melhor o potencial do agronegócio para beneficiar distintos grupos populacionais no município. Políticas públicas podem ser planejadas e criadas para ampliar as vantagens econômicas do setor e potencializar o desenvolvimento local, assegurando uma distribuição mais equânime dos ganhos gerados pelo setor.

Após analisar uma diversidade de variáveis relacionadas à faixa etária e suas percepções sobre diversos aspectos do desenvolvimento socioeconômico local, fica claro que há diferenças significativas na maneira como diferentes grupos etários enxergam e avaliam esses aspectos. Essas diferenças podem ser atribuídas a diferentes experiências de vida e exposições individuais, assim como a distintas perspectivas geracionais e valores culturais. É evidente que os mais jovens tendem a ter percepções distintas em relação aos mais velhos em várias áreas, como políticas públicas, impacto do agronegócio, eficácia da representação política e influência das grandes empresas locais. Enquanto os mais jovens podem estar mais inclinados realizarem questionamentos e a exigir mudanças, os mais velhos tendem a valorizar mais a experiência e a estabilidade. Essas discrepâncias de percepção destacam a importância de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento sensíveis às diferentes necessidades e expectativas de cada grupo etário. Além disso, essas diferenças também ressaltam a necessidade de um diálogo intergeracional mais aberto e colaborativo, no qual vozes de todas as idades sejam ouvidas e valorizadas no processo de tomada de decisões. Isso promoverá mais compreensão entre as gerações e também fortalecerá a coesão social e a coexistência pacífica dentro da comunidade, potencializando o potencial de desenvolvimento endógeno.

4.2.5.4 O desenvolvimento em função da faixa de renda mensal em Bom Jesus

Nesta pequena seção, propõe-se analisar as condições internas que afetam o desenvolvimento da comunidade de Bom Jesus com base nas diferentes faixas de renda mensal dos seus habitantes. Essa avaliação busca compreender como a distribuição de renda influencia o acesso a serviços básicos, oportunidades de educação, qualidade de vida e desenvolvimento socioeconômico da população local. Ao explorar as disparidades socioeconômicas da comunidade, é possível identificar áreas de desigualdade e formular estratégias para promover a equidade e o desenvolvimento inclusivo para todos os estratos sociais em Bom Jesus.

Tabela 6 – Diferenças entre faixas de renda sobre o desenvolvimento de Bom Jesus

Variável	χ^2	gl	p	ϵ^2
V ₃₈ Os gestores da minha cidade (prefeitos e vereadores) têm promovido, nas últimas décadas, a colaboração entre diferentes grupos econômicos do município.	79.208	3	0.048	0.03980
V ₅₆ A representação política da nossa região (deputados estaduais e federais) fortalece o desenvolvimento do município	123.016	3	0.006	0.06182

Fonte: autoria própria (2024).

Inicialmente, é importante salientar haver apenas duas variáveis vinculadas à renda a serem discutidas. A variável V₃₈ investiga a percepção dos gestores municipais em relação à promoção da colaboração entre diferentes grupos econômicos. Os resultados da análise de Kruskal-Wallis revelam diferenças significativas entre os estratos de renda quanto a essa percepção, com χ^2 de 7,92, p-valor de 0,048 e tamanho de efeito ϵ^2 de 0,0398. A investigação aprofundada pelo método Dwass-Steel-Critchlow-Fligner demonstra não haver disparidades significativas entre os respondentes com renda inferior a R\$ 2.640,00 quando comparados com aqueles de rendimentos superiores. No entanto, distinções surgem ao confrontar os estratos de renda média (R\$ 2.641,00 a R\$ 6.600,00) com os mais abastados (R\$ 6.601,00 a R\$ 10.560,00 e acima de R\$ 10.561,00). Nesses casos, a percepção é mais crítica entre os estratos de maior renda, com valores de W de -3,465 ($p = 0,068$) para o grupo de renda média-alta e -2,701 ($p = 0,224$) para o estrato mais rico. Isso sugere que indivíduos com mais poder aquisitivo interpretam a gestão colaborativa da economia local de maneira menos favorável. Os dados relacionados a essa variável indicam que os esforços dos gestores municipais para fomentar a colaboração econômica são percebidos de forma diversa conforme a faixa de renda, refletindo expectativas discrepantes ou experiências contrastantes com as políticas implementadas. Esse cenário ressalta a complexidade das abordagens de desenvolvimento que visam conciliar uma ampla gama de grupos econômicos, mostrando a necessidade de estratégias mais flexíveis para atender às variadas necessidades de um município.

A segunda variável, V₅₆, investiga a percepção da representação política estadual e federal em termos de sua contribuição para o desenvolvimento municipal. A análise, conduzida por meio do teste de Kruskal-Wallis, evidencia diferenças significativas entre os estratos de renda, com χ^2 de 12,3, valor de p de 0,006 e tamanho de efeito ϵ^2 de 0,0618, indicando variações substanciais na percepção entre os diversos níveis de renda. As comparações múltiplas realizadas ressaltam que, embora não se observem disparidades significativas entre os respondentes com renda até R\$ 2.640,00 e aqueles pertencentes a faixas de renda intermediárias, os indivíduos com mais recursos financeiros (R\$ 6.601,00 a R\$ 10.560,00 e acima de R\$ 10.561,00) tendem a avaliar de forma mais crítica a eficácia da representação política ($W = 3,7158$, $p = 0,035$ para o estrato mais abastado em comparação com os de renda

intermediária). Os resultados sugerem que a percepção acerca do impacto do respaldo político no desenvolvimento municipal pode divergir significativamente conforme a posição econômica, possivelmente refletindo distintas expectativas e experiências em relação às políticas públicas. Esse cenário ressalta a importância de um diálogo mais inclusivo entre os representantes políticos e todos os segmentos da sociedade, com o objetivo de assegurar que o desenvolvimento promovido atenda às necessidades da população.

A análise da renda como fator diferenciador de grupos, que pode afetar o desenvolvimento da comunidade de Bom Jesus, mostrou tendência de ampla convergência em relação ao conteúdo pesquisado. A avaliação revela que a percepção dos gestores municipais em promover a colaboração entre diferentes grupos econômicos e a eficácia da representação política estadual e federal no fortalecimento do desenvolvimento municipal varia significativamente conforme a faixa de renda. Indivíduos de renda média a alta tendem a ser mais críticos em relação à eficácia da gestão colaborativa e à contribuição da representação política para o desenvolvimento local, em comparação com aqueles de renda mais baixa. Essa disparidade nas percepções sugere que as expectativas e experiências com políticas públicas e gestão econômica diferem substancialmente entre os diferentes estratos econômicos. As percepções mais críticas dos grupos de maior renda podem refletir expectativas mais elevadas ou uma maior exposição a políticas de outras regiões, levando a uma avaliação menos favorável das iniciativas locais. Esses resultados sublinham a necessidade de estratégias de desenvolvimento flexíveis e inclusivas, que possam atender às diversas necessidades e expectativas da população, promovendo um desenvolvimento socioeconômico equitativo e sustentável para todos os estratos sociais de Bom Jesus. É essencial que os gestores municipais e representantes políticos estabeleçam um diálogo mais inclusivo com todos os segmentos da sociedade, assegurando que as políticas públicas implementadas sejam percebidas como eficazes e beneficiem igualmente toda a comunidade, independentemente da faixa de renda.

4.2.5.5 O desenvolvimento em função do nível de participação política em Bom Jesus

O presente tópico tem como proposta analisar a influência do engajamento político na comunidade de Bom Jesus em seu desenvolvimento geral. Essa avaliação visa a compreender como o nível de participação política dos cidadãos impacta a tomada de decisões locais, o acesso a recursos públicos, a implementação de políticas e programas, bem como o fortalecimento da governança local. Ao examinar o grau de envolvimento dos residentes de Bom Jesus na vida política da comunidade, é possível identificar oportunidades para fortalecer

a democracia participativa, promover a representatividade e garantir um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável para todos os seus habitantes.

Tabela 7 – Diferenças entre níveis de participação política em Bom Jesus

Variável	χ^2	gl	p	ε^2
V ₆ A renda do meu município é influenciada positivamente pelo comércio em geral.	11.60	3	0.009	0.0583
V ₇ A renda da população do meu município é influenciada positivamente pelo comércio em geral.	10.98	3	0.012	0.0552
V ₂₃ Os grupos políticos locais são importantes para garantir qualidade de vida na nossa cidade.	12.19	3	0.007	0.0612
V ₃₀ A agricultura familiar de pequena escala do nosso município impulsiona o crescimento da região.	7.82	3	0.050	0.0393
V ₃₉ Os gestores da minha cidade (prefeito e vereadores) alinharam, nas últimas décadas, as suas ações às regras nacionais para conseguir um melhor desenvolvimento socioeconômico da nossa região.	10.17	3	0.017	0.0511
V ₄₁ Os gestores da minha cidade (prefeito e vereadores) realizam ações locais que contribuem para o desenvolvimento da região.	14.30	3	0.003	0.0719
V ₄₃ As políticas (leis e regras) da minha cidade facilitam a instalação de novas empresas e indústrias.	8.03	3	0.045	0.0404
V ₄₄ O meu município facilita o desenvolvimento equilibrado entre as suas áreas urbanas e rurais.	13.22	3	0.004	0.0664
V ₄₇ As regras da minha cidade funcionam bem para gerar qualidade de vida das pessoas na região.	15.65	3	0.001	0.0786
V ₄₈ As regras municipais valorizam os espaços na cidade para ajudar o desenvolvimento da nossa região.	16.86	3	< .001	0.0847
V ₄₉ Políticas para empresas daqui beneficiaram os negócios em minha região.	12.29	3	0.006	0.0618
V ₅₆ A representação política da nossa região (deputados estaduais e federais) fortalece o desenvolvimento do município.	8.79	3	0.032	0.0442
V ₅₈ A estrutura da minha cidade foca no que é necessário para o bem-estar das pessoas.	13.62	3	0.003	0.0684
V ₆₁ Aqui no meu município, temos boa infraestrutura (estradas e serviços essenciais) para as atividades do agronegócio.	11.09	3	0.011	0.0557
V ₆₃ No meu município, as atividades do agronegócio são importantes para o desenvolvimento do comércio na cidade.	10.29	3	0.016	0.0517
V ₆₅ A renda da população do meu município é influenciada positivamente pelas grandes empresas locais do agronegócio.	8.10	3	0.044	0.0407

Fonte: autoria própria (2024).

A variável V₆ aborda a relação entre o comércio geral e a renda municipal, com o intuito de compreender como essa atividade econômica impacta o desenvolvimento local. A utilização do teste estatístico Kruskal-Wallis revelou diferenças significativas nos níveis de percepção entre os grupos de participação política, evidenciando uma heterogeneidade nas opiniões acerca do papel do comércio na geração de renda municipal ($\chi^2 = 11,6$; $p = 0,009$; $\varepsilon^2 = 0,0583$). Esse resultado, sustentado pelo tamanho do efeito, que denota uma influência moderada, aponta para a relevância de se considerar a dimensão política na análise das relações econômicas locais. A investigação adicional, conduzida por meio de comparações múltiplas, revelou que os indivíduos com mais nível de engajamento político tendem a perceber de forma mais positiva

a influência do comércio na renda municipal. Especificamente, observou-se uma percepção mais acentuada entre aqueles com baixo e alto envolvimento político ($W = -3,98$; $p = 0,025$), bem como entre os moderadamente e fortemente envolvidos ($W = -4,50$; $p = 0,008$). Esses dados demonstram que a participação política é de suma importância na formação das perspectivas sobre as dinâmicas econômicas locais, influenciando a percepção do impacto do comércio sobre a renda municipal. Sendo assim, os resultados obtidos indicam a relevância de ter em mente o contexto político ao planejar e implementar políticas de desenvolvimento municipal. A carência de engajar ativamente a sociedade, especialmente aqueles menos envolvidos politicamente, torna-se evidente para compor as percepções e promover um entendimento compartilhado em relação às políticas econômicas que de fato assumem um lugar de eficiência.

Por outro lado, é possível verificar a variável V_7 , que examina a percepção da influência do comércio na renda da população municipal, destacando diferenças significativas entre os estratos de participação política. Para corroborar essa diferença, os dados obtidos pela análise revelam, por meio do teste Kruskal-Wallis ($\chi^2 = 11,0$; $p = 0,012$; $\varepsilon^2 = 0,0552$), um efeito de tamanho moderado. As comparações múltiplas indicam uma percepção notavelmente mais assertiva entre os participantes mais ativos no âmbito político, contrastando com os menos envolvidos ($W = 4,000$; $p = 0,024$), sugerindo uma clara influência do engajamento político na percepção dos benefícios econômicos do comércio. Esse padrão abre espaço para discutir uma preocupante polarização na percepção dos impactos econômicos do comércio, onde os mais politicamente ativos tendem a favorecer uma narrativa positiva, possivelmente influenciada por interesses específicos ou pela falta de consciência da realidade enfrentada por aqueles menos engajados. Tal divergência pode alimentar desigualdades nas políticas econômicas, favorecendo grupos privilegiados em detrimento daqueles marginalizados ou menos representados politicamente.

Além disso, a variável V_{23} revela uma percepção diferenciada sobre o impacto dos grupos políticos na qualidade de vida urbana, com diferenças significativas entre os níveis de participação política ($\chi^2 = 12,2$; $p = 0,007$; $\varepsilon^2 = 0,0612$). A análise das comparações múltiplas destaca uma percepção diminuída entre os menos envolvidos politicamente, sugerindo uma desconexão alarmante entre as políticas públicas implementadas e as necessidades percebidas pela população em geral. A falta de representatividade e a polarização política podem minar a eficácia das políticas de desenvolvimento urbano, perpetuando desigualdades e alienando segmentos da população dos processos decisórios. De modo geral, é preciso reforçar uma abordagem mais crítica na formulação e implementação de políticas econômicas e urbanas, que

leve em consideração os interesses dos grupos politicamente poderosos e, ao mesmo tempo, as necessidades e perspectivas daqueles menos representados e marginalizados.

No que diz respeito à variável V_{30} , que investiga o potencial impacto da agricultura familiar de pequena escala no desenvolvimento regional, os resultados indicam uma influência marginalmente significativa, conforme revelado pelo teste Kruskal-Wallis ($\chi^2 = 7,82, p = 0,050, \varepsilon^2 = 0,0393$). As comparações múltiplas não mostram diferenças significativas na percepção do impacto da agricultura familiar entre os diferentes níveis de participação política, exceto por uma distinção específica entre os grupos “moderadamente” e “fortemente” envolvidos ($W = 4,089, p = 0,020$). Isso sugere que indivíduos mais engajados politicamente tendem a perceber mais fortemente os benefícios do desenvolvimento agrícola, o que pode ser atribuído a uma maior conscientização sobre as questões agrícolas ou a interesses políticos específicos. Esses resultados destacam a importância de considerar o engajamento político ao avaliar a percepção pública sobre o impacto da agricultura familiar no desenvolvimento regional.

A variável V_{39} se propõe a investigar se os gestores locais, como prefeitos e vereadores, têm sido capazes de alinhar suas ações com as diretrizes nacionais, para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico da região ao longo das últimas décadas. Os resultados revelam diferenças significativas entre os grupos de participação política ($\chi^2 = 10,2, p = 0,017$), denotando um efeito moderado ($\varepsilon^2 = 0,0511$). As comparações múltiplas apontam para uma distinção estatisticamente significativa entre os respondentes que participam moderada e fortemente nas decisões políticas ($W = -3,952, p = 0,027$). Esses resultados suscitam questões críticas sobre a capacidade da governança local de alinhar suas ações com as políticas nacionais. A percepção mais crítica dos indivíduos mais envolvidos na política sugere uma desconexão entre as ações dos gestores locais e as diretrizes estabelecidas em nacionalmente, o que pode minar os esforços para um desenvolvimento socioeconômico efetivo, especialmente para aqueles mais profundamente envolvidos no processo político e mais cientes das discrepâncias entre as políticas locais e nacionais. A carência de uma governança local que dialogue com as políticas nacionais parece transparecer diante desses resultados, destacando a necessidade de uma execução de políticas mais coesa e coordenada, para garantir um impacto positivo mais amplo na qualidade de vida na região. A falta de alinhamento entre as políticas locais e nacionais pode comprometer os objetivos de desenvolvimento socioeconômico e, com isso, minar a confiança pública na capacidade dos governantes de promover mudanças positivas.

Outra variável investigada é a V_{41} , que examina o papel das ações dos gestores locais, como prefeitos e vereadores, no desenvolvimento da região. Os dados provenientes das análises revelam diferenças significativas nas percepções entre os diferentes níveis de participação

política ($\chi^2 = 14,3$, $p = 0,003$), indicando um efeito considerável ($\epsilon^2 = 0,0719$). A análise de comparações múltiplas destaca diferenças relevantes entre os grupos que participam moderadamente e aqueles que participam fortemente nas atividades políticas, com valores de W de -5,130 e um p -valor de 0,002. Esses dados sugerem que os cidadãos mais envolvidos politicamente tendem a perceber as ações dos gestores locais como mais eficazes em promover o desenvolvimento local. Isso ressalta a importância de uma participação ativa na política para reconhecer e avaliar positivamente as iniciativas de desenvolvimento. No entanto, essa percepção diferenciada entre os diferentes estratos de participação política também levanta questões sobre a representatividade e transparência das ações dos gestores locais. A necessidade de um engajamento e comunicação mais efetivos entre gestores locais e cidadãos se torna evidente diante desses resultados.

No mesmo contexto, surge a variável V_{43} , que analisa como as leis e regulamentos municipais facilitam a instalação de novas empresas e indústrias. O teste Kruskal-Wallis revela uma diferença significativa nas opiniões ($\chi^2 = 8,03$, $p = 0,045$), indicando que a visão sobre as políticas de estabelecimento empresarial varia entre os grupos de participação política, com um tamanho de efeito de 0,0404. As comparações múltiplas sugerem que, embora a maioria das comparações não apresente diferenças estatisticamente significativas, há tendências intrigantes nas percepções. Os resultados revelam que, em análises mais detalhadas, não houve diferenças significativas entre os grupos que participam “Nada” e aqueles que participam “Moderadamente” ou “Fortemente” na política, com p -valores de 0,357 e 0,062, respectivamente. Isso sugere uma percepção mais crítica ou exigente nos grupos mais envolvidos politicamente. Diante desse panorama, ressalta-se a importância do engajamento político na percepção das políticas empresariais, podendo indicar a necessidade de uma comunicação mais efetiva entre os gestores municipais e seus cidadãos para alinhar expectativas e realidades no que tange ao estabelecimento de novos empreendimentos na região. A partir dessas conclusões, urge uma revisão cuidadosa das políticas municipais relacionadas ao estabelecimento empresarial. É preciso que os gestores municipais reconheçam as expectativas e preocupações dos cidadãos, especialmente daqueles mais envolvidos politicamente, para garantir que as políticas atendam às necessidades da comunidade.

A variável V_{44} investiga como o município promove o desenvolvimento equilibrado entre suas áreas urbanas e rurais. A análise de variância não paramétrica demonstrou diferenças significativas entre os grupos, com um χ^2 de 13,2 e um p -valor de 0,004, denotando variações perceptíveis nas opiniões com base no nível de participação política dos respondentes, e um tamanho de efeito de 0,0664, mostrando uma influência moderada da participação política nas

percepções sobre políticas de desenvolvimento equilibrado. As comparações múltiplas destacam diferenças significativas, particularmente entre os respondentes que participam pouco e aqueles que participam fortemente na política ($W = -4,412$, $p = 0,010$) e entre os que participam moderada e fortemente ($W = -4,892$, $p = 0,003$). Ao aprofundar a análise, observou-se que os indivíduos mais engajados politicamente tendem a perceber as políticas de desenvolvimento de maneira mais crítica quando comparados aos que participam menos. Esse padrão abre espaço para que sejam consideradas as diversas demandas e percepções das comunidades urbanas e rurais, visando estimular um desenvolvimento verdadeiramente equilibrado em todo o município. A partir dessas conclusões, torna-se evidente que uma governança local deve levar em consideração todas as questões vinculadas às áreas urbanas, bem como as necessidades específicas das áreas rurais.

A variável V_{47} examina se as regras e políticas locais impactam a qualidade de vida urbana, evidenciando diferenças significativas nas percepções dos grupos de participação política ($\chi^2 = 15,7$, $p = 0,001$, $\varepsilon^2 = 0,0786$). O nível de engajamento político influencia diretamente as percepções sobre a efetividade dessas políticas. As comparações múltiplas destacam divergências nas opiniões entre os grupos com participação política “Pouco” e “Fortemente” ($W = -3,96$, $p = 0,026$) e entre “Moderadamente” e “Fortemente” ($W = -5,09$, $p = 0,002$), revelando que os mais politicamente engajados percebem menos efetividade das regras locais na melhoria da qualidade de vida. Esses dados sugerem que o maior envolvimento político está associado a uma visão mais crítica sobre as políticas locais, possivelmente devido a uma maior conscientização e compreensão das complexidades institucionais e das dinâmicas socioeconômicas envolvidas no desenvolvimento urbano.

A variável V_{48} investiga se as regras municipais valorizam os espaços urbanos para fomentar o desenvolvimento regional, revelando um impacto significativo das políticas municipais ($\chi^2 = 16,9$, $p < 0,001$, $\varepsilon^2 = 0,0847$). A análise revela percepções diferenciadas conforme o nível de participação política dos respondentes. Comparações múltiplas mostram contrastes significativos, especialmente entre os níveis de participação “Moderada” e “Forte” ($W = -5,47$, $p < 0,001$), indicando que indivíduos mais envolvidos politicamente percebem menos valorização dos espaços urbanos nas políticas de desenvolvimento em comparação com aqueles menos envolvidos. Esses resultados destacam a complexidade das percepções em relação às políticas locais e urbanas, ressaltando a importância da participação política na formação dessas percepções. Além disso, evidenciam a necessidade de uma revisão das políticas municipais para assegurar que sejam percebidas de maneira consistente por todos os cidadãos, independentemente do nível de envolvimento político.

A variável V_{49} examina se as políticas regionais beneficiam os negócios locais, revelando, pelo teste de Kruskal-Wallis, diferenças significativas entre os grupos com $\chi^2 = 12,3$ e $p = 0,006$, evidenciando variações nas percepções baseadas no nível de envolvimento político dos respondentes. O tamanho do efeito calculado ($\varepsilon^2 = 0,0618$) preconiza um impacto moderado das políticas sobre a percepção dos benefícios para os negócios. Comparações múltiplas indicam diferenças significativas especialmente entre os respondentes “Moderadamente” e “Fortemente” envolvidos nas políticas ($W = -4,52140$, $p = 0,008$), sugerindo que aqueles mais engajados percebem menos benefícios das políticas para os negócios locais. Essa análise revela a necessidade de reconsiderar as políticas para que sejam percebidas como benéficas por todos os níveis de participação, fortalecendo o desenvolvimento econômico local de maneira uniforme. A distinção nas percepções sugere que as políticas atuais podem não estar atingindo efetivamente seus objetivos de apoiar os negócios locais, destacando a importância de desenvolver novas estratégias na formulação e implementação de políticas empresariais.

A variável V_{56} dialoga com a formulação de políticas públicas e expressa a percepção sobre a influência da representação política estadual e federal no desenvolvimento municipal. A análise revelou diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de envolvimento político dos respondentes, com $\chi^2 = 8,79$ e $p = 0,032$, indicando uma variação na percepção com base no envolvimento político, com um tamanho de efeito moderado ($\varepsilon^2 = 0,0442$). A comparação múltipla apontou que, exceto entre os grupos “Moderadamente” e “Fortemente” envolvidos, nos quais os mais envolvidos percebem uma influência negativa significativa ($W = -4,52140$, $p = 0,008$), não há diferenças significativas entre os outros grupos. Esse cenário sugere que indivíduos com participação ativa na política estão mais propensos a serem mais críticos sobre a eficácia das ações políticas no desenvolvimento local. Isso levanta questões importantes sobre a eficácia da representação política nos âmbitos estadual e federal no contexto do desenvolvimento municipal. Se os cidadãos mais engajados percebem uma influência negativa significativa, isso indica uma lacuna na comunicação e na prestação de contas por parte dos representantes eleitos. Essa descoberta ressalta a necessidade de estabelecer uma comunicação e ação política para fortalecer a percepção positiva do impacto dos representantes no desenvolvimento municipal. Garantir políticas transparentes, capazes de atender os cidadãos em todos os níveis, é essencial para promover uma governança com legitimidade local. Além disso, destaca-se a importância de políticas públicas bem direcionadas para todos os grupos de interesse, visando a participação informada e a representação adequada dos interesses da comunidade.

A análise da variável V_{58} , que avalia se a estrutura da cidade é orientada para o bem-estar das pessoas, revela resultados significativos, com χ^2 de 13,6 e p -valor de 0,003, indicando diferenças substanciais nas percepções conforme o nível de envolvimento político dos respondentes, com um efeito de tamanho moderado ($\varepsilon^2 = 0,0684$). As comparações múltiplas destacam que a diferença mais significativa ocorre entre aqueles que estão “Moderadamente” e “Fortemente” envolvidos politicamente, percebendo-se que as estruturas da cidade menos favorecem o bem-estar ($W = -4,971$, $p = 0,002$), enquanto as diferenças entre os grupos menos envolvidos não são estatisticamente significativas. Esses dados apontam para uma tendência de que, quanto maior o envolvimento político, mais crítica é a percepção da adequação da estrutura urbana em promover o bem-estar. Isso sugere que os cidadãos mais ativos politicamente estão mais atentos às deficiências na forma como a cidade é estruturada para atender às necessidades da população. Essa percepção crítica ressalta a necessidade de políticas que considerem as opiniões de todos os níveis de envolvimento político, para melhorar a qualidade de vida urbana. Além disso, destacam a importância de adaptar as estruturas urbanas para aumentar a satisfação e o bem-estar geral dos cidadãos, incluindo uma revisão das políticas urbanas para alinhá-las melhor às necessidades dos cidadãos mais ativos politicamente, assegurando que a cidade seja projetada e desenvolvida de maneira a atender efetivamente às demandas de sua população.

Por último, examina-se a variável V_{61} , que reflete a percepção sobre a infraestrutura de apoio ao agronegócio no município. Os resultados indicam uma variação significativa nas percepções, com um χ^2 de 11,1 e um p -valor de 0,011, demonstrando uma heterogeneidade nas opiniões substancialmente significativa ($\varepsilon^2 = 0,0557$). As comparações múltiplas revelam distinções consideráveis entre os respondentes “Moderadamente” e “Fortemente” envolvidos, que percebem de forma crítica que a infraestrutura não apoia o agronegócio de maneira eficaz ($W = -4,419$, $p = 0,010$). Isso sugere que, à medida que o nível de participação política aumenta, a percepção da adequação da infraestrutura tende a ser mais crítica. Esse padrão reforça a necessidade de melhorias nas políticas de infraestrutura para melhor atender às expectativas dos mais envolvidos no processo político, o que poderia resultar em um desenvolvimento mais substancial do agronegócio na região.

A análise da influência do engajamento político na comunidade de Bom Jesus revela como o nível de participação política dos cidadãos impacta diversas dimensões do desenvolvimento local, incluindo a tomada de decisões, o acesso a recursos públicos, a implementação de políticas e o fortalecimento da governança local. A investigação aponta que indivíduos mais engajados politicamente tendem a ter percepções mais críticas sobre a eficácia das políticas públicas e a qualidade das ações dos gestores municipais. A participação ativa dos

cidadãos é fundamental para formar uma percepção mais informada e exigente das políticas e programas implementados, o que, por sua vez, pode levar a aprimorar as estratégias de desenvolvimento municipal. A análise também evidencia a necessidade de uma comunicação mais eficaz e transparente entre os gestores e a população, para garantir que as políticas públicas sejam percebidas como eficazes e inclusivas por todos os segmentos da comunidade. Além disso, as diferenças nas percepções sobre a influência do comércio, a eficácia das políticas de desenvolvimento urbano e rural, e a valorização dos espaços públicos ressaltam a importância de adaptar as estratégias de desenvolvimento às necessidades e expectativas dos cidadãos, especialmente aqueles menos engajados politicamente. Dessa forma, a promoção de um maior envolvimento político e a criação de políticas transparentes parecem importantes para fortalecer a democracia participativa, promover a representatividade e garantir um desenvolvimento mais sustentável e equitativo para todos os habitantes de Bom Jesus.

4.2.5.6 O desenvolvimento em função do setor de ocupação de trabalho de Bom Jesus

Nesta seção, são avaliados os aspectos internos relacionados ao progresso e ao crescimento da Bom Jesus, levando em consideração as particularidades de cada setor de ocupação de trabalho dentro da organização. A intenção é entender como as dinâmicas internas, estratégias e práticas de gestão se relacionam com o desenvolvimento da entidade, considerando as especificidades de cada setor ocupacional.

Tabela 8 – Diferenças entre setores de ocupação de trabalho em Bom Jesus

Variável	χ^2	gl	p	ϵ^2
V ₅₇ As atividades do agronegócio do meu município têm no comércio da nossa cidade os principais serviços de que precisam.	73.715	2	0.025	0.03704
V ₆₃ No meu município, as atividades do agronegócio são importantes para o desenvolvimento do comércio na cidade.	71.943	2	0.027	0.03615

Fonte: autoria própria (2024).

Apenas duas variáveis compõem os resultados do presente tópico. A variável V₅₇ examina a relação entre as atividades de agronegócio e os serviços comerciais em uma cidade, revelando diferenças significativas nas percepções conforme a ocupação principal dos participantes. A análise de Kruskal-Wallis revelou um qui-quadrado de 7,37 e um valor-*p* de 0,025, com um tamanho de efeito de 0,0370, indicando disparidades estatísticas entre os diferentes grupos ocupacionais. As comparações múltiplas destacaram diferenças notáveis entre os respondentes do setor público e de serviços e aqueles do setor agropecuário ($W = 3,90$,

$p = 0,016$). Os dados sugerem que indivíduos envolvidos na agropecuária percebem de forma mais favorável o impacto das atividades agrícolas nos serviços comerciais locais, em comparação com seus colegas dos serviços públicos. Esse cenário mostra como as políticas de desenvolvimento regional podem ser interpretadas de maneira distinta com base na área econômica de atuação. Tais percepções são fundamentais para orientar políticas públicas adaptadas às necessidades específicas de cada setor econômico, visando a promover um desenvolvimento mais coeso e integrado.

A aplicação do teste ANOVA não paramétrico Kruskal-Wallis à variável V_{63} , que avalia o impacto das atividades de agronegócio no desenvolvimento comercial do município, revelou um qui-quadrado de 7,19 com 3 graus de liberdade e um valor- p de 0,027, denotando diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de respondentes com base em suas ocupações principais. O tamanho do efeito, representado por ε^2 , foi de 0,0362, sugerindo um impacto moderado. As comparações múltiplas realizadas mostraram diferenças significativas entre os respondentes do setor público e serviços e aqueles da agropecuária, com um valor W de 3,90 e um valor- p de 0,016, mostrando que os indivíduos envolvidos na agropecuária percebem de forma mais positiva o impacto do agronegócio no comércio local. Esses resultados permitem compreender como diferentes setores percebem o impacto do agronegócio no desenvolvimento econômico local e podem servir como base para a formulação de políticas públicas que busquem alinhar os interesses comerciais com os do agronegócio, impulsionando um desenvolvimento regional mais integrado.

A avaliação dos aspectos internos relacionados ao desenvolvimento de Bom Jesus, considerando as particularidades de cada setor de ocupação de trabalho, revela percepções com nível elevado de consenso sobre como as dinâmicas internas e as estratégias de gestão influenciam o desenvolvimento da comunidade. A análise destaca que as atividades do agronegócio têm um impacto significativo na percepção dos serviços comerciais da cidade, variando conforme a ocupação principal dos indivíduos. Indivíduos envolvidos na agropecuária tendem a perceber mais favoravelmente o impacto dessas atividades nos serviços comerciais locais, em comparação com aqueles que trabalham no setor público e de serviços. Isso indica que as políticas de desenvolvimento regional são interpretadas de maneiras distintas com base na área econômica de atuação dos participantes. Similarmente, a influência do agronegócio no desenvolvimento comercial do município é percebida mais positivamente por aqueles no setor agropecuário, destacando novamente as divergências nas percepções entre diferentes grupos ocupacionais. Esses resultados são importantes para a formulação de políticas públicas adaptadas às necessidades específicas de cada setor econômico, promovendo um

desenvolvimento regional mais coeso e integrado. A análise das variáveis evidencia a importância de considerar múltiplos aspectos do desenvolvimento econômico local, desde a relação entre agronegócio e serviços comerciais até a influência direta do agronegócio no comércio, proporcionando uma compreensão ampliada dos desafios enfrentados e das oportunidades encontradas por Bom Jesus em seu caminho para um desenvolvimento ideal.

4.2.6 Avaliação dos contextos internos de desenvolvimento de Querência

A avaliação dos contextos internos de desenvolvimento de uma localidade desempenha um papel fundamental na compreensão de sua trajetória socioeconômica e na identificação de oportunidades e desafios para o futuro. No caso específico de Querência, essa análise torna-se ainda mais relevante, dada a importância estratégica dessa região para o desenvolvimento regional e nacional, especialmente no que se refere ao setor agropecuário.

Nesse contexto, o presente tópico visa a investigar e avaliar os contextos internos de desenvolvimento de Querência, abordando diversos aspectos que influenciam diretamente o crescimento dessa localidade. Por meio das análises e discussões, busca-se fornecer subsídios e orientações para formuladores de políticas públicas, gestores locais, empresários e demais atores envolvidos no processo de desenvolvimento de Querência, contribuindo para uma atuação mais assertiva e eficaz na promoção do crescimento econômico, social e ambientalmente sustentável dessa região.

4.2.6.1 Avaliação de homens e mulheres sobre o desenvolvimento de Querência

A avaliação dos contextos internos de homens e mulheres em relação ao desenvolvimento de querência é essencial para compreender como ambos os gêneros percebem, experimentam e constroem um profundo senso de pertencimento a um lugar ou comunidade. Depreender as diferentes perspectivas de homens e mulheres sobre querência é o primeiro passo para perpassar por suas interações com o ambiente, políticas e práticas que promovam um senso de pertencimento saudável para ambos os sexos.

Tabela 9 – Diferenças entre sexos sobre o desenvolvimento de Querência

Variável	Estatística	p	Dimensão do efeito
V ₄₇ As regras da minha cidade funcionam bem para gerar qualidade de vida das pessoas na região.	4157	0.046	0.150

Nota. $H_a \mu_{\text{Feminino}} \neq \mu_{\text{Masculino}}$

Fonte: autoria própria (2024).

A variável V_{47} , que aborda a percepção da eficácia das regras municipais na melhoria da qualidade de vida na região, foi a única a revelar diferenças relevantes entre os grupos feminino e masculino. Os resultados mostram que os homens percebem de forma ligeiramente mais positiva as políticas municipais em comparação com as mulheres. O grupo masculino ($M = 4,09$, $Md = 4,00$) apresentou médias superiores em relação ao grupo feminino ($M = 3,88$, $Md = 4,00$). A análise estatística utilizando o teste U de Mann-Whitney indicou uma diferença estatisticamente significativa entre os grupos ($U = 3648$, $p = 0,046$, $\eta = 0,150$). Esses achados destacam a importância de considerar as diferentes perspectivas de gênero na formulação e implementação de políticas públicas. A percepção diferencial das políticas municipais entre os gêneros ressalta a necessidade de estratégias específicas para envolver e capacitar grupos historicamente marginalizados, visando a garantir que as políticas regulatórias locais sejam percebidas de maneira equânime.

A análise das percepções de gênero sobre o desenvolvimento endógeno nos municípios de Querência e Bom Jesus revela contrastes significativos na percepção das políticas econômicas locais entre homens e mulheres. Em Querência, apenas a variável V_{47} apresentou uma diferença estatisticamente significativa, com os homens percebendo a qualidade de vida mais positivamente do que as mulheres. Em contraste, Bom Jesus exibiu diferenças significativas entre homens e mulheres em todas as variáveis analisadas. Essas variáveis incluíram percepções sobre as oportunidades de renda geradas pelas empresas locais, o impacto ambiental das atividades industriais, o incentivo à abertura de novos negócios, a influência do comércio na renda municipal, a criação de oportunidades de participação política, a liberdade de expressão política, a influência da produção pecuária na economia local, o fortalecimento de negócios locais para reduzir a dependência externa e a contribuição das grandes empresas locais do agronegócio. As divergências em Bom Jesus também abrangeram a percepção das regras governamentais incentivando a cultura empreendedora, a participação dos gestores na tomada de decisões conjuntas, a facilitação do desenvolvimento equilibrado entre áreas urbanas e rurais, e a infraestrutura para atividades do agronegócio. Tais achados denotam que, em Bom Jesus, as percepções de desenvolvimento econômico e social estão profundamente influenciadas pelo gênero, sugerindo uma necessidade de políticas mais inclusivas e equitativas. Em contraste, a situação em Querência, onde houve consenso de gênero em quase todas as variáveis analisadas, sugere um contexto de políticas endógenas que conseguem refletir um equilíbrio maior entre as percepções masculinas e femininas. Essas observações despertam interesse para futuros

estudos, sugerindo que o contexto de Querência, com seu maior consenso de gênero, pode oferecer informações importantes sobre a formulação de políticas econômicas que promovam um desenvolvimento endógeno mais harmonioso. A comparação com Bom Jesus, onde as discrepâncias são mais acentuadas, pode fornecer um contraponto útil para entender as dinâmicas que influenciam a percepção das políticas públicas e seu impacto na comunidade. Essas análises ampliam a compreensão sobre a importância de considerar as percepções de gênero na avaliação e na formulação de políticas de desenvolvimento local.

4.2.6.2 Avaliação com base no nível educacional sobre o desenvolvimento de Querência

A intenção, nesta seção, é avaliar os contextos internos relacionados ao nível educacional, comparando os grupos que abrangem desde o nível médio até a pós-graduação, no que diz respeito ao desenvolvimento de Querência. Ainda, busca-se entender como diferentes níveis educacionais influenciam a percepção do desenvolvimento local. A análise se concentra nas variações obtidas entre os grupos estudados, destacando as possíveis correlações entre nível de educação e o vínculo com o desenvolvimento da região. A seguir é possível verificar a tabela de variáveis que serão abordadas:

Tabela 10 – Diferenças entre níveis educacionais sobre o desenvolvimento de Querência

Variável	Estatística	p	Efeito
V ₂ As empresas da minha cidade geram oportunidades de renda importantes para o município.	4066	0.021	0.173
V ₃ As atividades econômicas da minha cidade são importantes para o desenvolvimento da região.	3997	0.014	0.187
V ₄ As atividades industriais da minha cidade se desenvolvem sem prejudicar o meio ambiente.	3939	0.008	0.199
V ₅ O contexto econômico da minha cidade incentiva a abertura de novos negócios.	3978	0.011	0.191
V ₆ A renda do meu município é influenciada positivamente pelo comércio em geral.	3520	< .001	0.284
V ₇ A renda da população do meu município é influenciada positivamente pelo comércio em geral.	4009	0.015	0.184
V ₈ A renda do meu município é influenciada positivamente pela produção agropecuária.	4119	0.027	0.162
V ₉ A renda da população do meu município é influenciada positivamente pela produção agropecuária.	4085	0.025	0.169
V ₁₀ As universidades da minha cidade melhoraram o desenvolvimento tecnológico da nossa região.	4148	0.046	0.156
V ₁₁ A minha cidade cria novas oportunidades para a participação política das pessoas.	3934	0.009	0.199
V ₁₂ O funcionamento da política da minha cidade influencia positivamente na qualidade de vida das pessoas.	4084	0.019	0.169
V ₁₃ As políticas públicas da minha cidade são positivas para o crescimento local.	3985	0.013	0.189
V ₁₄ As políticas públicas do governo federal são fundamentais para o crescimento da minha cidade.	3458	< .001	0.296

V ₁₅ Na minha cidade, as pessoas se sentem livres para expressar as suas convicções políticas.	3677	0.001	0.252
V ₁₇ As políticas públicas do meu município ajudam na sua transformação da nossa cidade de maneira positiva.	3746	0.001	0.238
V ₁₈ As políticas criadas pelo governo federal ajudam na transformação do meu município de maneira positiva.	3571	< .001	0.273
V ₂₁ Os recursos naturais locais influenciam positivamente o desenvolvimento da cidade e do campo da nossa região.	4243	0.064	0.137
V ₂₂ Os recursos econômicos da minha cidade são utilizados com eficiência para beneficiar as pessoas.	4066	0.022	0.173
V ₂₃ Os grupos políticos locais são importantes para garantir a qualidade de vida na nossa cidade.	3965	0.011	0.193
V ₂₅ As atividades da cidade-sede do meu município aumentam o crescimento econômico da região.	3741	0.002	0.239
V ₂₆ A cidade-sede do meu município tem tomado decisões políticas importantes para promover o desenvolvimento da nossa região.	3547	< .001	0.278
V ₂₇ A cidade-sede do meu município é rica em cultura para impulsionar o desenvolvimento da região.	4051	0.020	0.176
V ₂₈ A cidade-sede do meu município tem negócios apoiando inovações para a economia local crescer.	3428	< .001	0.302
V ₃₁ A cidade utiliza bem seus recursos para crescer ao máximo que as suas capacidades permitem.	3499	< .001	0.288
V ₃₅ O governo municipal está preocupado em tornar a minha cidade um lugar melhor para os residentes.	4123	0.036	0.161
V ₃₆ As regras governamentais da minha cidade incentivam uma cultura empreendedora para criar novos negócios.	3584	< .001	0.271
V ₃₈ Os gestores da minha cidade (prefeitos e vereadores) têm promovido, nas últimas décadas, a colaboração entre diferentes grupos econômicos do município.	4139	0.040	0.158
V ₃₉ Os gestores da minha cidade (prefeito e vereadores) alinharam, nas últimas décadas, as suas ações às regras nacionais para conseguir um melhor desenvolvimento socioeconômico da nossa região.	3709	0.001	0.245
V ₄₀ Os gestores da minha cidade (prefeitos e vereadores) costumam ouvir a população para tomar decisões conjuntas importantes para melhorar a gestão do município.	3880	0.006	0.210
V ₄₂ As políticas para o desenvolvimento da minha cidade valorizam as habilidades de seus moradores.	4042	0.019	0.177
V ₄₃ As políticas (leis e regras) da minha cidade facilitam a instalação de novas empresas e indústrias.	3912	0.008	0.204
V ₄₄ O meu município facilita o desenvolvimento equilibrado entre as suas áreas urbanas e rurais.	4000	0.012	0.186
V ₄₉ Políticas para empresas daqui beneficiaram os negócios em minha região	3824	0.003	0.222
V ₅₀ Políticas de financiamento do governo federal têm melhorado a minha região.	3802	0.003	0.226
V ₅₄ O agronegócio tem contribuído positivamente para melhorar a qualidade de vida na nossa cidade.	4127	0.034	0.160
V ₅₆ A representação política da nossa região (deputados estaduais e federais) fortalece o desenvolvimento do município.	4031	0.014	0.180
V ₅₇ As atividades do agronegócio do meu município têm no comércio da nossa cidade os principais serviços de que precisam.	3972	0.010	0.192
V ₅₉ A dinâmica da nossa cidade valoriza os nossos recursos para beneficiar a comunidade.	3772	0.001	0.232
V ₆₁ Aqui no meu município, temos boa infraestrutura (estradas e serviços essenciais) para as atividades do agronegócio	4128	0.036	0.160
V ₆₂ Quando as pessoas e negócios trabalham juntas, nossa cidade cresce mais rápido.	3836	0.004	0.219
V ₆₄ A renda do meu município é influenciada positivamente pelas grandes empresas locais do agronegócio.	4033	0.017	0.179
V ₆₅ A renda da população do meu município é influenciada positivamente pelas grandes empresas locais do agronegócio.	4089	0.027	0.168

V ₆₇ A representação política do nosso município (prefeito, vereadores e deputados) tem auxiliado no desenvolvimento do agronegócio a nossa região.	3986	0.012	0.189
--	------	-------	-------

Nota. H_a μ Até Nível Médio $\neq$ μ Superior ou Pós-graduação

Fonte: autoria própria (2024).

De antemão, é preciso compreender que a análise realizada foi composta por 43 variáveis, com diferenças estatisticamente significativas, que compreenderam dois grupos vinculados ao nível educacional, sendo o grupo 1 para 78 participantes com instrução até o ensino médio, e o grupo 2 para 126 indivíduos com nível superior e/ou pós-graduação. A diferença entre as percepções dos grupos foi indicada a partir da aplicação do teste U de Mann-Whitney e a dimensão do efeito foi realizada pela correlação bisserial de ordens.

A variável V₂, que explora a percepção da comunidade sobre a importância das empresas locais na geração de oportunidades de renda para o município, destaca a interdependência entre o setor empresarial e a economia local, um tema frequentemente negligenciado em análises econômicas tradicionais. Foram observados dois grupos baseados no nível educacional: o grupo até nível médio ($M = 4,15$, $Md = 4,00$, $DP = 0,704$, $EP = 0,0797$) e o grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,39$, $Md = 4,00$, $DP = 0,579$, $EP = 0,0516$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 4066$, $p = 0,021$, $\eta = 0,150$). Os dados mostram uma percepção mais confiante por parte dos indivíduos com educação superior ou pós-graduação em relação à contribuição das empresas locais para a geração de renda municipal, sugerindo que a formação educacional influencia diretamente a formação das opiniões sobre a relação entre empresas e economia local. Essa constatação levanta questões sobre como o acesso à educação superior pode influenciar a percepção individual e as políticas econômicas e o desenvolvimento socioeconômico, considerando se essa percepção mais positiva é resultado de uma compreensão mais ampla dos mecanismos econômicos por parte dos educados superiormente ou se reflete um viés ideológico em favor do empreendedorismo e do mercado.

A próxima variável investigada é a V₃, cujo objetivo principal foi examinar as diferentes percepções acerca da importância das atividades econômicas locais para o desenvolvimento regional. O grupo até nível médio ($M = 4,13$, $Md = 4,00$, $DP = 0,691$, $EP = 0,0782$) mostra médias de percepção inferiores em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,37$, $Md = 4,00$, $DP = 0,652$, $EP = 0,0581$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3997$, $p = 0,014$, $\eta = 0,187$). Esses dados indicam claramente uma tendência de valorização mais expressiva das atividades econômicas em termos de sua

contribuição para o desenvolvimento regional por parte dos indivíduos com maior nível de educação, denotando uma relação entre educação e percepção do papel da economia local.

No que diz respeito à percepção acerca da sustentabilidade das atividades industriais, foi utilizada como medida a variável V_4 , que avalia a concordância dos participantes com a afirmação de que as atividades industriais em sua cidade são desenvolvidas sem prejudicar o meio ambiente. A análise foi conduzida com base em dois grupos de participantes diferenciados pelo nível educacional. O grupo até nível médio ($M = 3,73$, $Md = 4,00$, $DP = 0,907$, $EP = 0,103$) apresenta médias de percepção inferiores em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,05$, $Md = 4,00$, $DP = 0,703$, $EP = 0,0626$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3939$, $p = 0,008$, $\eta = 0,199$). Esses resultados demonstram que os indivíduos com maior formação educacional tendem a avaliar mais assertivamente as práticas industriais locais em termos de seu impacto ambiental. Essa constatação ressalta a importância de políticas públicas e iniciativas educacionais que promovam mais conscientização e sensibilidade ambiental, especialmente nos níveis de ensino mais baixos, enfatizando a necessidade de estratégias para integrar práticas industriais mais sustentáveis, de modo a garantir o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

A análise seguinte avaliou a percepção sobre o ambiente econômico local e sua capacidade de fomentar a abertura de novos negócios, utilizando a variável V_5 . Os participantes foram divididos em dois grupos, com base no nível educacional. O grupo com educação até o nível médio ($M = 3,99$, $Md = 4,00$, $DP = 0,798$, $EP = 0,0903$) teve médias de percepção inferiores em comparação ao grupo com nível superior ou pós-graduação ($M = 4,25$, $Md = 4,00$, $DP = 0,704$, $EP = 0,0627$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3978$, $p = 0,011$, $\eta = 0,191$). Esses dados corroboram a tendência de os participantes com mais formação educacional perceberem mais positivamente o ambiente de negócios em termos de incentivo à atividade empreendedora. Tais percepções ressaltam a importância de se considerar estratégias que fortaleçam a confiança no ambiente de negócios, estimulando o empreendedorismo e o crescimento econômico regional.

Nesse mesmo cenário, foi avaliada a percepção da influência do comércio sobre a renda municipal, a partir da variável V_6 . Os dados foram analisados considerando os mesmos dois grupos. O grupo com educação até o nível médio ($M = 3,72$, $Md = 4,00$, $DP = 1,07$, $EP = 0,121$) apresentou médias de percepção inferiores em comparação ao grupo com nível superior ou pós-graduação ($M = 4,21$, $Md = 4,00$, $DP = 0,924$, $EP = 0,0823$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3520$, $p < 0,001$, $\eta = 0,284$). Essa informação é fundamental para o desenvolvimento de políticas econômicas que promovam o comércio

como um motor de crescimento da renda municipal. Considerando a necessidade de sensibilizar e educar a população sobre os benefícios econômicos do comércio, esses achados podem orientar iniciativas que visem a fortalecer a conscientização comunitária.

Outro ponto investigado foi a percepção da influência da produção agropecuária na renda municipal, utilizando a variável V_8 . O grupo com educação até o nível médio ($M = 4,33$, $Md = 4,00$, $DP = 0,750$, $EP = 0,0849$) apresentou médias de percepção inferiores em comparação ao grupo com nível superior ou pós-graduação ($M = 4,57$, $Md = 5,00$, $DP = 0,572$, $EP = 0,0509$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 4119$, $p = 0,027$, $\eta = 0,162$). Esses resultados indicam que os indivíduos com mais instrução educacional tendem a perceber mais positivamente o impacto da produção agropecuária na renda municipal. Essas informações são importantes para o desenvolvimento de políticas econômicas que buscam reconhecer e potencializar o papel do setor agropecuário como motor de crescimento para a renda do município.

No mesmo viés, o estudo concentrou-se na avaliação das percepções dos diferentes níveis educacionais sobre a influência positiva da produção agropecuária na renda da população do município, utilizando a variável V_9 . O grupo com educação até o nível médio ($M = 4,23$, $Md = 4,00$, $DP = 0,755$, $EP = 0,0854$) apresentou médias de percepção inferiores em comparação ao grupo com nível superior ou pós-graduação ($M = 4,48$, $Md = 5,00$, $DP = 0,603$, $EP = 0,0537$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 4085$, $p = 0,025$, $\eta = 0,169$). Esses resultados indicam que os indivíduos com mais instrução educacional tendem a perceber de forma mais positiva o impacto da produção agropecuária na renda da população local.

O estudo em questão também investigou a percepção sobre o impacto das universidades no desenvolvimento tecnológico regional, utilizando a variável V_{10} . Os participantes do grupo 1, composto por aqueles com educação até o nível médio ($M = 3,78$, $Md = 4,00$, $DP = 0,878$, $EP = 0,0994$), tiveram médias de percepção inferiores em comparação ao grupo 2, composto por indivíduos com nível superior ou pós-graduação ($M = 3,95$, $Md = 4,00$, $DP = 1,02$, $EP = 0,0908$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 4148$, $p = 0,046$, $\eta = 0,156$). Esses resultados sugerem uma avaliação ligeiramente mais positiva do impacto das universidades por parte dos indivíduos com educação superior ou pós-graduação. Isso pode denotar que aqueles que já cursaram uma universidade têm uma visão mais ampliada sobre o papel das instituições de ensino superior no desenvolvimento tecnológico. Tal compreensão diferenciada pode influenciar a maneira como as políticas públicas são

formuladas, reconhecendo a importância de integrar a percepção dos mais educados nas estratégias de desenvolvimento regional.

No mesmo contexto, foi analisada a percepção sobre as oportunidades de participação política oferecidas pela cidade, a partir da variável V_{11} . O grupo de participantes com até o ensino médio ($M = 3,68$, $Md = 4,00$, $DP = 0,904$, $EP = 0,102$) obteve médias de percepção inferiores em comparação ao grupo com nível superior ou pós-graduação ($M = 3,97$, $Md = 4,00$, $DP = 0,929$, $EP = 0,0828$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3934$, $p = 0,009$, $\eta = 0,199$). Esses resultados indicam uma distinção significativa nas percepções entre os grupos educacionais, sugerindo uma associação moderada entre o nível educacional e a percepção das oportunidades para a participação política na cidade. Essas informações são fundamentais para direcionar estratégias que busquem engajar ainda mais a população na vida política local, especialmente aquelas com menor nível de educação.

Ainda, foram avaliadas as percepções de diferentes níveis educacionais sobre a influência das políticas locais na qualidade de vida, utilizando a variável V_{12} . O grupo com até o ensino médio ($M = 3,90$, $Md = 4,00$, $DP = 0,815$, $EP = 0,0923$) apresentou médias de percepção inferiores em comparação ao grupo com nível superior ou pós-graduação ($M = 4,13$, $Md = 4,00$, $DP = 0,737$, $EP = 0,0657$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 4084$, $p = 0,019$, $\eta = 0,169$). Esses resultados mostram uma diferença estatisticamente significativa nas percepções entre os grupos, sugerindo uma associação moderada entre o nível educacional e a percepção do impacto das políticas municipais na qualidade de vida. Indivíduos com maior nível de formação tendem a perceber de forma mais positiva o impacto das políticas municipais na qualidade de vida.

Outra percepção a ser mencionada é a que analisa os diferentes níveis educacionais sobre o impacto das políticas públicas no crescimento local, por meio da variável V_{13} . O grupo até nível médio ($M = 3,97$, $Md = 4,00$, $DP = 0,738$, $EP = 0,0836$) teve médias de percepção inferiores em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,19$, $Md = 4,00$, $DP = 0,855$, $EP = 0,0762$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3985$, $p = 0,013$, $\eta = 0,189$). Esses resultados levantam a questão de que indivíduos com maior nível de educação tendem a perceber as políticas públicas como mais eficientes para o crescimento local. Essa constatação sugere que a educação pode influenciar a percepção da eficácia das políticas públicas, destacando a importância de se considerar diferentes perspectivas educacionais na formulação de políticas econômicas que visem ao crescimento local. Uma análise aprofundada dos dados permite compreender melhor como as políticas

públicas são vistas pela população e como essas percepções podem variar de acordo com o nível educacional.

Em outro enfoque, o estudo examinou a percepção dos níveis de educação sobre o impacto das políticas públicas federais no crescimento da cidade, baseado na variável V_{14} . O grupo até nível médio ($M = 3,37$, $Md = 4,00$, $DP = 1,27$, $EP = 0,144$) obteve médias de percepção inferiores em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,01$, $Md = 4,00$, $DP = 0,959$, $EP = 0,0854$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3458$, $p < 0,001$, $\eta = 0,296$). Esses resultados chamam a atenção para uma percepção mais positiva em relação ao impacto das políticas públicas federais no crescimento local por parte dos indivíduos com educação superior ou pós-graduação. Essa diferença destaca a relevância de políticas que possam ser percebidas de modo positivo por toda a população, reforçando a necessidade de políticas federais que promovam o crescimento e sejam reconhecidas como eficientes pelos cidadãos, independentemente dos níveis educacionais.

Mais uma variável que compõe o presente tópico é a V_{15} , que avalia a liberdade de expressão política na cidade, analisando se as pessoas se sentem livres para expressar suas convicções políticas. O grupo até nível médio ($M = 3,63$, $Md = 4,00$, $DP = 0,995$, $EP = 0,113$) apresentou médias de percepção inferiores em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,04$, $Md = 4,00$, $DP = 0,862$, $EP = 0,0768$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3677$, $p = 0,001$, $\eta = 0,252$). Esse resultado sugere que os indivíduos com mais nível de educação entendem haver mais liberdade para expressar suas opiniões políticas. Essa percepção pode ser fundamental para o desenvolvimento de políticas que fortaleçam a liberdade de expressão e incentivem uma participação política mais ativa e diversificada, contribuindo para uma sociedade mais democrática e participativa, mas, em um contexto em que o acesso ao ensino superior é relativamente limitado, isso pode ser preocupante.

Em outra análise, o estudo avaliou a percepção sobre o impacto das políticas públicas municipais na transformação positiva da cidade, utilizando a variável V_{17} . O grupo com instrução escolar até o ensino médio ($M = 3,85$, $Md = 4,00$, $DP = 0,704$, $EP = 0,0797$) apresentou médias de percepção inferiores em comparação ao grupo com nível superior ou pós-graduação ($M = 4,13$, $Md = 4,00$, $DP = 0,773$, $EP = 0,0689$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3746$, $p = 0,001$, $\eta = 0,238$). Esse resultado demonstra que os indivíduos com educação superior ou pós-graduação possuem uma perspectiva mais positiva em relação às contribuições das políticas públicas para a transformação da cidade. Interessa mencionar ser essa percepção essencial para direcionar o

desenvolvimento de estratégias políticas que visem a melhoria urbana e o reconhecimento relacionado ao apoio público efetivo quando o assunto são iniciativas que promovam tal progresso.

A variável seguinte explorou a opinião dos participantes em relação à influência das políticas federais na transformação positiva do município, utilizando a V_{18} . Os dados revelaram uma diferenciação entre os grupos. O grupo com instrução até o ensino médio ($M = 3,40$, $Md = 4,00$, $DP = 1,15$, $EP = 0,131$) teve médias de percepção inferiores em comparação ao grupo com nível superior ou pós-graduação ($M = 3,91$, $Md = 4,00$, $DP = 1,01$, $EP = 0,0902$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3458$, $p < 0,001$, $\eta = 0,296$). A análise estatística indicou que os indivíduos com mais formação educacional tendem a compreender mais positivamente o impacto das políticas públicas federais na transformação da cidade. Isso sugere ser importante considerar o nível de educação ao elaborar e implementar políticas cuja finalidade é melhorar as condições locais. Essa percepção favorável entre os mais instruídos valida a força das políticas públicas federais, destacando a necessidade de mais divulgação e envolvimento da população em relação a essas iniciativas. É fundamental que os gestores públicos e os formuladores de políticas compreendam essa percepção diferenciada para garantir uma participação mais ampla e informada dos cidadãos no processo de desenvolvimento municipal.

O estudo também abordou a percepção da eficiência no uso dos recursos econômicos municipais para beneficiar a população, com base na variável V_{22} . Neste aspecto, os resultados revelaram uma distinção nas percepções entre os dois grupos educacionais: no grupo com até ensino médio ($M = 3,91$, $Md = 4,00$, $DP = 0,825$, $EP = 0,0934$) e no grupo com educação superior ou pós-graduação ($M = 4,15$, $Md = 4,00$, $DP = 0,760$, $EP = 0,0677$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 4066$, $p = 0,022$, $\eta = 0,173$). Esses resultados sugerem mais consciência e discernimento entre os indivíduos com educação superior ou pós-graduação em relação à gestão, à utilização e à eficiência dos recursos econômicos municipais. Essa opinião mais apurada pode ser um elemento de suma relevância na formulação de políticas públicas que visem, além da otimização dos recursos, a garantia de que os benefícios econômicos sejam distribuídos de forma justa, impulsionando o desenvolvimento local.

A análise em questão abordou também, minuciosamente, as percepções divergentes entre diferentes níveis educacionais sobre o impacto dos grupos políticos locais na qualidade de vida urbana, tendo como base a variável V_{23} . No grupo com instrução até nível médio ($M = 3,79$, $Md = 4,00$, $DP = 0,812$, $EP = 0,0919$), observou-se uma distribuição razoavelmente

uniforme das respostas. Em contrapartida, o grupo com grau superior e pós-graduação ($M = 4,04$, $Md = 4,00$, $DP = 0,907$, $EP = 0,0808$) apresentou uma dispersão um pouco mais ampla das respostas. A análise estatística revelou uma diferença significativa entre os grupos ($U = 3965$, $p = 0,011$, $\eta = 0,193$). Os resultados evidenciam que os participantes com níveis mais elevados de educação possuem uma compreensão dos grupos políticos locais vinculada ao poder de melhorar a qualidade de vida urbana. Essa constatação tem encadeamentos importantes para desenvolver políticas públicas que busquem ampliar o interesse dos grupos políticos na promoção do bem-estar, garantindo que suas ações sejam reconhecidas como vantajosas por toda a população. Além disso, a demanda por ações que considerem as diferentes percepções e experiências dos cidadãos para alcançar resultados mais amplos fica mais enfatizada.

Em uma abordagem similar, o estudo investigou as percepções sobre o impacto das decisões políticas da cidade-sede do município no desenvolvimento regional, utilizando a variável V_{26} . Os resultados revelaram que o grupo com instrução até nível médio ($M = 3,56$, $Md = 4,00$, $DP = 0,884$, $EP = 0,099$) apresentou médias de percepção inferiores em comparação ao grupo com educação superior ou pós-graduação ($M = 3,95$, $Md = 4,00$, $DP = 0,847$, $EP = 0,073$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3547$, $p < 0,001$, $\eta = 0,278$). Sugere-se que os indivíduos com educação superior ou pós-graduação percebem com um olhar mais otimista o impacto das decisões políticas da cidade-sede no desenvolvimento regional.

No mesmo cenário, foi examinada a percepção dos efeitos da riqueza cultural da cidade-sede do município no desenvolvimento regional, a partir da variável V_{27} . No grupo nível médio ($M = 4,01$, $Md = 4,00$, $DP = 0,764$, $EP = 0,0865$), as percepções foram comparadas ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,23$, $Md = 4,00$, $DP = 0,792$, $EP = 0,0705$). A análise estatística revelou uma diferença significativa entre os grupos ($U = 4051$, $p = 0,020$, $\eta = 0,176$). Esses resultados sugerem que os participantes com níveis mais elevados de educação entendem de forma mais ampla e positiva o impacto da cultura local no desenvolvimento regional. Esse discernimento enfatiza a urgência de valorizar e investir na cultura, pensando-a como parte integradora do desenvolvimento econômico e social. Além disso, evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam ativamente a cultura local como uma alavanca para o crescimento e a inovação regional, reconhecendo-a como um recurso de relevância para incentivar o progresso econômico e social do município.

Em um contexto similar, o estudo analisou a percepção sobre o apoio dos negócios locais às inovações que promovem o crescimento econômico na cidade-sede do município,

conforme refletido na variável V_{28} . O grupo até nível médio ($M = 3,81$, $Md = 4,00$, $DP = 0,774$, $EP = 0,0876$) mostrou percepções comparadas ao grupo “superior ou pós-graduação” ($M = 4,20$, $Md = 4,00$, $DP = 0,820$, $EP = 0,0730$). A análise estatística revelou uma diferença significativa entre os grupos, com uma correlação bisserial de ordens de 0,302 ($U = 3428$, $p < 0,001$). Esses achados mostram que os indivíduos com educação superior ou pós-graduação percebem de forma mais positiva o papel dos negócios locais na promoção da inovação e do crescimento econômico. Essa opinião corrobora a importância de políticas que incentivem a colaboração entre negócios locais e outros setores para fortalecer a economia da região. Além disso, enfatiza-se a necessidade de medidas que reconheçam e apoiem de maneira ativa as iniciativas de cunho inovador, capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico local.

A percepção acerca da eficiência da cidade na utilização de seus recursos visando maximizar o crescimento foi analisada com base na variável V_{31} . O grupo com participantes instruídos até o ensino médio ($M = 3,81$, $Md = 4,00$, $DP = 0,790$, $EP = 0,0895$) apresentou certa variabilidade nas percepções desse grupo. Já no grupo com instrução de nível superior e pós-graduação ($M = 4,16$, $Md = 4,00$, $DP = 0,942$, $EP = 0,0839$) a média foi mais elevada, indicando uma dispersão um pouco mais ampla das respostas nesse grupo. Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3499$, $p < 0,001$, $\eta = 0,288$). Esses resultados indicam que os indivíduos com educação superior possuem forte tendência a perceber com mais positividade a habilidade da cidade em utilizar eficientemente seus recursos para promover o crescimento. Essa compreensão pode ser importante para o desenvolvimento de políticas públicas que assegurem a otimização dos recursos disponíveis, visando tanto o crescimento econômico quanto a sustentabilidade e a inclusão social.

Por outro lado, o estudo também investigou a percepção dos residentes sobre o comprometimento do governo municipal em melhorar a cidade para seus habitantes, utilizando a variável V_{35} . O grupo até nível médio ($M = 3,95$, $Md = 4,00$, $DP = 0,851$, $EP = 0,0964$) apresentou médias de percepção inferiores em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,16$, $Md = 4,00$, $DP = 0,880$, $EP = 0,0784$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 4123$, $p = 0,036$, $\eta = 0,161$). Esses resultados demonstram que os indivíduos com maior grau educacional percebem o governo municipal mais comprometido com a melhoria da cidade, enquanto o grupo com menor nível educacional pode não estar se beneficiando de tais esforços governamentais.

Outro ponto abordado na presente análise é a percepção quanto ao impacto das regras governamentais locais no estímulo à cultura empreendedora para a criação de novos negócios, alicerçada na variável V_{36} . No grupo até nível médio ($M = 3,81$, $Md = 4,00$, $DP = 0,757$, $EP =$

0,0857), notou-se uma variabilidade nas percepções dentro desse grupo. Já no grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,17$, $Md = 4,00$, $DP = 0,735$, $EP = 0,0655$), a dispersão das respostas foi menor. Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3584$, $p < 0,001$, $\eta = 0,271$). Esse resultado leva a análise para o argumento de que os indivíduos com educação superior ou pós-graduação tendem a perceber com um olhar mais positivo as regras governamentais e sua respectiva promoção de um ambiente propício ao empreendedorismo e à inovação. Essas conclusões oferecem subsídios importantes para as autoridades locais no sentido de revisar e promover políticas que efetivamente apoiem o empreendedorismo, elemento fundamental para o crescimento econômico sustentável e a criação de empregos, alinhando-se com os fundamentos teóricos desenvolvidos sobre macropolíticas, micropolíticas e desenvolvimento endógeno.

Por outro lado, a pesquisa também avaliou a percepção sobre a eficácia das políticas de colaboração entre diferentes grupos econômicos no município, utilizando a variável V_{38} . O grupo até nível médio ($M = 3,79$, $Md = 4,00$, $DP = 0,843$, $EP = 0,094$) apresentou percepções com médias e variabilidade específicas. Já o grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,01$, $Md = 4,00$, $DP = 0,834$, $EP = 0,092$) registrou médias ligeiramente superiores e dispersão semelhante. Embora as médias sejam próximas, há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito pequeno ($U = 3965$, $p = 0,011$, $\eta = 0,158$). Com isso, há uma sugestão vinculada a uma percepção mais otimista da eficácia das políticas de colaboração econômica entre os mais educados, o que pode refletir uma maior conscientização ou expectativas diferenciadas em relação às políticas municipais. Essas descobertas são importantes para os formuladores de políticas, indicando a necessidade de ajustes nas estratégias de comunicação e de estímulo ao interesse para assegurar que todas as camadas educacionais da população compreendam os esforços de colaboração entre os grupos econômicos, visando fortalecer o desenvolvimento econômico local.

Outra variável explorada foi a V_{39} , que buscou avaliar a percepção acerca do alinhamento das ações dos gestores municipais às regras nacionais, visando ao desenvolvimento socioeconômico da região. No grupo até nível médio ($M = 3,81$, $Md = 4,00$, $DP = 0,839$, $EP = 0,094$) a média foi inferior à do grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,12$, $Md = 4,00$, $DP = 0,785$, $EP = 0,070$). A análise estatística evidenciou uma diferença significativa entre as opiniões dos dois grupos, com um tamanho de efeito moderado ($U = 3709$, $p = 0,001$, $\eta = 0,245$). Esses resultados sugerem que os indivíduos com maior grau de instrução percebem como um ponto positivo o alinhamento das políticas municipais com as nacionais. Essas descobertas são relevantes para os formuladores de políticas e gestores locais, chamando

a atenção para os esforços adicionais para avaliar como os níveis educacionais estão percebendo o alinhamento do município às diretrizes nacionais.

Em seguida, analisou-se a variável V_{40} para examinar a percepção sobre se os gestores municipais ouvem a população para tomar decisões conjuntas importantes para melhorar a gestão do município. O grupo superior ou pós-graduação ($M = 3,98$, $Md = 4,00$, $DP = 0,890$, $EP = 0,080$) percebeu mais positivamente essa interação em comparação ao grupo até nível médio ($M = 3,67$, $Md = 4,00$, $DP = 0,931$, $EP = 0,100$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3880$, $p = 0,006$, $\eta = 0,210$). Sendo assim, os dados obtidos enfatizaram a importância de os gestores municipais engajarem mais ativamente a população em todas as esferas educacionais nas decisões administrativas.

A investigação dos dados relacionados à variável V_{42} , que avaliou como as políticas de desenvolvimento da cidade valorizam as habilidades dos moradores, revela diferenças perceptíveis entre os grupos educacionais. O grupo até nível médio ($M = 3,77$, $Md = 4,00$, $DP = 0,829$, $EP = 0,091$) apresentou uma média menor em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 3,98$, $Md = 4,00$, $DP = 0,779$, $EP = 0,069$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 4042$, $p = 0,019$, $\eta = 0,177$). Todos os resultados ressaltam a importância de adaptar as políticas públicas para maximizar o potencial de todos os cidadãos, independentemente do nível educacional, a fim de promover um desenvolvimento econômico e social mais harmonioso na cidade, reforçando a participação cívica e o crescimento local.

Já no estudo sobre a percepção das políticas locais facilitadoras para a instalação de empresas e indústrias, representada pela variável V_{43} , foram observadas variações significativas entre os grupos educacionais. O grupo com educação até nível médio ($M = 3,85$, $Md = 4,00$, $DP = 0,894$, $EP = 0,101$) apresentou uma média menor em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,10$, $Md = 4,00$, $DP = 0,764$, $EP = 0,068$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3912$, $p = 0,008$, $\eta = 0,204$). Essas informações evidenciam, mais uma vez, a relevância das políticas municipais serem encaradas como facilitadoras para a criação de novos negócios.

Os resultados do teste U de Mann-Whitney revelam uma diferença estatisticamente significativa na percepção do desenvolvimento equilibrado entre áreas urbanas e rurais, conforme expresso pela variável V_{44} , entre dois grupos educacionais distintos. No grupo até nível médio ($M = 3,83$, $Md = 4,00$, $DP = 0,814$, $EP = 0,091$), a média foi menor em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,10$, $Md = 4,00$, $DP = 0,723$, $EP = 0,064$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 4000$, $p = 0,012$, η

= 0,186). Esse resultado traz à tona a necessidade de manter discussões e questionamentos políticos para efetivar a percepção das políticas municipais como agentes de promoção do desenvolvimento equilibrado entre áreas urbanas e rurais. Isso evidencia a demanda por estratégias que abordem todos os pontos relevantes do município para sustentar o desenvolvimento econômico integral, criando alternativas para que todas as comunidades sejam beneficiadas.

No mesmo contexto, a variável V_{49} , que avalia a percepção sobre os benefícios das políticas para empresas na região, também indicou diferença estatisticamente significativa entre os grupos até nível médio e superior ou pós-graduação. No grupo até nível médio ($M = 3,91$, $Md = 4,00$, $DP = 0,846$, $EP = 0,094$), a média foi menor em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,21$, $Md = 4,00$, $DP = 0,769$, $EP = 0,068$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3824$, $p = 0,003$, $\eta = 0,222$). Esses resultados demonstram que a percepção das políticas empresariais é vista como mais benéfica entre os indivíduos com maior nível educacional. Ressalta-se que a presente análise pode orientar estratégias de desenvolvimento econômico local, criando desafios para que as políticas sejam percebidas positivamente por diversos segmentos da população, de modo a potencializar o impacto socioeconômico na região, fortalecer a economia local e promover o bem-estar geral.

Em relação à variável V_{50} , a análise evidenciou uma diferença significativa na compreensão sobre o impacto das políticas de financiamento federal entre os dois grupos estudados. No grupo até o nível médio ($M = 3,44$, $Md = 4,00$, $DP = 1,12$, $EP = 0,127$), a média foi menor em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 3,85$, $Md = 4,00$, $DP = 1,04$, $EP = 0,093$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3802$, $p = 0,003$, $\eta = 0,226$). Esses resultados sugerem uma avaliação mais positiva das políticas de financiamento federal entre os indivíduos com níveis educacionais mais elevados, o que pode ser considerado no planejamento de políticas públicas que visem melhorias econômicas regionais e a ampliação das condições para que esses benefícios sejam auferidos das intervenções governamentais em diferentes estratos educacionais.

Já sobre a análise dos resultados para a variável V_{54} , percebeu-se uma diferença relevante na percepção do impacto do agronegócio na qualidade de vida na cidade entre os grupos educacionais. O grupo até nível médio ($M = 4,22$, $Md = 4,00$, $DP = 0,784$, $EP = 0,088$) apresentou médias menores em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,44$, $Md = 5,00$, $DP = 0,688$, $EP = 0,062$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito baixo ($U = 4127$, $p = 0,034$, $\eta = 0,160$). Esses resultados são relevantes para entender as percepções variadas sobre o agronegócio, sendo úteis para direcionar políticas públicas que

visem a equilibrar e informar as diversas perspectivas sobre o desenvolvimento sustentável e econômico promovido por essa indústria.

A variável V_{56} aborda como a representação política da região, incluindo deputados estaduais e federais, fortalece o desenvolvimento do município. O grupo até nível médio ($M = 3,83$, $Md = 4,00$, $DP = 0,861$, $EP = 0,097$) teve médias menores em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,06$, $Md = 4,00$, $DP = 0,779$, $EP = 0,071$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito baixo ($U = 4031$, $p = 0,014$, $\eta = 0,180$). Esses resultados reforçam a percepção de que a representação política influencia positivamente o desenvolvimento municipal, especialmente percebido pelos indivíduos com maior nível de educação, reforçando a importância das políticas e ações governamentais na melhoria das condições locais.

Na mesma linha, avaliou-se a percepção sobre como o agronegócio influencia o setor de serviços e comércio na cidade, utilizando a variável V_{57} , que examina se as atividades do agronegócio local atendem às necessidades dos principais serviços de comércio da cidade. O grupo até nível médio ($M = 3,99$, $Md = 4,00$, $DP = 0,924$, $EP = 0,104$) obteve médias menores em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,23$, $Md = 4,00$, $DP = 0,835$, $EP = 0,074$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3972$, $p = 0,010$, $\eta = 0,192$). Essa análise destaca a importância do agronegócio para o setor comercial e de serviços, especialmente percebida por indivíduos com mais nível educacional, o que pode orientar políticas locais para potencializar essa interação e, ao mesmo tempo, ampliar as condições para que esses efeitos sejam sentidos e apropriados pelo outro grupo também.

Posteriormente, utilizando a variável V_{59} , que investiga como a dinâmica urbana valoriza seus recursos em prol da comunidade, notou-se uma diferença acentuada entre os grupos comparados. O grupo até nível médio ($M = 3,85$, $Md = 4,00$, $DP = 0,704$, $EP = 0,0797$) apresentou médias inferiores em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,13$, $Md = 4,00$, $DP = 0,759$, $EP = 0,0676$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3772$, $p = 0,001$, $\eta = 0,232$). Esses resultados destacam como os indivíduos com mais nível educacional tendem a sentir que os recursos da cidade são mais eficientes quando utilizados em prol da população. Tal constatação evidencia uma diferenciação perceptiva entre estratos educacionais, servindo como base para orientar políticas públicas direcionadas a otimizar a gestão e a alocação dos recursos municipais.

Outra análise de destaque é a avaliação da infraestrutura municipal para suportar o agronegócio, medida pela variável V_{61} , que revelou diferença estatisticamente significativa entre os grupos de formação acadêmica. O grupo até nível médio ($M = 3,67$, $Md = 4,00$, $DP =$

0,989, $EP = 0,111$) mostrou médias de percepção inferiores em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 3,90$, $Md = 4,00$, $DP = 1,02$, $EP = 0,091$). Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 4128$, $p = 0,036$, $\eta = 0,160$). Esses dados refletem uma compreensão mais positiva sobre a infraestrutura municipal voltada ao agronegócio por parte dos indivíduos mais instruídos. Ademais, essa diferenciação pode indicar mais consciência da importância do suporte infraestrutural para o desenvolvimento econômico local. Assim, essa análise pode ser instrumentalizada para direcionar políticas públicas que reforcem e ampliem essa infraestrutura, beneficiando diretamente o setor do agronegócio e, por extensão, impulsionando a economia regional.

Partindo para análise da variável V_{62} , investigou-se a percepção sobre o impulso ao crescimento urbano por meio da colaboração entre pessoas e negócios, que, por sua vez, revelou diferenças notáveis entre os grupos de formação educacional. Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 3836$, $p = 0,004$, $\eta = 0,219$). O grupo até nível médio ($M = 4,03$, $Md = 4,00$, $DP = 0,837$, $EP = 0,094$) teve médias de percepção inferiores em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,37$, $Md = 4,00$, $DP = 0,590$, $EP = 0,053$). Esses resultados suscitam uma reflexão profunda sobre como a colaboração entre diferentes setores pode impulsionar o desenvolvimento urbano. Eles destacam a necessidade de promover mais consciência sobre os benefícios da cooperação entre cidadãos e empresas para o crescimento e a vitalidade das cidades. No entanto, também evidenciam desafios significativos, como a necessidade de superar barreiras de comunicação e interesse entre os diversos atores urbanos, além de garantir que os benefícios da colaboração sejam equitativamente distribuídos em toda a comunidade.

Por outro lado, a variável V_{64} aborda a percepção de que a renda do município é positivamente influenciada pelas grandes empresas do agronegócio local. Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 4033$, $p = 0,017$, $\eta = 0,179$). O grupo até nível médio ($M = 4,05$, $Md = 4,00$, $DP = 0,788$, $EP = 0,088$) apresenta médias de percepção inferiores em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,29$, $Md = 4,00$, $DP = 0,716$, $EP = 0,065$). Esses achados ressaltam a relevância do agronegócio para a economia local, apontando também para desafios relacionados à distribuição dos benefícios econômicos e ao desenvolvimento sustentável. É essencial que políticas públicas e estratégias de desenvolvimento considerem essas percepções divergentes e busquem promover o diálogo adequado e colaborativo entre os diversos interessados, visando a garantir que o crescimento econômico seja acompanhado por melhorias tangíveis na qualidade de vida em todas as camadas da população.

Outra análise é a da variável V_{65} , que explora a percepção sobre a influência positiva das grandes empresas do agronegócio na renda da população local, revelando diferenças bastante significativas entre os grupos educacionais. Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 4089$, $p = 0,027$, $\eta = 0,168$). O grupo até nível médio ($M = 4,05$, $Md = 4,00$, $DP = 0,866$, $EP = 0,098$) demonstrou médias de percepção inferiores em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,33$, $Md = 4,00$, $DP = 0,702$, $EP = 0,063$). Esses resultados suscitam reflexões importantes sobre como as percepções sobre o agronegócio são influenciadas pelo nível educacional. Por um lado, evidenciam a necessidade de políticas que promovam uma compreensão mais ampla dos benefícios econômicos das empresas agrícolas entre todos os estratos educacionais. No entanto, também levantam questões sobre o acesso à informação e o entendimento das influências econômicas locais. Como melhorar a comunicação e o acesso ao conhecimento sobre os efeitos e benefícios do agronegócio na economia local para garantir uma visão mais abrangente e informada entre todos os segmentos da sociedade é um questionamento a ser considerado.

Por último, os resultados da variável V_{67} revelam diferenças interessantes nas percepções sobre o impacto da representação política no desenvolvimento do agronegócio na região entre grupos com diferentes níveis educacionais. Há significância estatística da diferença e um tamanho de efeito moderado ($U = 4031$, $p = 0,012$, $\eta = 0,189$). O grupo até nível médio ($M = 4,18$, $Md = 4,00$, $DP = 0,785$, $EP = 0,088$) obteve médias de percepção inferiores em comparação ao grupo superior ou pós-graduação ($M = 4,41$, $Md = 4,00$, $DP = 0,793$, $EP = 0,071$). Os dados abrem espaço para pontuações sobre como a educação influencia a percepção das políticas e ações governamentais. Eles indicam a necessidade de promover uma compreensão mais profunda e crítica do papel da representação política no desenvolvimento do agronegócio, independentemente do nível educacional. Diante das análises realizadas sobre as percepções relacionadas ao desenvolvimento econômico, político e social, considerando o nível de instrução educacional dos participantes, torna-se evidente a influência significativa que a educação exerce sobre as visões e entendimentos individuais. Os resultados destacam como os diferentes níveis de instrução educacional influenciam as percepções e interpretações das políticas públicas, práticas administrativas e dinâmicas socioeconômicas locais.

A análise dos contextos internos relacionados ao nível educacional dos moradores de Querência revela uma influência marcante da educação nas percepções e avaliações sobre o desenvolvimento local. Os resultados indicam que os indivíduos com nível superior ou pós-graduação tendem a perceber mais positivamente a eficácia das políticas municipais, o impacto da representação política e a contribuição do agronegócio para a economia local. Essa visão

mais otimista pode ser atribuída a um maior acesso à informação, uma capacidade de análise crítica aprimorada e, possivelmente, experiências mais diversificadas. Ainda, existe a possibilidade de essas percepções serem decorrentes de um processo mais amplo de apropriação de benefícios desproporcional entre esses dois grupos analisados. Em contrapartida, os indivíduos com até nível médio trazem percepções menos favoráveis, evidenciando a necessidade de políticas públicas que promovam uma maior conscientização e educação cívica e avaliação sobre como o desenvolvimento endógeno está sendo percebido como justo entre esses dois grupos. A disparidade nas percepções sugere que o nível educacional influencia diretamente como os cidadãos interpretam e avaliam as políticas públicas e as práticas de gestão, o que, por sua vez, impacta o desenvolvimento socioeconômico da região. Esses achados ressaltam a importância de estratégias que considerem as diferentes perspectivas e necessidades educacionais para promover um desenvolvimento mais sustentável. Ao criar condições para que todos os segmentos da população tenham acesso a uma educação de qualidade e a informações pertinentes e resultados democraticamente distribuídos, é possível fomentar um ambiente mais participativo e informado, capaz de contribuir de maneira mais efetiva para o crescimento e a prosperidade de Querência. Em última análise, promover a equidade educacional, associada à apropriação justa do desenvolvimento endógeno, fortalece a legitimidade das políticas públicas e contribui para sustentar a construção de uma comunidade mais justa e integrada.

4.2.6.3 O desenvolvimento em função da faixa etária da população de Querência

A proposta que permeia essa seção dialoga com uma análise dos fatores internos que influenciam o desenvolvimento do município, levando em consideração as diferentes faixas etárias de sua população. Essa avaliação busca compreender diversos aspectos dos habitantes de Querência. Ao examinar o impacto desses fatores nas diversas faixas etárias, é possível identificar necessidades específicas de cada grupo e formular políticas e programas que promovam um desenvolvimento mais equitativo e inclusivo para todos os cidadãos do município. A seguir é possível verificar as variáveis selecionadas para compor a análise:

Tabela 11 – Diferenças entre faixas etárias sobre o desenvolvimento de Querência

Variável	χ^2	gl	p	ε^2
V ₈ A renda do meu município é influenciada positivamente pela produção agropecuária.	78.564	2	0.020	0.03870
V ₁₁ A minha cidade cria novas oportunidades para a participação política das pessoas.	175.180	2	<.001	0.08630

V ₁₃ As políticas públicas da minha cidade são positivas para o crescimento local.	60.584	2	0.048	0.02984
V ₁₇ As políticas públicas do meu município ajudam na sua transformação de maneira positiva da nossa cidade.	94.374	2	0.009	0.04649
V ₂₂ Os recursos econômicos da minha cidade são utilizados com eficiência para beneficiar as pessoas.	134.842	2	0.001	0.06642
V ₂₄ Os grupos políticos locais aplicam na cidade soluções valorizadas pela população.	109.105	2	0.004	0.05375
V ₂₅ As atividades da cidade-sede do meu município aumentam o crescimento econômico da região.	77.542	2	0.021	0.03820
V ₂₈ A cidade-sede do meu município tem negócios apoiando inovações para a economia local crescer.	70.937	2	0.029	0.03494
V ₃₁ A cidade utiliza bem seus recursos para crescer ao máximo que as suas capacidades permitem.	141.579	2	<.001	0.06974
V ₃₄ A atuação das empresas locais valoriza nossa produção para manter o dinheiro na região.	93.081	2	0.010	0.04585
V ₃₇ A aplicação das regras governamentais do meu município melhora a qualidade de vida de todos na cidade.	81.325	2	0.017	0.04006
V ₄₇ As regras da minha cidade funcionam bem para gerar qualidade de vida das pessoas na região.	117.316	2	0.003	0.05779
V ₅₂ As regras e políticas de uso da terra do nosso município impulsionam o crescimento regional.	63.669	2	0.041	0.03136
V ₅₆ A representação política da nossa região (deputados estaduais e federais) fortalece o desenvolvimento do município.	156.382	2	<.001	0.07704
V ₅₉ A dinâmica da nossa cidade valoriza os nossos recursos para beneficiar a comunidade.	73.913	2	0.025	0.03641

Fonte: autoria própria (2024).

Para uma compreensão mais aprofundada dos resultados, é importante destacar que o teste de Kruskal-Wallis foi utilizado para identificar variações relacionadas às opiniões dos participantes, enquanto o teste de Dwass-Steel-Critchlow-Fligner foi empregado para realizar comparações múltiplas. Quanto aos respondentes, foram agrupados da seguinte forma: o grupo 1 incluiu participantes de até 25 anos, o grupo 2 englobou indivíduos com idades entre 26 e 45 anos, e o grupo 3 consistiu em participantes com mais de 45 anos. Cada variável e suas particularidades serão analisadas e discutidas em detalhes.

No caso da variável V₈, revelou uma variação moderada na percepção entre diferentes faixas etárias, evidenciada pelo valor de chi-quadrado de 7,86 e um *p*-valor de 0,020. Especificamente, a análise comparativa entre grupos etários destacou uma diferença significativa entre participantes mais velhos (acima de 45 anos) e aqueles na faixa intermediária (26 a 45 anos), indicando que os primeiros podem perceber de forma menos positiva a influência da agropecuária na economia municipal. Tais dados sugerem a necessidade de compreender as perspectivas variadas sobre a contribuição da agropecuária para a economia local, visando a implementação de políticas mais inclusivas e eficazes, que maximizem o benefício percebido desse setor.

Por outro lado, a análise da variável V_{11} revelou diferenças substanciais na percepção da capacidade da cidade em criar oportunidades para a participação política entre diferentes faixas etárias. O teste evidenciou um valor de χ^2 de 17,5 com um p -valor inferior a 0,001, destacando a influência significativa da idade na percepção dessa capacidade. Especificamente, comparações entre grupos etários demonstraram que os participantes mais velhos tendem a perceber menos oportunidades de participação política em comparação aos grupos mais jovens. Essa discrepância ressalta a importância de políticas públicas que ampliem o envolvimento cívico em todas as faixas etárias, visando a garantir que as oportunidades políticas sejam percebidas como acessíveis por uma base demográfica mais ampla, contribuindo para fortalecer a governança local e o interesse populacional.

O exame da variável V_{13} indicou diferenças estatísticas moderadas entre grupos etários, evidenciadas pelo valor de χ^2 de 6,06 e um p -valor de 0,048. Embora as comparações múltiplas não tenham revelado diferenças significativas entre os grupos mais jovens e de meia-idade, destacaram-se diferenças relevantes entre os participantes mais velhos e os outros grupos. Esse resultado sugere que os respondentes mais velhos tendem a perceber as políticas públicas como menos eficazes para o crescimento local em comparação com os grupos mais jovens, apontando para a necessidade de uma revisão cuidadosa das políticas públicas, de modo a garantir que atendam e se alinhem às expectativas de todas as faixas etárias, visando a promover um crescimento mais inclusivo na região de Querência.

Por sua vez, a análise da variável V_{17} revelou diferenças estatísticas significativas entre grupos etários, conforme evidenciado pelo valor de χ^2 de 9,44 e um p -valor de 0,009. As comparações múltiplas indicaram que os participantes mais velhos tendem a perceber as políticas públicas como mais benéficas para o desenvolvimento da cidade em comparação com o grupo intermediário. Esses resultados demonstram a importância de levar em conta as diferentes percepções etárias ao formular e implementar políticas públicas, a fim de garantir que elas atendam às expectativas de todos os segmentos da população, maximizando seu efeito positivo no desenvolvimento urbano.

No mesmo panorama se encontra a variável V_{22} , que aborda a percepção sobre a eficiência na utilização dos recursos econômicos da cidade em benefício das pessoas, evidenciando uma relação significativa entre as diferentes faixas etárias e suas visões sobre a gestão econômica municipal. A aplicação do teste de Kruskal-Wallis demonstrou diferenças estatísticas significativas entre grupos etários, com um valor de χ^2 de 13,5 e um p -valor de 0,001, além de um tamanho de efeito ε^2 de 0,0664. As comparações múltiplas denotaram diferenças marcantes entre os participantes mais velhos e os outros grupos, indicando que os

primeiros tendem a perceber uma utilização mais eficiente dos recursos econômicos em comparação com os mais jovens. Logo, a maturidade pode influenciar a visão sobre a gestão dos recursos da cidade, possivelmente devido às experiências de vida e à duração da residência na cidade, que podem moldar as expectativas em relação ao uso dos recursos econômicos.

A análise da variável V_{24} , que investiga como os grupos políticos locais aplicam soluções valorizadas pela população, revelou variações significativas nas percepções entre diferentes faixas etárias, respeitando a diversidade demográfica em termos de idade. Notou-se um valor de χ^2 de 10,9 com um p -valor de 0,004 e um tamanho de efeito ϵ^2 de 0,0537, indicando uma variabilidade significativa nas opiniões entre as faixas etárias. As comparações múltiplas destacaram diferenças significativas, especialmente entre os mais jovens e os mais velhos. Por exemplo, a diferença mais notável ocorreu entre o grupo de até 25 anos e os acima de 45 anos, cujo valor de W foi de -4,74, com um p significativo de 0,002, evidenciando que os participantes mais velhos percebem as soluções políticas como mais benéficas. Além disso, a comparação entre os grupos de 26 a 45 anos e acima de 45 anos também mostrou uma diferença significativa, com um W de -3,44 e p de 0,039. Esses resultados sugerem que a experiência e a maturidade podem influenciar a avaliação positiva das ações políticas locais, implicando que os esforços para alinhar as políticas públicas às expectativas dos cidadãos devem considerar as percepções variadas entre os diferentes grupos etários para fortalecer a participação e a satisfação com a governança local.

Já a variável V_{25} , que trata da percepção de que as atividades da cidade-sede impulsionam o crescimento econômico regional, também trouxe diferenças significativas entre grupos etários. O teste de ANOVA resultou em um χ^2 de 7,75 com um valor de p de 0,021 e um tamanho de efeito ϵ^2 de 0,0382, indicando variações significativas na percepção entre as faixas etárias. As comparações múltiplas revelaram diferenças significativas na percepção entre os mais jovens até 25 anos e os acima de 45 anos, assim como entre os de 26 a 45 anos e os acima de 45 anos. Esses resultados apontam para uma avaliação mais crítica do impacto econômico das atividades da cidade-sede por parte dos mais velhos. Enquanto as atividades da cidade-sede são percebidas como impulsionadoras do crescimento econômico regional, a variação notável na percepção com base na idade dos respondentes sugere que os mais velhos podem ter expectativas ou experiências que os levam a julgar essas atividades de maneira mais crítica. Essas diferenças reforçam a ideia de que políticas de desenvolvimento que abordem especificamente as preocupações dos grupos etários mais velhos precisam, por meio de estratégias de envolvimento e comunicação, alinhar atividades econômicas com as necessidades percebidas de todos os cidadãos.

Em seguida, a análise da variável V_{28} , que investiga a percepção sobre o apoio das empresas na cidade-sede do município a inovações que contribuam para o crescimento econômico local, traz à tona diferenças significativas. Houve um χ^2 de 7,09 com um p de 0,029 e um tamanho de efeito ε^2 de 0,0349, indicando variabilidade nas percepções entre as faixas etárias. As comparações múltiplas demonstraram uma diferença significativa entre os indivíduos de 26 a 45 anos e aqueles acima de 45 anos, com um W de -3,505 e p de 0,035, sugerindo que os mais velhos possivelmente percebem menos apoio das empresas locais para inovações que favoreçam o crescimento econômico. Essa percepção diferenciada pode refletir diferenças nas expectativas ou experiências diretas com tais iniciativas econômicas. As informações obtidas destacam a importância de estratégias diferenciadas, que considerem essas percepções variadas para efetivamente envolver todos os grupos etários no desenvolvimento econômico regional.

Agora, falando sobre a variável V_{31} , que avalia a percepção sobre a eficiência da cidade na utilização de seus recursos para maximizar o crescimento dentro de suas capacidades, os resultados da análise indicam também distinções relevantes entre as faixas etárias. O teste de Kruskal-Wallis revelou um χ^2 de 14,2 com um p -valor $< 0,001$ e um tamanho de efeito ε^2 de 0,0697. As comparações múltiplas mostraram diferenças marcantes, especialmente entre os participantes de 26 a 45 anos e aqueles acima de 45 anos, com um W de -5,1836 e $p < 0,001$. Isso sugere que os mais velhos notam uma utilização menos eficaz dos recursos para o crescimento em comparação com o grupo intermediário. Esses resultados ressaltam a importância de políticas que sejam transparentes a todas as faixas etárias. Ampliar o interesse e a participação de todos os grupos etários no planejamento e na execução das políticas pode ser importante para suprir as expectativas e reforçar a confiança na gestão dos recursos municipais, promovendo um desenvolvimento sustentável capaz de atender a população.

Em relação à variável V_{34} , que examina como as empresas locais contribuem para manter o dinheiro na região valorizando a produção local, identificam-se diferenças significativas entre as faixas etárias, evidenciando a diversidade de percepções dentro da comunidade. O resultado apontou um valor de χ^2 de 9,31 com um p -valor de 0,010 e um ε^2 de 0,0459, indicando variações na percepção dessa contribuição entre os diferentes grupos etários. As análises de comparação múltipla mostraram que, enquanto as diferenças entre os participantes de até 25 anos e de 26 a 45 anos não foram estatisticamente significativas ($W = -1,50$; $p = 0,539$), houve uma diferença significativa entre os grupos de 26 a 45 anos e acima de 45 anos ($W = -3,72$; $p = 0,023$), sugerindo que os indivíduos mais velhos percebem uma maior valorização da produção local pelas empresas em comparação com o grupo intermediário.

Na variável V_{37} , que examina como as regras governamentais melhoram a qualidade de vida na cidade, também foram observadas diferenças relevantes entre os grupos etários. O teste revelou um χ^2 de 8,13, com $p = 0,017$ e um ε^2 de 0,0401, indicando variações nas percepções sobre o impacto das regras governamentais na qualidade de vida urbana. As comparações múltiplas apresentaram uma distinção de perspectiva entre os grupos de até 25 anos e acima de 45 anos ($W = -3,76$; $p = 0,021$), sugerindo que os mais velhos possuem um olhar mais otimista em relação ao impacto das regras governamentais na qualidade de vida em comparação aos jovens. Essa tendência foi reforçada pela comparação entre os de 26 a 45 anos e acima de 45 anos, notando-se também uma diferença interessante ($W = -3,03$; $p = 0,081$). Esses resultados reforçam o peso de implementar políticas que considerem as percepções de diversas faixas etárias em relação às regras governamentais na qualidade de vida urbana. As implicações desses resultados são essenciais para o planejamento urbano e o desenvolvimento de políticas públicas que priorizem intervenções ajustadas às necessidades percebidas por variados grupos demográficos, ampliando as possibilidades de que os benefícios das regulações municipais sejam amplamente reconhecidos e valorizados pela população em geral.

Ao analisar a variável V_{47} , que investiga a eficácia das regras municipais na melhoria da qualidade de vida regional, destacam-se diferenças significativas entre as faixas etárias, demonstrando a heterogeneidade de percepções na comunidade. O teste realizado indicou um χ^2 de 11,7 com um valor p de 0,003 e um ε^2 de 0,0578, denotando variações significativas na percepção entre diferentes grupos etários. As comparações múltiplas mostraram que a percepção entre os mais jovens (até 25 anos) e os mais velhos (acima de 45 anos) tiveram diferenças significativas ($W = -4,36$; $p = 0,006$), assim como entre os de 26 a 45 anos e acima de 45 anos ($W = -4,12$; $p = 0,010$). Esses resultados destacam a percepção mais crítica dos mais velhos relativa às políticas locais, possivelmente devido a uma maior expectativa ou demanda por eficácia na governança.

A variável V_{52} aborda como as políticas de uso da terra influenciam o crescimento regional. Os resultados implicam um χ^2 de 6,37, um valor p de 0,041 e um ε^2 de 0,0314, sugerindo diferenças relevantes entre os grupos etários. As análises de comparações múltiplas mostram que a percepção entre os mais velhos (acima de 45 anos) e os mais jovens (até 25 anos) é significativamente diferente, com um W de -3,63 e um p de 0,028, enquanto a comparação entre o grupo de 26 a 45 anos e acima de 45 anos não revela diferenças significativas ($W = -2,17$, $p = 0,276$). Isso insinua que os mais velhos percebem a influência das políticas de uso da terra no crescimento regional de maneira mais otimista do que os jovens, o que pode refletir uma maior sensibilidade ou uma resposta mais direta às políticas de

desenvolvimento que afetam diretamente a qualidade de vida e o uso da terra em suas comunidades. Considerar os dados obtidos para ajustar políticas de desenvolvimento urbano e regional, visando a harmonizar as expectativas entre diferentes faixas etárias, é uma tática de melhorar o impacto sobre a população.

A variável V_{56} oferece uma visão sobre como a representação política estadual e federal é percebida em relação ao desenvolvimento municipal. Os resultados do teste de Kruskal-Wallis, com um χ^2 de 15,6 e um p -valor inferior a 0,001 ($\varepsilon^2 = 0,0770$), destacam distinções consideráveis entre as faixas etárias na avaliação da eficácia dos representantes. As comparações múltiplas apontaram que a percepção varia substancialmente entre os grupos etários. Especificamente, os participantes acima de 45 anos veem uma contribuição significativamente mais positiva dos representantes em comparação com os mais jovens, com W de -4,68 ($p = 0,003$) quando comparados aos de até 25 anos, e W de -4,82 ($p = 0,002$) em comparação com os de 26 a 45 anos. Essa diferença não é notada significativamente entre os participantes de até 25 anos e de 26 a 45 anos ($W = -1,87$, $p = 0,382$), indicando uma visão mais crítica ou uma menor percepção de benefício entre os jovens. Esse padrão sugere que as políticas ou ações promovidas pelos representantes podem estar alinhadas mais estreitamente com os interesses ou as necessidades percebidas pelos cidadãos mais velhos. A discrepância nas percepções entre os grupos de idade aponta para a necessidade de uma abordagem na formulação de políticas que aborde as expectativas de todas as faixas etárias, garantindo que as medidas de desenvolvimento beneficiem uniformemente a toda a população municipal.

Na variável V_{59} , que analisa a percepção sobre como a dinâmica urbana da cidade utiliza recursos para beneficiar a comunidade, destaca-se um valor de χ^2 de 7,39 com um p -valor de 0,025 e uma medida de tamanho de efeito ε^2 de 0,0364, denotando diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de idade na percepção da eficácia com que a cidade aproveita seus recursos. Nas comparações múltiplas, nota-se que, especialmente entre os grupos de 26 a 45 anos e acima de 45 anos, a percepção de eficácia é significativamente mais baixa, com W de -3,746 ($p = 0,022$) e uma tendência similar, embora não significativa, com W de -2,637 ($p = 0,149$) quando comparados aos mais jovens de até 25 anos. Esse resultado sugere uma visão mais crítica ou uma avaliação menos favorável da gestão dos recursos comunitários pelas faixas etárias mais velhas, o que pode refletir descontentamento ou desilusões com as políticas públicas atuais. Ademais, esses dados destacam a demanda por revisão e adaptação das políticas públicas para compor melhor as estratégias de desenvolvimento com as necessidades percebidas de todas as faixas etárias, promovendo uma gestão dos recursos urbanos para fortalecer o bem-estar da comunidade como um todo.

A avaliação dos contextos internos do desenvolvimento municipal em função das diferentes faixas etárias da população de Querência revela uma variedade de percepções que refletem as necessidades e expectativas específicas de cada grupo etário. As análises indicam que os participantes mais velhos tendem a perceber de forma mais positiva a influência da produção agropecuária na renda municipal, a eficiência na utilização dos recursos econômicos e a eficácia das políticas públicas na melhoria da qualidade de vida. Além disso, eles avaliam mais favoravelmente a representação política estadual e federal e a contribuição das atividades da cidade-sede para o crescimento econômico regional. Em contrapartida, os participantes mais jovens demonstram uma perspectiva mais crítica, especialmente em relação à criação de oportunidades para a participação política, à gestão dos recursos comunitários e à aplicação das políticas locais. Essa disparidade nas percepções sugere que os mais jovens podem ter expectativas mais elevadas ou experiências diferentes, que os levam a uma avaliação mais exigente das ações governamentais. Essas diferenças destacam a necessidade de políticas públicas que sejam sensíveis às variações demográficas e promovam um desenvolvimento inclusivo e equitativo para todas as faixas etárias. É crucial que os gestores municipais considerem essas perspectivas variadas ao formular e implementar políticas, garantindo que as necessidades de todos os grupos etários sejam atendidas e todos os cidadãos possam participar e se beneficiar do desenvolvimento da cidade. Além disso, a promoção de um diálogo intergeracional e a educação cívica podem ajudar a alinhar as expectativas e a construir um consenso em torno das prioridades de desenvolvimento, fortalecendo a coesão social e o compromisso coletivo com o progresso de Querência.

4.2.6.4 O desenvolvimento em função da faixa de renda mensal da população de Querência

A avaliação dos contextos internos sobre o desenvolvimento em função da faixa de renda mensal da população de Querência é uma questão de relevância social e econômica, que busca compreender como as disparidades econômicas influenciam o desenvolvimento local. Essa análise permite identificar desafios e oportunidades específicos relacionados à distribuição de renda, acesso a recursos e serviços essenciais, bem como impactos na qualidade de vida dos habitantes desse município. Ao examinar de perto, na tabela a seguir, essa dinâmica, é possível formular políticas mais direcionadas e eficazes, para promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável na região.

Tabela 12 – Diferenças entre faixas de renda sobre o desenvolvimento de Querência

Variável	χ^2	gl	p	ϵ^2
V ₄ As atividades industriais da minha cidade se desenvolvem sem prejudicar o meio ambiente.	8.509	3	0.037	0.04192
V ₆ A renda do meu município é influenciada positivamente pelo comércio em geral.	14.467	3	0.002	0.07127
V ₁₂ O funcionamento da política da minha cidade influencia positivamente a qualidade de vida das pessoas.	8.830	3	0.032	0.04350
V ₁₃ As políticas públicas da minha cidade são positivas para o crescimento local.	10.524	3	0.015	0.05184
V ₁₄ As políticas públicas do governo federal são fundamentais para o crescimento da minha cidade.	8.238	3	0.041	0.04058
V ₁₆ A agricultura familiar de pequena escala contribui mais positivamente que o grande agronegócio para o desenvolvimento do nosso município.	9.674	3	0.022	0.04765
V ₁₇ As políticas públicas do meu município ajudam na sua transformação de maneira positiva da nossa cidade.	17.448	3	< .001	0.08595
V ₂₀ A dinâmica econômica da população do meu município é influenciada positivamente pela produção pecuária.	9.478	3	0.024	0.04669
V ₂₃ Os grupos políticos locais são importantes para garantir qualidade de vida na nossa cidade.	12.388	3	0.006	0.06102
V ₂₄ Os grupos políticos locais aplicam, na cidade, soluções valorizadas pela população.	9.461	3	0.024	0.04661
V ₂₅ As atividades da cidade-sede do meu município aumentam o crescimento econômico da região.	22.032	3	< .001	0.10853
V ₂₆ A cidade-sede do meu município tem tomado decisões políticas importantes para promover o desenvolvimento da nossa região.	9.847	3	0.020	0.04851
V ₂₈ A cidade-sede do meu município tem negócios apoiando inovações para a economia local crescer.	15.747	3	0.001	0.07757
V ₂₉ Os negócios no meu município são importantes para o desenvolvimento da cidade.	9.870	3	0.020	0.04862
V ₃₃ A atuação do governo federal facilita a criação de empregos no município.	8.646	3	0.034	0.04259
V ₃₅ O governo municipal está preocupado em tornar a minha cidade um lugar melhor para os residentes.	12.472	3	0.006	0.06144
V ₃₆ As regras governamentais da minha cidade incentivam uma cultura empreendedora para criar novos negócios.	13.084	3	0.004	0.06445
V ₃₈ Os gestores da minha cidade (prefeitos e vereadores) têm promovido, nas últimas décadas, a colaboração entre diferentes grupos econômicos do município.	9.497	3	0.023	0.04678
V ₃₉ Os gestores da minha cidade (prefeito e vereadores) alinharam, nas últimas décadas, as suas ações às regras nacionais para conseguir um melhor desenvolvimento socioeconômico da nossa região.	17.375	3	< .001	0.08559
V ₄₀ Os gestores da minha cidade (prefeitos e vereadores) costumam ouvir a população para tomar decisões conjuntas importantes para melhorar a gestão do município.	8.408	3	0.038	0.04142
V ₄₂ As políticas para o desenvolvimento da minha cidade valorizam as habilidades de seus moradores.	11.833	3	0.008	0.05829
V ₄₃ As políticas (leis e regras) da minha cidade facilitam a instalação de novas empresas e indústrias.	11.334	3	0.010	0.05583
V ₄₄ O meu município facilita o desenvolvimento equilibrado entre as suas áreas urbanas e rurais.	8.151	3	0.043	0.04016
V ₄₉ Políticas para empresas daqui beneficiaram os negócios em minha região.	7.884	3	0.048	0.03884
V ₅₀ Políticas de financiamento do governo federal têm melhorado a minha região.	8.207	3	0.042	0.04043
V ₅₄ O agronegócio tem contribuído positivamente para melhorar a qualidade de vida na nossa cidade.	13.902	3	0.003	0.06848
V ₅₇ As atividades do agronegócio do meu município têm no comércio da nossa cidade os principais serviços de que precisam.	9.604	3	0.022	0.04731

V ₆₁ Aqui no meu município, temos boa infraestrutura (estradas e serviços essenciais) para as atividades do agronegócio.	9.620	3	0.022	0.04739
V ₆₇ A representação política do nosso município (prefeito, vereadores e deputados) tem auxiliado no desenvolvimento do agronegócio na nossa região.	12.008	3	0.007	0.05915

Fonte: autoria própria (2024).

No que diz respeito a análise da variável V₄, é possível verificar o impacto das atividades industriais no meio ambiente, o que revela um panorama significativo e diverso. Os resultados chamam a atenção para as diferenças estatísticas que podem ser consideradas relevantes nas percepções entre os grupos de renda, indicando uma variação perceptível na avaliação do impacto ambiental das indústrias locais. Especificamente, a percepção dos grupos de renda mais alta mostra-se significativamente distinta daquela dos estratos de renda mais baixa, evidenciando mais consciência ou preocupação com práticas industriais sustentáveis entre os mais afluentes. É notável que, embora a comparação entre os grupos com as maiores faixas de renda não tenha alcançado significância estatística, há uma tendência de preocupar-se mais com o meio ambiente. Esses achados levantam questões pertinentes aos valores de políticas públicas mais robustas, que promovam o desenvolvimento industrial sustentável, garantindo que os benefícios sejam perceptíveis e acessíveis a todas as camadas sociais. O fortalecimento das práticas de sustentabilidade deve ser encarado como um pilar central do desenvolvimento econômico local, uma vez que apenas dessa forma torna-se viável assegurar um futuro ambiental e economicamente próspero para o município.

A análise da variável V₆ sobre o impacto do comércio na dinâmica econômica municipal revela resultados significativos e promissores. Os resultados denotam uma variância estatisticamente significativa entre os diferentes grupos de renda, indicando uma forte influência do comércio na economia local. Esses achados são corroborados pelas comparações múltiplas, que mostram uma percepção significativamente mais positiva do impacto do comércio entre os estratos de renda mais alta. É interessante observar que a percepção do impacto positivo do comércio cresce à medida que aumenta a faixa de renda, sugerindo uma relação intrínseca entre a prosperidade econômica e a valorização do comércio local. Nesse contexto, as iniciativas que fortaleçam o comércio local ganham destaque, tanto ao assumir o papel de impulsionadoras do crescimento econômico, como também como facilitadoras da coesão social e do desenvolvimento comunitário. Políticas que incentivem investimentos e colaborações empresariais podem desempenhar um papel relevante na promoção do crescimento econômico independentemente da renda.

A próxima variável analisada foi a V_{12} , que examina a influência das políticas municipais na qualidade de vida, demonstrando uma associação estatisticamente significativa entre as percepções dos respondentes e suas faixas de renda. Os resultados provenientes dela indicam uma variação notável na percepção da eficácia das políticas locais, com os respondentes com renda entre R\$ 6.601,00 até R\$ 10.560,00 percebendo significativamente mais a influência positiva das políticas locais. Diante do cenário achado, é preciso considerar as políticas de inclusão social e econômica que abordem as necessidades de todos os estratos da sociedade. A percepção de que a eficácia das políticas locais na melhoria da qualidade de vida aumenta com a renda evidencia a necessidade de estratégias de desenvolvimento endógeno que promovam a igualdade de oportunidades e uma melhor qualidade de vida para todos os cidadãos, independentemente de sua renda.

Em seguida, a variável V_{13} avalia a percepção sobre o impacto das políticas públicas no crescimento local, com resultados significativos e reveladores. O teste demonstra uma variação notória entre as faixas de renda dos respondentes quanto à eficácia das políticas públicas, com os respondentes de renda mais alta percebendo positivamente as políticas públicas mais do que outros grupos de renda. Os resultados apontam diretamente para a necessidade de realinhar as políticas públicas, de modo a garantir que atendam a todas as faixas de renda, promovendo um desenvolvimento inclusivo e sustentável no âmbito local. Desenvolver políticas públicas que sejam percebidas como eficazes por todos os segmentos da sociedade é essencial para promover um crescimento mais harmonizado para o benefício de toda a população.

A variável V_{14} investiga a percepção sobre o papel crucial das políticas públicas do governo federal no crescimento da cidade. Os resultados deixam clara a diferença de compreensão entre as faixas de renda, o que denota uma possível correlação entre maior renda e uma avaliação mais positiva das políticas federais. Embora o resultado não tenha alcançado significância estatística ao nível convencional de 0,05, as diferenças observadas entre os respondentes com renda de R\$ 6.601,00 até R\$ 10.560,00 e aqueles com renda acima de R\$ 10.561,00 destacam uma tendência significativa. A carência de políticas públicas mais inclusivas é notada por todas as faixas de renda, uma vez que são vistas como canal para promover um crescimento equilibrado e sustentável no município. A adaptação das políticas para que sejam encaradas como um vetor positivo de desenvolvimento por uma gama mais ampla da população é fundamental para uma participação mais democrática e efetiva no processo de crescimento municipal.

Por outro lado, a variável V_{16} concentra-se na contribuição da agricultura familiar de pequena escala em comparação ao grande agronegócio para o desenvolvimento do município.

Os resultados apontam distinções interessantes entre as faixas de renda, sugerindo uma percepção variável entre os grupos. Embora muitos dos valores p das comparações múltiplas não sejam significativos, há uma predisposição indicativa de mais percepções de contribuição por parte dos grupos com renda mais alta. Pensar em políticas que fortaleçam a agricultura familiar como um impulsionador de desenvolvimento local é o primeiro passo a ser dado para otimizar os processos da área. Ainda, os resultados apregoam que políticas voltadas para o suporte a essas práticas podem ser bem recebidas pela comunidade, especialmente por aqueles em faixas de renda mais alta, possivelmente devido à sua percepção de impactos positivos na qualidade de vida e sustentabilidade local, reforçando a precisão de ações inclusivas no desenvolvimento de políticas agrícolas que visem o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental.

A variável V_{17} , em sua análise, sugere uma percepção geral positiva sobre como as políticas públicas estão transformando a cidade. Os resultados evidenciam uma forte diferença entre os grupos de renda, com os respondentes de faixas de renda mais alta percebendo significativamente mais benefícios nas políticas públicas para desenvolver a cidade. Diante desse contexto, a importância em considerar uma distribuição equitativa dos benefícios das políticas públicas se torna fundamental para garantir um desenvolvimento mais amplo. A percepção mais positiva por parte dos respondentes com rendas mais altas também traz à tona a urgência em verificar as políticas adotadas, de modo que fiquem em consonância com os interesses e as percepções de todas as camadas sociais, não apenas daquelas em faixas de renda superior.

A análise da variável V_{20} indica que a percepção sobre o impacto positivo da produção pecuária na dinâmica econômica do município varia significativamente entre os diferentes grupos de renda. Os resultados apontam para uma diferença moderada entre os grupos, com os residentes com renda média-alta percebendo mais positivamente os efeitos econômicos da pecuária. Tais resultados indicam a relevância de considerar políticas de desenvolvimento com estratégias diferenciadas para assegurar que os benefícios do crescimento setorial sejam distribuídos da melhor forma possível para todas as camadas sociais. As políticas devem ser desenhadas para promover um desenvolvimento econômico sustentável e igualitário, levando em consideração as diversas realidades e necessidades da comunidade.

Perdurando o contexto de análise, agora é o momento de avaliar a variável V_{21} , que revela uma sutil variação na percepção sobre como os recursos naturais influenciam o desenvolvimento da cidade e do campo entre os diferentes grupos de renda. Embora o teste de Kruskal-Wallis tenha mostrado uma tendência para diferenças significativas, as comparações

múltiplas não revelaram diferenças estatisticamente significativas entre a maioria das faixas de renda. No entanto, é importante salientar que a percepção é marginalmente mais positiva entre os residentes de alta renda. Isso sugere que, embora haja uma percepção geral de que os recursos naturais são benéficos, essa visão pode não ser uniformemente sentida por todos os segmentos de renda. Essa discrepância indica a necessidade de políticas de desenvolvimento endógeno que garantam que os benefícios dos recursos naturais sejam acessíveis e vantajosos para todas as camadas da população.

Diferentemente, surge a variável V_{23} , refletindo a percepção sobre os grupos políticos locais e os seus papéis na qualidade de vida na cidade. Os resultados demonstram distinções relevantes entre grupos de renda, com uma percepção significativamente mais positiva nos grupos de renda mais alta. Essa variação nas percepções por níveis de renda só enfatiza ainda mais uma possível discrepância nas experiências ou expectativas entre distintos segmentos econômicos da população. Destaca-se, portanto, a necessidade de uma ação com teor mais inclusivo nas políticas públicas, para garantir que os benefícios do desenvolvimento sejam compartilhados mais uniformemente entre todos os residentes, independentemente de sua renda.

A próxima variável, a V_{24} , examina a percepção de que os grupos políticos locais implementam soluções valorizadas pela população da cidade. Os resultados do teste mostram diferenças interessantes entre os diferentes grupos de renda, com uma percepção significativamente mais otimista entre os grupos com rendimentos acima de R\$ 10.561,00 e aqueles com renda entre R\$ 6.601,00 até R\$ 10.560,00. Diante dos resultados, fica clara a tendência de maior satisfação ou reconhecimento das ações políticas entre os grupos de mais renda, levantando a possibilidade de que as políticas públicas possam estar mais corroboradas com os interesses desse segmento da população. Esses resultados reforçam o ato de considerar a equidade na formulação e implementação de políticas para garantir que todos os grupos socioeconômicos se beneficiem de maneira justa das soluções propostas para melhorar a qualidade de vida na cidade.

Seguimos para a variável V_{25} , que aborda o impacto das atividades da cidade-sede no crescimento econômico regional, com resultados significativos. O teste destaca a influência dessas atividades no desenvolvimento econômico, com uma percepção significativamente mais positiva entre os grupos com rendimentos acima de R\$ 10.561,00, comparados com aqueles entre R\$ 6.601,00 e R\$ 10.560,00. Os dados trazem à tona a relevância das atividades centrais da cidade no desenvolvimento econômico regional, reforçando a necessidade de políticas que promovam a integração econômica e o crescimento em todas as faixas de renda. A análise

destaca a percepção de que as políticas e atividades focadas na cidade-sede têm um papel crítico no fomento ao crescimento econômico da região, o que pode influenciar estratégias de desenvolvimento regional e a alocação de recursos para maximizar os benefícios econômicos em diferentes segmentos da população.

A análise da variável V_{26} sobre a influência das decisões políticas da cidade-sede no desenvolvimento regional revela resultados estatisticamente significativos ($\chi^2 = 9.85$, $p = 0.020$, $\varepsilon^2 = 0.0485$), indicando uma associação entre a percepção da eficácia das políticas e os diferentes níveis de renda. Em particular, a percepção de eficácia das políticas parece aumentar conforme a renda, especialmente entre o grupo com renda acima de R\$ 10.561,00 e o grupo com renda de R\$ 6.601,00 até R\$ 10.560,00. Esses resultados apontam para uma necessidade urgente de revisão das estratégias políticas para assegurar uma percepção uniformemente benéfica dessas políticas em todas as faixas de renda. É de suma relevância que as decisões políticas da cidade-sede sejam concernentes com as necessidades e expectativas de todos, de modo a promover um desenvolvimento regional verdadeiramente adequado.

Em seguida, a análise da variável V_{28} revela diferenças significativas na percepção sobre o apoio dos negócios às inovações econômicas em uma cidade-sede ($\chi^2 = 15.7$, $p = 0.001$, $\varepsilon^2 = 0.0776$). Esses resultados destacam uma forte associação entre a percepção de apoio dos negócios e os diferentes níveis de renda, com uma clara tendência de apoio mais pronunciado entre os grupos de renda mais alta. Essa tendência denota uma concentração de benefícios econômicos ou de percepções de inovação nas comunidades de mais renda. Tais disparidades requerem uma ação imediata por parte das políticas de desenvolvimento, a fim de abordar essa concentração de benefícios e garantir um crescimento econômico equitativo e sustentável para todos os estratos sociais.

Posteriormente, a variável V_{29} perpassa por uma percepção significativa vinculada à importância dos negócios para o desenvolvimento da cidade, conforme indicado pelo teste ($\chi^2 = 9.87$, $p = 0.020$, $\varepsilon^2 = 0.0486$). A comparação múltipla destaca uma diferença significativa entre os grupos de renda mais alta, especialmente entre R\$ 6.601,00 até R\$ 10.560,00 e acima de R\$ 10.561,00, evidenciando uma maior percepção da relevância dos negócios para o desenvolvimento da cidade entre os respondentes de renda mais alta. Essas informações enfatizam a necessidade premente de políticas de desenvolvimento que envolvam e beneficiem todas as faixas de renda. Garantir um crescimento comum a todos para fortalecer a coesão social é essencial para promover o sucesso local compartilhado. A implementação de estratégias que ampliem a participação econômica pode ajudar não apenas a aumentar a percepção de

desenvolvimento equitativo, mas também a fortalecer os laços comunitários em todas as camadas da sociedade.

Agora, será analisada a variável V_{33} , que destaca a percepção da atuação do governo federal na criação de empregos no município, revelando resultados significativos ($\chi^2 = 8,65$, $p = 0,034$, $\varepsilon^2 = 0,0426$). As comparações múltiplas apontam uma crítica mais acentuada à eficácia das políticas federais de emprego entre os grupos de renda mais altos (de R\$ 6.601,00 até R\$ 10.560,00 e acima de R\$ 10.561,00), indicando uma possível concentração ou visibilidade desses benefícios nas faixas de renda mais alta. Esses resultados ressaltam o potencial de uma reavaliação das políticas para distribuir mais equitativamente seus benefícios em toda a estrutura socioeconômica. Estratégias mais eficazes, capazes de atender às necessidades de emprego em todas as faixas de renda, podem não apenas melhorar a percepção da atuação governamental, mas também ser pontos-chave para um desenvolvimento econômico mais atrativo.

Outra variável é a V_{35} , que examina as percepções sobre o envolvimento do governo municipal em melhorar a qualidade de residência na cidade, evidenciada pelos resultados do teste de Kruskal-Wallis ($\chi^2 = 12,5$, $p = 0,006$, $\varepsilon^2 = 0,0614$), que indicam diferenças interessantes entre as faixas de renda dos respondentes. As comparações múltiplas destacam que, entre as faixas de renda mais altas (de R\$ 6.601,00 até R\$ 10.560,00 e acima de R\$ 10.561,00), a percepção sobre a preocupação do governo municipal mostra uma tendência significativa ($W = 4,032$, $p = 0,023$) para o primeiro grupo, enquanto para o último grupo não há diferença significativa ($W = 0,619$, $p = 0,972$), sugerindo que a percepção da eficácia governamental é mais crítica nas faixas de renda mais altas. Esses resultados enfatizam a necessidade de políticas públicas mais focadas e efetivas, que atendam às diversas demandas da população em diferentes níveis de renda, de modo a garantir que as melhorias na cidade sejam percebidas de maneira uniforme por todos os segmentos. A implementação de medidas que respondam diretamente às preocupações dos cidadãos pode não apenas melhorar a percepção de governança local, mas também contribuir para o desenvolvimento urbano.

A análise da variável V_{36} tem como missão verificar as políticas governamentais locais que fomentam uma cultura empreendedora e o surgimento de novos negócios. Os resultados abrangeram um χ^2 de 13,1 com p -valor de 0,004 e ε^2 de 0,0645, indicando diferenças significativas entre os grupos de renda. As comparações múltiplas mostraram que, especialmente nas faixas de renda mais alta (de R\$ 6.601,00 até R\$ 10.560,00 e acima de R\$ 10.561,00), há uma percepção significativamente mais forte de que as políticas governamentais são eficazes para promover o empreendedorismo ($W = 4,277$, $p = 0,013$ para a primeira faixa e

$W = 3,908$, $p = 0,029$ para a segunda). Logo, entende-se que os esforços do governo podem estar sendo mais bem percebidos ou mais efetivos nas faixas de renda mais alta, destacando uma possível reavaliação das políticas para assegurar que os incentivos e suportes ao empreendedorismo alcancem todas as camadas da sociedade.

Agora, seguimos para a variável V_{38} , que investiga a eficácia das ações dos gestores municipais em promover a colaboração entre diferentes grupos econômicos na cidade. Os resultados revelaram distinções estatísticas relevantes entre as faixas de renda dos respondentes, com um χ^2 de 9,50 e um p -valor de 0,023, indicando variações na percepção. As comparações múltiplas destacaram diferenças, especialmente entre os respondentes com renda de R\$ 6.601,00 até R\$ 10.560,00 comparados com aqueles acima de R\$ 10.561,00, com valores de W de 4,277 ($p = 0,013$) e 3,908 ($p = 0,029$), respectivamente. Esses resultados sugerem que a percepção sobre a eficácia da gestão municipal para promover a colaboração econômica varia significativamente com o nível de renda, pois os grupos de maior renda percebem mais positivamente as políticas implementadas. Essa análise ressalta a necessidade de políticas mais inclusivas e abrangentes, que possam ser percebidas como benéficas por um espectro mais amplo da população, fortalecendo o desenvolvimento econômico integrado e sustentável do município.

Em relação à variável V_{39} , ela investiga a percepção sobre o alinhamento das ações dos gestores municipais com as regras nacionais para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico regional. A análise revelou diferenças significativas entre as faixas de renda com um χ^2 de 17,4 e um p -valor $<0,001$, sugerindo eficácia variável das políticas conforme a renda dos respondentes. As comparações múltiplas usando o método Dwass-Steel-Critchlow-Fligner denotaram particular relevância na comparação entre os rendimentos de R\$ 6.601,00 até R\$ 10.560,00 e acima de R\$ 10.561,00, com valores de W de 5,40 ($p <0,001$) e 3,51 ($p = 0,063$), respectivamente, sugerindo uma percepção mais positiva das políticas em faixas de renda mais alta. Ainda, ressaltam a relevância de políticas governamentais bem alinhadas às diretrizes nacionais, para promover o desenvolvimento econômico, que deve ser percebido de maneira equitativa entre diferentes grupos socioeconômicos, com vistas a garantir uma estratégia de crescimento que de fato seja eficiente dentro do contexto apresentado.

A variável V_{40} investiga a percepção da receptividade dos gestores municipais à participação da população nas decisões importantes para a gestão do município. Os resultados da análise demonstram uma diferença estatisticamente significativa ($\chi^2 = 8,41$, $p = 0,038$, $\varepsilon^2 = 0,0414$) entre as faixas de renda dos respondentes. No entanto, ao realizar comparações múltiplas, não foram encontradas diferenças significativas na maioria dos grupos de renda, com

exceção do grupo de renda entre R\$ 6.601,00 até R\$ 10.560,00, com $W = 3.50$ e p -valor de 0.064, indicando uma tendência que não atingiu significância estatística. Sendo assim, os resultados apontam para uma percepção moderadamente mais otimista dessa faixa de renda em relação à receptividade dos gestores municipais, embora essa tendência não seja conclusiva em outras faixas de renda. Isso levanta questões sobre a efetividade das estratégias de participação cidadã e a necessidade de aprimorar os mecanismos que assegurem uma representação mais equitativa das vozes da comunidade em todas as esferas da tomada de decisão municipal.

A variável V_{42} avalia se as políticas para o desenvolvimento da cidade valorizam as habilidades dos moradores. Os resultados da análise indicam uma distinção estatisticamente interessante ($\chi^2 = 11.8$, $p = 0.008$, $\varepsilon^2 = 0.0583$) entre as faixas de renda dos respondentes em sua percepção sobre a valorização de habilidades pelos governantes locais. Sem embargo, as comparações múltiplas destacam uma diferença estatisticamente significativa apenas na faixa de renda de R\$ 6.601,00 até R\$ 10.560,00 ($W = 4.413$, $p = 0.010$), sugerindo que os respondentes desse grupo percebem uma maior valorização de suas habilidades em relação àqueles com rendas mais altas. Esses resultados suscitam reflexões sobre a maneira como as políticas de desenvolvimento são formuladas e implementadas, destacando a importância de políticas inclusivas que reconheçam e aproveitem as habilidades de todos os segmentos da população. Essa ação tem a capacidade de promover um desenvolvimento mais equitativo, assim como de fortalecer o capital humano da comunidade, contribuindo para um crescimento local.

A variável V_{43} examina o impacto das políticas municipais na atração de novas empresas e indústrias para a cidade. Os dados obtidos a partir da análise trazem à tona as diferenças entre as faixas de renda ($\chi^2 = 11.3$, $p = 0.010$, $\varepsilon^2 = 0.0558$), indicando variações na percepção dessas políticas entre os grupos de renda. No entanto, ao realizar comparações, notou-se que o grupo com renda de R\$ 6.601,00 até R\$ 10.560,00 percebe de forma mais positiva as políticas de instalação de indústrias ($W = 4.192$, $p = 0.016$) em comparação ao grupo com renda mais alta (acima de R\$ 10.561,00), cuja percepção não difere significativamente das demais faixas ($W = -0.107$, $p = 1.000$). Esses achados levantam questões sobre a eficácia das políticas municipais em promover um ambiente favorável aos negócios e ao desenvolvimento industrial, especialmente para os segmentos de renda mais elevada.

A variável V_{44} investiga se as políticas municipais conseguem promover um desenvolvimento equilibrado entre as áreas urbanas e rurais. Embora a análise de Kruskal-Wallis tenha revelado diferenças significativas entre as faixas de renda ($\chi^2 = 8.15$, $p = 0.043$, $\varepsilon^2 = 0.0402$), indicando variações na percepção das políticas de desenvolvimento urbano-rural

conforme o grupo econômico, as comparações múltiplas não demonstraram diferenças estatisticamente significativas. Isso sugere que, embora haja reconhecimento das políticas, a eficácia percebida varia consideravelmente de acordo com o nível de renda. Essa discrepância destaca a necessidade urgente de uma abordagem política mais inclusiva e adaptativa, que assegure um desenvolvimento equilibrado em todo o município. Implementar políticas mais direcionadas às necessidades específicas das áreas urbanas e rurais pode ser fundamental para promover uma percepção mais uniforme de desenvolvimento, isto é, mais sustentável e equilibrado, impulsionando o avanço socioeconômico da região como um todo.

A variável V_{49} examina como as políticas empresariais locais são percebidas em termos de benefícios para os negócios na região. Os resultados do teste de Kruskal-Wallis revelam uma diferença estatisticamente significativa nas percepções entre os grupos de renda, com um χ^2 de 7,88 e um p -valor de 0,048, demonstrando um tamanho de efeito moderado ($\epsilon^2 = 0,0388$). A análise detalhada das comparações múltiplas enfatiza que, especialmente na faixa de renda de R\$ 6.601,00 até R\$ 10.560,00, as percepções são consideravelmente mais positivas ($W = 4,192$, $p = 0,016$). Fica clara a disparidade na forma como as políticas empresariais são percebidas em diferentes estratos de renda, sugerindo uma possível exclusão ou falta de comunicação efetiva sobre os benefícios dessas políticas para todos os setores da sociedade. Isso denota a necessidade urgente de uma revisão dessas políticas, para garantir que os benefícios sejam distribuídos de forma justa entre todas as faixas de renda, promovendo um ambiente empresarial mais inclusivo e sustentável, capaz de contribuir de maneira mais uniforme para o crescimento econômico regional.

A análise da variável V_{50} explora a percepção sobre o impacto das políticas de financiamento do governo federal na melhoria da região. O teste teve como resultado uma diferença relevante nas percepções dos diferentes grupos de renda, com um χ^2 de 8,21 e um valor p de 0,042, com um tamanho de efeito de 0,0404. No entanto, as comparações múltiplas não trazem diferenças significativas na maioria dos pares de renda, exceto no grupo de renda mais alta, com renda acima de R\$ 10.561,00, no qual há uma percepção mais favorável sobre os benefícios das políticas federais ($W = 3,663$, $p = 0,047$). Sendo assim, a análise sugere que as políticas de financiamento podem ser percebidas como mais benéficas por aqueles com maiores rendas, possivelmente pelo acesso diferenciado a informações ou recursos influenciados por essas políticas. Essa discrepância aponta para a importância crucial de uma implementação e comunicação de políticas governamentais, garantindo que os benefícios sejam percebidos de maneira uniforme por toda a sociedade, independentemente do *status* socioeconômico.

A avaliação da variável V_{54} , que examina a contribuição do agronegócio para a melhoria da qualidade de vida urbana, revela resultados significativos, com um χ^2 de 13,9 e um valor p de 0,003, sugerindo um impacto notório, com um tamanho de efeito de 0,0685. As comparações múltiplas destacam diferenças significativas, especialmente entre os grupos de renda mais alta, com renda acima de R\$ 10.561,00, evidenciadas por valores W de 3,917 e 4,150, e valores p de 0,029 e 0,018, respectivamente. Esses resultados denotam uma percepção mais otimista da influência do agronegócio na qualidade de vida urbana por parte dos indivíduos com maiores rendas. Importa, contudo, questionar se essa percepção reflete uma realidade inclusiva ou se está influenciada por vantagens diretas desse setor para esses grupos. Essa disparidade destaca a necessidade urgente de políticas que assegurem uma distribuição equilibrada dos benefícios do agronegócio em toda a sociedade, promovendo um desenvolvimento capaz de beneficiar todos os estratos econômicos, tanto nas áreas urbanas quanto rurais.

Já a variável V_{57} , que investiga o apoio do agronegócio aos serviços de comércio local, apresenta um resultado significativo, com χ^2 de 9,60 e um valor de p de 0,022, indicando variações nas percepções entre diferentes faixas de renda sobre a integração do agronegócio com o comércio local. O tamanho do efeito (ε^2) foi de 0,0473, denotando um impacto moderado. As comparações múltiplas trazem à tona o argumento de que, principalmente entre os grupos de renda mais alta, os valores de W variam, com destaque para os indivíduos ganhando de R\$ 6.601,00 até R\$ 10.560,00, com um W de 3,75 e um p de 0,040, expressando uma percepção mais forte da sinergia entre agronegócio e comércio. No entanto, é preciso questionar se essa percepção reflete a correlação entre renda e percepção positiva, colocando em prática o direcionamento de políticas que promovam uma integração mais justa das atividades agrícolas com o desenvolvimento comercial, visando fortalecer o tecido econômico da cidade e ampliar os benefícios para toda a população.

Ao explorar a variável V_{61} , relativa à percepção da infraestrutura municipal para apoiar o agronegócio, os resultados revelam diferenças significativas entre as percepções das diversas faixas de renda, com um χ^2 de 9,62 e um valor- p de 0,022. O tamanho do efeito, indicado por ε^2 , mostra um impacto moderado, sugerindo que a renda pode influenciar a forma como a infraestrutura é percebida. Especificamente, entre os respondentes com renda entre R\$ 2.641,00 e R\$ 6.600,00, observamos uma percepção significativamente distinta em relação à infraestrutura de apoio ao agronegócio quando comparados ao grupo de renda mais alta (acima de R\$ 10.561,00), com um valor W de 3,979 e um valor- p de 0,025. Esse achado suscita reflexões sobre a possível disparidade entre as condições reais da infraestrutura e as expectativas dos diferentes estratos sociais. Essa divisão perceptiva destaca a necessidade de

uma análise mais aprofundada das condições infraestruturais e ressalta a importância de políticas de desenvolvimento que considerem essas percepções para abordar desigualdades e melhorar o suporte infraestrutural ao agronegócio, garantindo benefícios mais equitativos para todos os segmentos econômicos da região.

Por último, a análise da variável V_{67} , que examina a percepção sobre o auxílio da representação política no desenvolvimento do agronegócio, evidencia os resultados revelando diferenças substanciais entre as faixas de renda dos respondentes, com um χ^2 de 12.0 e um p -valor de 0.007. O tamanho do efeito, ε^2 , sugere uma influência moderada da renda nessa percepção. Destaca-se, sobretudo, o grupo com renda entre R\$ 6.601,00 e R\$ 10.560,00, em comparação com aqueles com rendas acima de R\$ 10.561,00, com um valor W de 4.089 e p de 0.020, indicando percepções consideravelmente mais positivas no grupo de renda mais alta sobre o impacto da representação política no agronegócio. Essa disparidade na percepção entre diferentes estratos econômicos levanta questões cruciais sobre a eficácia e a equidade das políticas implementadas. Tais resultados oferecem uma visão sobre como os diferentes segmentos da população interpretam o papel da representação política no desenvolvimento do agronegócio, destacando a necessidade de ações governamentais que visem a aprimorar o suporte ao agronegócio em todas as faixas de renda, impulsionando o desenvolvimento.

A avaliação dos contextos internos sobre o desenvolvimento em função da faixa de renda mensal da população de Querência revela uma complexa teia de percepções e realidades a influenciar diretamente o desenvolvimento local. As diferenças significativas nas percepções entre os diversos estratos de renda destacam a importância das instituições financeiras, das políticas públicas e das atividades econômicas na promoção do desenvolvimento econômico. Os resultados indicam que as faixas de renda mais alta tendem a perceber de forma mais positiva o impacto das instituições financeiras, a eficácia das políticas públicas e o papel do agronegócio na melhoria da qualidade de vida. Por outro lado, os estratos de renda mais baixa mostram uma visão mais crítica, especialmente em relação à eficiência das políticas de inclusão e ao suporte institucional para o desenvolvimento econômico. A análise das variáveis relacionadas ao impacto do comércio, das atividades industriais e das políticas municipais na qualidade de vida e no crescimento local revela uma necessidade premente de políticas públicas mais inclusivas e adaptativas. Enquanto as faixas de renda mais alta mostram uma tendência a valorizar mais as iniciativas de desenvolvimento, os grupos de renda mais baixa frequentemente percebem menos benefícios dessas políticas, denotando uma distribuição desigual dos recursos e oportunidades. Esse descompasso ressalta a urgência de estratégias que promovam uma integração mais equitativa dos benefícios do desenvolvimento econômico, garantindo que todos

os segmentos da sociedade possam participar e se beneficiar de maneira justa. Além disso, as percepções sobre o papel das políticas federais e a contribuição da agricultura familiar *versus* o agronegócio evidenciam uma dinâmica complexa, que precisa ser cuidadosamente considerada na formulação de políticas de desenvolvimento. Os estratos de renda mais alta tendem a reconhecer mais os benefícios das políticas federais e do agronegócio, enquanto os grupos de renda mais baixa podem estar mais alinhados com a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento local. Essa disparidade sugere a necessidade de um enfoque mais holístico e equilibrado nas políticas agrícolas e de financiamento, que reconheçam e valorizem a contribuição de todos os setores produtivos. A análise das variáveis também destaca a percepção da infraestrutura e das políticas locais na promoção do desenvolvimento urbano e rural.

As diferenças nas percepções entre os estratos de renda sugerem que os grupos de renda mais alta tendem a perceber uma melhor utilização dos recursos e maior eficácia das políticas locais em promover um desenvolvimento equilibrado. Entretanto, é crucial que essas políticas sejam ajustadas para atender às necessidades de todos os segmentos da população, promovendo um desenvolvimento verdadeiramente inclusivo. Por fim, as percepções sobre a representação política e o seu papel no desenvolvimento do agronegócio mostram uma diferença clara entre os estratos de renda, com os grupos mais altos percebendo de forma mais positiva a atuação dos representantes. Isso indica a necessidade de uma maior transparência e comunicação eficaz das ações políticas, garantindo que todas as faixas de renda se sintam representadas e beneficiadas pelas políticas de desenvolvimento. Em resumo, a análise dos contextos internos sobre o desenvolvimento em função da faixa de renda mensal da população de Querência mostra a importância de políticas públicas inclusivas e adaptativas às diversas realidades socioeconômicas. É essencial que as estratégias de desenvolvimento local promovam uma distribuição equitativa dos benefícios e oportunidades, garantindo que todos os segmentos da população possam participar e se beneficiar de maneira justa, contribuindo para um desenvolvimento sustentável e inclusivo para toda a comunidade.

4.2.6.5 O desenvolvimento em função do nível de participação política em Querência

A avaliação dos contextos internos sobre o desenvolvimento em função do nível de participação política em Querência refere-se a um estudo ou análise que busca compreender como a participação política dos indivíduos em determinada comunidade, nesse caso, Querência, influencia o desenvolvimento social, econômico e cultural dessa localidade. Este

tópico visa a examinar a participação cívica e política dos cidadãos e como elas podem afetar a qualidade de vida, as políticas públicas, a governança local e outros aspectos relevantes para o progresso da comunidade. Ao avaliar os contextos internos, busca-se entender tanto as dinâmicas políticas locais quanto os fatores que moldam o desenvolvimento no município, permitindo uma compreensão mais abrangente dos desafios enfrentados e das oportunidades existentes na região.

Tabela 13 – Diferenças entre níveis de participação política em Querência

Variável	χ^2	gl	p	ϵ^2
V ₄ As instituições (bancos e cooperativas de crédito) da minha cidade ajudam no desenvolvimento econômico do município.	12.84	3	0.005	0.0632
V ₅ O contexto econômico da minha cidade incentiva a abertura de novos negócios.	14.27	3	0.003	0.0703
V ₆ A renda do meu município é influenciada positivamente pelo comércio em geral.	21.87	3	<.001	0.1077
V ₇ A renda da população do meu município é influenciada positivamente pelo comércio em geral.	16.83	3	<.001	0.0829
V ₁₀ As universidades da minha cidade melhoraram o desenvolvimento tecnológico da nossa região.	19.68	3	<.001	0.0970
V ₁₁ A minha cidade cria novas oportunidades para a participação política das pessoas.	36.00	3	<.001	0.1773
V ₁₂ O funcionamento da política da minha cidade influencia positivamente a qualidade de vida das pessoas	11.24	3	0.010	0.0554
V ₁₃ As políticas públicas da minha cidade são positivas para o crescimento local.	14.35	3	0.002	0.0707
V ₁₄ As políticas públicas do governo federal são fundamentais para o crescimento da minha cidade.	25.53	3	<.001	0.1258
V ₁₅ Na minha cidade, as pessoas se sentem livres para expressar as suas convicções políticas.	17.89	3	<.001	0.0881
V ₁₈ As políticas criadas pelo governo federal ajudam na transformação do meu município de maneira positiva.	21.84	3	<.001	0.1076
V ₂₂ Os recursos econômicos da minha cidade são utilizados com eficiência para beneficiar as pessoas.	10.61	3	0.014	0.0522
V ₂₃ Os grupos políticos locais são importantes para garantir a qualidade de vida na nossa cidade.	12.36	3	0.006	0.0609
V ₂₄ Os grupos políticos locais aplicam na cidade soluções valorizadas pela população.	12.81	3	0.005	0.0631
V ₂₅ As atividades da cidade-sede do meu município aumentam o crescimento econômico da região.	13.42	3	0.004	0.0661
V ₂₆ A cidade-sede do meu município tem tomado decisões políticas importantes para promover o desenvolvimento da nossa região.	11.35	3	0.010	0.0559
V ₂₈ A cidade-sede do meu município tem negócios apoiando inovações para a economia local crescer.	13.25	3	0.004	0.0653
V ₂₉ Os negócios no meu município são importantes para o desenvolvimento da cidade.	12.03	3	0.007	0.0593
V ₃₁ A agricultura familiar de pequena escala do nosso município impulsiona o crescimento da região.	8.14	3	0.043	0.0401
V ₃₂ Minha cidade fortalece negócios locais para reduzir a dependência de outras regiões.	9.49	3	0.023	0.0468
V ₃₆ As regras governamentais da minha cidade incentivam uma cultura empreendedora para criar novos negócios.	15.14	3	0.002	0.0746
V ₃₇ A aplicação das regras governamentais do meu município melhora a qualidade de vida de todos na cidade.	16.30	3	<.001	0.0803

V ₃₈ Os gestores da minha cidade (prefeitos e vereadores) têm promovido, nas últimas décadas, a colaboração entre diferentes grupos econômicos do município.	16.49	3	< .001	0.0812
V ₃₉ Os gestores da minha cidade (prefeito e vereadores) alinham, nas últimas décadas, as suas ações às regras nacionais para conseguir um melhor desenvolvimento socioeconômico da nossa região.	10.60	3	0.014	0.0522
V ₄₀ Os gestores da minha cidade (prefeitos e vereadores) costumam ouvir a população para tomar decisões conjuntas importantes para melhorar a gestão do município.	15.70	3	0.001	0.0773
V ₄₁ Os gestores da minha cidade (prefeito e vereadores) realizam ações locais que contribuem para o desenvolvimento da região.	11.18	3	0.011	0.0551
V ₄₂ As políticas para o desenvolvimento da minha cidade valorizam as habilidades de seus moradores.	14.73	3	0.002	0.0726
V ₄₃ As políticas (leis e regras) da minha cidade facilitam a instalação de novas empresas e indústrias.	19.00	3	< .001	0.0936
V ₄₇ As regras da minha cidade funcionam bem para gerar qualidade de vida das pessoas na região.	15.68	3	0.001	0.0772
V ₄₉ Políticas para empresas daqui beneficiaram os negócios em minha região.	12.56	3	0.006	0.0619
V ₅₀ Políticas de financiamento do governo federal têm melhorado a minha região.	14.16	3	0.003	0.0697
V ₅₂ As regras e políticas de uso da terra do nosso município impulsionam o crescimento regional.	11.66	3	0.009	0.0574
V ₅₇ As atividades do agronegócio do meu município têm no comércio da nossa cidade os principais serviços de que precisam.	8.32	3	0.040	0.0410
V ₆₇ A representação política do nosso município (prefeito, vereadores e deputados) tem auxiliado no desenvolvimento do agronegócio a nossa região	13.16	3	0.004	0.0648

Fonte: autoria própria (2024).

A aplicação da análise de variância não paramétrica, especificamente o teste de Kruskal-Wallis, para a variável V₄, revelou resultados intrigantes. Com um valor de χ^2 de 12,8 e um *p*-valor de 0,005, acompanhado de um ε^2 de 0,0632, o estudo destacou diferenças estatisticamente significativas entre os grupos analisados. Esses dados, por sua vez, suscitam uma série de reflexões sobre as nuances da percepção dos respondentes em relação ao papel das instituições financeiras no desenvolvimento econômico local. É particularmente notável que as comparações múltiplas tenham revelado uma diferença estatisticamente significativa apenas entre os respondentes que indicaram níveis extremos de percepção – “Nada” e “Fortemente” – em relação à contribuição das instituições financeiras para o desenvolvimento econômico do município. Esse resultado, evidenciado por um *W* de 4,862 e um *p*-valor de 0,003, sugere uma dicotomia marcante na percepção, na qual aqueles que enxergam um papel mais ativo das instituições financeiras diferem significativamente daqueles que não percebem tal influência. Essas descobertas ressaltam a necessidade de políticas públicas que não apenas reconheçam, mas também abordem essa disparidade na percepção. A variação considerável na forma como diferentes segmentos da população percebem o impacto das instituições financeiras no desenvolvimento econômico destaca a importância de intervenções que promovam um entendimento mais amplo e inclusivo sobre esse tema essencial. Além disso, tais resultados

também apontam para a necessidade de estratégias que fortaleçam o papel das instituições financeiras no desenvolvimento local, garantindo um suporte mais robusto para todos os cidadãos.

A análise da variável V_5 proporciona uma visão reveladora sobre a relação entre o contexto econômico de uma cidade e a propensão para a abertura de novos negócios. Os resultados do teste de Kruskal-Wallis, com um χ^2 de 14,3, um p -valor de 0,003 e um ε^2 de 0,0703, destacam diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de respondentes, apontando para uma correlação entre o envolvimento político e a percepção positiva do ambiente econômico. Notou-se que as comparações múltiplas revelaram diferenças significativas entre os respondentes que não participam e os que participam ativamente da política. Os resultados provenientes das análises, evidenciados por um W de 4,69 e um p -valor de 0,005, denotam que os indivíduos mais envolvidos na esfera política tendem a perceber de forma mais positiva o impacto do contexto econômico na abertura de novos negócios. Esses resultados levantam questões pertinentes sobre as complexas interações entre engajamento cívico e percepção econômica. A correlação identificada sugere que os cidadãos mais engajados podem estar mais bem informados ou, possivelmente, mais beneficiados pelas políticas econômicas vigentes. No entanto, é fundamental reconhecer que essa correlação não implica causalidade direta e que outros fatores podem estar em jogo. Portanto, à luz dessas descobertas, é imprescindível que as políticas públicas adotem medidas inclusivas, que não apenas promovam o engajamento cívico, mas também trabalhem para garantir um ambiente econômico favorável ao empreendedorismo e ao desenvolvimento sustentável.

No que diz respeito ao papel vital do comércio na economia municipal, a análise da variável V_6 destaca a função do comércio geral na determinação da renda de um município. Os resultados substanciais do teste, com um χ^2 de 21,9 e um valor p inferior a 0,001, juntamente com um ε^2 de 0,108, revelam uma variabilidade significativa associada aos diferentes níveis de participação política dos respondentes. As comparações múltiplas reforçam essa observação, especialmente ao destacar diferenças significativas entre os respondentes que não participam politicamente e aqueles em outros níveis de participação. Esses dados apontam para uma correlação positiva entre o envolvimento político e a percepção ou real benefício econômico do comércio local. É fundamental reconhecer a importância desses resultados para o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade do município. A correlação identificada entre o envolvimento político e a percepção do impacto econômico do comércio ressalta a necessidade de políticas que apoiem e fortaleçam essa área vital da economia local. Além disso,

esses achados também destacam a importância de estratégias que promovam um engajamento cívico mais amplo, fornecendo uma base sólida para o crescimento econômico ideal.

Em relação ao impacto do comércio na renda e no bem-estar, a análise da variável V_7 permeia o modo como o comércio geral influencia a renda da população em um município. Os resultados do teste, com um χ^2 de 16,8 e um valor p inferior a 0,001, além de um ε^2 de 0,0829, destacam uma alta variabilidade explicada pelo envolvimento político dos respondentes. As comparações múltiplas evidenciam diferenças significativas entre os diferentes níveis de participação política, especialmente entre aqueles que não participam politicamente e aqueles com envolvimento moderado. A importância do comércio para a economia local fica nítida e há sugestão de que um maior envolvimento político pode estar associado a uma maior percepção ou aproveitamento dos benefícios econômicos do comércio. Essa correlação entre participação política e percepção do impacto econômico do comércio ressalta a necessidade de políticas que promovam e facilitem a atividade comercial como um vetor de desenvolvimento econômico e bem-estar social no município.

Sobre o papel das universidades no desenvolvimento tecnológico regional, a análise da variável V_{10} oferece uma visão perspicaz dessa influência. Os resultados expressivos do teste de Kruskal-Wallis, com χ^2 de 19,7 e $p < 0,001$, juntamente com um ε^2 de 0,0970, destacam uma forte variação nos grupos de participação política. As comparações múltiplas evidenciam diferenças significativas, especialmente entre os grupos de participação “Nada” e “Fortemente”. Os dados demonstram que aqueles com maior envolvimento político percebem de forma mais positiva o impacto das universidades no desenvolvimento tecnológico regional. Essa correlação entre engajamento político e percepção do papel das universidades ressalta a importância de políticas de incentivo à educação superior como uma alavanca crucial para o progresso tecnológico nas regiões estudadas. Nesse sentido, estratégias de desenvolvimento endógeno devem ser promovidas, alinhando-se às políticas que visam criar um ecossistema inovador, capaz de sustentar um crescimento econômico e social mais amplo.

Quando o contexto se insere na ampliação de oportunidades, é possível citar a análise da variável V_{11} , que revela uma relação intrínseca entre o nível de participação política dos cidadãos e a percepção das oportunidades para o engajamento político na cidade. Os resultados do teste de Kruskal-Wallis, com um χ^2 de 36,0 e um valor p inferior a 0,001, acompanhados de um ε^2 de 0,177, destacam uma forte associação entre essas variáveis. As comparações múltiplas enfatizam que aqueles com mais envolvimento político percebem mais intensamente as oportunidades criadas pela cidade para a participação política. Todos os dados obtidos trazem à tona que uma maior participação política pode estar correlacionada com uma percepção

aumentada de oportunidades políticas, destacando a importância de estratégias que incentivem e facilitem o envolvimento cívico. Essa correlação ressalta a necessidade de políticas que ampliem o acesso e a eficácia da participação cidadã, contribuindo para um ambiente mais dinâmico no cenário político municipal.

Em relação ao impacto da governança municipal, o exame da variável V_{12} destaca o impacto significativo do funcionamento da política municipal na qualidade de vida das pessoas. Os resultados do teste, com um χ^2 de 11,2 e um valor p de 0,010, juntamente com um ε^2 de 0,0554, evidenciam essa relação. As comparações indicam diferenças estatísticas significativas entre os diferentes níveis de participação política. Esses resultados sugerem que os indivíduos menos envolvidos politicamente tendem a perceber menos a influência política na qualidade de vida, enquanto aqueles com mais envolvimento político têm uma percepção mais positiva. Essa correlação realça a importância de políticas que promovam uma governança mais transparente e efetiva, visando a melhorar a qualidade de vida por meio de um engajamento político mais ativo e informado.

Outro ponto relevante é a percepção das políticas públicas locais. A análise da variável V_{13} mostra questões relevantes sobre a percepção das políticas públicas voltadas ao crescimento local. Os resultados se mostram significativos, com um χ^2 de 14,4 e um p -valor de 0,002, acompanhados de um ε^2 de 0,0707, destacando a relação direta entre a visibilidade e o impacto percebido das políticas públicas e o nível de participação política dos cidadãos. Tais informações ressaltam a necessidade de um envolvimento cívico ativo para uma avaliação mais positiva das iniciativas locais. Essencial, portanto, fomentar maior envolvimento dos cidadãos nas decisões políticas, a fim de potencializar o crescimento local e melhorar a percepção pública das políticas implementadas. Esse padrão reflete a necessidade premente de estratégias que fortaleçam a participação cidadã e promovam uma governança mais responsiva e inclusiva em âmbito municipal.

No que diz respeito ao efeito das políticas públicas da esfera federal no crescimento de Querência, foi analisada a variável V_{14} , sobre a percepção da influência das políticas públicas federais no crescimento da cidade. Os resultados, isto é, um χ^2 de 25,5 e um valor p inferior a 0,001, indicam diferenças significativas entre os grupos analisados. O tamanho do efeito ε^2 , refletindo uma variação moderada entre os grupos, adiciona peso à significância desses achados. As comparações múltiplas destacam diferenças relevantes especialmente entre os respondentes que afirmam não haver nenhuma percepção de influência e aqueles que percebem uma forte influência das políticas federais. Esses resultados sugerem que a visibilidade e a eficácia das políticas públicas federais desempenham um papel crucial na percepção do

desenvolvimento municipal. Essa conclusão tem implicações profundas para a formulação de políticas públicas eficazes, pois enfatiza a importância de implementar políticas consistentes e bem articuladas e também de comunicá-las efetivamente à população.

Passando para a próxima variável, a V_{15} , é possível notar que ela oferece uma perspectiva relevante sobre a percepção da liberdade de expressão política na cidade. Os resultados significativos, com um χ^2 de 17,9 e um valor p inferior a 0,001, demonstram diferenças substanciais entre os níveis de participação política dos respondentes. O tamanho do efeito ε^2 , indicando uma variabilidade moderada entre os grupos, fortalece ainda mais a validade desses resultados. As comparações múltiplas reforçam as diferenças, especialmente entre os grupos que declaram “Nada” e aqueles que declaram “Moderadamente” e “Fortemente”. Esses questionamentos enfatizam que a percepção de liberdade para expressar convicções políticas é mais afirmativa entre os cidadãos mais engajados politicamente.

Ao conferir os resultados pertinentes ao impacto das políticas públicas federais na transformação municipal, a análise da variável V_{18} é esclarecedora. Os resultados substanciais, com um χ^2 de 21,8 e um valor p menor que 0,001, juntamente com um tamanho de efeito ε^2 de 0,108, sugerem uma influência moderada dessas políticas na percepção dos participantes. As comparações múltiplas destacam diferenças significativas, especialmente entre os grupos “Nada” e “Moderadamente”, “Nada” e “Fortemente”, e “Pouco”. Esses achados ressaltam que aqueles mais envolvidos politicamente percebem de forma mais positiva o impacto das políticas federais. Essa correlação entre o engajamento político e a percepção positiva das políticas governamentais enfatiza a importância crucial de uma participação política ativa para o reconhecimento e a avaliação positiva das intervenções governamentais no desenvolvimento local. Fundamental, então, encorajar uma participação mais ampla e informada na política, para fomentar o desenvolvimento e a transformação municipal de maneira efetiva.

Sobre a percepção da eficiência da utilização de recursos econômicos, a análise da variável V_{22} oferece questionamentos interessantes, que variam de acordo com o nível de participação política dos respondentes. Os resultados confirmam diferenças estatisticamente significativas entre os grupos ($\chi^2 = 10,6$, $p = 0,014$, $\varepsilon^2 = 0,0522$), indicando uma variação na percepção a depender do envolvimento político. As comparações múltiplas demonstram diferenças marcantes entre os respondentes que não participam politicamente e aqueles que participam “Moderadamente” ou “Fortemente”. Esses resultados sugerem que um maior envolvimento político está associado a uma percepção mais positiva da eficiência na utilização dos recursos econômicos municipais. Os dados obtidos permeiam implicações importantes para a formulação de políticas públicas e práticas de governança. Eles enfatizam a necessidade de

aumentar o envolvimento cívico e a transparência na alocação de recursos, o que pode potencialmente levar a uma maior satisfação dos cidadãos com a gestão municipal. Nesse cenário, políticas que promovam uma participação ativa dos cidadãos na tomada de decisões e no monitoramento da utilização de recursos são essenciais para fortalecer a confiança na administração pública e promover efetivamente o desenvolvimento municipal.

Em relação ao papel dos grupos políticos locais na qualidade de vida, a análise da variável V_{23} levanta dados relevantes sobre como os moradores percebem a importância desses grupos políticos locais na garantia da qualidade de vida na cidade. Os resultados, com um χ^2 de 12,4 e um valor p de 0,006, juntamente com um tamanho de efeito ε^2 de 0,0609, indicam diferenças relevantes entre os níveis de participação política dos respondentes. As comparações múltiplas destacam que as maiores diferenças estão entre os respondentes que não participam de atividades políticas e aqueles que participam “Fortemente”. Isso sugere que um maior envolvimento político está associado a uma percepção mais positiva sobre o impacto dos grupos políticos na qualidade de vida. Os resultados podem ser fundamentais para estratégias de engajamento cívico, visando fortalecer a governança local e a participação dos cidadãos nas decisões políticas que afetam diretamente suas vidas. Essencial, portanto, alinhar as políticas públicas com as necessidades e expectativas da comunidade, promovendo uma governança mais responsiva.

Sobre a atuação dos grupos políticos locais na implementação de soluções, a análise da variável V_{24} perpassa pelo contexto de como esses grupos influenciam a aplicação de soluções valorizadas pela população em uma cidade. Os resultados, com um χ^2 de 12,8 e um valor p de 0,005, juntamente com um tamanho de efeito ε^2 de 0,0631, denotam uma variação substancial entre os grupos. As comparações múltiplas mostram que as maiores disparidades ocorrem entre os respondentes que não participam politicamente e aqueles que participam “Moderadamente” ou “Fortemente”, mostrando que indivíduos mais envolvidos politicamente tendem a perceber as ações dos grupos políticos como mais benéficas para a população. É preciso compreender que as políticas públicas precisam buscar aumentar a eficácia e a percepção positiva das ações governamentais. Fundamental, então, envolver ativamente os cidadãos nas decisões políticas, para ampliar a satisfação com as soluções implementadas e promover uma governança mais efetiva e alinhada com as expectativas comunitárias.

Ao adentrar no papel das atividades na cidade-sede, é possível verificar a análise da variável V_{25} , que compreende a percepção dessas atividades e seu impacto no crescimento econômico da região. Os resultados, com um χ^2 de 13,4 e um p -valor de 0,004, juntamente com um tamanho de efeito ε^2 de 0,0661, indicam uma variação significativa nas percepções, a

depender do nível de participação política dos respondentes. As comparações múltiplas destacam as diferenças entre os respondentes que não participam de atividades políticas e aqueles que participam moderada ou fortemente. Isso sugere que um maior envolvimento político está correlacionado com uma percepção mais positiva do impacto econômico das atividades centrais da cidade. Esses resultados destacam a importância de políticas públicas que fomentem mais participação cívica e engajamento político, para ampliar o reconhecimento e a aprovação das iniciativas de desenvolvimento. Uma abordagem mais integrada e participativa no planejamento e na execução de políticas pode não apenas melhorar sua eficácia, mas aumentar a percepção positiva de seu impacto entre os cidadãos.

Nesse mesmo contexto, observou-se a importância das decisões políticas da cidade-sede, com a análise da variável V_{26} , que aborda a percepção das decisões políticas tomadas pela cidade-sede e seu impacto no desenvolvimento regional. Os resultados obtidos, com um χ^2 de 11,3 e um p -valor de 0,010, juntamente com um tamanho de efeito ε^2 de 0,0559, indicam diferenças substanciais entre os grupos de participação política. As comparações múltiplas revelam que as diferenças mais marcantes ocorrem entre os respondentes que não participam e aqueles que participam moderada ou fortemente nas atividades políticas. Isso destaca a correlação entre o envolvimento político e a avaliação positiva das ações de desenvolvimento promovidas pela cidade-sede. Esses resultados reforçam a importância de políticas inclusivas, que incentivem a participação cidadã nas decisões políticas, contribuindo para um desenvolvimento regional mais efetivo e percebido positivamente pelos habitantes. Essencial, portanto, promover mais participação cívica para reconhecer e potencializar os benefícios das políticas públicas em âmbitos regionais.

A análise da variável V_{28} traz à tona o papel dos negócios locais no apoio à inovação para o crescimento econômico na cidade-sede. Os resultados do teste de Kruskal-Wallis revelaram diferenças significativas entre os grupos de envolvimento político, com um χ^2 de 13,2 e um p -valor de 0,004, além de um tamanho de efeito ε^2 de 0,0653. As comparações múltiplas mostram que a percepção mais positiva está entre os respondentes que participam moderada ou fortemente em atividades políticas, em comparação com aqueles que não participam. Isso sugere que um envolvimento político mais ativo está associado a uma maior consciência e valorização do impacto positivo dos negócios locais no desenvolvimento econômico. Esses resultados ressaltam a importância de políticas de desenvolvimento endógeno que estimulem a colaboração entre o setor público e privado para impulsionar inovações que beneficiem a economia regional. Destaca-se, ainda, a necessidade de estratégias que promovam a

participação política ativa e informada, como meio de perceber e potencializar os benefícios econômicos locais.

No que diz respeito ao papel dos negócios no desenvolvimento urbano, adentramos na análise da variável V_{29} , que perpassa pela percepção da importância dos negócios locais para desenvolver a cidade. Os resultados revelaram diferenças estatísticas interessantes entre os grupos de participação política, com um χ^2 de 12,0 e um p -valor de 0,007, juntamente com um tamanho de efeito ε^2 de 0,0593. As comparações múltiplas indicam que indivíduos com mais envolvimento político valorizam mais significativamente o impacto dos negócios no desenvolvimento urbano. Isso sugere a necessidade de políticas de desenvolvimento endógeno que promovam mais envolvimento político e cívico como meio de potencializar o desenvolvimento municipal pela atuação empresarial local.

Em relação à importância da agricultura familiar, a variável V_{30} revela a importância desse setor de pequena escala para o crescimento regional. Os resultados indicaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de envolvimento político, com um χ^2 de 8,14 e um p -valor de 0,043, juntamente com um tamanho de efeito de 0,0401. Especificamente, as comparações múltiplas reverberam uma diferença significativa entre os respondentes que não participam de atividades políticas e aqueles que participam fortemente. Isso sugere que um maior envolvimento político está associado a uma maior valorização da agricultura familiar como um vetor de desenvolvimento regional. Esse achado reforça a necessidade de políticas que incentivem o engajamento cívico e político como uma estratégia para fortalecer o reconhecimento e o apoio à agricultura familiar, promovendo um desenvolvimento mais sustentável e endógeno nas regiões rurais.

Vinculando a discussão aos negócios, a análise da variável V_{32} investiga a percepção do fortalecimento dos negócios locais para reduzir a dependência de outras regiões. Os resultados revelaram diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de participação política dos respondentes, com um qui-quadrado de 9,49, um p -valor de 0,023 e um tamanho de efeito de 0,0468. As comparações múltiplas apontam para diferenças notáveis entre os participantes que não se envolvem e os que participam moderada ou fortemente na política. Isso sugere que uma maior participação política está associada a uma percepção mais positiva da eficácia das políticas locais em fortalecer os negócios locais. Esses resultados destacam a relevância do envolvimento político e cívico na avaliação e no suporte a estratégias de desenvolvimento econômico que promovam a independência regional e a sustentabilidade econômica.

Ainda no mesmo cenário impulsionador, é possível citar o incentivo governamental ao analisar a variável V_{36} , que examina a percepção sobre o incentivo das regras governamentais

à cultura empreendedora para a criação de novos negócios. Os resultados demonstram uma diferença substancial com um qui-quadrado de 15,1, um p -valor de 0,002 e um tamanho de efeito de 0,0746, indicando variações significativas nas percepções. As comparações múltiplas identificam diferenças marcantes, especialmente entre os grupos que não participam e os que participam fortemente na política. Isso sugere que um maior envolvimento político está associado a uma percepção mais positiva sobre as políticas de incentivo ao empreendedorismo, promovendo o desenvolvimento sustentável.

Sobre as regras governamentais, a análise da variável V_{37} revela diferenças significativas entre os níveis de participação política dos respondentes em relação ao incentivo à cultura empreendedora para a criação de novos negócios. O teste Kruskal-Wallis mostra uma diferença substancial com um qui-quadrado de 16,3, um p -valor menor que 0,001 e um tamanho de efeito de 0,0803, indicando divergências claras nas opiniões. As comparações múltiplas mostram diferenças interessantes, especialmente entre os grupos que não participam e os que participam fortemente na política, ressaltando a importância da participação política e cívica no apoio a iniciativas que promovam o desenvolvimento econômico e a inovação local.

A variável V_{38} examina a percepção sobre a promoção da colaboração entre diferentes grupos econômicos do município pelos gestores locais, revelando diferenças significativas nas percepções conforme os níveis de participação política dos respondentes. O teste realizado demonstra uma variação substancial, com um qui-quadrado de 16,5, um p -valor inferior a 0,001 e um tamanho de efeito de 0,0812, apontando para divergências claras nas opiniões entre os distintos níveis de interesse político. Ao analisar mais a fundo as comparações múltiplas, emerge uma questão crucial: indivíduos com mais participação política tendem a perceber de forma mais positiva as iniciativas de colaboração econômica promovidas pelos gestores municipais. Essa descoberta levanta importantes questionamentos sobre o papel do engajamento cívico na construção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico local. A partir desses resultados, surge a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre como a participação ativa na política pode influenciar não apenas a percepção, mas também a eficácia das medidas implementadas pelos governantes para promover a colaboração entre os diferentes setores da economia local. Isso nos leva a considerar o quanto uma sociedade politicamente engajada pode ser um catalisador para uma colaboração mais efetiva e, conseqüentemente, para um desenvolvimento econômico adequado.

Um ponto a ser mencionado é o alinhamento das políticas municipais, proposto pela variável V_{39} , que investiga a percepção sobre o alinhamento das ações dos gestores municipais com as regras nacionais, para promover o desenvolvimento socioeconômico da região,

revelando diferenças significativas entre os níveis de participação política dos respondentes. O teste aponta uma variação estatística com um qui-quadrado de 10,6, um p -valor de 0,014 e um tamanho de efeito de 0,0522, destacando divergências nas opiniões entre os diferentes níveis de engajamento político. Ao explorar mais profundamente as comparações múltiplas, é possível considerar uma reflexão primordial: aqueles com mais envolvimento político tendem a perceber mais positivamente o alinhamento das políticas municipais com as diretrizes nacionais. Essa descoberta nos instiga a refletir sobre o impacto do engajamento cívico na construção de políticas públicas que não apenas atendam às necessidades locais, mas também estejam alinhadas com os objetivos e as normativas nacionais. Dessa forma, esses resultados nos levam a considerar mais profundamente o papel dos cidadãos na formação e implementação das políticas municipais, bem como na avaliação de sua eficácia.

Diante dos resultados até agora analisados, surge a necessidade de explorar as questões vinculadas à voz popular. A análise da variável V_{40} , que investiga se os gestores municipais costumam ouvir a população para tomar decisões importantes para a gestão do município, revela diferenças significativas baseadas nos níveis de participação política dos respondentes. O teste realizado revela uma variação substancial, com um qui-quadrado de 15,7, um p -valor de 0,001 e um tamanho de efeito de 0,0773, delineando divergências claras nas percepções entre os diferentes níveis de interesse político. À medida que se exploram as comparações múltiplas, novos questionamentos essenciais surgem, principalmente em relação ao porquê aqueles com mais envolvimento político tendem a perceber de forma mais positiva a disposição dos gestores municipais em ouvir a população, bem como o motivo pelo qual isso reflete uma realidade ou uma expectativa idealizada da governança participativa. Esses resultados levam à reflexão sobre os desafios da gestão municipal em promover uma verdadeira inclusão nas decisões locais. A percepção de que os gestores ouvem a população está correlacionada com o engajamento político e ressalta a importância de uma participação ativa da comunidade na vida política, mas também aponta para a necessidade de fortalecer os mecanismos de participação e garantir que as vozes de todos sejam ouvidas, independentemente do seu nível de envolvimento político.

A análise da variável V_{41} revela que as ações dos gestores municipais em alinhar suas políticas com as diretrizes nacionais para melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região são percebidas de forma variada, dependendo do nível de participação política dos respondentes. O teste Kruskal-Wallis aponta um qui-quadrado de 11,2, denotando diferenças significativas entre os grupos, com um p -valor de 0,011 e um tamanho de efeito de 0,0551. Ao explorar as comparações múltiplas, é inevitável questionar as motivações pelas quais aqueles mais envolvidos politicamente tendem a ter uma percepção mais positiva do alinhamento das

políticas locais com as diretrizes nacionais, principalmente considerando-se como isso reflete em uma compreensão mais ampla das complexidades políticas ou uma expectativa idealizada vinculada à eficácia governamental. Esses resultados implicam o ato de repensar a implementação das políticas locais e a forma como as percebemos e avaliamos. A correlação entre o envolvimento político e a percepção do alinhamento das políticas municipais com as diretrizes nacionais destaca a importância de uma participação cívica ativa na construção de políticas.

Levando em consideração a próxima variável, isto é, a V_{42} , é possível adentrar na análise que investiga se as políticas para desenvolver a cidade valorizam as habilidades de seus moradores, revelando diferenças significativas entre os níveis de participação política dos respondentes. Os resultados obtidos enfocam uma variação substancial, com um qui-quadrado de 14,7, um p -valor de 0,002 e um tamanho de efeito de 0,0726, evidenciando divergências óbvias nas percepções entre os diferentes níveis de engajamento político. No caso de uma investigação mais profunda em relação às comparações múltiplas, fica claro que aqueles com mais envolvimento político tendem a ter uma percepção mais positiva sobre as políticas locais que valorizam as habilidades dos moradores, o que, por sua vez, reflete uma compreensão mais crítica das políticas públicas ou uma visão otimista idealizada. Esses resultados devem considerar a eficácia das políticas de desenvolvimento local, mas também sua capacidade de reconhecer e potencializar o talento e as habilidades dos residentes. A correlação entre o envolvimento político e a percepção das políticas que valorizam as habilidades locais destaca a importância da participação cívica ativa na definição de políticas centradas na comunidade, porém, também é preciso ter em mente se essas percepções estão alinhadas com a realidade vivenciada pelos moradores ou se são influenciadas por narrativas políticas e ideológicas.

A análise da variável V_{43} , que avalia se as políticas municipais facilitam a instalação de novas empresas e indústrias, revela diferenças significativas entre os níveis de participação política dos respondentes. O teste Kruskal-Wallis registrou um qui-quadrado de 19,0, evidenciando uma diferença estatística significativa com um p -valor menor que 0,001 e um tamanho de efeito de 0,0936, apontando variações marcantes nas concepções entre os distintos níveis de interesse político. À medida que se explora as comparações múltiplas, surge a necessidade de repensar não apenas a eficácia das políticas de desenvolvimento econômico local, mas também a sua capacidade de promover um ambiente favorável ao empreendedorismo e à inovação. A correlação entre o envolvimento político e a percepção das políticas que facilitam a instalação de novos negócios enfatiza a importância da participação ativa na definição de políticas que impulsionem o desenvolvimento econômico sustentável. Mesmo

diante desse contexto, é preciso questionar se essas percepções refletem uma realidade tangível ou são influenciadas por perspectivas políticas e interesses particulares.

As regras urbanas perpassam pela análise da variável V_{47} , que investiga se as regras da cidade contribuem efetivamente para a qualidade de vida dos moradores, revelando diferenças significativas nas percepções baseadas nos níveis de participação política dos respondentes. O teste evidencia uma variação substancial, com um qui-quadrado de 15,7, um p -valor de 0,001 e um tamanho de efeito de 0,0772, evidenciando divergências nas opiniões entre os diferentes níveis de engajamento político. Ao debruçar-se sobre as comparações múltiplas, surge um questionamento crucial: até que ponto o maior envolvimento político se traduz em uma percepção mais positiva das políticas municipais de melhoria da qualidade de vida? Será que essa percepção reflete uma realidade objetiva ou é influenciada por narrativas políticas e interesses específicos? Esses resultados desafiam a reconhecer a importância da participação política ativa para uma avaliação mais favorável das iniciativas de desenvolvimento local, bem como o convite a questionar a eficácia e a equidade das políticas urbanas. A correlação entre o envolvimento político e a percepção das políticas voltadas para a qualidade de vida destaca a necessidade de uma abordagem mais crítica e inclusiva na formulação e implementação das políticas urbanas, garantindo que elas atendam verdadeiramente às necessidades e aspirações de todos os residentes, independentemente de seu engajamento político.

A variável V_{49} , que avalia se as políticas voltadas às empresas beneficiaram os negócios na região, mostra diferenças significativas entre os níveis de participação política dos respondentes. O teste indica uma variação substancial, com um qui-quadrado de 12,6, um p -valor de 0,006 e um tamanho de efeito de 0,0619, evidenciando divergências no que diz respeito às percepções entre os diferentes níveis de interesse e participação política. Esses resultados geram uma reflexão sobre o impacto das políticas empresariais no desenvolvimento econômico local, assim como sobre sua justiça e sustentabilidade. A relação entre o envolvimento político e a percepção das políticas de incentivo às empresas destaca a relevância de uma análise crítica e participativa das políticas de desenvolvimento econômico.

Em relação às políticas federais e ao desenvolvimento, é viável analisar a variável V_{50} , que avalia se as políticas de financiamento do governo federal têm melhorado a região, denotando diferenças significativas entre os níveis de participação política dos respondentes. O teste aponta uma variação substancial, com um qui-quadrado de 14,2, um p -valor de 0,003 e um tamanho de efeito de 0,0697, evidenciando percepções diferentes entre os níveis de engajamento político. Nesse panorama, é fundamental questionar até que ponto essa percepção positiva das políticas de financiamento federal reflete realmente melhorias tangíveis na região

ou se é influenciada por narrativas políticas dominantes. Além disso, é preciso direcionar a atenção para o envolvimento político e a percepção das políticas federais vinculados à necessidade de políticas públicas e à abordagem de demandas regionais com eficácia, respondendo aos interesses reais da comunidade local.

A variável V_{52} , que avalia se as regras e políticas de uso da terra do município impulsionam o crescimento regional, mostra diferenças significativas entre os níveis de participação política dos respondentes. O teste Kruskal-Wallis registra um qui-quadrado de 11,7, com um p -valor de 0,009 e um tamanho de efeito de 0,0574, indicando divergências estatisticamente relevantes entre os grupos. Para uma maior compreensão é preciso levantar questionamentos pertinentes sobre se a percepção mais positiva, relacionada à eficácia das políticas de uso da terra, está realmente alinhada com os resultados observados no desenvolvimento regional. Será que essas políticas promovem uma distribuição equitativa dos recursos e uma utilização sustentável da terra, ou favorecem apenas determinados interesses em detrimento de outros? O envolvimento político e a percepção das políticas de uso da terra trazem à tona a necessidade da participação ativa na política, para uma avaliação mais precisa e favorável das iniciativas de desenvolvimento regional.

A variável V_{57} , que avalia se as atividades do agronegócio em um município são apoiadas adequadamente pelos serviços comerciais da cidade, demonstrou diferenças relevantes entre os níveis de participação política dos respondentes. O qui-quadrado de 8,32, com um p -valor de 0,040 e um tamanho de efeito de 0,0410, evidencia variações estatísticas significativas nas percepções entre os grupos. De modo geral, é de suma importância questionar se a percepção mais positiva do suporte do comércio local ao agronegócio está realmente alinhada com a eficácia das políticas de apoio ao setor. É preciso verificar se essa percepção é influenciada por interesses políticos locais ou reflete uma análise objetiva da situação. Além disso, a correlação entre o envolvimento político e a percepção do suporte ao agronegócio destaca a importância do engajamento cívico ativo na formulação e avaliação das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico regional.

Por fim, a variável V_{67} , que investiga a eficácia da representação política municipal no desenvolvimento do agronegócio na região, revelou uma diferença significativa na percepção entre os níveis de participação política dos respondentes. O qui-quadrado de 13,2, com um p -valor de 0,004 e um tamanho de efeito de 0,0648, mostrou uma variância significativa entre os grupos. No entanto, é fundamental questionar até que ponto essa percepção mais positiva do impacto da representação política no desenvolvimento do agronegócio reflete uma realidade objetiva ou se é influenciada por narrativas políticas. Além disso, a correlação entre o

envolvimento político e a percepção da eficácia da representação política enfatiza a importância do engajamento cívico ativo na avaliação das ações governamentais no apoio ao agronegócio, ressaltando a necessidade de uma análise crítica e inclusiva das políticas públicas voltadas para o setor agrícola.

A avaliação dos contextos internos sobre o desenvolvimento em função do nível de participação política em Querência revelou uma complexa rede de percepções e realidades que influenciam diretamente o desenvolvimento social, econômico e cultural da região. A análise das variáveis mostrou que os indivíduos mais engajados politicamente tendem a perceber de maneira mais positiva o impacto das instituições financeiras, o contexto econômico para novos negócios e o papel do comércio e das universidades no desenvolvimento local. Além disso, a participação política parece estar correlacionada com uma visão mais favorável sobre a eficiência da utilização dos recursos econômicos e a importância dos grupos políticos locais na garantia da qualidade de vida. As diferenças significativas nas percepções ressaltam a necessidade de políticas públicas que promovam uma maior participação cívica e sejam capazes de comunicar efetivamente os benefícios das iniciativas de desenvolvimento. É notável que a percepção de liberdade para expressar convicções políticas e a influência das políticas públicas federais sejam vistas de forma mais positiva entre aqueles com mais envolvimento político. Isso sugere que a visibilidade e a eficácia percebida das políticas governamentais são amplificadas pelo engajamento cívico. As políticas de uso da terra, o apoio ao agronegócio e o fortalecimento dos negócios locais também são áreas cuja participação política desempenha um papel crucial na formação das percepções. A importância da participação política ativa é ainda mais evidente nas percepções sobre a eficiência das ações dos gestores municipais e a promoção da colaboração entre diferentes grupos econômicos. Em suma, a correlação entre o nível de participação política e a percepção positiva das políticas de desenvolvimento enfatiza a necessidade de estratégias inclusivas e participativas, que promovam uma governança mais responsiva e eficaz. Fomentar, portanto, o engajamento cívico e garantir que as políticas públicas sejam percebidas como benéficas por toda a população são passos fundamentais para alcançar um desenvolvimento sustentável e inclusivo em Querência.

4.2.6.6 O desenvolvimento em função do setor de ocupação de trabalho de Querência

A avaliação dos contextos internos sobre o desenvolvimento em função do setor de ocupação de trabalho de Querência refere-se a uma análise que busca entender como a composição e a dinâmica do mercado de trabalho local influenciam o desenvolvimento da

comunidade. Este tópico examina como diferentes setores econômicos se relacionam ao bem-estar dos habitantes do município. Para melhor examinar as variáveis a serem trabalhadas, observe a tabela a seguir:

Tabela 14 – Diferenças entre setores de ocupação de trabalho em Querência

Variável	χ^2	gl	p	ϵ^2
V ₂ As empresas da minha cidade geram oportunidades de renda importantes para o município.	787.795	2	0.019	0.03881
V ₂₆ A cidade-sede do meu município tem tomado decisões políticas importantes para promover o desenvolvimento da nossa região.	880.810	2	0.012	0.04339
V ₅₁ As políticas federais estão melhorando os negócios locais da minha região.	722.989	2	0.027	0.03562
V ₆₂ Quando as pessoas e negócios trabalham juntas, nossa cidade cresce mais rápido.	801.116	2	0.018	0.03946

Fonte: autoria própria (2024).

Em relação à variável V₂, o teste de Kruskal-Wallis revelou pontos relevantes sobre as percepções divergentes em relação ao papel das empresas na geração de renda nos municípios. Com um χ^2 de 7,88 e um p -valor de 0,019, é possível se atentar às diferenças significativas entre os grupos ocupacionais. No entanto, é o valor do ϵ^2 , modesto em 0,0388, que nos leva a uma reflexão mais profunda sobre a magnitude dessas diferenças. A análise detalhada das comparações múltiplas revelou um contraste marcante entre os setores público e de serviços e o setor agropecuário. Com um W de -4,01 e um p de 0,013, fica claro que a percepção crítica em relação à contribuição das empresas para a renda municipal é mais acentuada no segundo grupo. Isso levanta questões fundamentais sobre as dinâmicas econômicas e sociais subjacentes que moldam tais perspectivas.

A variável V₂₆, que examina a eficácia das decisões políticas na promoção do desenvolvimento regional, mostra resultados igualmente intrigantes. Com um χ^2 de 8,81 e um p -valor de 0,012, a existência de diferenças significativas entre os grupos é incontestável. O ϵ^2 de 0,0434 acrescenta uma camada de complexidade, indicando um efeito moderado que merece nossa atenção. As comparações múltiplas revelaram novamente uma disparidade notável entre os setores público e de serviços e o setor agropecuário. Com um W de -3,880 e um p de 0,017, torna-se evidente que as percepções sobre o impacto das decisões políticas no desenvolvimento regional variam substancialmente entre esses setores. Isso abre espaço para questionar a eficácia das políticas implementadas, a sua inclusão e a capacidade de atender às necessidades diversificadas de todos os setores econômicos. Esses resultados destacam a heterogeneidade de visões dentro da comunidade, mas também nos desafiam a repensar nossas estratégias de desenvolvimento econômico e político. Em um mundo no qual a colaboração e a coesão são

essenciais para o progresso sustentável, é imperativo que se abordem as preocupações específicas de cada setor.

A variável V_{51} , que investiga o impacto das políticas federais nos negócios locais da região, com um χ^2 de 7,23 e um p -valor de 0,027, mostrou haver diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, com um ε^2 de 0,0356, indicando um efeito modesto, mas significativo. Aprofundando-se nas comparações múltiplas, descobriu-se uma disparidade marcante entre o setor público e de serviços e o setor agropecuário. O W de -3,535 e o p de 0,033 denotam que as percepções sobre o impacto das políticas federais variam substancialmente entre esses setores. Enquanto o setor público e de serviços pode não sentir um impacto tão pronunciado, o setor agropecuário está mais sensível às consequências dessas políticas. Isso sugere uma possível falta de alinhamento ou benefício desigual dos diferentes setores da economia local, apontando para a necessidade premente de políticas mais integradas, que possam impulsionar um desenvolvimento regional mais uniforme.

A variável V_{62} , que examina a colaboração entre negócios e o crescimento da cidade, com um χ^2 de 8,01 e um p de 0,018, juntamente com um ε^2 de 0,0395, demonstra que as diferenças entre os grupos com base na ocupação principal dos respondentes são distintas perante as estatísticas. As comparações apontam novamente para uma diferença notável entre o setor público e de serviços e o setor agropecuário. Com um W de -3,699 e um p de 0,024, torna-se evidente que as percepções sobre o impacto da colaboração entre negócios no crescimento da cidade variam consideravelmente entre esses dois setores. Enquanto o setor agropecuário reconhece os benefícios tangíveis dessa colaboração, os setores público e de serviços pode não estar experimentando os mesmos ganhos, talvez devido a uma desconexão entre as políticas atuais e suas necessidades. Essa disparidade enfatiza a urgência de estratégias de desenvolvimento capazes de atender às demandas de todos os setores, visando promover um crescimento urbano equilibrado.

A avaliação dos contextos internos sobre o desenvolvimento em função do setor de ocupação de trabalho em Querência revela percepções diversificadas e dinâmicas sobre como diferentes setores econômicos influenciam o bem-estar e o progresso da comunidade. A análise apontou que a percepção da contribuição das empresas para a geração de renda é marcadamente mais crítica no setor agropecuário em comparação ao setor público e de serviços, sugerindo disparidades na valorização e no impacto percebido das atividades econômicas. As decisões políticas para o desenvolvimento regional também são vistas de maneira distinta entre esses setores, com o setor agropecuário demonstrando uma maior sensibilidade e percepção crítica sobre a eficácia dessas políticas em comparação aos setores públicos e de serviços.

Adicionalmente, as políticas federais que visam melhorar os negócios locais são percebidas de forma diferenciada, com o setor agropecuário sentindo um impacto mais pronunciado e possivelmente desigual em relação aos outros setores, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais integrada e inclusiva nas políticas públicas.

A colaboração entre negócios e o crescimento urbano é outro ponto de divergência, pois o setor agropecuário reconhece benefícios tangíveis dessa cooperação, enquanto os setores público e de serviços pode não perceber os mesmos ganhos, possivelmente em virtude de uma desconexão entre as políticas e suas necessidades específicas. Esses resultados sublinham a heterogeneidade de visões dentro da comunidade de Querência e desafiam os formuladores de políticas a considerar estratégias de desenvolvimento econômico e político que abordem as preocupações específicas de cada setor, promovendo um crescimento sustentável e equitativo, que beneficie a todas as áreas de ocupação. A coesão e a colaboração intersetorial emergem como essenciais para o progresso, destacando a importância de políticas sensíveis às diversas dinâmicas do mercado de trabalho local e que promovam um desenvolvimento harmonioso e inclusivo.

4.3 Discussão e confrontação com a teoria

Nesta seção realiza-se uma análise abrangente sobre as políticas de desenvolvimento regional, abordando desde incentivos à mobilidade de fatores e capital de organização até a promoção do bem-estar material e imaterial dos territórios. Discutem-se políticas de mobilização e valorização do capital endógeno e de promoção de externalidades da competitividade territorial e empresarial. A análise também inclui o desenvolvimento territorial e a avaliação de Bom Jesus e Querência à luz da nova economia institucional, além das mudanças nas matrizes institucionais. Por fim, abordam-se as macropolíticas para o desenvolvimento urbano e rural em Bom Jesus e Querência, proporcionando uma visão detalhada e teórica dessas regiões.

4.3.1 Políticas de desenvolvimento regional

A análise, nesta seção, pauta-se nas categorias analítica definidas no Quadro 3, da página 72, com o propósito de avaliar as diversas tipologias de políticas públicas de desenvolvimento regional, investigando seus objetivos, sua natureza e seus paradigmas subjacentes, bem como a interação complementar dessas políticas com as dinâmicas de

mercado. Examinam-se desde políticas voltadas à promoção da mobilidade de fatores e superação de obstáculos à livre circulação destes, fundamentando-se no princípio de nivelamento tendencial dos mercados, até estratégias destinadas à promoção do bem-estar material e imaterial dos territórios, por meio de ações de discriminação social positiva e correção de insuficiências de mercado. Também são contempladas políticas de mobilização e valorização de capital endógeno, enfocando na sustentabilidade e abordagens *bottom-up*, além de políticas que visam potencializar a competitividade empresarial e territorial por meio da valorização de externalidades e do fortalecimento institucional. A finalidade será compreender como essas políticas se articulam para promover o desenvolvimento regional nos municípios de Querência e Bom Jesus.

4.3.1.1 Políticas de incentivo à mobilidade de fatores e capital de organização

As políticas de incentivo à mobilidade de fatores e as particularidades do capital organizacional, inseridas na perspectiva das políticas de desenvolvimento regional, parecem almejar superar os efeitos da segmentação de mercados e eliminar obstáculos à livre circulação de fatores, como mão de obra e capital, promovendo uma redistribuição equitativa dos recursos e oportunidades. Em Querência e Bom Jesus, tais políticas se expressam de maneiras específicas, adaptadas às características e necessidades locais, para assegurar o princípio do nivelamento tendencial dos mercados e a mobilidade reequilibradora dos fatores em um contexto de espaço homogêneo. Nesse cenário, a investigação qualitativa evidencia que as políticas de incentivo à mobilidade de fatores concentram-se na melhoria da infraestrutura de transporte e comunicação, facilitando o movimento de pessoas e mercadorias. A implementação de programas de capacitação profissional e incentivos fiscais para atrair investimentos em setores estratégicos busca reduzir a segmentação do mercado de trabalho e promover mais inclusão econômica. O capital organizacional em Querência se destaca pela forte integração entre o setor agropecuário e o comércio local, incentivando uma sinergia que promove o desenvolvimento regional sustentável. Tais políticas contribuem para superar a segmentação do mercado, promovendo uma distribuição mais equitativa dos benefícios do desenvolvimento econômico.

Em Bom Jesus, as políticas concentram-se na diversificação econômica e no fortalecimento das pequenas e médias empresas locais. Incentivos fiscais e programas de apoio técnico são oferecidos para estimular a inovação e a competitividade. O capital organizacional em Bom Jesus caracteriza-se por um forte espírito comunitário e cooperativo, o que parece

facilitar a implementação de projetos de desenvolvimento conjunto. As políticas de mobilidade de fatores buscam eliminar obstáculos à circulação de mão de obra qualificada, promovendo a educação e a formação técnica e incentivando o retorno de talentos locais que emigraram em busca de melhores oportunidades. Essas políticas visam criar um ambiente de mercado mais homogêneo e equilibrado, reduzindo as disparidades regionais.

Considerando a abundância ou escassez relativa dos fatores, a remuneração relativa e a mobilidade são diretamente influenciadas. Em Querência, cujo setor agropecuário é abundante, políticas são necessárias para equilibrar a remuneração e atrair mão de obra qualificada para setores menos desenvolvidos. Em Bom Jesus, onde pode haver uma escassez relativa de mão de obra qualificada, as políticas de incentivo à educação e formação técnica parecem centrais para aumentar a oferta e melhorar a remuneração relativa desses trabalhadores, incentivando a sua permanência e contribuindo para o desenvolvimento local.

Em ambas as cidades, a aplicação dessas perspectivas teóricas requer uma abordagem ampla, que considere as particularidades locais e promova a integração dos mercados regionais. Isso aponta para necessidades de que as políticas sejam adaptadas para lidar com a segmentação de mercados específicos e remover obstáculos estruturais à mobilidade de fatores, criando um ambiente propício para o desenvolvimento econômico sustentável e equilibrado. A mobilidade reequilibradora dos fatores pode ser facilitada pela criação de oportunidades iguais, melhoria das condições de infraestrutura e incentivos para a inovação e diversificação econômica. Assim, Querência e Bom Jesus podem superar as barreiras à mobilidade de fatores, promovendo um desenvolvimento regional mais homogêneo e equilibrado.

Ao considerar o contexto mais específico, essas cidades refletem a aplicação dessas perspectivas teóricas de maneiras distintas. Em Querência, por exemplo, há uma valorização significativa das instituições financeiras e das empresas locais na contribuição para o desenvolvimento econômico, refletindo um alinhamento efetivo com políticas que favoreçam a mobilidade de fatores e a valorização do capital endógeno. Isso é evidenciado pela média de avaliação de 83 para a contribuição das instituições financeiras ao desenvolvimento econômico, superando a média de 68 de Bom Jesus. Essa diferença aponta para uma absorção mais eficaz ou para a aplicação de macropolíticas de crédito e fomento em Querência, assim como políticas urbanas que incentivem o empreendedorismo e a inovação. Em contraste, Bom Jesus destaca-se por sua ligação com a agricultura de grãos e a ascendência das usinas sucroalcooleiras, indicando uma dinâmica econômica diferente, que influencia diretamente a mobilidade de fatores e a remuneração relativa desses fatores no contexto local. A transição de uma economia baseada na agricultura de grãos para a preponderância das usinas sucroalcooleiras em Bom

Jesus exemplifica a influência das condições locais na mobilidade dos fatores e na endogenização das políticas de desenvolvimento.

A abundância ou escassez relativas de fatores em Bom Jesus e Querência, assim como sua remuneração relativa, demonstram a complexidade de aplicar as perspectivas teóricas de desenvolvimento regional de maneira uniforme. A especificidade de cada cidade e suas características econômicas, culturais e sociais demandam uma abordagem diferenciada que reconheça e valorize o capital endógeno, promova a competitividade territorial e fortaleça a base institucional para alcançar um desenvolvimento sustentável.

4.3.1.2 Políticas de promoção de bem-estar material e imaterial de territórios

As políticas de desenvolvimento regional, voltadas para o bem-estar material e imaterial dos territórios, parecem ter potencial significativo para contribuir positivamente para a discriminação social positiva em regiões como Querência e Bom Jesus, ao regularem e corrigirem insuficiências e lacunas de mercado relacionadas a esse bem-estar. Os resultados da pesquisa mostraram que essas políticas, quando bem conduzidas, podem transformar a qualidade de vida dos residentes, promovendo uma distribuição mais justa de recursos e oportunidades e fortalecendo o tecido social e econômico das comunidades.

Em Querência, políticas de desenvolvimento regional voltadas para o bem-estar material podem envolver a melhoria da infraestrutura básica, como transporte, saneamento e energia, além de incentivos econômicos para atrair investimentos em setores estratégicos, como agroindústria e comércio local. Elas também podem se concentrar em programas de capacitação profissional e educação, essenciais para equipar a população com habilidades necessárias para competir em um mercado de trabalho diversificado e dinâmico. No aspecto imaterial, políticas culturais que preservem e promovam tradições locais, junto com iniciativas que incentivem a participação cívica e a coesão social, podem contribuir para um sentido de pertencimento e identidade comunitária. Em Bom Jesus, políticas de desenvolvimento regional podem ser voltadas para a diversificação econômica e o fortalecimento de pequenas e médias empresas locais, criando um ambiente favorável à inovação e ao empreendedorismo. No bem-estar material, melhorar o acesso a serviços de saúde e educação de qualidade parece ser um desafio relevante, em conjunto com investimentos em infraestrutura para conectar melhor a cidade a outras regiões. No campo imaterial, iniciativas que promovam cultura e história local, assim como programas que incentivem participação ativa da comunidade em processos decisórios, podem fortalecer laços sociais e aumentar o capital social da região.

Discriminação social positiva, nesse contexto, refere-se à adoção de medidas específicas que beneficiem diretamente regiões menos favorecidas, que podem corrigir desequilíbrios históricos e estruturais. Essas medidas podem incluir subsídios, incentivos fiscais, programas de transferência de renda e investimentos direcionados para áreas críticas, visando equalizar oportunidades entre diferentes regiões. Ao regular e corrigir insuficiências de mercado, o Estado desempenha papel importante na promoção de desenvolvimento equilibrado e na redução de desigualdades regionais.

Funções do Estado, frente ao relativo distanciamento, principalmente do governo federal, como evidenciado pelos resultados quantitativos, são fundamentais nesse processo. Nesse ponto, o Estado parece ser demandado para atuar como regulador e facilitador, implementando políticas que assegurem equidade e justiça social. Isso inclui a melhoria da provisão de bens públicos, como saúde, educação e segurança, e a criação de ambiente propício ao desenvolvimento econômico sustentável. Equidade é, pois, considerada valor intrínseco do desenvolvimento regional, reconhecendo a necessidade de tratar de forma desigual os desiguais, para promover justiça social. Em Querência e Bom Jesus, isso implica implementar políticas que reconheçam especificidades locais e necessidades particulares de cada comunidade, promovendo desenvolvimento inclusivo. Equidade, nesse contexto, vai além de simples distribuição de recursos; envolve a criação de oportunidades igualitárias para os cidadãos, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica.

Em conclusão, as políticas de desenvolvimento regional em Querência e Bom Jesus, voltadas para o bem-estar material e imaterial, se mostraram altamente relevantes para corrigir lacunas de mercado e promover discriminação social positiva. Pela regulação e intervenção do Estado mais bem articulada entre a União e o município, essas políticas poderiam assegurar que o desenvolvimento mais equilibrado, refletindo o valor intrínseco dos princípios do desenvolvimento endógeno como pilares fundamentais também para o desenvolvimento regional.

4.3.1.3 Políticas de mobilização e valorização de capital endógeno

Políticas de mobilização e valorização de capital endógeno têm potencial significativo para contribuir positivamente para a melhoria do equilíbrio social em territórios como Querência e Bom Jesus, ao corrigir insuficiências e lacunas de mercado relacionadas ao bem-estar material e imaterial. Tais políticas, concentradas no aproveitamento dos recursos, capacidades e potenciais locais, podem promover um desenvolvimento mais equilibrado,

alinhado às funções do Estado. Em Querência, a mobilização de capital endógeno pode ocorrer pela valorização da agricultura familiar e do agronegócio sustentável, promovendo práticas que aumentem a produtividade e garantam a sustentabilidade ambiental. Programas de capacitação e formação técnica podem fortalecer as habilidades dos agricultores locais, aumentando sua competitividade e inserção no mercado. Além disso, o estímulo ao turismo ecológico e cultural pode diversificar a economia local, gerando novas fontes de renda e promovendo a identidade e o patrimônio cultural da região. No âmbito imaterial, a promoção de iniciativas que fortaleçam a coesão social, como projetos comunitários e culturais, pode melhorar a qualidade de vida dos habitantes e fortalecer o sentimento de pertencimento.

Em Bom Jesus, as políticas de mobilização de capital endógeno podem se concentrar na revitalização das indústrias locais e na promoção do empreendedorismo. Incentivos fiscais e financeiros para pequenas e médias empresas podem estimular a inovação e o crescimento econômico. Programas de formação e educação continuada podem melhorar as qualificações da força de trabalho, tornando-a mais apta a atender às demandas do mercado. No aspecto imaterial, a valorização das tradições culturais e a promoção de eventos comunitários podem fortalecer os laços sociais e aumentar o capital social da região.

Essas políticas podem corrigir insuficiências de mercado ao proporcionar recursos e apoio a setores tradicionalmente negligenciados, como a agricultura familiar em Querência e as pequenas indústrias em Bom Jesus. A intervenção do Estado, portanto, parece relevante para fornecer os mecanismos de suporte necessários, como financiamento, assistência técnica e infraestrutura. O Estado atua como regulador e facilitador, garantindo que os benefícios do desenvolvimento sejam distribuídos de maneira mais equitativa e inclusiva.

A equidade, nesse contexto, é considerada um valor intrínseco do desenvolvimento regional, envolvendo a implementação de políticas que redistribuam recursos e, ao mesmo tempo, criem oportunidades iguais para todos os cidadãos. Em Querência e Bom Jesus, isso implica reconhecer as necessidades específicas de cada comunidade e trabalhar para eliminar as barreiras que impedem seu desenvolvimento pleno. A equidade pode assegurar que todos os segmentos da população tenham acesso às mesmas oportunidades de crescimento e prosperidade, promovendo um desenvolvimento mais assonante com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Assim, as políticas de mobilização e valorização de capital endógeno em Querência e Bom Jesus, quando bem implementadas, podem atuar como um instrumento promissor para a discriminação social positiva, corrigindo as lacunas de mercado e promovendo um bem-estar material e imaterial mais bem distribuídos entre os diferentes estratos sociais. A intervenção do

Estado, seja como regulador, seja como facilitador, evidenciou-se relevante para aperfeiçoar políticas que visam assegurar que o desenvolvimento regional reflita os valores e os recursos endogenizados nos dois municípios investigados.

4.3.1.4 Políticas de promoção das externalidades da competitividade territorial e empresarial

Políticas de promoção e valorização de externalidades da competitividade empresarial podem, de fato, contribuir para a discriminação social positiva dos territórios de Querência e Bom Jesus, especialmente quando implementadas por políticas urbanas que regulam e corrigem insuficiências e lacunas de mercado em termos de bem-estar material e imaterial. Essas políticas, alinhadas às funções do Estado, visam a criar um ambiente favorável para o desenvolvimento econômico e social, procurando que os benefícios do crescimento sejam distribuídos de maneira mais equilibrada entre cidadãos de diferentes segmentos das comunidades.

Em Querência, a promoção de externalidades positivas pode ser realizada por meio de políticas que incentivem a inovação e a sustentabilidade no setor agropecuário, predominante na região. Isso pode incluir incentivos fiscais para práticas agrícolas sustentáveis, a criação de centros de pesquisa e inovação agrícola e programas de extensão rural que levem tecnologias e práticas modernas aos pequenos produtores. Adicionalmente, valorizar cadeias produtivas locais e promover produtos regionais podem aumentar a competitividade das empresas locais, criando mais empregos e incrementando a renda da população. No contexto urbano, a melhoria da infraestrutura, como estradas e redes de transporte, também é crucial para facilitar o escoamento da produção e integrar os produtores locais aos mercados regionais e nacionais.

Em Bom Jesus, onde a economia pode ser mais diversificada, políticas urbanas que fomentem o empreendedorismo e a inovação são fundamentais. A criação de parques tecnológicos e incubadoras de empresas pode atrair novos investimentos e promover o desenvolvimento de novas empresas, especialmente em setores de alto valor agregado. A capacitação profissional e o fortalecimento das redes de cooperação entre empresas e instituições de ensino e pesquisa também podem gerar externalidades positivas, aumentando a competitividade das empresas locais e criando um ambiente propício para a inovação. Melhorias na infraestrutura urbana, como a modernização dos sistemas de transporte público e a criação de espaços públicos de qualidade, podem aumentar a qualidade de vida dos residentes e atrair novos talentos e investimentos para a região.

A equidade, nesse contexto, é vista como um valor endógeno do desenvolvimento regional, pois se baseia na premissa de que todos os cidadãos devem ter acesso às mesmas oportunidades de crescimento e desenvolvimento. Em Querência e Bom Jesus, a promoção de externalidades da competitividade empresarial parece tender a ser realizada de maneira a que os benefícios do desenvolvimento econômico mostrem certa dificuldade para alcançar todos os segmentos da sociedade, especialmente os mais vulneráveis. A implementação de estratégias de eficiência coletiva, como a formação de redes de cooperação entre empresas, instituições de ensino e pesquisa, e o fortalecimento de *clusters* produtivos, pode potencializar a capacidade competitiva das empresas locais, promovendo um desenvolvimento mais coeso e sustentável.

Nessa linha, as políticas de promoção e valorização de externalidades da competitividade empresarial, quando integradas com políticas urbanas equilibradas, podem desempenhar um papel relevante na discriminação social positiva de Querência e Bom Jesus. Ao regular e corrigir as insuficiências de mercado, essas políticas podem promover um bem-estar material e imaterial mais democratizado. As políticas territoriais de aplicação do conceito de estratégias de eficiência coletiva também parecem importantes para isso, pois visam otimizar os recursos locais e aumentar a competitividade das regiões pela colaboração e inovação. Essas estratégias incluem o apoio ao empreendedorismo local, a criação de ambientes favoráveis à inovação e à sustentabilidade, e o incentivo à participação ativa das comunidades locais no planejamento e na execução das políticas de desenvolvimento.

4.3.2 Desenvolvimento territorial

Nesta seção, utilizando a síntese baseada em Conceição (2002), apresentada no Quadro 3, página 72, estudo, exploram-se as diferentes perspectivas teóricas que têm moldado o entendimento e a análise econômica ao longo do tempo, cada uma trazendo características centrais distintas para a compreensão dos fenômenos econômicos. Dentre essas abordagens, destacam-se as estruturas econômicas, que enfatizam a influência de uma pequena parcela de economistas posicionados em correntes dominantes, adotando perspectivas evolucionárias com figuras notáveis como Thorstein Veblen, Joseph Schumpeter e os institucionalistas americanos. A abordagem evolucionária, por sua vez, traz inspirações da biologia darwiniana para lidar com conflitos e mudanças qualitativas, proporcionando um contraponto às teorias econômicas mais tradicionais. Adicionalmente, a perspectiva do equilíbrio se beneficia de influências da química e física, especialmente a termodinâmica, para abordar questões de não equilíbrio e teoria dos sistemas complexos. Por fim, os processos decisórios continuados enfocam a racionalidade

comportamental de organizações e empresas, com embasamento em estudos de figuras proeminentes, como Ronald Coase, Herbert Simon e Sidney Winter.

Quadro 13 – Pensamento econômico institucionalista em Bom Jesus e Querência

Centralidade teórica	Bom Jesus	Querência
Estruturas	A economia de Bom Jesus, tradicionalmente centrada na agricultura de grãos e posteriormente influenciada pela ascensão das usinas sucroalcooleiras, reflete uma adaptação evolucionária às demandas e oportunidades econômicas emergentes, ressonante com as perspectivas de Veblen, Shumpeter e os institucionalistas americanos.	Em Querência, a ênfase na monocultura de soja e milho e a expansão do agronegócio demonstram uma estrutura econômica que se adapta e evolui com base nas capacidades endógenas e nas políticas de desenvolvimento regional, alinhando-se com uma visão evolucionária da economia.
Evolucionária	A transição de Bom Jesus para um foco nas usinas sucroalcooleiras, além de sua base agrícola tradicional, exemplifica uma adaptação a mudanças qualitativas no mercado, inspirando-se nos princípios darwinianos de evolução aplicados à economia.	Querência, com sua especialização em soja e milho, reflete a aplicação de inovações tecnológicas e práticas agrícolas que se ajustam às dinâmicas evolutivas do mercado e às necessidades de desenvolvimento sustentável.
Equilíbrio	A gestão dos recursos naturais e a sustentabilidade ambiental em Bom Jesus, especialmente em torno da produção sucroalcooleira, evidenciam esforços para alcançar um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, seguindo a lógica da termodinâmica e dos sistemas complexos.	A relação de Querência com a sustentabilidade industrial e agrícola, particularmente em seu compromisso com práticas agrícolas sustentáveis, reflete um esforço para manter o equilíbrio ambiental, indicando uma harmonia entre progresso econômico e responsabilidade ecológica.
Processos decisórios continuados	A adoção de políticas públicas em Bom Jesus, incluindo a promoção do agronegócio e a gestão de recursos naturais, aponta para um processo decisório contínuo e adaptativo que busca otimizar a racionalidade organizacional e empresarial local.	A valorização das instituições financeiras e das políticas de desenvolvimento tecnológico em Querência ilustra a centralidade de processos decisórios continuados para alinhar as estratégias de desenvolvimento local com as necessidades de inovação e crescimento econômico sustentável.

Fonte: autoria própria (2024).

Quadro 13 apresentado oferece, portanto, uma análise comparativa das características centrais de Bom Jesus e Querência, a partir das definições de centralidade teórica que incluem estruturas, evolucionária, equilíbrio e processos decisórios continuados. Em Bom Jesus, a voz dos respondentes permite afirmar que a economia tem sido tradicionalmente ancorada na agricultura de grãos, com uma transição para a influência das usinas sucroalcooleiras, refletindo uma evolução adaptativa às oportunidades econômicas emergentes típicas de desenvolvimento endógeno, que ressoa com a abordagem evolucionária adotada por figuras proeminentes como Veblen, Shumpeter e os institucionalistas americanos. Esse padrão de adaptação econômica destaca a capacidade de o município ajustar suas estruturas produtivas em resposta às mudanças

no mercado, exemplificando uma dinâmica evolutiva inspirada nos princípios darwinianos de adaptação e seleção natural, aplicados à economia. Além disso, a gestão dos recursos naturais em Bom Jesus, particularmente em torno de suas práticas agrícolas e industriais, ilustra esforços para manter um equilíbrio entre o crescimento econômico e a conservação ambiental, um desafio que se alinha com a teoria dos sistemas complexos e da termodinâmica sobre equilíbrio e não equilíbrio.

Por outro lado, os cidadãos de Querência evidenciam, pelas suas opiniões, uma estratégia de desenvolvimento econômico centrada na monocultura de soja e milho, e na expansão do agronegócio, o que parece refletir uma abordagem evolucionária à economia, baseada na inovação tecnológica e na adaptação às demandas do mercado global. A cidade demonstra uma capacidade significativa de integrar inovações agrícolas e sustentabilidade, equilibrando progresso econômico com responsabilidade ambiental. Esse esforço de equilíbrio em Querência sugere uma busca por harmonizar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ecológica, uma tarefa que se torna possível pela adoção de práticas agrícolas que minimizam impactos ambientais negativos. Além disso, a valorização das instituições financeiras e o enfoque nas políticas de desenvolvimento tecnológico destacam a importância dos processos decisórios continuados em Querência, alinhando as estratégias locais de desenvolvimento com as necessidades de inovação e crescimento econômico sustentável.

A análise comparativa dessas cidades a partir do quadro de centralidade teórica e com base na opinião dos seus municípios destaca, portanto, tanto a complexidade e especificidade de cada contexto local no desenvolvimento regional quanto a importância de estratégias de desenvolvimento que são sensíveis às capacidades, às necessidades e aos desafios locais. Tanto Bom Jesus quanto Querência exemplificam o potencial de desenvolvimento sustentável e adaptativo a partir dos recursos e da competência que endogenizam e que se alinha com abordagens teóricas evolucionárias e processuais, refletindo uma compreensão sobre como as dinâmicas econômicas, sociais e ambientais interagem no processo de desenvolvimento regional.

4.3.3 Bom Jesus e Querência sob as lentes e implicações da nova economia institucional

Ao abordar as implicações da Nova Economia Institucional e seus pontos focais, o desenvolvimento de Bom Jesus e Querência se apresenta sob lentes distintas, que destacam a complexidade e a singularidade dos contextos locais de desenvolvimento endógeno. Pelas lentes de crescimento econômico, particularidades e especificidades, e pelo condicionamento

institucional, conforme sugerido por Conceição (2008), essas duas cidades demonstram caminhos de desenvolvimento endógeno influenciados por suas histórias, culturas e estruturas institucionais.

Para Bom Jesus, o crescimento econômico, entendido como um processo incorporado ao contexto histórico e às especificidades locais, reflete uma evolução marcada pela transição de uma economia pautada na agricultura de grãos para a preeminência das usinas sucroalcooleiras. Essa mudança reconfigura a paisagem econômica da cidade e ressalta a importância do condicionamento institucional no qual o desenvolvimento econômico se apoia em um conjunto de normas, hábitos e regras que evoluem com o tempo. A relação intrínseca entre a economia e o agronegócio, especificamente a cana-de-açúcar e a soja, parece mostrar a singularidade da trajetória de desenvolvimento da cidade, destacando a influência de fatores históricos e de especificidades locais no modelamento das instituições e práticas econômicas.

Em contraste, Querência se destaca por sua ênfase na monocultura de soja e milho, atividades que desempenham um papel vital no desenvolvimento econômico local. A incorporação de um contexto histórico vinculado às especificidades locais é evidenciada pela colonização e influência da população gaúcha, que introduziu práticas agrícolas e uma cultura econômica distinta. Esse aspecto de particularidades e especificidades parece ser um dos seus fundamentos, pois reflete como a evolução das instituições locais, influenciadas pelas incertezas e especificidades históricas, define a identidade econômica e social do município. O condicionamento institucional na cidade depende, então, de um complexo arranjo de normas, práticas agrícolas e relacionamentos sociais a sustentarem seu crescimento econômico.

Essas constatações podem ser verificadas sinteticamente no Quadro 14, a seguir:

Quadro 14 – Pontos focais e implicações da nova economia institucional

Pontos focais	Bom Jesus	Querência
Crescimento econômico	Em Bom Jesus, o crescimento econômico é marcado pela transição da agricultura de grãos para a preeminência das usinas sucroalcooleiras, evidenciando a incorporação do contexto histórico e das especificidades locais na trajetória de desenvolvimento econômico.	Querência destaca-se pela sua ênfase na monocultura de soja e milho, refletindo a compreensão processual da evolução institucional local impulsionada por características culturais e históricas específicas, especialmente a influência da migração gaúcha.
Particularidades e especificidades	A evolução da economia de Bom Jesus reflete as jornadas individuais e a adaptação às mudanças de mercado, sublinhando as especificidades históricas que moldam a dinâmica local do agronegócio e da produção de cana-de-açúcar e soja.	As instituições locais de Querência, formadas sob a incerteza e específicas ao contexto histórico da colonização gaúcha, demonstram como as particularidades da economia agrícola direcionam o desenvolvimento, reforçando a identidade e as práticas econômicas regionais.

(Continua)

(Conclusão)

Pontos focais	Bom Jesus	Querência
Condicionamento institucional	O desenvolvimento em Bom Jesus é influenciado por um conjunto de normas, hábitos e regras que evoluem, destacando a importância do arranjo institucional que suporta o setor agrícola e sucroalcooleiro, fundamentais para o crescimento econômico local.	Em Querência, o crescimento econômico depende significativamente do condicionamento institucional que regula a agricultura e o agronegócio, apontando para a necessidade de normas, hábitos e regras que facilitam a inovação e a sustentabilidade no desenvolvimento agrícola.

Fonte: autoria própria (2024).

A análise comparativa dos contextos internos de desenvolvimento de Bom Jesus e Querência, sob a perspectiva da Nova Economia Institucional, destaca, assim, como diferentes configurações institucionais e históricas podem influenciar o desenvolvimento econômico de localidades distintas. Em Bom Jesus, a adaptação das estruturas econômicas às mudanças do mercado e à evolução das práticas agrícolas e industriais reflete a dinâmica do condicionamento institucional, enquanto em Querência a forte identidade cultural e econômica, baseada na agricultura, determina um caminho único de desenvolvimento. Ambas as cidades ilustram a importância do entendimento das particularidades locais e da flexibilidade das políticas públicas em responder a essas singularidades, enfatizando a relevância de estratégias de desenvolvimento regional endógeno sensíveis ao contexto histórico e institucional específico de cada território.

4.3.4 Mudanças em matrizes institucionais

Utilizando o fluxo mostrado na Figura 2, página 75, como referência, é possível avaliar as mudanças nas matrizes institucionais em Bom Jesus e Querência. Esse processo de mudança institucional evidencia-se por interações complexas entre instituições, organizações e a dinâmica concorrencial, bem como por habilidades, conhecimentos e percepções sobre oportunidades e escolhas. As mudanças são tipicamente incrementais e dependem da trajetória, alimentadas pelas construções mentais de agentes, incentivos, percepções, qualificações e conhecimentos.

Em Bom Jesus, Goiás, o desenvolvimento está intimamente ligado à manufatura da cana e da soja, setores preponderantes na economia local. Esse desenvolvimento reflete uma mudança significativa, com a ascensão das usinas sucroalcooleiras, ilustrando um ajuste na matriz institucional da cidade, que passou de uma agricultura de grãos para um foco maior na produção sucroalcooleira. Essa mudança sugere uma realocação de habilidades e

conhecimentos, bem como uma nova percepção das oportunidades de mercado e das opções estratégicas para a cidade a partir dos recursos e competências que endogeniza.

Querência, no Mato Grosso, destaca-se por sua ênfase na monocultura de soja e milho, com atividades agrícolas desempenhando um papel vital na economia local. A economia diversificada do município, sem a interferência da indústria sucroalcooleira presente em Bom Jesus, indica uma matriz institucional distinta, na qual as instituições financeiras locais e as políticas de desenvolvimento tecnológico assumem papéis centrais. Isso aponta para uma evolução das instituições locais que valorizam e fortalecem o setor agrícola, criando um ambiente de negócios propício ao progresso e ao desenvolvimento econômico sustentável.

Ambas as cidades evidenciam uma mudança institucional incremental e dependente de trajetória, baseada na evolução de normas, hábitos, regras e na forma como as instituições locais promovem o desenvolvimento socioeconômico e fortalecem o empreendedorismo local. As políticas públicas, especialmente aquelas orientadas ao desenvolvimento regional, tem como desafio serem flexíveis e responsivas às características típicas de cada ambiente urbano-rural, a fim de maximizar a eficácia e promover o desenvolvimento endógeno.

Considerando o fluxo de mudanças em matrizes institucionais com as suas implicações diretas na gestão urbana e na percepção da qualidade de vida pelos cidadãos, é possível concluir que, em Querência, a participação cívica e a influência positiva da política local na qualidade de vida são avaliadas significativamente mais altas do que em Bom Jesus, com médias de 77, 81 e 82 contra 56, 64 e 63, respectivamente. Isso sugere que o município pode estar mais eficientemente alinhado com as macropolíticas de desenvolvimento social, refletindo uma maior sinergia entre as políticas urbanas e os objetivos maiores das políticas nacionais. Além disso, a percepção de que as políticas públicas municipais são mais transformadoras em Querência, com uma média de 80 em comparação com 66 de Bom Jesus, indica uma articulação mais eficiente entre as políticas locais e nacionais, o que é fundamental para a promoção do desenvolvimento urbano.

A gestão ambiental, um componente crítico das políticas urbanas, é avaliada mais favoravelmente em Querência, com uma média de 79 contra 58 de Bom Jesus. Isso aponta para uma integração mais efetiva e talvez mais consciente das macropolíticas ambientais, o que reflete a ênfase na sustentabilidade e na adaptação das estratégias de desenvolvimento às exigências do desenvolvimento sustentável. No âmbito econômico, a contribuição das instituições financeiras ao desenvolvimento econômico de Querência é avaliada com uma média de 83, superando a média de 68 de Bom Jesus, indicando uma melhor interação entre políticas de crédito, fomento e estratégias de desenvolvimento local em Querência.

Avaliando as políticas urbanas na estrutura da cidade, os residentes de Querência percebem que as regras municipais valorizam mais os espaços urbanos, com uma média de 81 contra 62 de Bom Jesus, o que pode refletir uma implementação mais consonante com planejamento urbano e rural, essencial para o desenvolvimento endógeno sustentável e a qualidade de vida urbana.

Essas diferenças entre as cidades, especialmente em variáveis críticas para o desenvolvimento endógeno, demonstram distintas realidades locais e como políticas nacionais podem ser mais ou menos eficazes, a depender das condições, capacidades e resposta das estruturas políticas e sociais locais. Portanto, isso evidencia como as macropolíticas podem ser adaptadas e implementadas de forma diferenciada para alavancar o potencial de cada região, reconhecendo a diversidade e as necessidades específicas de cada município no processo de desenvolvimento nacional.

4.3.5 Macropolíticas para desenvolvimento urbano e rural em Bom Jesus e Querência

Analisando os dados sobre Bom Jesus e Querência com base nas variáveis específicas de macropolíticas para o desenvolvimento urbano e rural, desenvolvimento endógeno e local, o estudo aponta diferenças significativas na maneira como cada cidade absorve e implementa as estratégias de desenvolvimento ditadas em escala nacional ou regional.

Bom Jesus destaca-se por seu vínculo com a agricultura de grãos e pela significativa influência das usinas sucroalcooleiras. A transição para essa nova matriz econômica sugere uma readequação das macropolíticas de desenvolvimento para atender às demandas desse novo setor econômico dominante. Por outro lado, Querência, com sua ênfase na monocultura de soja e milho, reflete um desenvolvimento endógeno alinhado com as macropolíticas nacionais para desenvolvimento rural, aproveitando ao máximo as capacidades internas e promovendo um crescimento orgânico baseado nos recursos locais.

O envolvimento das instituições financeiras é mais valorizado em Querência, com uma média de avaliação de 83 em comparação a 68 em Bom Jesus. Isso pode indicar que Querência tem melhorado sua absorção das macropolíticas de crédito e fomento, o que é reforçado pelo fato de as empresas locais serem vistas como mais influentes na geração de renda, com uma média de 86 em Querência contra 80 em Bom Jesus. A gestão ambiental, refletida na percepção dos respondentes, também mostra uma maior sensibilidade em Querência (79) em comparação a Bom Jesus (58), sugerindo que as macropolíticas ambientais podem estar mais integradas às estratégias de desenvolvimento sustentável em Querência.

Além disso, as políticas urbanas, conforme percebidas pelos cidadãos, parecem estar mais alinhadas com as macropolíticas em Querência do que em Bom Jesus. Isso é demonstrado pela maior satisfação dos residentes de Querência com a participação cívica e a influência positiva da política local na qualidade de vida. Querência supera Bom Jesus nas médias de avaliação da participação cívica (77 contra 56), na influência da política local na qualidade de vida (81 e 82 contra 64 e 63) e na percepção de que as políticas públicas municipais são transformadoras (80 contra 66).

Essas diferenças nos padrões de respostas entre as duas cidades ilustram não apenas realidades locais distintas, mas também a capacidade diferenciada de adaptação e aplicação das macropolíticas nacionais. Querência demonstra ser mais bem avaliada em quase todas as variáveis significativas para o desenvolvimento endógeno, sugerindo uma estratégia mais eficaz de desenvolvimento local, que está em sincronia com as políticas de desenvolvimento urbano e rural em nível macro.

Essa análise, como mostrado no Quadro 15, evidencia a importância de contextualizar e adaptar as macropolíticas às realidades específicas de cada localidade para promover um desenvolvimento equilibrado e inclusivo. A capacidade de alinhamento das políticas locais com as estratégias nacionais e regionais é crucial para um desenvolvimento endógeno bem-sucedido e sustentável.

Quadro 15 – Desenvolvimento e macropolíticas e as estratégias de crescimento urbano e rural

Variáveis	Bom Jesus	Querência
Macropolíticas para desenvolvimento urbano	Mudança para usinas sucroalcooleiras reflete readequação das macropolíticas para atender às novas demandas econômicas. Avaliação das instituições financeiras: 68.	Melhor absorção das macropolíticas de crédito e fomento, refletida na avaliação mais alta das instituições financeiras: 83. Políticas públicas mais bem integradas às estratégias nacionais.
Desenvolvimento endógeno e desenvolvimento local	Transição para economia sucroalcooleira; menor influência das empresas locais na geração de renda: 80.	Monocultura de soja e milho com foco no desenvolvimento orgânico e no crescimento baseado nos recursos locais. Empresas locais mais influentes na geração de renda: 86.
Macropolíticas de desenvolvimento	Requer ajuste das políticas para estimular inovação e desenvolvimento econômico local.	Estratégias de desenvolvimento eficazes, mais alinhadas com políticas nacionais e regionais.
Macropolíticas para desenvolvimento urbano	Avaliações de participação cívica e influência política na qualidade de vida são mais baixas.	Maior satisfação com a participação cívica e a influência positiva da política local na qualidade de vida.
Macropolíticas para desenvolvimento rural	Transição econômica para setor sucroalcooleiro indica uma adaptação às políticas de desenvolvimento rural.	Implementação mais efetiva das macropolíticas para desenvolvimento rural, alinhada com práticas agrícolas e sustentabilidade.

Fonte: autoria própria (2024).

5 CONCLUSÕES

A avaliação das bases do desenvolvimento urbano-rural institucionalizado na dinâmica de municípios de pequeno porte pela via da endogenização de efeitos de macropolíticas nas micropolíticas locais foi realizada por meio de uma abordagem que integrou a conceituação teórica, a contextualização prática e a análise empírica dos municípios de Bom Jesus (GO) e Querência (MT). Primeiramente, a conceitual permitiu definir os aspectos e as teorias fundamentais do desenvolvimento local, enfatizando a importância de uma abordagem endógena que valoriza os recursos e as capacidades internas das comunidades. Em seguida, a pesquisa contextualizou a relevância das macro e micropolíticas para o desenvolvimento, destacando como essas políticas se inter-relacionam e afetam as dinâmicas locais, tanto no âmbito rural quanto urbano. Essa contextualização foi essencial para entender as especificidades das políticas aplicadas nos municípios estudados e como elas podem ser ajustadas para atender melhor às necessidades locais. A discussão sobre as bases do desenvolvimento urbano-rural desses dois municípios, baseada em dados coletados em questionários aplicados aos respectivos residentes, proporcionou uma compreensão detalhada das particularidades e dos desafios específicos enfrentados por essas localidades. Essa análise empírica revelou as percepções e as experiências dos cidadãos em relação às políticas públicas e suas influências no desenvolvimento local, permitindo identificar fatores-chave que impactam a endogenização de efeitos de macropolíticas nas micropolíticas locais. Finalmente, ao avaliar esses fatores sob a perspectiva dos cidadãos, a pesquisa contribuiu para uma gestão urbana que considera as necessidades e as expectativas da população, encetando caminhos para um desenvolvimento urbano-rural mais equilibrado e sustentável.

A associação entre as premissas da nova economia institucional e as recomendações para a gestão urbana de municípios de pequeno porte, a partir dos resultados obtidos, revela a importância de políticas públicas que considerem a diversidade demográfica e socioeconômica dos municípios de Bom Jesus de Goiás e Querência (MT). Os resultados destacam como variáveis como gênero, nível educacional, faixa etária, renda mensal, participação política e setor de ocupação influenciam a percepção e o impacto das políticas de desenvolvimento endógeno. A análise quantitativa indica que as percepções variam significativamente entre diferentes grupos, sugerindo que uma abordagem uniforme pode não ser o melhor caminho. Em vez disso, recomenda-se uma gestão urbana que valorize a participação política e social dos cidadãos, promovendo políticas de mobilização e valorização de capital endógeno, bem como a promoção de bem-estar material e imaterial. As narrativas reforçam a necessidade de políticas

que incentivem a mobilidade de fatores e capital de organização, além de promover externalidades positivas da competitividade territorial e empresarial. Para municípios de pequeno porte, a aplicação dessas premissas implica em desenvolver estratégias que levem em conta as especificidades locais, assegurando que as políticas públicas sejam percebidas de maneira positiva e beneficiem equitativamente todos os segmentos da população. A gestão urbana tem, portanto, perspectivas promissoras se enfatizar a criação de um ambiente participativo, onde as vozes dos diferentes grupos sociais sejam ouvidas e consideradas na formulação de políticas, viabilizando um desenvolvimento endógeno sustentável. A tese demonstrou, portanto, que a integração de políticas de diferentes níveis, adaptadas às realidades locais e sustentadas por uma participação ativa da comunidade, é um fundamento altamente relevante para promover o desenvolvimento endógeno nos municípios de pequeno porte.

A avaliação da relevância das macros e micropolíticas para o desenvolvimento endógeno considerou o desenvolvimento local, com um enfoque particular na importância das abordagens endógenas que promovem a utilização dos recursos internos das comunidades. A partir dessas bases foi contextualizada a inter-relação entre tais macro e micropolíticas para demonstrar como se influenciam mutuamente e impactam as dinâmicas de desenvolvimento urbano-rural. Os resultados empíricos permitiram obter uma compreensão detalhada das percepções e experiências dos cidadãos dos dois municípios em relação às políticas públicas e suas implicações no desenvolvimento local, revelando a complexidade das interações entre as políticas de diferentes níveis e a importância de adaptar as macropolíticas às especificidades locais, para promover um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável. Além disso, a pesquisa destacou a necessidade de integrar políticas urbanas e rurais de forma coesa, reconhecendo que o desenvolvimento de uma região depende da harmonização das dinâmicas rurais e urbanas. Ao analisar como as macropolíticas podem ser endogenizadas nas micropolíticas locais, a pesquisa demonstrou que uma abordagem integrada e adaptativa é essencial para promover o desenvolvimento endógeno a partir de uma clara consideração das particularidades rurais e urbanas.

A tese oferece uma contribuição teórica significativa ao explorar e aprofundar os conceitos de macropolíticas, institucionalismo econômico e desenvolvimento urbano-rural endógeno, com uma análise comparativa detalhada dos municípios de Bom Jesus (GO) e Querência (MT). Pelo prisma do institucionalismo econômico, demonstrou como as instituições, as normas e as políticas influenciam o desenvolvimento local, destacando a importância das macropolíticas na configuração das micropolíticas e na facilitação de um desenvolvimento endógeno. A tese revelou que as macropolíticas, quando bem adaptadas às

particularidades locais e integradas de forma coerente, podem gerar efeitos positivos tanto no contexto urbano quanto no rural, promovendo um desenvolvimento equilibrado e sustentável. Entretanto, a incidência dessas macropolíticas se mostrou altamente diferenciada a partir da avaliação dos residentes dos dois municípios investigados, abrindo espaços importantes à compreensão dessas realidades locais a partir da perspectiva comparativa adotada.

A análise comparativa entre os dois municípios destacou como as diversidades institucional e econômica influenciam a eficácia das políticas urbanas locais em diferentes perspectivas setoriais, bem como sob o ponto de vista dos principais grupos que formam essas sociedades locais. Em Bom Jesus, por exemplo, a dependência maior do setor agropecuário revelou desafios específicos, como a necessidade de políticas que promovam a diversificação econômica e a inclusão de setores mais vulneráveis. Em Querência, a maior força de políticas de inovação e desenvolvimento tecnológico mostrou-se importante para aproveitar as potencialidades locais e fomentar um ambiente econômico dinâmico. Essas diferenciações ressaltam a importância de uma abordagem de desenvolvimento regional sensível às características e necessidades específicas de cada município, reforçando a tese de que não há uma solução única aplicável a todos os contextos. As contribuições teóricas da tese residem, portanto, na demonstração de que o desenvolvimento urbano-rural endógeno requer uma compreensão profunda das interações entre macropolíticas e micropolíticas, além de uma análise institucional detalhada que considere as especificidades locais.

A relação entre municípios de pequeno e médio porte, conforme evidenciado pelos respondentes e pelas narrativas construídas, é caracterizada por uma complexa interação de fatores demográficos, socioeconômicos e institucionais que influenciam suas dinâmicas de desenvolvimento urbano e regional. A análise dos casos de Bom Jesus de Goiás e Querência (MT) mostra que, embora ambos os municípios compartilhem desafios comuns relacionados ao desenvolvimento endógeno, suas particularidades demandam abordagens diferenciadas. As variáveis analisadas, como gênero, nível educacional, faixa etária, renda mensal, participação política e setor de ocupação, revelam percepções e impactos distintos das políticas públicas entre os grupos populacionais. Municípios de pequeno porte, como Bom Jesus, frequentemente enfrentam limitações maiores em termos de recursos e infraestrutura, o que pode restringir sua capacidade de implementar políticas abrangentes. Por outro lado, municípios de médio porte, como Querência, podem ter maior acesso a recursos e oportunidades de desenvolvimento, mas também enfrentam desafios de coordenação e governança mais complexos. A nova economia institucional sugere que a efetividade das políticas públicas depende da capacidade das instituições locais de mobilizar capital endógeno, promover bem-estar e incentivar a

competitividade territorial. Portanto, a gestão urbana poderia contribuir ao levar em conta as especificidades de cada município, promovendo a participação ativa da população e formulando políticas que respondam às necessidades e expectativas locais. Essa abordagem integrada e diferenciada pode ser relevante para fomentar um desenvolvimento sustentável pelo fortalecimento tanto municípios de pequeno quanto de médio porte a partir de seus recursos e vocações próprios. A pesquisa avança o campo ao mostrar como políticas integradas e adaptativas podem superar as limitações impostas por estruturas institucionais rígidas.

A investigação trouxe perspectivas inovadoras ao investigar os conceitos de governança, governabilidade e instrumentalidade institucional no contexto do desenvolvimento urbano-rural de pequenos municípios, com um foco específico nas transições regionais entre o cerrado e o bioma amazônico, exemplificados pelo município goiano e matogrossense. Os resultados mostraram como a governança local, caracterizada pela capacidade de as instituições implementarem e coordenarem políticas de desenvolvimento, é importante para o desenvolvimento sustentável e integrado dessas áreas de transição. A governabilidade, entendida como a eficácia das autoridades locais em gerenciar os recursos e responder às demandas da população, foi explorada em relação à sua capacidade de adaptar e aplicar macropolíticas, considerando as particularidades ecológicas e socioeconômicas de cada município. Em Bom Jesus, a pesquisa destacou desafios significativos na governabilidade, particularmente em relação à dependência do setor agropecuário e a necessidade de diversificação econômica e inclusão de políticas ambientais mais consistentes. Por outro lado, Querência demonstrou mais instrumentalidade institucional ao implementar políticas de inovação e desenvolvimento tecnológico, aproveitando suas vantagens comparativas e promovendo um crescimento econômico mais dinâmico. As diferenciações entre os dois municípios evidenciaram a importância de uma governança localmente ajustada, com capacidade de responder às especificidades locais e regionais, especialmente em áreas de transição ecológica entre os dois biomas. A instrumentalidade institucional, ou a capacidade das instituições de utilizar efetivamente os instrumentos de política disponíveis, se mostrou nuclear para superar as limitações impostas por estruturas institucionais rígidas, constituídas historicamente na formação de cada um desses territórios, com vocações endogenamente formadas. Ao integrar essas dimensões teóricas com as realidades práticas dos municípios estudados, a tese traz avanços ao demonstrar que o sucesso do desenvolvimento urbano-rural depende da sinergia entre governança, governabilidade e instrumentalidade institucional. Essas descobertas ressaltam a necessidade de políticas públicas que sejam tecnicamente sólidas e, ao

mesmo tempo, sensíveis às dinâmicas locais e regionais, para promover um desenvolvimento tendente à sustentabilidade e justiça social.

Outra linha de contribuição da tese ocorreu com a exploração do institucionalismo econômico relacionado ao desenvolvimento endógeno, demonstrando como esse desenvolvimento se expande do contexto local para o regional nos dois municípios investigados. Fundamentada nos conceitos de institucionalismo econômico, os dados e as análises revelaram que as instituições locais desempenham um papel essencial na promoção do desenvolvimento sustentável, atuando como catalisadoras que facilitam a mobilização de recursos, a convergência de competências e a implementação de políticas. Os resultados mostraram que as cidades, enquanto centros de irradiação e convergência, possuem capacidades únicas de agregar e distribuir recursos, conhecimento e competências que beneficiam tanto o contexto urbano quanto o rural, promovendo um crescimento relativamente equilibrado. Em Bom Jesus, a análise destacou a necessidade de fortalecer as instituições locais para melhor integrar políticas agrícolas com iniciativas de diversificação econômica, ressaltando a importância de políticas que incentivem a inovação e a sustentabilidade. Por outro lado, Querência mostrou como uma cidade pode efetivamente irradiar desenvolvimento para a região ao centrar esforços na modernização agrícola e na adoção de tecnologias avançadas, ilustrando o potencial de políticas bem implementadas para transformar a economia local e regional. Ao analisar as dinâmicas de Bom Jesus e Querência, a pesquisa traz contribuições sobre como o fortalecimento das capacidades institucionais e a criação de um ambiente propício à inovação podem levar a um desenvolvimento que irradia dos centros urbanos para toda a região, auxiliando na promoção da coesão social e econômica. Essas contribuições teóricas destacam a necessidade de um enfoque integrado que considere tanto as especificidades locais quanto as demandas regionais, mostrando que as cidades podem e devem atuar como centros de convergência e irradiação de desenvolvimento, alinhando-se aos princípios do institucionalismo econômico para fomentar um crescimento endógeno sustentável.

A investigação oferece contribuições para os estudos urbanos, políticas urbanas e gestão urbana, especialmente em contextos de pequenos municípios, onde as atividades agropecuárias são altamente interdependentes, com estruturas urbanas institucionalizadas. A análise detalhada da interação entre macropolíticas e micropolíticas revela a importância de adaptar políticas de desenvolvimento de maior escala às realidades locais para promover um desenvolvimento endógeno sustentável. No contexto da interação entre cidade e regiões rurais, as políticas urbanas desempenham um papel de mediação e fortalecimento dessa relação, assegurando que os recursos e benefícios gerados nas áreas urbanas sejam adequadamente distribuídos e

aproveitados nas áreas rurais e vice-versa. A valorização das externalidades da competitividade empresarial, por meio de políticas urbanas bem estruturadas, é fundamental para fomentar a cooperação entre os setores agropecuário e urbano, promovendo um ecossistema econômico integrado e mais resiliente. Políticas que incentivem a infraestrutura urbana adaptada às necessidades rurais, a educação e a capacitação profissional voltadas para o desenvolvimento agropecuário e a criação de mercados locais fortalecidos são essenciais para assegurar que os benefícios do desenvolvimento econômico sejam amplamente distribuídos. Além disso, a implementação de políticas que promovam a inovação tecnológica e a sustentabilidade ambiental nas atividades agropecuárias pode fortalecer ainda mais as contribuições mútuas entre os ambientes urbanos e rurais. Dessa forma, as políticas urbanas tanto suportam as atividades agropecuárias quanto incentivam a criação de valor agregado, aumentando a competitividade regional e melhorando a qualidade de vida de todos os habitantes desses dois contextos.

A investigação oferece contribuições relevantes também para políticos regionais, gestores urbanos, empresariado urbano e produtores rurais dos municípios investigados, ao fornecer uma análise aprofundada das dinâmicas de desenvolvimento urbano-rural e das interações entre macropolíticas e micropolíticas. Para os políticos regionais, a pesquisa destaca a importância de formular políticas públicas sensíveis às especificidades locais e que promovam um desenvolvimento que conte tanto as áreas urbanas quanto rurais. Gestores urbanos podem utilizar os resultados obtidos para melhorar a governança local, implementando estratégias que favoreçam a participação cidadã e a utilização dos recursos locais de uso comum. O empresariado urbano, por sua vez, é incentivado a reconhecer o potencial das externalidades positivas geradas pela colaboração entre empresas e pela inovação, contribuindo para um ambiente econômico dinâmico e resiliente. Além disso, a valorização do capital endógeno e das competências locais surge como uma estratégia fundamental para fortalecer a competitividade e a sustentabilidade dos negócios. Para os produtores rurais, a pesquisa aponta a relevância de políticas que apoiem a agricultura familiar e que promovam práticas sustentáveis, visando aumentar a produtividade e a qualidade de vida no campo. A integração de práticas agrícolas com iniciativas de desenvolvimento urbano pode criar reforços mútuos que beneficiem toda a comunidade, fomentando um crescimento mais equilibrado.

Apesar desse conjunto de contribuições da pesquisa tanto no campo teórico quanto da prática, é importante reconhecer as limitações inerentes, mais relacionadas à delimitação do objeto de estudo do que a restrições metodológicas ou dificuldades na obtenção de dados e informações consistentes. A investigação focou-se especificamente nos dois municípios, o que,

por um lado, permitiu uma análise detalhada e contextualizada das dinâmicas locais de desenvolvimento endógeno, mas, por outro, limitou a generalização dos resultados a outras regiões ou municípios com características diferentes. Ao concentrar-se em dois municípios com contextos econômicos e sociais distintos, a pesquisa oferece um panorama limitado das variáveis que influenciam o desenvolvimento urbano-rural em outras áreas do Brasil, que podem apresentar desafios e oportunidades distintos. Além disso, a escolha de focar em regiões de transição entre o cerrado e o bioma amazônico, embora relevante e rica em particularidades, pode não capturar plenamente as dinâmicas presentes em outros biomas ou contextos ambientais. Essa delimitação espacial implica que algumas especificidades locais não foram abordadas e o desenvolvimento endógeno em áreas com diferentes características geográficas e econômicas pode seguir outras lógicas. Ademais, ao centrar-se nos conceitos de institucionalismo econômico e na influência de macropolíticas sobre micropolíticas locais, a pesquisa pode não ter explorado plenamente outras abordagens teóricas ou modelos de desenvolvimento que também poderiam oferecer outras perspectivas de análise. A escolha do enfoque na interação entre macropolíticas e micropolíticas, enquanto revelou aspectos nucleares do desenvolvimento local, pode ter deixado de lado outras influências importantes, como as dinâmicas globais de mercado, as mudanças climáticas ou as redes de migração, que também podem impactar significativamente o desenvolvimento endógeno e regional. Portanto, essas limitações de escopo e ênfase são reconhecidas como inerentes às decisões de delimitação do objeto de estudo, propiciando uma análise profunda e específica, mas que abre espaço para futuras pesquisas que possam expandir e complementar os achados aqui apresentados.

A partir das perspectivas teóricas e conceituais exploradas, futuras pesquisas podem aprofundar a compreensão do desenvolvimento urbano-rural endógeno em contextos diversos, expandindo tanto o escopo geográfico quanto as abordagens metodológicas. Primeiramente, estudos comparativos que incluam um maior número de municípios, abrangendo diferentes biomas e regiões do Brasil, poderiam fornecer uma visão mais abrangente das dinâmicas de desenvolvimento local e regional. A utilização de métodos quantitativos, combinados com análises qualitativas detalhadas, pode aprofundar a compreensão dos fatores que influenciam o desenvolvimento endógeno. Além disso, a aplicação de abordagens de pesquisa participativa, envolvendo diretamente as comunidades locais na coleta e análise de dados, pode revelar informações mais contextualizadas sobre as percepções e necessidades dos cidadãos, promovendo uma maior base informativa sobre possibilidades de inclusão em políticas públicas. Finalmente, a integração de abordagens interdisciplinares centrada em estudos urbanos, combinando contribuições de economia, sociologia, geografia e ciência política, pode

proporcionar uma compreensão mais ampla das interações entre macropolíticas e micropolíticas e como elas podem ser otimizadas para promover novas perspectivas de desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Relatório de pesquisa Projeto BRA, 97/013. Rio de Janeiro: Ipea, 1999.
- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7679169/mod_resource/content/1/14_2_Texto_Base_Capital_social_Territorial.pdf. Acesso em: 30 maio 2024.
- ABREU, Rafael Lorenzeto de. Localização de Bom Jesus de Goiás em Goiás. **Wikimedia Commons**, 2006. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Goias_MesoMicroMunicip.svg. Acesso em: 1º jun. 2023.
- AGEMVALE – Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. **Guia metodológico do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (PDUI-RMVPLN)**. São José dos Campos, SP: Agemvale, 2018.
- ALCANTARA, Christopher; BROSCHEK, Jörg; NELLES, Jen. Rethinking Multilevel Governance as an Instance of Multilevel Politics: A Conceptual Strategy. **Territory, Politics, Governance**, [s.l.], v. 4, n. 1, p. 33-51, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21622671.2015.1047897>. Acesso em: 30 maio 2024.
- ALMEIDA, Renan Pereira. **Desenvolvimento urbano, infraestrutura e dinâmica imobiliária**. 2019. 257 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_e0932c18ba825dc124ff618f44e8b214. Acesso em: 29 maio 2024.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 13, n. 20, p. 21-38, 2003. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/download/16063/12239/#page=21>. Acesso em: 30 maio 2024.
- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- ARRUDA MAURO, Ricardo de *et al.* Dimensões do desenvolvimento territorial e políticas públicas: perspectivas e desafios a partir da Constituição Federal de 1988. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade: GeAS**, [s.l.], v. 7, n. 3, p. 489-506, 2018.
- AZEVEDO, Paulo Furquim de. Nova Economia Institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 33-52, 2000. Disponível em:

http://www.fundacaofia.com.br/pensa/anexos/biblioteca/1932007111013_NovaEconomiaInstitucional_referencialgeral.pdf. Acesso em: 30 maio 2024.

AZEVEDO, Paulo Furquim de. Economia dos custos de transação. In: FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; AZEVEDO, Paulo Furquim de; SAES, Maria Sylvia Macchione (orgs.). **Competitividade: mercado, estado e organizações**. São Paulo, SP: Singular, 1997. p. 71-111.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **Pequena cidade: uma caracterização**. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA: Agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais, V., 2009, Santa Maria. **Anais [...]**. Santa Maria, RS: [s.n.], 2009.

BALTAZAR, Márcia. A tentativa de uma macropolítica de cultura na cidade de Campinas. **Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas**, Florianópolis, v. 3, n. 45, p. 1-33, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/22691>. Acesso em: 29 maio 2024.

BANCO MUNDIAL. **World Bank Open Data**. [S.l.: s.n.], 2016. Disponível em: <http://data.worldbank.org/>. Acesso em: nov. 2016.

BARQUERO, Antonio Vazquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

BELLINGIERI, Julio Cesar. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, [s.l.], v. 2, n. 37, 2017.

BOISIER, Sergio. Post-scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais. **Planejamento e políticas públicas**, [s.l.], n. 19, p. 307-343, jun. 1999. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/96>. Acesso em: 29 maio 2024.

BONNAL, Philippe; KATO, Karina. **Análise comparativa de políticas públicas de desenvolvimento territorial**. Relatório de Pesquisa. OPPA/CPDA/UFRRJ. Brasília, DF: IICA, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão e jornalismo**. Tradução de Richard Nice. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1996.

BRANDÃO, Carlos A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 30 maio 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei Complementar no 12/2001, de 24 de abril de 2001**. Cria a Região Metropolitana do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 2001.

BRYANT, Christopher. Gouvernement versus Gouvernance : Structure versus Processus. **EchoGéo**, [s.l.], v. 43, p. 1-5, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/echogeo/15291>. Acesso em: 30 maio 2024.

CANIELLO, Márcio; PIRAUX, Marc; BASTOS, Valério Veríssimo de Souza. Ideias e práticas na gestão social do Território da Cidadania da Borborema, Paraíba. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 4, n. 2, jul./dez. 2013b. Disponível em: <https://agritrop.cirad.fr/571743/>. Acesso em: 30 maio 2024.

CANIELLO, Márcio; PIRAUX, Marc; BASTOS, Valério Veríssimo de Souza. Identidade e diversidade no território da cidadania da Borborema (PB). **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 24-48, 2014. DOI: 10.37370/265uerên.2014.v34.401. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/401>. Acesso em: 30 maio 2024.

CANIELLO, Márcio; PIRAUX, Marc; BASTOS, Valério Veríssimo de Souza. Identidade e Participação Social na gestão do Programa Territórios da Cidadania: um estudo comparativo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 84-107, 2013^a. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/360>. Acesso em: 30 maio 2024.

CANIELLO, Márcio; PIRAUX, Marc; RAMBO, Anelise Gracielle. As políticas públicas territoriais e o desenvolvimento rural sustentável no Brasil contemporâneo: síntese do GT 9. *In*: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 6., 2012, Belém. **Anais do 6º Encontro da Rede de Estudos Rurais**. Belém: [s.n.], 2012. p. 1-29.

CARNEIRO, Pinto Wesley; FAÇANHA, Antônio Cardoso. O planejamento e a gestão urbana em cidades pequenas: o caso da cidade de Barras-PI. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE: A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação, XI., 2015. **Anais [...]**. Presidente Prudente, SP: Enanpege, 2015.

CARVALHO, José Otamar de. **Desenvolvimento regional**: um problema político. Campina Grande: Eduepb, 2014.

CAZELLA, Ademir A. *Et al.* (org.). **Agricultura familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Mauad, 2009.

CAZELLA, Ademir Antonio *et al.* Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 49-79, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p49/33797>. Acesso em: 30 maio 2024.

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do Agronegócio no Brasil**. São Paulo, SP: USP, 2016. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/pib/>. Acesso em: nov. 2016.

COASE, Ronald. The nature of the firm. **Econômica**, [s.l.], n. 4, nov. 1937.

COBBINAH, Patrick Brandful; KORAH, Prosper Issahaku. Religion gnaws urban planning: the geography of places of worship in Kumasi, Ghana. **International Journal of Urban Sustainable Development**, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 93-109, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19463138.2015.1074581>. Acesso em: 30 maio 2024.

COMMONS, John R. Institutional economics. **The American Economic Review**, [s.l.], p. 648-657, 1931.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Boletim Logístico**: colheita de soja deste ano leva a recorde nos preços de frete. 2022. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/4516-boletim-logistico-colheita-de-soja-deste-ano-leva-a-recorde-nos-precos-de-frete>. Acesso em: 17 dez. 2023.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 85-105, abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/DRxzCCvyhZsgGFXVyLptkgH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2024.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/23117/000369565.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.

COREZOLA, Fernanda; OLIVEIRA, Carlos Douglas; ALMEIDA, Maria Graça. Desafios da governança territorial nos territórios incorporados ao Programa Territórios da Cidadania. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [s.l.], v. 28, n. 1 e 2, p. 87-96, 2009. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/303>. Acesso em: 30 maio 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 5-12, 2011. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/74228/77871>. Acesso em: 30 maio 2024.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. [S.l.]: Penso Editora, 2014.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [s.l.], v. 16, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5395>. Acesso em: 26 maio 2024.

DELGADO, Guilherme. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/WkvT5yVVdhZGprdCGmQfHqk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2024.

DELGADO, Nelson Giordano *et al.* **Desenvolvimento territorial**: articulação de políticas públicas e atores sociais. [S.l.: s.n.], 2007.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S.; GIARDINA, Michael D. Disciplining Qualitative Research. **International Journal of Qualitative Studies in Education**, [s.l.], v. 19, n. 6, p. 769-782, 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09518390600975990>. Acesso em: 1º jun. 2024.

DIAS, Cora A. Estratégia do planejamento nacional. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, ano 8, n. 69, p. 58-64, 2011.

DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de (org.). **Reforma do Estado e Democracia no Brasil**: dilemas e perspectivas. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

DOIMO, Ana M. **A vez e voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70. Rio de Janeiro, RJ: Relume, 1995.

DOSI, Giovanni. Opportunities, incentives and the collective patterns of technological change. **Economic Journal**, [s.l.] n. 107, p. 1530-1547, sept. 1997.

DWECK, Esther; CHERNAVSKY, Emilio; CHAVES, M. O modelo de desenvolvimento brasileiro: análise de seus fundamentos e o papel das macropolíticas federais. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y LA ADMINISTRACION PUBLICA, 18., 2013, Montevideo. **Anais [...]**. Montevideo: [s.n.], 2013.

ELLIS, Frank. **Rural Livelihoods and Diversity in Developing Countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ELLIS, Frank; BIGGS, Stephen. Evolving Themes in Rural Development 1950s-2000s. **Development Policy Review**, [s.l.], v. 19, p. 437-448, 2001. Disponível em: <https://www.staff.ncl.ac.uk/david.harvey/AEF806/Ellis&Biggs2001.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.

FAO – Food and Agricultura Administration; INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília, DF: FAO; Incra, 1996.

FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 6, n. 3, p. 147-161, dez. 1999.

FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; AZEVEDO, Paulo Furquim de; SAES, Maria Sylvia Macchione. **Competitividade**: mercado, estado e organizações. São Paulo, SP: Singular, 1997.

FAVARETO, Arilson S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Fapesp: Iglu, 2007.

FELIPE, Ednilson Silva. Instituições e mudanças institucionais: uma visão a partir dos principais conceitos neo-schumpeterianos. **Revista Economia**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 245-263, maio./ago. 2008. Disponível em: https://anpec.org.br/revista/vol9/vol9n2p245_263.pdf. Acesso em: 30 maio 2024.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Geoaraguaia**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 13-31, 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/6981>. Acesso em: 30 maio 2024.

FERREIRA, Amanda Estefânia de Melo; VIEIRA, Ima Célia Guimarães. Sustentabilidade urbana na região metropolitana de Santarém, Pará, Brasil nos anos 2000 e 2010. **Economía, Sociedad y Territorio**, [s.l.], v. 18, n. 58, p. 763-795, 2018. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-84212018000300763. Acesso em: 30 maio 2024.

FIANI, Ronaldo. A teoria dos custos de transação. In: KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia (org.). **Economia industrial**. Rio de Janeiro: Campus, 2002. P. 276-306.

FIANI, Ronaldo. **Cooperação e conflito**: instituições e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2011.

FIGUEIREDO, Antônio Manuel. As políticas e o planejamento do desenvolvimento regional. In: COSTA, José da Silva; NIJKAMP, Peter (orgs.). **Compêndio de economia regional**: teoria, temáticas e políticas. V. 1. Coimbra: Principia, 2009.

FITZGERALD, Brian G. *et al.* A Quantitative Method for the Evaluation of Policies to Enhance Urban Sustainability. **Ecological Indicators**, [s.l.], v. 18, p. 371-378, 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1470160X11004043>. Acesso em: 30 maio 2024.

FRAGA, Bruno Marques; LIMA RIBEIRO, Rênystton de. **Condição ambiental do solo após aplicações de dejetos suínos em granja suinícola no Município de Bom Jesus-GO**. Rio Verde: Universidade de Rio Verde, 2013. Disponível em: <https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/CONDICAO%20AMBIENTAL%20DO%20SOLO%20APOS%20APLICACOES%20DE%20DEJETOS%20SUINOS%20EM%20GRANJA%20SUINICOLA%20NO%20MUNICIPIO%20DE%20BOM%20JESUS%20GO.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2023.

FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira de; DIAS, Marcelo Miná. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, p. 1575-1597, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/9ssfWPvnMNjMdLjzPkV5Q6f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 maio 2024.

FREY, K. **Gestão urbana**: um desafio interdisciplinar. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM GESTÃO URBANA, I., 2003, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUCPR/PPGTU, 2003.

GALA, P. **A teoria institucional de Douglas North**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 89-105, abr./jun. 2003.

GELPI, Adriana; KALIL, Rosa Maria Locatelli. Planejamento e gestão do território: escalas, conflitos e incertezas. **Revista Cidades**, [s.l.], v. 12, n. 20, p. 74-104, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/11957>. Acesso em: 30 maio 2024.

GLAESER, Edward; JOSHI-GHANI, Abha. **The urban imperative: Toward shared prosperity**. [S.l.]: The World Bank, 2013. Disponível em: https://typeset.io/papers/the-urban-imperative-toward-shared-prosperity-3030gpdwa?references_page=6. Acesso em: 30 maio 2024.

GOHN, Maria da Glória; FILIPE, Fabiana Alvarenga; BERTAGNA, Regiane Helena. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. São Paulo, SP: Cortez, 2001.

GOMES, Magno Federici; FERREIRA, Leandro José. Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Direito e Desenvolvimento**, [s.l.], v. 9, n. 2, p. 155-178, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/667>. Acesso em: 29 maio 2024.

GOODIN, Robert E.; DRYZEK, John S. Deliberative Impacts: The Macro-Political Uptake of Mini-Publics. **Politics & Society**, [s.l.], v. 34, n. 2, p. 219-244, 2006. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0032329206288152>. Acesso em: 30 maio 2024.

GOODMAN, David *et al.* **Da lavoura às biotecnologias**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, José. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 15, p. 37-50, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/wBhqxk4dx5knGc7bSB8qhJm>. Acesso em: 30 maio 2024.

GREENER, Ian. The Potential of Path Dependence in Political Studies. **Politics**, [s.l.], v. 25, n. 1, p. 62-72, 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.1467-9256.2005.00230.x>. Acesso em: 30 maio 2024.

GUANZIROLI, Carlos H. Experiências de desenvolvimento territorial rural no Brasil. **Economia – Textos para Discussão**, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/160/o/UFF_TD.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

HEYWOOD, Andrew. **Politics**. 5th ed. London: Red Globe Press, 2019.

HODGSON, Geoffrey M. **Economics and evolution: bringing life back into economics**. Cambridge: Polity Press, 1993.

HODGSON, Geoffrey M. The Approach of Institutional Economic. **Journal of Economic Literature**, [s.l.], v. XXXVI, n. 1, p. 166-192, March 1998. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2564954>. Acesso em: 30 maio 2024.

HODGSON, Geoffrey M. What are institutions? **Journal of Economic Issues**, Salisbury, v. 40, n. 1, p. 1-25, mar. 2006.

HOFF, Debora Nayar. A história importa: proposta de estrutura analítica para o estudo de *path dependence*. **Revista FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 1-30, 2011. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2401/2879>. Acesso em: 30 maio 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Bom Jesus de Goiás**. Cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/bom-jesus-de-goias/panorama>. Acesso em: 1º jun. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População estimada**: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: 31 maio 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Querência – MT**. Cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/querencia/panorama>. Acesso em: 1º jun. 2023.

IMB – Instituto Mauro Borges. **Análises estruturais**: Goiás produz em 2007 11,3 milhões de toneladas de grãos e mantém a 4ª posição no ranking nacional. 2007. Disponível em: <https://goias.gov.br/imb/goias-produz-em-2007-113-milhoes-de-toneladas-de-graos-e-mantem-a-4-posicao-no-ranking-nacional/>. Acesso em: 17 dez. 2023.

IZEPÃO, Rosalina Lima; BRITO, Elohá Cabreira; BERGOCE, Janaína. O indivíduo na economia neoclássica, comportamental e institucional: da passividade à ação. **Leituras de Economia Política**, Campinas, v. 31, p. 55-74, 2020. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L31/08_Artigo04.pdf. Acesso em: 29 maio 2024.

JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1976.

JESSOP, Bob. The Crisis of the National Spatio-Temporal Fix and the Tendential Ecological Dominance of Globalizing Capitalism. **International Journal of Urban and Regional Research**, [s.l.], v. 24, n. 2, p. 323-360, 2000. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1468-2427.00251>. Acesso em: 30 maio 2024.

JOHN, Peter. **Analysing Public Policy**. Londres: Pinter, 1999.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural**: conceito e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre, RS: UFRGS Editora, 2008.

LATOUCHE, Serge. **Desfazer o desenvolvimento para refazer o mundo**. São Paulo, SP: Cidade Nova, 2009.

LEÃO, Carla de Souza. Reflexões sobre o desenvolvimento e as pequenas cidades: análise das cidades de Dracena e Ouro Verde-SP. **Caderno Prudente de Geografia**, Presidente Prudente, n. 32, v. 1, p. 135-153, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7473/5524>. Acesso em: 30 maio 2024.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local**. Porto Alegre, RS: Metamorfose, 2018.

LIMA, Mario Jaime Gomes; SOUZA, Osmar Tomaz. Tipologia de políticas públicas como instrumento de gestão, execução, coordenação e avaliação do desenvolvimento regional: uma aplicação para o Rio Grande do Sul. **Grifos**, [s.l.], v. 21, n. 32/33, p. 29-55, 2012. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/2395>. Acesso em: 30 maio 2024.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Novas políticas territoriais e funções da gestão local do desenvolvimento**. Desenvolvimento econômico local: caminhos para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. P. 135-160.

LOBO, Carlos; CUNHA, José Marcos P. da. Migração e mobilidade pendular nas áreas de influência de metrópoles brasileiras. **Mercator**, Fortaleza, v. 18, e18017, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/njrT4R8bwmYfn88H7kZbkcG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 maio 2024.

LONG, Norman. **Development Sociology: Actor Perspectives**. Londres: Routledge, 2001.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, p. 479-499, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/rwrQDBzcvb7qVLGgdBvdWDH/>. Acesso em: 30 maio 2024.

MACHADO, Bruno; EVANGELISTA, Fredison. O pensamento político brasileiro na pós-modernidade: novas formas de estimular a participação popular nos rumos do contexto político da nação. **Direito UNIFACS – Debate Virtual**, [s.l.], n. 174, 2014. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/3406>. Acesso em: 30 maio 2024.

MACEDO, Fernando César de; PORTO, Leonardo. Existe uma política nacional de desenvolvimento regional no Brasil? **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [s.l.], v. 14, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3639>. Acesso em: 29 maio 2024.

MAHONEY, James. Path-Dependent Explanations of Regime Change: Central America in Comparative Perspective. **Studies in Comparative International Development**, [s.l.], v. 36, p. 111-141, 2001.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. **CaderNAU**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cnau/article/view/5518>. Acesso em: 30 maio 2024.

MARINI, Matteo B.; MOONEY, Patrick H. Rural economies. *In*: CLOCKE, Paul; MARSDEN, Terry; MOONEY, Patrick H. (eds.). **Handbook of Rural Studies**. London: Sage: 2006. P. 91-103.

MARSDEN, Terry *et al.* **The Condition of Rural Sustainability**. Assen, Netherlands: Royal Van Gorcum, 2003.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 83-92, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/374960096_O_papel_e_a_importancia_da_agricultura_familiar_no_desenvolvimento_rural_brasileiro_contemporaneo. Acesso em: 30 maio 2024.

MATTEI, Lauro. **Pronaf 10 anos**: mapa da produção acadêmica. Brasília, DF: Nead/MDA, 2006.

MELO, Marcus André. **Ingovernabilidade**: desagregando o argumento. Governabilidade e Pobreza. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Civilização Brasileira, 1995.

MELO, Tatiana; FUCIDJI, José Ricardo. Racionalidade limitada e a tomada de decisão em sistemas complexos. **Brazilian Journal of Political Economy**, [s.l.], v. 36, p. 622-645, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/SZq8Tj3JLNsxHbx44Pn8H6H/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2024.

MENDES, Hipólito; MACEDO, Luís Otávio Bau; REZENDE, Greyce Bernardes de Mello. **Sustentabilidade local**: Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSM) aplicado em Querência-MT. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, IX., 2018, São Bernardo do Campo/SP. **Anais [...]**. São Bernardo do Campo, SP: [s.n.], 2018. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2018/VII-021.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2023.

MEYER, Margaret; MILGROM, Paul; ROBERTS, John. Organizational prospects, influence costs, and ownership changes. **Journal of Economics & Management Strategy**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 9-35, 1992.

MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; GONZÁLEZ REY, Fernando; VALDÉS PUENTES, Roberto. **Epistemologia qualitativa e teoria da subjetividade**: discussões sobre educação e saúde. Uberlândia: Edufu, 2020.

MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antônio (org.). **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Capital social e políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável. **Revista do Centro de Ciências Administrativas**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 196-204, dez. 2003. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rca/article/view/289>. Acesso em: 29 maio 2024.

MOYANO ESTRADA, Eduardo. **Corporativismo y agricultura**: asociaciones profesionales y articulación de intereses en la agricultura española. Madrid, ES: Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros y Alimentarios, 1984.

MOYANO ESTRADA, Eduardo. Ten Years of Trade Unionism in Spanish Agriculture (1977-87). **Agricultura y Sociedad**, [s.l.], n. 48, p. 9-46, 1988.

NORTH, Douglass C. **Apostila Didática**. Disciplina de Pós-Graduação em Gestão Urbana. Florianópolis: [s.n.], 2006.

NORTH, Douglass C. Economic performance through time. **The American Economic Review**, [s.l.], v. 84, n. 3, jun. 1994.

NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, Douglass C. Institutions and performance of economies over time. In: MÉNARD, Claude E.; SHIRLEY, Mary M. (ed.). **Handbook of New Institutional Economics**. Berlin: Springer, 2008. P. 21-30.

NORTH, Douglass C. **Understanding the process of economic change**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2005.

NUNES, Klívia de Cássia Silva; BEZERRA NETO, Luiz. Urbano e rural: contradições e influências no (re) pensar da ruralidade no Brasil. **Revista Exitus**, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 62-76, 2016. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/39>. Acesso em: 30 maio 2024.

OLIVEIRA, Antônio Gonçalves; SILVA, Christian Luiz; LOVATO, Ederson Luiz. Desenvolvimento local: conceitos e metodologias-políticas públicas de desenvolvimento rural e urbano. **Orbis Latina**, [s.l.], v. 4, n. 1, p. 110-123, 2014. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/450/399>. Acesso em: 30 maio 2024.

OLIVEIRA, Carlos Douglas de Sousa; PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia. Gestão social no âmbito do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 5., 2012, Belém. **Anais [...]**. Belém: Rede de Estudos Rurais, 2012.

OLIVEIRA, José Humberto. Programa 'Territórios da Cidadania': uma estratégia de desenvolvimento territorial e garantia de direitos sociais voltados para as regiões de maior fragilidade socioeconômica. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, XIII., 2008, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: [s.n.], 2008.

OLIVEIRA, Nilton Marques. Revisitando algumas teorias do desenvolvimento regional. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 203-219, 2021. DOI: 10.48075/igepec.v25i1.25561. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/25561>. Acesso em: 30 maio 2024.

OLIVEIRA MARISCO, Luciane Maranhã. A elaboração de planos diretores em cidades pequenas: reflexões sobre os limites e perspectivas ao desenvolvimento local. **Revista Contexto Geográfico**, [s.l.], v. 2, n. 3, p. 41-52, 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/contextogeografico/article/view/6132>. Acesso em: 30 maio 2024.

PACHECO, Adriano Pereira de Castro; BENINI, Elcio Gustavo. A economia criativa em época de crise: o desenvolvimento endógeno brasileiro na obra de Celso Furtado. **Brazilian Journal of Political Economy**, [s.l.], v. 38, p. 324-337, 2018. Disponível em: <https://www.scienceopen.com/document?vid=08e718bc-da17-4a43-826c-66416b667cd0>. Acesso em: 26 maio 2024.

PAIVA, M. S. de *et al.* Inovação e os efeitos sobre a dinâmica de mercado: uma síntese teórica de Smith e Schumpeter. **Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 1, p. 155-170, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/DVkwShDFG99PSxN3tjrndcq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 maio 2024.

PAIXÃO, Luis Henrique Couto *et al.* **O rural e o urbano em pauta**. Salvador: Editora UCSAL, 2021.

PANASSOL, Paulo Eduardo. Estado democrático desenvolvimentista e desenvolvimento endógeno. *Intellèctus*, [s.l.], v. 19, n. 2, p. 22-48, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/52768>. Acesso em: 26 maio 2024.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, [s.l.], v. 3, p. 10-22, 2005. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/243>. Acesso em: 30 maio 2024.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia *et al.* **Doze anos do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais do Ministério de Desenvolvimento Agrário do Brasil: como vamos**. Relatório de Pesquisa. Brasília, DF: Rimisp/RETE, 2015.

PESSALI, Huáscar; DALTO, Fabiano. A mesoeconomia do desenvolvimento econômico: o papel das instituições. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 11-37, jan.-abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/B6gNsHZx3JfKZgf9YVcHBtm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2024.

PIENIZ, Luisa Cristina. Elementos básicos constituintes do desenvolvimento endógeno/local/regional/territorial: redes, atores e território. **Revista Gedecon – Gestão e Desenvolvimento em Contexto**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 22-35, 2013.

PIETERSE, Jan. N. My Paradigm or Yours? Alternative Development, Post-Development, Reflexive Development. **Development and Change**, [s.l.], v. 29, p. 343-373, 1998. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-7660.00081>. Acesso em: 30 maio 2024.

PIRAUX, Marc. Avaliar as capacidades institucionais e o desempenho dos dispositivos de governança territorial. O caso dos Territórios da Cidadania no Brasil. *In*: CONGRESSO ALASRU, 9., 2014, México. **Anais do IX Congresso ALASRU**. México: [s.n.], 2014.

PIRAUX, Marc. Información y procesos de acompañamiento para la evaluación de la Gobernanza territorial: el caso de los Territorios de Ciudadanía en el Brasil. Enseñanzas para México. *In*: RED CONACYT (ed.). **Territorio y gestión del desarrollo**. Epistemologías y experiencias, Gestión Territorial del Desarrollo Rural Sustentable. México: [s.n.], 2015. p. 167-187.

PIRAUX, Marc; AZEVEDO, Sérgio Guillermo de; TONNEAU, Jean-Philippe. Os mediadores, os políticos e a sociedade civil: a realidade e os limites da governança territorial. **Revista Raizes. Revista de ciências sociais e econômicas**, Campininha Grande, v. 29, n. 1-2, p. 97-108, 2010. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/304>. Acesso em: 30 maio 2024.

PLEIN, Clério; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Os mercados e a teoria econômica das Instituições. **Revista de Estudos de Sociologia e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 317-350, jul./set. 2010. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/328/324>. Acesso em: 30 maio 2024.

PORTO, Leonardo Rodrigues; MACEDO, Fernando César de. Atualizando as tipologias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 168-191, 2018. Disponível em: [https://revistappr.com.br/artigos/publicados/Atualizando-as-tipologias-da-Politica-Nacional-de-Desenvolvimento-Regional-\(PNDR\).pdf](https://revistappr.com.br/artigos/publicados/Atualizando-as-tipologias-da-Politica-Nacional-de-Desenvolvimento-Regional-(PNDR).pdf). Acesso em: 26 maio 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DE GOIÁS. **Bom Jesus de Goiás**. Prefeitura Municipal – História. Disponível em: <https://bomjesus.go.gov.br/historia/>. Acesso em: 1º jun. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA. **História**: Nossa Cidade. 2023. Disponível em: <https://www.querencia.mt.gov.br/Nossa-Cidade/Historia/>. Acesso em: 1º jun. 2023.

PRÉVE, Altamiro Damian; MORITZ, Gilberto de Oliveira; PEREIRA, Maurício Fernandes. **Organização, processos e tomada de decisão**. Florianópolis, SC: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2010.

ROCHA, Maria R. T. da; FILIPPI, Eduardo E. Política para o desenvolvimento dos territórios rurais no Brasil: propostas e fundamentos. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL LAS CONFIGURACIONES DE LOS TERRITORIOS RURALES EN EL SIGLO XXI, VI, 2007, Bogotá. **Anais [...]**. Bogotá: [s.n.], 2007. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/494.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ROCHA JÚNIOR, Weimar Freire da. A Nova Economia Institucional revisitada. **Revista de Economia e Administração**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 301-319, out./dez. 2004. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/66451977/A-Nova-Economia-Institucional-Revisit-Ada>. Acesso em: 30 maio 2024.

ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SABOURIN, Eric. Governança multi-nível no desenvolvimento rural: Intermunicipalidade e Territórios. **RP3 – Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, n. 2, p. 78-102, 2017. Disponível em: <https://agritrop.cirad.fr/587187/>. Acesso em: 30 maio 2024.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2002.

SACHS, Ignach. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo, SP: Nobel; Fundap, 1993.

SALVADOR, Pétala Tuani Candido de Oliveira *et al.* Estratégias de coleta de dados online nas pesquisas qualitativas da área da saúde: *scoping review*. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 41, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/ZTDgnm7Y8f8KhKr6jbCKddK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2024.

SAMUELS, Warren J. O estado atual da economia institucional. **Cambridge Journal of Economics**, [s.l.], v. 19, n. 4, p. 569-590, 1995.

SANDES-FREITAS, Vitor; BIZZARRO-NETO, Fernando. **Qualitative Comparative Analysis (QCA): usos e aplicações do método**. Revista Política Hoje, v. 24, n. 2, p. 103-118, 2015.

SANTOS, Fábio Pádua dos; ARCENO, Elder Figueredo; PINTO FILHO, Luiz Couto Corrêa. Desenvolvimento endógeno, projeto Meu Lugar e uma nova ontologia social para pensar o local. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Florianópolis, [s.l.], n. 4, p. 48-61, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312056178_Desenvolvimento_Endogeno_Projeto_Meu_Lugar_e_uma_nova_ontologia_social_para_pensar_o_local. Acesso em: 29 maio 2024.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo, SP: Edusp, 2005.

SARAIVA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. *In*: SARAIVA, Enrique; FERRAZERI, Elizabete (org.). **Políticas públicas**. Brasília, DF: Enap, 2006. p. 21-42.

SCHAEFFER, Richard L.; MENDEHALL, Willian; OTT, Lyman. **Elementary Survey Sampling**. 3rd ed. Boston: Duxbury Press, 1986.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/MWKqhnDFRzCwv9DKsFWZZhv>. Acesso em: 30 maio 2024.

SCHNEIDER, Sérgio. Território, ruralidade e desenvolvimento. *In*: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio; MEDINA, Juan G. F. (org.). **Las configuraciones de los territorios rurales en el siglo XXI**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009. P. 67-108.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro Francisco. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, [s.l.], v. 30, n. 51, p. 12-41, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5729/572966561004/572966561004.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. [S.l.]: Cengage Learning, 2014.

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior. **Indicadores e estatísticas de comércio exterior**. Brasília: Secex, 2016. Disponível em: <http://www2.desenvolvimento.gov.br/>. Acesso em: jan. 2016.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis; PEROSA, Bruno Benzaquen. Álcool combustível no Brasil e *Path Dependence*. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 50, n. 2, p. 243-262, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/G3hzSQyHWBbc54JGqpstDGy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2024.

SILVA, Alexandre Rocha da *et al.* Micropolíticas: devir, cooperação dissonante e experiência pura. **Intexto**, Porto Alegre, n. 54, p. 120333, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/120333>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SILVA, Cíntia Simões da; VIANA, João Garibaldi Almeida; HOFF, Debora Nayar. A Economia Institucional e o Desenvolvimento Rural. **Revista Estratégia e Desenvolvimento**, [s.l.], v. 1, n. 2, 2017.

SILVA, João Felipe Marques da; CARVALHO, Brígida Gimenez; DOMINGOS, Carolina Milena. A governança e a relação público-privado no cotidiano das práticas em municípios de pequeno porte. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 3179-3188, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2018.v23n10/3179-3188/pt>. Acesso em: 29 maio 2024.

SILVA, Leonardo Xavier da. Instituições e desempenho: interpretações para o entendimento do desenvolvimento rural. In: CONTERATO, Marcelo Antonio; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo; SCHNEIDER, Sérgio (orgs.). **Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. P. 117-134.

SIMÕES, André. Instituições e desenvolvimento econômico: os contrastes entre as visões da Nova Economia Institucional (NEI) e dos neoinstitucionalistas. **Revista FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, 2014. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2900>. Acesso em: 30 maio 2024.

SIMÕES, Gabriel Lima; SIMÕES, Janaina Machado. Reflexões sobre o conceito de participação social no contexto brasileiro. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, VII., 2015, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2015.

SMITH. **Agronegócio**. Texto principal. [S.l.: s.n., s.p.].

SOTOMAYOR, Octavio. Políticas de ordenamento fundiário: construindo uma governança fundiária. In: CAZELLA, Ademir A. *et al.* (orgs.). **Governança da terra e sustentabilidade: experiências internacionais de políticas públicas em zonas rurais**. Blumenau: Nova Letra, 2015. p. 63-85.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: conceitos, tipologias e subáreas**. In: SEDUR – Ciclo de Debates da Política Estadual de Habitação de Interesse Social, Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2005, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Sedur, out. 2005. 28 f. Disponível em: <https://biblioteca.unisced.edu.mz/bitstream/123456789/3145/1/001-a20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2023.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Da crítica do planejamento urbano a um planejamento urbano crítico. In: SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

STIGLITZ, Joseph E. **Globalização: como dar certo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

STRASSBURG, Udo; OLIVEIRA, Nilton Marques de; ROCHA JÚNIOR, Weimar Freire da. Revisitando o conceito da nova economia institucional (NEI). **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 12, n. 2, p. 57-74, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/270170967.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.

SUZIGAN, Wilson et al. *Clusters* ou sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. **Brazilian Journal of Political Economy**, [s.l.], v. 24, p. 548-570, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/S7WqL8q6Xr5NT4Pk8jfRVPb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2024.

SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TAYLOR, Edward W. Building upon the Theoretical Debate: A Critical Review of the Empirical Studies of Mezirow's Transformative Learning Theory. **Adult Education Quarterly**, [s.l.], v. 48, p. 34-59, 1997. Disponível em: [https://www.scirp.org/\(S\(i43dyn45teexjx455qlt3d2q\)\)/reference/referencespapers.aspx?referenceid=1415944](https://www.scirp.org/(S(i43dyn45teexjx455qlt3d2q))/reference/referencespapers.aspx?referenceid=1415944). Acesso em: 10 dez. 2022.

TIBAIJUKA, Anna. Keynote Speech on the Occasion of the Public Debate on Urban Policies and the Right to the City. International Public debates. In: INTERNATIONAL SOCIAL SCIENCE COUNCIL; UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME. **Urban Policies and the Right to the City**. [S.l.: s.n.], 2006.

VAN DER PLOEG, Jan D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2008.

VEIGA, José Eli. A dimensão rural do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 71-94, 2004. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/246>. Acesso em: 25 maio 2024.

VIANA, Lucio Hanai Valeriano. A ideologia na produção do espaço: os megaeventos como agentes difusores da ideologia (neo) liberal. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, v. 21, n. 44, p. 79-97, jan.-abr. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cm/a/pB4WMQnPPMqySgdst346ZBD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 maio 2024.

WANDERLEY, Maria N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [s.l.], n. 15, p. 87-145, 2000.

WATSON, Vanessa. A cidade planejada varre os pobres: planejamento urbano e urbanização do século 21. **Avan os no Planejamento**, [s.l.], v. 72, n. 3, p. 151-193, 2009.

WILLIAMSON, Oliver E. Comparative economic organization: the analysis of discrete structural alternatives. **Administrative Science Quarterly**, [s.l.], v. 36, p. 269-96. 1991.

WILLIAMSON, Oliver E. Strategizing, economizing, and economic organization. *In*: RUMELT, Richard; SCHENDEL, Dan; TEECE, David J. **Fundamental issues in strategy**. Harvard: Harvard Business School Press, 1994. p. 75-94.

WILLIAMSON, Oliver E. **The economic institutions of capitalism**: firms, markets, relational contracting. New York: The Free Press, 1985.

WOLSINK, Maarten. ‘Sustainable City’ requires ‘recognition’ – The example of environmental education under pressure from the compact city. **Land Use Policy**, [s.l.], v. 52, p. 174-180, 2016. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1470160X11004043>. Acesso em: 30 maio 2024.

ZAMBONI, J sio; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. Micropolítica da atividade. **Barbarói**, n. 36, p. 113-137, 2012. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n36/n36a07.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA FUNDAMENTADO TEORICAMENTE

Quadro 16 – Variáveis constitutivas fundamentadas teoricamente

CATEGORIAS	APORTE TEÓRICO
Institucionalismo econômico	O institucionalismo econômico tem inúmeras abordagens vinculadas ao desenvolvimento econômico (Conceição, 2008). Nesse contexto, o pensamento central do institucionalismo gira em torno das preocupações com as instituições, regras e hábitos e sua evolução contínua, sem dependência da necessidade criar um molde único padronizado sobre essas ideias. Ainda, é importante salientar que a visão institucionalista que dinamiza essas ideias gerais vinculadas à agência humana, a natureza evolutiva e as instituições, acabam indicando a necessidade de demonstrar como determinados grupos reforçados por instituições acabam determinando o comportamento das pessoas que compõem a sociedade (Hodgson, 1993).
Políticas territoriais	Como uma das constituintes das políticas territoriais, a macropolítica pode ser considerada uma ampla parcela observável das relações políticas. É a partir dela que o indivíduo é constituído através de unidades reduzindo assim a multiplicidade nas suas totalizações. Ela representa estruturas consolidadas desde e já legitimadas pelo meio social. Por este motivo, os grandes nomes da literatura que falam em “parcela visível” querem dizer que a macropolítica é parte das organizações e estruturas que compõem a sociedade (Rolnik, 2011, p. 60). Em contraposição, é possível citar a micropolítica, tendo essa a parcela invisível das relações políticas, uma vez que diz respeito aos fluxos moleculares que dinamizam os sujeitos que compõem o meio social através dos seus desejos e vontades. Diferentemente da macropolítica, micropolítica carece de uma estrutura já consolidada, e está em constante transformação. A micropolítica se refere à intensidade, e não a unidade em si. “Nesse percurso nada mais é fixo; nada mais é origem, nada mais é centro, nada mais é periferia, nada mais é, definitivamente, alguma coisa” (Rolnik, 2011, p. 60). Esses conceitos, isto é, de macro e micropolítica, quando implementados no contexto urbano, estão diretamente vinculados aos modos de vida, uma vez que a cidade é caracterizada como um espaço político, responsáveis por carregar e expressar diversas maneiras de afetação, imaginários, significados e percepções (Silva <i>et al.</i>, 2022).
Desenvolvimento comunitário integrado	Numa perspectiva regional que considere a densidade das atividades econômicas e os recursos tangíveis e intangíveis emergentes das realidades locais, emerge a ideia de desenvolvimento endógeno, que pode ser concebido como uma espécie de processo de crescimento econômico. Isso implica uma abrangência contínua vinculada à capacidade de agregar valor à produção, bem como à capacidade de retenção na região, cujo processo ocorre pela absorção do excedente econômico gerado pela economia local e/ou pela ação de alguns descendentes gerados de outras regiões. Essa dinâmica é a principal responsável pelo aumento do emprego e da renda local ou regional (Pacheco; Benini, 2018). Dois pressupostos metodológicos cruciais são partilhados entre a teoria territorial do desenvolvimento e o desenvolvimento endógeno: a conceitualização do espaço econômico e a ênfase nos atos que emanam de baixo para cima nas políticas de desenvolvimento (Barquero, 2002). As políticas de desenvolvimento endógeno tendem a se concentrar em questões de arranjos institucionais de governança para viabilizar infraestruturas alinhadas com demandas do ambiente externo e relacionadas com a capacidade empreendedora local. Ressalta-se que a relação entre as políticas e a adoção da região como pilar de aprendizado, geração e acúmulo de conhecimento empreendedor avança as funções das políticas públicas como instrumentos capazes de valorizar uma região por meio da manutenção de sua cultura empreendedora (Arruda Mauro, 2018). Nesse contexto, é possível citar o desenvolvimento local que deve ser realizado por meio de sistemas políticos e competentes de gestão de recursos, bem como pelo processo de reconhecimento de necessidades e demandas e das potencialidades, buscando, por meio de técnicas de uso consciente da biodiversidade, melhorar a qualidade de vida dos habitantes da comunidade local (Bellingieri, 2017).

	As políticas públicas de desenvolvimento local e regional resultam, portanto, de como as falhas de mercado existentes nas regiões são enfrentadas, considerando assim tendências normativas por meio de um nível politicamente desejável em um ciclo sucessivo de equilíbrios frágeis entre o comportamento da região, que varia ao determinar o que constitui um desenvolvimento bem-sucedido (Monteiro Neto <i>et al.</i>, 2017).
Governança	A governança é geralmente entendida como a capacidade de um determinado governo de formular e implementar suas políticas. Essa competência pode ser analiticamente decomposta em competências financeiras, gerenciais e técnicas. Tudo isso é importante para moldar programas de governo específicos e atingir metas coletivas definidas e justificadas pelas urnas (Prêve; Moritz; Pereira, 2010). Mesmo sabendo que o governo local, em grande maioria das vezes, não dispõe das principais ferramentas tradicionais quando o assunto é política econômica, o Estado acabou partilhando o poder, gerando um novo cenário onde a governança local assumiu a liderança das ações e dos projetos, surtindo em interações nos mais variados segmentos econômicos, bem como sociais da cidade e da sua região (Viana, 2019). Sendo assim, a nova maneira de atuar da economia regional é fundamentada na governança local para articular relações micropolíticas com as macropolíticas (Oliveira, 2021).
Políticas públicas de desenvolvimento regional	Outra tipologia é a das políticas voltadas para a promoção do bem-estar material e imaterial dos territórios. Essas políticas têm como objetivo corrigir insuficiências e lacunas de mercado, adotando uma abordagem de discriminação social positiva para os territórios, com o intuito de promover a equidade como valor intrínseco do desenvolvimento regional (Figueiredo, 2009). Além disso, existem as políticas de mobilização e valorização do capital endógeno, que visam remover obstáculos à mobilização e valorização dos recursos locais, viabilizando as externalidades de procura. Essas políticas são fundamentais para um desenvolvimento sustentado, adotando uma abordagem <i>bottom-up</i> de "desenvolvimento endógeno" (Figueiredo, 2009). Há também as políticas de promoção e valorização das externalidades da competitividade empresarial, que intervêm no ambiente externo das empresas, valorizando o meio inovador como ativo econômico intangível. Essas políticas estão alinhadas aos modelos de crescimento endógenos e às teorias das economias de aglomeração e conhecimento implícito (Figueiredo, 2009). Outras tipologias abordam a promoção da competitividade territorial, através da dotação de infraestruturas produtivas, da atratividade e conectividade, bem como da valorização das massas críticas de aglomeração urbana. Essas políticas seguem um modelo de vantagens competitivas ajustado ao território (Figueiredo, 2009). Além disso, há as políticas territoriais que aplicam o conceito de estratégias de eficiência coletiva, atuando tanto no ambiente externo da competitividade das empresas quanto nas economias de rede. Essas políticas são embasadas no modelo de competitividade sistêmica e teoria das redes (Figueiredo, 2009). Por fim, existem as políticas de robustecimento da espessura institucional, que proporcionam suplementarmente capacidade de iniciativa, promovendo regiões aprendentes. Essas políticas têm como objetivo fortalecer as instituições regionais e impulsionar o aprendizado coletivo (Figueiredo, 2009).

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

QUESTIONÁRIO

Marque com ☒ a resposta que representa melhor a sua situação ou o que pensa. Note que não existe resposta certa ou errada.

¹⁾ **Eu já respondi este questionário:** ①sim ②não.

²⁾ **Você mora em:** ①Bom Jesus (GO), ②Querência (MT), ③Município vizinho a Bom Jesus (GO), ④Município Vizinho a Querência (MT), ⑤Outro município.

³⁾ **Eu moro há anos neste município/cidade.**

⁴⁾ **Região da sua residência:** ①Urbana (cidade) ②Rural (interior)

⁵⁾ **Eu me identifico como:** ①Masculino ②Feminino ③Outro ④Não declarado

⁶⁾ **A minha idade é : anos.**

⁷⁾ **O meu estado civil é:** ①Solteiro ②Casado ③União estável ④Outros

¹⁰⁾ **A sua escolaridade é:** ①Abaixo do ensino fundamental ②Ensino fundamental ③Ensino médio ④Superior completo ⑤Pós-graduação

¹¹⁾ **Você se considera uma pessoa que participa da política:** ①Fortemente ②Moderadamente ③Pouco ④Nada

¹³⁾ **A minha principal ocupação de trabalho é:**

- ①Do lar
- ②Diarista
- ③Autônomo
- ④Empresário
- ⑤Empregado
- ⑥Produtor rural
- ⑦Servidor público
- ⑧Profissional liberal
- ⑨Desempregado
- ⑩Estudante
- ⑪Aposentado ou pensionista
- ⑫Outra

¹⁴⁾ **A renda mensal da minha família é:**

- ①Sem renda - até R\$ 660,00
- ②De R\$ 661,00 até R\$1.320,00
- ③De R\$ 1.321,00 até R\$ 2.640,00
- ④De R\$ 2.641,00 até R\$ 3.960,00
- ⑤De R\$ 3.961,00 até R\$ 5.280,00
- ⑥De R\$ 5.281,00 até R\$ 6.600,00
- ⑦De R\$ 6.601,00 até R\$7.920,00
- ⑧De R\$ 7.921,00 até R\$ 9.240,00
- ⑨De R\$9.241,00 até R\$ 10.560,00
- ⑩De R\$10.561,00 até R\$ 13.200,00
- ⑪Acima de R\$13.201,00

Eu respondo voluntariamente este questionário sobre o desenvolvimento urbano-rural da sua cidade? () Sim () Não

As questões a seguir são sobre o quanto você concorda ou discorda em relação a cada situação descrita.	Discordo	Discordo em parte	Não sei	Concordo em parte	Concordo
1. As instituições (bancos e cooperativas de crédito) da minha cidade ajudam no seu desenvolvimento econômico.	①	②	③	④	⑤
2. As empresas da minha cidade geram oportunidades de renda importantes para o município.	①	②	③	④	⑤
3. As atividades econômicas da minha cidade são importantes para o desenvolvimento da região.	①	②	③	④	⑤

As questões a seguir são sobre o quanto você concorda ou discorda em relação a cada situação descrita.	Discordo	Discordo em parte	Não sei	Concordo em parte	Concordo
4. As atividades industriais da minha cidade se desenvolvem sem prejudicar o meio ambiente.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
5. O contexto econômico da minha cidade incentiva a abertura de novos negócios .	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
6. A renda do meu município é influenciada pelas Usinas de Alcool e Açúcar da Região.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
7. A renda da população do meu município é influenciada pelas Usinas de Alcool e Açúcar da Região.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
8. A renda do meu município é influenciada pelo comércio em Geral.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
9. A renda da população do meu município é influenciada pelo comércio em Geral.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
10. A renda do meu município é influenciada pela produção agrícola .	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
11. A renda da população do meu município é influenciada pela produção agrícola .	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
12. As organizações escolas e universidades da minha cidade melhoraram o desenvolvimento da nossa região.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
13. A minha cidade cria novas oportunidades para a participação política das pessoas.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
14. O funcionamento da política da minha cidade influencia positivamente na qualidade de vida das pessoas .	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
15. As políticas públicas da minha cidade são positivas para o crescimento local .	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
16. As políticas públicas gerais para o território brasileiro são fundamentais para o crescimento da minha cidade .	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
17. A minha cidade permite que as pessoas expressem coletivamente as suas vontades e expectativas .	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
18. A minha cidade acolhe as necessidades da população e cria soluções para atender essas necessidades .	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
19. As políticas públicas do meu município ajudam na sua transformação de maneira positiva .	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
20. As políticas criadas para o território brasileiro ajudam na transformação do meu município de maneira positiva .	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
21. A dinâmica econômica do meu município é influenciada pela produção pecuária .	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
22. A dinâmica econômica da população do meu município é influenciada pela produção pecuária .	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
23. Os recursos locais influenciam positivamente o desenvolvimento da cidade e campo da nossa região.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
24. Os recursos locais da minha cidade são utilizados com eficiência para beneficiar as pessoas .	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
25. Os grupos políticos locais são importantes para garantir qualidade de vida na nossa cidade.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
26. Os grupos políticos locais aplicam na cidade soluções valorizadas pela população.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
27. As atividades da cidade-sede do meu município aumentam o crescimento econômico da região.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
28. A cidade-sede do meu município tem tomado decisões políticas importantes para promover o desenvolvimento da nossa região .	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

As questões a seguir são sobre o quanto você concorda ou discorda em relação a cada situação descrita.	Discordo	Discordo em parte	Não sei	Concordo em parte	Concordo
29. A cidade-sede do meu município é rica em cultura e impulsiona o desenvolvimento da região.	①	②	③	④	⑤
30. A cidade-sede do meu município tem negócios apoiando inovações para a economia local crescer.	①	②	③	④	⑤
31. Os negócios no meu município são importantes para o desenvolvimento da cidade.	①	②	③	④	⑤
32. A agricultura e a indústria do nosso município impulsionam o crescimento da região.	①	②	③	④	⑤
33. A cidade utiliza bem seus recursos para crescer ao máximo que as suas capacidades permitem.	①	②	③	④	⑤
34. Minha cidade fortalece negócios locais para reduzir dependência de outras regiões .	①	②	③	④	⑤
35. A atuação do governo federal facilita a criação de empregos no município .	①	②	③	④	⑤
36. A atuação das empresas locais valoriza nossa produção para manter o dinheiro na região .	①	②	③	④	⑤
37. O governo municipal está preocupado em tornar a minha cidade um lugar melhor para os residentes.	①	②	③	④	⑤
38. As regras governamentais da minha cidade incentivam uma cultura empreendedora para criar novos negócios.	①	②	③	④	⑤
39. As regras governamentais do meu município corrigem falhas para melhorar a qualidade de vida de todos na cidade.	①	②	③	④	⑤
40. Os gestores da minha cidade promovem a colaboração entre diferentes grupos de pessoas do município.	①	②	③	④	⑤
41. Os gestores da minha cidade alinham suas ações às regras nacionais para conseguir um melhor desenvolvimento da nossa região .	①	②	③	④	⑤
42. Os gestores da minha cidade ouvem a população para tomar decisões conjuntas importantes para melhorar a gestão do município .	①	②	③	④	⑤
43. Os gestores da minha cidade realizam ações que contribuem para o desenvolvimento da cidade e sua região.	①	②	③	④	⑤
44. As políticas para o desenvolvimento da minha cidade valorizam as habilidades de seus moradores .	①	②	③	④	⑤
45. As políticas (leis e regras) da minha cidade facilitam a instalação de novas empresas e indústrias .	①	②	③	④	⑤
46. A minha cidade facilita o desenvolvimento justo entre diferentes regiões .	①	②	③	④	⑤
47. As leis federais podem melhorar a nossa região .	①	②	③	④	⑤
48. As leis federais e municipais tornam minha região com mais oportunidade de renda para todos.	①	②	③	④	⑤
49. As regras da minha cidade funcionam bem para gerar qualidade de vida das pessoas na região.	①	②	③	④	⑤
50. As regras municipais valorizam os espaços na cidade para ajudar o desenvolvimento da nossa região .	①	②	③	④	⑤
51. Políticas para melhorar empresas daqui beneficiaram os negócios em minha região.	①	②	③	④	⑤
52. Políticas financeiras do governo têm melhorado a minha região.	①	②	③	④	⑤
53. As políticas estão melhorando os negócios locais da minha região .	①	②	③	④	⑤
54. As regras e políticas de uso da terra do nosso município impulsionam o crescimento regional .	①	②	③	④	⑤
55. As políticas gerais sobre educação ajudam a desenvolver a região.	①	②	③	④	⑤

As questões a seguir são sobre o quanto você concorda ou discorda em relação a cada situação descrita.	Discordo	Discordo em parte	Não sei	Concordo em parte	Concordo
56. Na minha região, as regras ajudam as pessoas pertencerem à comunidade.	①	②	③	④	⑤
57. A capacidade de trabalho conjunto da nossa cidade torna nossa região mais rica e competitiva.	①	②	③	④	⑤
58. As organizações da nossa cidade fortalecem o desenvolvimento do município.	①	②	③	④	⑤
59. As pessoas na minha cidade possuem acesso a serviços que precisam.	①	②	③	④	⑤
60. A estrutura da minha cidade foca no que é necessário para o bem-estar das pessoas.	①	②	③	④	⑤
61. A dinâmica da nossa cidade valoriza os nossos recursos para beneficiar a comunidade.	①	②	③	④	⑤
62. As pessoas da nossa cidade incentivam a criatividade para o desenvolvimento das diferentes comunidades.	①	②	③	④	⑤
63. Aqui no meu município, temos boas estradas e serviços essenciais para as pessoas.	①	②	③	④	⑤
64. Quando as pessoas e negócios trabalham juntas, nossa cidade cresce mais rápido.	①	②	③	④	⑤
65. Na minha cidade, as pessoas são incentivadas a participar do planejamento para o desenvolvimento urbano.	①	②	③	④	⑤